



Marcelo Gaudio Augusto

**Fazenda Jambeiro: redescobrimo um patrimônio
abandonado**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelo Gaudio Augusto

Fazenda Jambeiro: redescobrimo um patrimônio abandonado

Orientador: Prof. Dr. Marcos Tognon

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração Política Memória e Cidade.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/DISSERTAÇÃO DEFENDIDA
PELO(A) ALUNO(A) Marcelo Gaudio Augusto, E ORIENTADA PELO PROF(A). DR(A)
Marcos Tognon.
CPG, ____/____/____

CAMPINAS
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432
BIBLIOTECA DO IFCH UNICAMP

A45f Augusto, Marcelo Gaudio, 1983-
Fazenda Jambeiro : redescobrimo um patrimônio abandonado /
Marcelo Gaudio Augusto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Marcos Tognon

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Patrimônio cultural - Campinas. 2. Patrimônio histórico - Campinas.
3. Arqueologia e estado. 4. Identidade social. I. Tognon, Marcos, 1966-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Jambeiro Farm: rediscovering a abandoned heritage

Palavras-chave em inglês:

Cultural property - Campinas

Heritage - Campinas

State and Archaeology

Social identity

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Marcos Tognon [Orientador]

Mirza Maria Baffi Pellicciotta

Luciano Migliaccio

Data da defesa: 21/02/2013

Programa de Pós-Graduação: História

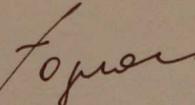
MARCELO GAUDIO AUGUSTO

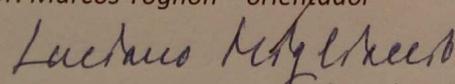
Fazenda Jambeiro: redescobrimo um patrimônio abandonado.

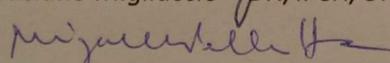
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Tognon.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO MARCELO GAUDIO AUGUSTO, ORIENTADO PELO PROF. DR. MARCOS TOGNON E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA EM 21/02/2013.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Marcos Tognon – orientador


Prof. Dr. Luciano Migliaccio – DH/IFCH/UNICAMP


Profa. Dra. Mirza Maria Baffi Pellicciotta – Prefeitura Municipal de Campinas

Prof. Dr. Paulo Eduardo Zanettini – suplente

Profa. Dra. Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci – suplente

CAMPINAS
2013

v

**Dedico a todos que me
apoiaram, em especial a Livia**

Agradecimentos

Nunca fui muito bom com palavras, principalmente se for necessário usá-las da modo espontâneo que a parte dos agradecimentos exige. Desta forma vou deixar o texto se desenrolar da forma mais fluida possível.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer todo o apoio recebido pela CAPES, Unicamp e IFCH. Não estou colocando apenas por uma obrigação de quem me deu bolsa ou do lugar responsável pela minha formação, mas sim por que realmente sem essas instituições eu não teria feito graduação e muito menos concluído o mestrado.

De outro lado existem meus amigos que acompanharam, e ainda acompanham minha trajetória acadêmica e pessoal. Sem exagero, Marcos Tognon, meu orientador, estava comigo não apenas nas reuniões ou correções da dissertação, mas também em conversas acaloradas sobre qualquer assunto, no melhor estilo de “Seinfeld”. Além dele posso citar também Mirza Pellicciotta que conheci no último ano da minha graduação. Foi minha chefe no estágio que fiz na Prefeitura de Campinas, mas para além disso se tornou uma grande amiga. Por fim, Andrés Zarankin, um arqueólogo argentino que me deu aula durante a graduação e me mostrou que o sonho de me tornar arqueólogo era possível. Não passou muito tempo ele também estava dentro do meu círculo de amizades participando inclusive dos jogos do time de futebol em que eu jogava.

Meus amigos “não acadêmicos” também são vários e de diferentes formas me ajudaram a me formar como pessoa e a terminar o mestrado. Desde os poucos que sobraram da escola como o Pedro e o Humberto, até os mais recentes que fiz nas viagens para Ouro Preto auxiliando meu orientador, todos são importantes. Durante a graduação conheci muitas pessoas, mas acredito que se destacam os meus colegas da república “Wayne” como Fernando, Vinícius, Lalo e Bruninho. Antes que fiquem bravos comigo, não esqueci do Renato outro colega de república, mas que também participa do grupo de RPG. Neste passa a ser mais conhecido por Gimli, e junto com ele temos Daniel, Godô, Tonho, Elias e dois Gustavos. Ao Chico que me ajudou durante o mestrado. Outras pessoas que eu não posso esquecer são Juliana que entrou comigo no curso de história, a Lis, a Taís, a Rafa, a Michelle, a Keiko, a Lígia, e muitos outros; a lista seria interminável.

Na parte familiar eu não poderia deixar de dar crédito aos meus pais e minha irmã, meus tios e primos. Mas gostaria de dedicar especialmente para meus avós e i miei nonni, pois durante meus anos de mestrado todos deixaram essa realidade.

Por fim, mas não menos importante, preciso dedicar não apenas essa dissertação, mas toda a vida que ainda tenho pela frente a alguém que vem me acompanhando desde 2006. Não sou a pessoa mais fácil do mundo e dispersão é meu sobrenome, por isso às vezes é muito difícil agüentar meus altos e baixos. No entanto a Livia está sempre comigo, me apoiando nas idéias malucas, me obrigando a fazer as coisas e não deixar as tarefas se acumularem, vivendo comigo. Pensando em todos os momentos por que passei e todas as pessoas que conheci essa é a mais importante e é por isso que termino os agradecimentos com ela, afinal sempre deixo o melhor para o final.

Resumo: Esta dissertação faz um profundo estudo sobre a Fazenda Jambreiro, que, apesar de ser um patrimônio tombado pelo Conselho de Patrimônio da cidade de Campinas, se transformou em um dos piores exemplos de conservação. Sua trajetória histórica foi marcada por crises e modificações, as quais levaram parte de sua área a ser transformada em loteamento residencial, em razão de uma política deficitária por parte da prefeitura, o que culminou em seu abandono e esquecimento. Além de apresentar os problemas e questionar a forma como se deu o tombamento, o presente trabalho apresenta a arqueologia pública como uma possibilidade de restaurar a memória do patrimônio com a população.

Palavras-chave: patrimônio cultural – Campinas; patrimônio histórico – Campinas; arqueologia e estado; identidade social.

Abstract: This paper makes a profound study on the Jambreiro Farm, which, though well preserved by a council heritage of the city of Campinas, became one of the worst examples of conservation. His career was marked by historical crises and transformations that took an old farm area to be transformed into a residential subdivision. A large part because of a political deficit by the municipality, which eventually led to its abandonment and neglect. Besides presenting the problems and questioning the way how was the tipping, present the archeology public as a chance to work restoring the memory whith the population.

Keywords: cultural heritage - Campinas; heritage - Campinas, archeology and state; social identity

Índice de Imagens

- Fig. 1 – Planta da cidade de Campinas, 1878. Papel. Engenheiro Luis Pucci. CMU. p.42**
- Fig.2 – Planta da cidade de Campinas, 1900. Papel. CMU . p.45**
- Fig.3 – Mapa da cidade de Campinas, 1916. Papel. Câmara Municipal. p.48**
- Fig.4 – Mapa do município de Campinas de 1929. Papel. Câmara Municipal. p.50**
- Fig.5 – Detalhe do mapa de Campinas de 1929.** O recorte desta parte do mapa pretende evidenciar que o centro urbano ainda estava restrito entre as linhas férreas. Os triângulos do mapa se referem a núcleos de ocupação urbana (os maiores) e fazendas (os menores). É possível notar pelo mapa e em comparação com os mapas posteriores, que diversas fazendas foram totalmente engolidas pelo avanço da cidade. Dentre elas podemos ver na parte inferior do mapa e da direita para esquerda as fazendas: Santa Bárbara, Santa Izabel, Cuscuzeiro, São Bernardo Palheiro, Jambeiro, Cachoeira, Jurema e São Pedro. Da mesma forma, na parte superior do mapa temos as fazendas: Chapadão, Monjolinho, Santa Elisa, Santo Antônio, Taquaral, Boa Vista Santana e Laranjal. **p.51**
- Fig. 6 – Mapa da cidade de Campinas de 1964, em destaque as fazendas inventariadas na região de Campinas pelo CONDEPHAAT. SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e Fazendas de Café em Campinas (séc.XVIII – séc.XX) in Anais do Museu Paulista. v.14. n.1. janeiro – junho 2006. p.69. p.58**
- Fig.7 – Mapa atual da cidade de Campinas, em destaque as principais fazendas do final do século XIX e início do XX. Praticamente todas dentro da atual zona urbana da cidade. Google mapas. p.62**
- Fig.8 (acima) - Reprodução da aquarela da Fazenda Jambeiro. Final do século XIX [?]. Papel. Processo de Tombamento n°007/89 – Fazenda Jambeiro de 2 de junho de 1989. [CONDEPACC] p.71**
- Fig.9 – Fachada da sede Fazenda Jambeiro, Campinas.** Aproximadamente 1940 - Construída em 1897, segundo Celso Maria de Melo Pupo era dotada de todo conforto de uma casa urbana, possuía luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada. Sua construção foi atribuída a Ramos de Azevedo. Foto retirada de PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas Município do Império.** Imprensa Oficial do Estado. São Paulo. 1983, p.168 **p.72**
- Fig.10 (esquerdo) – planta atual do piso superior da sede. Fazenda Jambeiro. Campinas. Autocad 2003. Vinícius Feres Durante p.72**
- Fig.11 (direito) – planta atual do piso inferior da sede. Fazenda Jambeiro. Campinas. Autocad 2003. Vinícius Feres Durante p.72**
- Fig. 12 – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro.** Aproximadamente 1970. Papel. PUPO, Celso Maria de Mello. 1983. Op.cit.p.168 **p.74**
- Fig. 13 – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro.** 20 de agosto de 1994. Papel. Processo de Tombamento n°007/89 – Fazenda Jambeiro de 2 de junho de 1989. CONDEPACC. **p.75**

Fig.14 – Esquema da inserção da Fazenda Jambeiro dentro da Malha urbana da cidade de Campinas. No primeiro mapa temos a área urbanizada da cidade indicando as principais rodovias e bairros, com destaque à localização aproximada da Fazenda Jambeiro. Nos mapas seguintes uma aproximação da região que se encontra a Fazenda. Google mapas. **p.76**

Fig.15 – Fazenda Pau d'Alho, São Jose do Barreiro – Desenho de Antonio Luiz Dias de Andrade (Janjão) in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4034>. Último acesso 30/08/2012. **p.79**

Fig.16 – Fazenda Pau d'Alho, São José do Barreiro. in <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4034>. Último acesso 30/08/2012. **p.79**

Fig.17 – Implantação feita em 1978 da Fazenda São Joaquim em Campinas. O desenho apresenta os terreiros organizados entre os edifícios de moradia (sede e senzala ou colônias) e os de trabalho (casa de máquinas) com terreiros se organizados num terreno plano. Papel. CONDEPHAAT. **p.80**

Fig.18 – Implantação feita em 1978 da Fazenda Sertão em Campinas, com os terreiros organizados entre os edifícios de moradia e os de trabalho com terreiros organizados em patamares. Papel. CONDEPHAAT **p.81**

Fig.19 – Implantação feita em 2011 da Fazenda Jambeiro em Campinas, com os terreiros deslocados do conjunto principal com terreiros organizados em patamares. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.81**

Fig.20 – Implantação feita em 1978 da Fazenda Capoeira Grande em Campinas, com os terreiros deslocados do conjunto principal e os terreiros organizados em terreno plano. papel. CONDEPHAAT. **p.82**

Fig.21 – Implantação feita em 1978 da Fazenda São Pedro em Campinas, com a tulha e casa de maquinas na parte inferior do terreno. Papel. CONDEPHAAT. **p.85**

Fig.22 – Fazenda São Vicente em Campinas. Detalhe do sistema de trilhos e vagonetes para transporte de grãos dos terreiros para a casa de maquinas. SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX).** Anais do Museu Paulista. São Paulo.N. Sér. v.14. n.1.p. 81-119. jan.- jun. 2006. **p.85**

Fig.23 – Desenho feito em 1978 da Fazenda Pau d'Alho em Campinas. Planta que recebeu diversas modificações, em formato de “F” é possível identificar alcovas. Papel. CONDEPHAAT. **p.88**

Fig.24 – Planta feita em 1978 da Fazenda Sertão em Campinas. Planta que recebeu diversas modificações, em formato de “L” é possível identificar alcovas. Papel. CONDEPHAAT **p.90**

Fig.25 – Planta atual da Fazenda Jambeiro, em Campinas, feita em 2012 (piso superior e inferior), residência do final do século XIX que mantém as influências da planta em “L”. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.91**

- Fig.26 – Fachada atual da fazenda Pau d’Alho, Campinas.** Papel. CONDEPHAAT **p.93**
- Fig.27 – Desenho da fachada atual da Fazenda Jambeiro, Campinas.** Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.93**
- Fig.28 -** As edificações em destaque se referem respectivamente a Tulha (1), Capela (2), Senzala (3) e Sede (4), das quais eu apresentarei uma análise mais detalhada nas páginas a seguir. Reprodução da aquarela da Fazenda Jambeiro, Campinas. Final do século XIX [?]. Papel. CONDEPACC. **p.97**
- Fig. 29 –** As edificações em destaque se referem respectivamente a Tulha (1), Capela (2), Senzala (3) e Sede (4), das quais eu apresentarei uma análise mais detalhada nas páginas a seguir. Implantação atual da Fazenda Jambeiro em Campinas. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.98**
- Fig 30 –** Detalhe da tulha da Fazenda Jambeiro na Implantação. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.100**
- Fig 31 –** Detalhe da tulha da Fazenda Jambeiro. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.101**
- Fig 32 –** Detalhe da capela da Fazenda Jambeiro na Implantação. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.102**
- Fig 33 –** Detalhe da capela da Fazenda Jambeiro. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.103**
- Fig 34 –** Detalhe da senzala da Fazenda Jambeiro na Implantação. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.104**
- Fig 35 –** Detalhe da senzala da Fazenda Jambeiro. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.105**
- Fig 36 –** Desenho de 2012 da Fachada frontal e lateral da Fazenda Jambeiro. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.106**
- Fig 37 –** Detalhe dos cunhais em torno da Fazenda Jambeiro. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.107**
- Fig 38 –** Reconstituição em desenho das águas do telhado da Fazenda Jambeiro. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.108**
- Fig 39 –** Planta atual do piso superior da Fazenda Jambeiro. Estão indicados as regiões de extremo arruinamento onde não foi possível comprovar a existência dos locais indicados. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.110**
- Fig 40 –** Planta atual do piso térreo da Fazenda Jambeiro. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.111**

Fig 41 – Planta atual do piso superior e térreo da Fazenda Jambeiro. Estão indicados os locais que sofreram maiores alterações da planta original. (1) escada de acesso ao corredor dos quartos, provavelmente construída depois da retirada da escadaria principal; (2) parede recente dividindo o cômodo, com resquícios de azulejos, possivelmente foi construído um banheiro; (3) reentrância não identificada; (4) antiga frente do edifício onde originalmente se localizava a escadaria; (5) área de serviço e cozinha, local que mais sofreu alterações e reformas; (6) cômodo onde atualmente é possível identificar local de banho, mas que destoa do edifício original. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.112**

Fig. 42 – Tijolos encontrados na Fazenda Jambeiro, detalhe das inscrições. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto. **p.113**

Fig.43 – Asilo Juqueri. São Paulo. s.d. Portfólio Ramos de Azevedo. BIBLIOTECA CONDEPHAAT, foto de João Musa in AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. Op.Cit. p.88. **p.116**

Fig.44 – Sede da Fazenda São Vicente, Campinas. foto de Maria Rita Silveira de Paula Amoroso in AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. Op.Cit. p.92. **p.117**

Fig.45 – Sede da Fazenda Palmital, Ibaté – 1984. Foto de Cândida Maria de Arruda Botelho. In BOTELHO, Cândida Maria de Arruda. Fazendas Paulistas do Ciclo do Café: 1756 – 1928. Rio de Janeiro. Nova Fonteira. 1984. p.119 **p.117**

Fig.46 – Sede da Fazenda Jambeiro. Aproximadamente 1970. in PUPO, Celso Maria de Mello. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo. 1983 p.169 **p.118**

Fig.47 – Planta atual da Fazenda Jambeiro, Campinas. Piso superior e porão respectivamente. Papel. Desenho de Francisco de Carvalho Dias de Andrade. **p.119**

Fig.48 – Reconstituição da Planta original da Fazenda São Vicente. Piso superior e porão respectivamente. in AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. Op.Cit. p.104. **p.120**

Fig.49 – Elevação topográfica, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.122**

Fig.50 – Elevação topográfica, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.123**

Fig.51 – Banco de praça, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.123**

Fig.52 – Vegetação, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.124**

Fig.53 – Fachada Norte (frente), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.124**

- Fig.54** – Fachada Norte (frente), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.125**
- Fig.55** – Fachada Leste, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.125**
- Fig.56** – Fachada Sul, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.126**
- Fig.57** – Fachada Oeste, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.126**
- Fig.58** – Detalhes internos (piso superior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.127**
- Fig.59** – Detalhes internos (piso superior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.127**
- Fig.60** – Detalhes internos (piso superior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.128**
- Fig.61** – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.128**
- Fig.62** – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.129**
- Fig.63** – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.129**
- Fig.64** – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.130**
- Fig.65** – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.130**
- Fig.66** – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.131**
- Fig.67** – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.131**
- Fig.68** – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.132**
- Fig.69** – Senzala. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto **p.132**

- Fig.70** – Senzala. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto
p.133
- Fig.71** – Vestígio do portal de entrada. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Digital. Marcelo Gaudio Augusto
p.133
- Fig.72** – Panorâmica da fachada da sede da Fazenda Jambeiro. Foto de Fernando Bittencourt. Junho de 2003. Papel. CONDEPACC.
p.139
- Fig.73** – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro. Digital. 28 de abril de 2010. Marcelo Gaudio Augusto
p.142
- Fig.74** – Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Digital. Outubro de 2011. Marcelo Gaudio Augusto
p.183
- Fig. 75 – Detalhes construtivos.** Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Digital. Outubro de 2011. Marcelo Gaudio Augusto
p.184
- Fig. 76 – Detalhes construtivos.** Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Digital. Outubro de 2011. Marcelo Gaudio Augusto
p.184
- Fig.77 – Detalhe da intervenção da exposição artística atualmente no parque.** Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Digital. Outubro de 2012. Marcelo Gaudio Augusto.
p.185
- Fig.78 – Antiga Biblioteca.** Colégio do Caraça, Minas Gerais. Digital. Julho de 2010. Fernanda Gaudio Augusto.
p.186
- Fig.79** – Fachada recuperada em vidro e aço. Colégio do Caraça, Minas Gerais. Julho de 2010. Fernanda Gaudio Augusto.
p.187
- Fig.80** – Projeto do edifício Tour-Chapelle, Balneário Camboriú. Digital. 2009. <http://blog-do-charles.blogspot.com/2011/02/tour-chapelle-residencial-balneario.html> Último acesso 31 de maio de 2011, 19:30
p.188
- Fig.81** – Projeto da localização da Capela de Confissão Luterana no edifício Tour-Chapelle, Balneário Camboriú. Digital. <http://blog-do-charles.blogspot.com/2011/02/tour-chapelle-residencial-balneario.html> Último acesso 31 de maio de 2011, 19:30
p.188
- Fig.82** – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, Out. 1996. Digital. <http://edlatuanehist.blogspot.com.br/2011/06/relatorio-do-seminario-de-garcia-davila.html> Último acesso 31 de outubro de 2012.
p.189
- Fig.83** – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, detalhe da área interna. . Digital. <http://edlatuanehist.blogspot.com.br/2011/06/relatorio-do-seminario-de-garcia-davila.html> Último acesso 31 de outubro de 2012.
p.191

Fig.84 – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, Out. 1996.
<http://edlatuanehist.blogspot.com.br/2011/06/relatorio-do-seminario-de-garcia-davila.html> Último acesso 31
de outubro de 2012. **p.192**

Fig.85 – Acomodação estudantil do Collegio Del Colle, Urbino (1962 – 1966), Itália. Desenho de Giancarlo De Carlo. In FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. **p.195**

Fig.86 – Sede da Fazenda Mato Dentro. Parque Ecológico de Campinas. Foto atual. Digital. In <http://www.google.com.br/imgres?um=1&hl=pt-BR&sa=N&tbo=d&biw=1024&bih=643&tbn=isch&tbnid=QrDw4AQA15hgyM:&imgrefurl=http://blogs.viaeptv.com/blogs/campinasemfoco/2011/01/20/desencanto/&docid=p8WL2WyAM7FyLM&imgurl=http://emc.viaeptv.com/dbimagens/20110120160749.JPG.JPG&w=635&h=480&ei=VRoAUcCCCJT09gTy9oGoDA&zoom=1> último acesso em 12 de dezembro de 2012. **p.202**

Sumário

INTRODUÇÃO	23
Capítulo 1 – Campinas, o urbano e o rural	31
Capítulo 2 – A Fazenda Jambeiro	65
Capítulo 3 – O Tombamento da Fazenda Jambeiro	135
Capítulo 4 – Patrimônio e Arqueologia – trajetória política no Brasil	157
Capítulo 5 – Qual o significado do Patrimônio Rural?	197
Capítulo 6 – A Recuperação do Patrimônio – Fazenda Jambeiro	211
BIBLIOGRAFIA	221
APÊNDICE	
Apêndice 1 – questionário	241

INTRODUÇÃO

O tema patrimônio suscita, entre outras questões, aquelas que dizem respeito às chamadas relações de identidade, ou seja, a identificação e a atribuição de valores entre um objeto e a comunidade que o cerca. Porém, qual a identidade existente entre uma fazenda de café paulista do século XIX e uma população de migrantes que se instalou nas terras, já abandonadas, desta mesma fazenda no final do século XX? Esta dissertação de mestrado estuda o caso da Fazenda Jambeiro, localizada na cidade de Campinas, no Parque Jambeiro. É interessante pontuar que o conjunto arquitetônico e ambiental referente à antiga Fazenda Jambeiro foi tombado pelo CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas) em 1989, e tal ação recebeu o apoio de grande parte dos próprios moradores do bairro ainda em formação. Mas qual o significado deste tombamento para essa população? Por que tiveram essa iniciativa? E qual o valor atual da fazenda para esses moradores e seus descendentes?

Durante 20 anos, desde a abertura do processo de tombamento foram feitas muitas propostas de apropriação do espaço da fazenda: restauro do edifício para instalação de um museu, escola, praça de esportes. Porém, foram apenas sugestões de uso sem um estudo aprofundado da área. Tudo isso resultou no maior contra exemplo de patrimônio da cidade de Campinas, um local que foi tombado já no estado de ruína e que corre o risco de ser completamente destruído pelo abandono. Neste trabalho, por meio de uma investigação sobre a história da fazenda e entrevistas com os moradores, pretendo elaborar propostas mais embasadas no contexto histórico e social para garantir a preservação deste patrimônio. Recuperar a história da Fazenda Jambeiro não só para a cidade de Campinas, mas principalmente para os moradores do bairro que a cerca.

Devido a uma escassa bibliografia, a análise deste objeto exigiu uma abordagem mais ampla, de modo que recorro a três áreas teóricas: a história, com a pesquisa do histórico da fazenda, antes e depois do tombamento; a arquitetura, abrangendo discussões sobre as transformações da arquitetura rural paulista; e por fim, a arqueologia, pois esta possibilita um estudo sobre as relações sociais existentes no local por meio do estudo dos

vestígios materiais, e fornece subsídios para uma intervenção no objeto, com objetivo final de construir uma proposta de uso público para o local.

Um dos temas que permeia toda a dissertação é a discussão entre urbano e rural, algo presente desde o século XIX, período do surgimento de várias cidades brasileiras. Apesar de muitas destas cidades terem sua fundação e desenvolvimento ligados à economia rural, atualmente as políticas públicas apenas se preocupam com a área urbana. O estudo da Fazenda Jambeiro desperta o debate entre o urbano e o rural principalmente devido a três fatores: o primeiro é a situação da ruína de uma propriedade rural dentro da conurbação urbana, levando ao questionamento da existência de uma dicotomia entre o campo e a cidade; outro ponto se refere à distância de pouco mais de sete quilômetros existente entre a sede da fazenda e o antigo centro político da cidade de Campinas no século XIX, a Praça Bento Quirino, onde se localizava a antiga Casa de Câmara; por fim, as características morfológicas da sede, pois, além de possuir equipamentos modernos para época (luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada), seu projeto agregava características de um sobrado urbano, respeitando os códigos de posturas exigidos para as casas da cidade de Campinas. Como exemplo disso, a existência de platibanda, faixa horizontal na parte superior do edifício que, além de esconder o telhado e a calha, tinha o objetivo de impedir que a água da chuva caísse diretamente nos pedestres, sendo obrigatória a todas as construções a partir do código de postura de 1880.¹

Para compreender a relação de proximidade da Fazenda Jambeiro com a cidade de Campinas foi preciso entender o próprio desenvolvimento urbano do município. Para tal objetivo utilizei diversos autores que relataram o cotidiano da cidade ou a estudaram de alguma forma, classificando-os em três categorias: os relatos de viajantes, os memorialistas e os estudos acadêmicos.

Viajantes como Saint-Hilaire² e Augusto Emílio Zaluar³, que passaram por Campinas no século XIX, mesmo que partindo de uma perspectiva mais descritiva,

¹ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros**. Campinas. Edusp/Unicamp. 2008. pp.55 – 57.

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. **São Paulo nos Tempos Coloniais. São Paulo. Monteiro Lobato. 1921 e Viagem a Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. São Paulo: Martins, 1972.

³ ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860 – 1861)**. São Paulo. Livraria Martins Editora. 1953

mostraram o núcleo urbano intensamente ligado a economia agrária. Ao passo que, memorialistas como Benedito Barbosa Pupo⁴, Celso Maria de Melo Pupo⁵ e Jolumá Brito⁶, que escreveram suas obras nas décadas de 1940 a 1960, contam a história da cidade por meio de seus grandes momentos, se preocupando em apontar os personagens responsáveis pelo processo de modernização e urbanização da cidade. Para estes autores, o café teve papel fundamental para a formação e o enriquecimento da cidade, porém seria algo que tinha ficado no passado, pois desde meados do XIX Campinas teria se tornado um centro urbano. Enquanto que trabalhos acadêmicos feitos nos últimos 20 anos, como os de Amaral Lapa⁷, Antônio da Costa Santos⁸, Carlos Almeida de Prado Bacellar⁹ e Ricardo Badaró¹⁰, remontam a história do município com objetivo de mostrar a origem dos problemas urbanos contemporâneos. Nestes a cidade se mostra como algo majoritariamente urbano, que, ao contrário dos memorialistas, coloca a urbanização como um fenômeno que ocorreu apenas no século XX.

Outra parte essencial foi a análise minuciosa dos mapas da cidade bem como a comparação deste material. Além de ajudar na visualização das mudanças ocorridas nas áreas urbana e rural, foi possível compreender melhor a complexidade do crescimento involuntário ocorrido na cidade, bem como identificar os vazios formados na malha urbana. Nessa análise foi possível constatar que, além das zonas de ocupação rural e urbana, Campinas possui grandes vazios, terrenos que tem a única função de esperar pela futura urbanização.

Para compreender os aspectos arquitetônicos da Fazenda Jambeiro foi preciso entender as relações histórico-culturais ocorridas no período cafeeiro de São Paulo. As transformações sociais e econômicas ocorridas no país no século XIX atingiram os costumes e as moradias dos fazendeiros. Celso Pupo identifica em Campinas dois marcos

⁴ PUPO, Benedito Barbosa. **A margem da história de Campinas**. Campinas, SP: Palmeiras, 1973.

⁵ PUPO, Celso Maria de Melo. Op.cit 1983. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Acad. Campinense de Letras, 1969.

⁶ BRITO, Jolumá. **História da cidade de Campinas**. Campinas: Saraiva, 1956-1969

⁷ LAPA, Jose Roberto do Amaral. Op.cit. 2008.

⁸ SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das Origens ao Futuro**: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista 1765 - 1855**. Campinas. CMU/UNICAMP. 1997

¹⁰ BADARÓ, Ricardo. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas. CMU/UNICAMP. 1996.

de mudança nos costumes bem evidentes: o primeiro ligado ao ciclo do açúcar, ainda no século XVIII, responsável pelo surgimento de uma estrutura viária, o desenvolvimento do comércio e da primeira elite agrária local, além de preparar uma infra-estrutura que mais tarde foi aproveitada pelo cultivo do café. Já o segundo grande momento aconteceu quando o café substituiu o açúcar no início do XIX, acelerado pela ferrovia que surgiu com o incentivo econômico dos fazendeiros em 1874, a cidade foi aos poucos ganhando mais importância que o campo.¹¹

A historiadora Áurea Pereira da Silva, levantou dois motivos principais para o café ter substituído o açúcar tão rapidamente: além da infra-estrutura do açúcar ter permitido a lavoura de café ser um investimento de rápido retorno, “as condições do mercado externo, ávido de café e saturado de açúcar, também lhe eram favoráveis”.¹² Campinas se tornou um importante pólo de atividades empresariais, comerciais e serviços, se destacando como núcleo regional. O crescimento econômico pelos quais os fazendeiros passaram aproximou-os da cidade, além de receberem um acréscimo de prestígio com a distribuição de títulos honoríficos pela coroa.¹³

A arquitetura do café, diretamente vinculada à herança dos engenhos em São Paulo apresentava edifícios construídos com a taipa de pilão e de mão em casas térreas e assobradadas, sempre em terrenos planos. Aos poucos um novo costume foi se formando, mais adaptado a terrenos irregulares, passando-se a construir na meia encosta. Este novo modo de fazer foi de forte influência dos mineiros que vieram no fim do século XVIII, quando as minas já estavam quase exauridas e São Paulo era mais economicamente atraente.

Em meados do XIX surgiram algumas mudanças impostas pelos códigos de posturas municipais onde engenheiros sanitaristas e médicos começaram a olhar para a cidade visando à higiene dos habitantes, deste modo decretaram leis e códigos que definiram como a população deveria se portar e construir suas casas. Quanto aos edifícios,

¹¹ PUPO, Celso Maria de Mello **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas. 1969.

¹² SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, n.1, Junho 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Maio 2011. 11:03

¹³ AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. **Arquitetura Campestre na Obra de Ramos de Azevedo. A arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas**. CEATEC. PUCCAMP. 2009. p.21

neste momento tivemos grande ênfase nas questões de ventilação e iluminação natural dos cômodos. Tecnicamente, a maior difusão do tijolo em 1870, ligado a construção da ferrovia, substitui a taipa como técnica construtiva.

Pode-se dizer que a última fase da arquitetura do café já encontra-se no período republicano. Temos, por exemplo, as sedes das fazendas São Vicente, Pau d'Alho e o objeto desta pesquisa, a Jambeiro, todas na cidade de Campinas. Estas foram construídas integralmente com tijolos e reproduzem aspectos da arquitetura urbana contemporânea; as duas primeiras são térreas, enquanto a Jambeiro é a única construída em meia encosta, com a frente assobradada e os fundos térreos. No geral as sedes de fazenda da cidade mantinham seu aspecto arquitetônico com pouca variação, com exceção da Fazenda Jambeiro, nenhuma fazenda de Campinas apresenta platibanda ou frontão na estrutura da fachada. Interessante notar que ao contrário de Campinas, no Vale do Paraíba, esta decoração de fachada é muito mais comum.

“A concepção de uma casa urbana no meio rural vincula-se a uma série de variáveis e entre estas destacam-se a proximidade com a cidade, a procedência do proprietário, suas possibilidades financeiras e o seu grau de relações com a sociedade onde vive.”¹⁴

O trabalho não termina no entendimento do objeto, mas como explicado antes, minha intenção é trabalhar com a comunidade do bairro, restaurar a história da fazenda para as pessoas que moram no seu entorno e despertar nessa população uma necessidade de guarda do patrimônio. Para Haroldo Gallo, “de nada adianta conservar aquilo sobre o que não se tem memória. E para que se haja memória de alguma coisa é preciso que haja recordação, sentido que abrange o conhecimento e a apropriação de algo que se tem sentimento (...). Conservação sem apropriação de sentimento é conservação vazia e inútil. É conservação nostálgica que não forma os liames da identidade.”¹⁵ Encaro a cidade como um bem cultural na qual os problemas do patrimônio cultural são um fato social, um conflito constante entre a ordenação urbana sempre em transformação e a preservação de um patrimônio. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, ao estudar as cidades, divide-as em

¹⁴ PEDROSO, MariaLice Faria. **Arquitetura das Fazendas de Café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930**. Dissertação (mestrado). IFCH. Unicamp. Campinas. 1998. p.195

¹⁵ GALLO, Haroldo. **Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação ente a identidade e a autenticidade** in Patrimônio: Atualizando o Debate. IPHAN. 2006. p.98

três dimensões: a cidade é um *artefato*, fabricado segundo padrões sociais de forma, função ou sentido; está envolvida em um *campo de forças*, um espaço definido entre constantes conflitos de natureza territorial, econômica, política, social ou cultural; e as práticas que dão forma e função ao espaço também lhe dão sentido e inteligibilidade, deste modo a cidade também é *representação*. Qualquer projeto de intervenção deve então se voltar para o habitante, a preocupação é de esfera local.

O projeto se utiliza da arqueologia como uma forma de fazê-la tanto pública como publicamente relevante. Neste ponto, a educação patrimonial funciona como uma ferramenta de preservação sustentável. Como apresentado no artigo *Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos* de Rossano Lopes Bastos, entender sobre o patrimônio é um tipo de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.¹⁶

O volume dessa dissertação se divide em seis capítulos, além de uma introdução e um apêndice. Na primeira parte falo sobre o contexto geral dos temas que meu objeto sugere. O primeiro capítulo se refere à história de Campinas, onde faço um breve panorama histórico da formação da cidade até os dias de hoje, me aprofundando nas questões rurais, de como a mancha urbana que até meados de 1950 se manteve dentro dos limites estabelecidos ainda no século XIX. No entanto, a partir da década de 1960, com as fronteiras planejadas para os ambientes rural e urbano sendo transpostas de maneira errática, a cidade passa a apresentar um crescimento desordenado. As questões que levanto se referem principalmente à falta de planejamento urbano acrescida do problema da especulação imobiliária que provocou o esfacelamento de diversas antigas fazendas para a construção de condomínios fechados e loteamentos sem nenhum plano de crescimento.

No segundo capítulo apresento o estudo pormenorizado de meu objeto, desta forma subdividindo-o em duas partes: os aspectos históricos da Fazenda Jambreiro e os aspectos arquitetônicos. Nos aspectos históricos utilizo os inventários da família Camargo e Amaral para descobrir os primórdios da fazenda, desde a sesmaria Sete Quedas, a qual pertencia, passando pelo seu desmembramento, crise financeira e a venda em 1914. Neste momento

¹⁶ BASTOS, Rossano Lopes. *Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos*.in Patrimônio: Atualizando o Debate. IPHAN. 2006.

apresento melhor a sede da fazenda, construída em 1897 e, atualmente, embora arruinado, o único edifício identificável do complexo remanescente. Devido à documentação precária, avanço o século XX apenas apontando os diversos proprietários até 1979 quando se inicia o loteamento que deu origem ao bairro Parque Jambuí.

Quanto aos aspectos arquitetônicos traço paralelos entre as transformações que ocorreram na arquitetura rural paulista e suas influências expressas na materialidade da Fazenda Jambuí. Para falar sobre este assunto utilizo alguns dos principais estudiosos da arquitetura de São Paulo, como Luis Saia¹⁷ e Carlos Lemos,¹⁸ autores pioneiros na questão da morada paulista que, com maior ou menor aprofundamento, estudaram diversos períodos da história de São Paulo. Busco levantar os pontos de concordância e discordância entre os diferentes autores. Nesse momento questiono a atribuição à Ramos de Azevedo da construção da sede da fazenda baseando minha argumentação na falta de documentação e comparação com outras obras do referido arquiteto.

Ao terceiro capítulo reservo a discussão mais contemporânea que se refere ao tombamento da Fazenda Jambuí. Exploro os impasses e contradições expressos no processo de tombamento em confronto com os jornais *Correio Popular* e *Diário do Povo*. Ao percorrer o processo desde sua abertura em 1989 foi possível acompanhar os diversos “destombamentos” que ocorreram no complexo e sua repercussão na mídia. Além de uma análise de questionários que apliquei aos moradores do bairro. O objetivo do questionário foi mapear como essas pessoas se relacionam com a Fazenda Jambuí, qual o conhecimento acerca do local e o que eles pensam que deveria ser feito em relação a ele.

O capítulo quatro trata sobre a trajetória política do patrimônio e da arqueologia no Brasil. Aqui me aprofundo na evolução das políticas referentes à arqueologia e ao patrimônio implantadas no Brasil, ligada à criação dos órgãos de proteção patrimonial nas diversas esferas: federal, estadual e municipal. Devido ao objeto em estudo, meu foco, no que se refere às políticas patrimoniais, é a área rural. Discuto alguns critérios de intervenção em sítios arqueológicos e como essas diretrizes podem ser aplicadas na

¹⁷SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972

¹⁸LEMOS, Carlos. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo. EDUSP. 1999

Fazenda Jambeiro. E por fim, faço uma breve análise de alguns outros patrimônios no Brasil que, de uma forma ou de outra, tem relação com o objeto em questão.

O quinto capítulo eu reservo à discussão conceitual de elementos importantes para a constituição de uma proposta para a Fazenda Jambeiro, desta forma exploro o significado do patrimônio, as possibilidades de relação entre população e território, o papel do patrimônio na formação da identidade cultural. Termino o capítulo apresentando conceitualmente a Arqueologia Pública como um braço da disciplina arqueológica que trabalha justamente com a interface entre a produção do conhecimento por meio da pesquisa e as diferentes formas de devolver esse conhecimento adquirido para a população. São as possibilidades geradas pela arqueologia pública como forma de intervenção e disseminação da informação a ser produzida no local.

Por fim, como o objetivo final da dissertação é propor um uso para o espaço da fazenda. A partir da análise do levantamento histórico e arquitetônico cruzando com dados do contexto social e urbano, apresento uma proposta de uso para a Fazenda no sexto capítulo desta dissertação. Baseio minha proposta nos estudos de caso apresentados e na situação atual de ruína, para enfim tecer uma proposta auxiliada nas teorias da arqueologia pública. Nos anexos ao final apresento um dossiê fotográfico da fazenda e o questionário aplicado aos moradores.

Capítulo 1 – Campinas, o urbano e o rural

As controversas estratégias de expansão urbana da cidade de Campinas acarretaram nos diversos problemas urbanos atuais. A especulação imobiliária ditou as regras de ocupação desde o fim do século XIX na cidade, e isso resultou em um crescimento difuso marcado por diversos núcleos de urbanização e, como consequência, diversos vazios urbanos. Pretendo neste capítulo apresentar como ocorreu o desenvolvimento da cidade de Campinas, as decisões quanto ao direcionamento de sua expansão, os planejamentos, executados ou apenas esboçados no papel.¹⁹

É muito importante entender como se procedeu o desenvolvimento desta cidade para compreender a situação do objeto de análise desta dissertação: a Fazenda Jambeiro. Localizada às margens da rodovia Anhanguera, esta propriedade sofreu com as transformações urbanas de Campinas. Sempre próximo ao núcleo urbano, apenas 7 km do centro administrativo, teve um papel de destaque na segunda metade do século XIX, mas depois de contínuos ciclos de crise, que mostrarei no próximo capítulo, suas terras foram divididas e subdivididas. Atualmente, como resultado dos sucessivos desmembramentos, existe apenas as ruínas da sede como remanescente desta propriedade rural no meio do afloramento urbano.

Assim, o foco de minha análise será a área rural, onde mostrarei que embora Campinas tenha apresentado diversos planos para o desenvolvimento do campo no decorrer do século XX, de forma a não tratá-lo apenas como um lugar vazio a espera da urbanização, poucos deles foram implantados. As novas áreas urbanas que surgiram desde o fim do século XIX se alinham às necessidades da elite fundiária. Os campos sendo utilizados cada vez menos para o cultivo ou criação se valorizaram a ponto de grandes latifúndios se tornarem condomínios e loteamentos, quem tem a posse da terra é que determina qual será

¹⁹ BADARÓ, Ricardo. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas. CMU/UNICAMP. 1996; Câmara Municipal de Campinas. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952; PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. **Campinas e seus Rurais**. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Campinas. 2006; SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002; SILVA, Paula Francisca Ferreira de. **A Expansão Urbana de Campinas Através de Condomínios e Loteamentos Fechados (1974 – 2005)**. Dissertação de Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos – USP. 2008.

o novo local de afloramento urbano. Por meio da análise do desenvolvimento de Campinas é possível perceber que essa elite fundiária decide não apenas onde serão construídas novas moradias, mas a partir do loteamento de suas terras decide também a quem se destinará tal empreendimento. Desta forma, atualmente é perceptível a separação social que existe na cidade, concentrando no norte os condomínios para pessoas de maior poder aquisitivo, e ao sul os loteamentos populares. Com algumas exceções esta é a constituição social da cidade, toda determinada pelos grandes proprietários e seus empreendimentos imobiliários.

Desta forma, começo minha análise na primeira metade do século XVIII onde aconteceram significativos desmembramentos no território paulista. Em 1720 as terras correspondentes às minas de ouro descobertas no norte da província se transformaram na capitania de Minas Gerais. Logo depois, em 1733, outra região em que foi descoberto ouro, foi também desmembrada, a capitania de Goiás e, em 1748, Mato Grosso. Embora São Paulo tivesse perdido a possibilidade de explorar a mineração, o ouro proporcionou um aumento no poder aquisitivo da população no interior do Brasil. Formou-se um importante mercado consumidor, a capitania de São Paulo explora de forma indireta essa situação através da produção de alimentos com objetivo de abastecer a região das Minas. No entanto, a coroa portuguesa temendo perder o controle da colônia proíbe alguns produtos de serem comercializados entre as províncias. Neste contexto, São Paulo estaria condenado a ser apenas um entroncamento de rotas fluviais e terrestres, com o agravante de não poder aproveitar esta condição, teoricamente favorável ao comércio, por se encontrar subordinado ao pacto de exclusividade com a Metrópole.

Aberto o caminho dos Goiasés, pelos anos de 1722 e 1725, logo começaram a ser pedidas e concedidas sesmarias ao longo da estrada (...) fez surgir a exploração de pousos ao longo da estrada.²⁰

Até meados do século XVIII as poucas vilas que existiam em São Paulo serviam apenas como local de contato com as autoridades, a maior parte da população vivia em suas próprias roças na produção de gêneros alimentícios²¹. O cenário mudou apenas na segunda

²⁰ Câmara Municipal de Campinas. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952

²¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista 1765 - 1855**. Campinas. CMU/UNICAMP. 1997, p.24 e MARTINS,

metade deste mesmo século, com a chegada do capitão general e governador da capitania de São Paulo, Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, mais conhecido como Morgado de Mateus. Este implementou uma nova política de povoamento baseada na distribuição de terras para o desenvolvimento da agricultura. Uma de suas primeiras ações foi organizar a população dispersa no território agrupando-a em novas cidades. Tal política se intensificou a partir do início da gestão de Marquês de Pombal em 1770, atuando na função de secretário de negócios do Reinado de Dom José I (1750 – 1777).

“O governo pombalino impôs a mudança política, fortalecendo o poder do Estado contra alguns interesses da nobreza e do catolicismo jesuítico”²². A atuação conjunta de Morgado de Mateus e o marquês de Pombal resultaram na criação de uma rede de rotas terrestres e fluviais que tinha como objetivo ligar comercialmente o norte com o sul da colônia. Dentre os muitos povoados que surgiram no entorno destas novas rotas abertas tivemos a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí, que nasceu às margens da Estrada dos Goyases, a futura cidade de Campinas.

A grande transformação implementada por Morgado de Mateus e o Marques de Pombal foi reflexo do delicado momento da política nacional e internacional.²³ Lisboa foi obrigada a adotar medidas mais efetivas em relação à proteção das fronteiras da colônia de possíveis invasores espanhóis. São Paulo então se tornou fundamental no plano de defesa do extremo sul. Aproveitando estas medidas de garantia de fronteiras externas, as províncias também determinaram suas próprias ações que garantisse suas fronteiras internas. Na província de São Paulo, a forma encontrada para manter a fronteira norte e o domínio do Caminho das Minas dos Goyases consistiu em desenhar um “arco de ocupação composto por cinco vilas e freguesias, em cujas extremidades ordenou a fundação de Nossa Senhora da Escada, atual Guararema e Botucatu”²⁴. Entre elas instalou-se São João do Atibaia, Piracicaba e, entre as duas, Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí.

Valter. **Nem Senhores, Nem Escravos: os pequenos agricultores de Campinas 1800 – 1850**. Campinas. CMU/UNICAMP. 1996, p.124.

²² SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmária da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiáí (1732-1992)**. Campinas, SP: UNICAMP, 2002. p. 28.

²³ Idem.

²⁴ Idem. p.67

Além disso, o que permitiu o avanço econômico da capitania foi a remoção de alguns dos obstáculos do pacto de exclusividade colonial. Isso contribuiu para o surgimento de uma economia interna de subsistência dinamizada pela circulação do ouro no território.²⁵ “O desenvolvimento desta estratégia política do colonialismo português produziu, no plano econômico do Estado do Brasil, a inauguração da agricultura paulista de comércio”²⁶. Neste momento se apostou numa nova forma econômica de produção de açúcar, articulando o pacto de exclusividade colonial com a economia de abastecimento. Este contexto possibilitou à província se desenvolver.

“Ao norte da cidade de São Paulo, apenas Jundiá (1615) e as freguesias de Mogi-Mirim (1759) e Mogi-Guaçu (1740) constituíam-se nas bases de apoio às viagens bandeiristas pelo Caminho das Minas dos Goyases”²⁷. A criação das freguesias de Campinas e Piracicaba e a vila de São João do Atibaia foram de extrema importância na ocupação territorial da capitania. Porém, a simples fundação delas não era suficiente, e para chamar a população para a localidade o governador da província adotou medidas como: concessão de terras e materiais e a isenção do serviço militar.

A construção da primeira capela no povoado conhecido por Bairro Rural do Mato Grosso de Jundiá em 1774 marcou a fundação da Freguesia que no futuro se tornaria Campinas. Foi escolhida a parte “ocidental da metade setentrional”²⁸ da sesmaria de Antonio Cunha de Abreu, pois esta se situava exatamente na metade do caminho de São João do Atibaia e Piracicaba. Tal sesmaria se caracterizava por ser dividida ao meio pelo Caminho das Minas dos Goyases desde que a estrada fora traçada em 1732. Devido ao abandono, a sesmaria foi tomada de seu antigo administrador e dividida entre Francisco Barreto Leme, Felipe Nery Teixeira e Manuel Fernandes de Sam Payo. Uma parte do que ficou designada à Barreto Leme se tornou o centro político e religioso da Freguesia.

Argollo²⁹ com uma análise baseada em Pupo³⁰ divide o processo de distribuição de sesmarias na região de Campinas em dois períodos distintos: entre 1728 e 1754, e entre

²⁵ Idem.

²⁶ Idem. p.29

²⁷ Idem. p.61

²⁸ Idem. p.89

²⁹ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit.

1790 e 1794. No primeiro período não existiria vestígio de ocupação, os autores especulam que este momento o interesse dos sesmeiros, pessoas influentes de cidades como São Paulo, Santos e Itu, era adquirir as terras para um possível lucro futuro. Num segundo momento, com o núcleo urbano em consolidação, teve suas terras aproveitadas, com o uso efetivo para a exploração em larga escala da cana-de-açúcar.³¹

No cenário político internacional ocorreu a revolta do Haiti, até então o principal produtor e fornecedor de açúcar para a Europa, provocando uma crise no consumo do produto. Tal crise contribuiu para a criação de uma nova destinação para as terras de São Paulo. A agricultura de subsistência, itinerante e familiar cedeu à grande lavoura monocultura de cana de açúcar. O cultivo de alimentos para abastecer a região ainda continuava nas pequenas propriedades, porém o impulso econômico que São Paulo recebeu foi fruto da agricultura extensiva.

Estrategicamente foi montado o desenho das principais localidades produtoras de açúcar chamada de quadrilátero do açúcar, onde os limites e seus principais centros eram as vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. Uma rede de estradas entre as vilas em conjunto com o Caminho dos Goyases e Viamão articulavam a estrutura básica da troca comercial do eixo sul da colônia. A resposta a estas ações veio rapidamente, sendo registrada a primeira exportação de açúcar do território paulista ainda no governo de Morgado de Mateus na década de 1770, este pode ser considerado o início da lavoura voltada para a exportação baseada na produção em larga escala e no trabalho escravo.

A lavoura de açúcar se destacou rapidamente em Campinas, mas com o crescente número de habitantes e a grande distância até Jundiaí o controle da Freguesia se complicava. A elite da Freguesia da Nossa Senhora de Mato Grosso de Jundiaí, composta por senhores de engenho e pequenos agricultores pediu a elevação a vila. Em 4 de novembro de 1797 a freguesia que possuía mais de dois mil habitantes se tornou vila e em homenagem ao santo São Carlos de Borromeu recebe o nome de São Carlos. No entanto o nome de Campinas era e continuou sendo muito usado entre a população, tanto que, quase cinqüenta anos depois, quando a vila se tornou cidade, o nome Campinas foi restituído.

³⁰ PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, Município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas.** São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1983.

³¹ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.200

Em 1840 o governo provincial lhe deu o título a cidade. na época de minha viagem de minha viagem [1845 e 1847] não tinha prevalecido o nome oficial, e até hoje parece que não é geralmente adaptado, pois só se encontra o de Campinas nos relatórios dos presidentes provinciais e apresentados a assembléia legislativa.³²

No final do século XVIII o café passou a ser explorado economicamente, a princípio, no Vale do rio Paraíba fluminense, mas rapidamente se tornou a principal fonte econômica da província de São Paulo instalando um interessante capitalismo escravocrata.³³ O café abriu caminho e avançou para o oeste paulista impulsionado principalmente pela fácil adaptação da infra-estrutura deixada pelos engenhos e o favorável mercado externo.³⁴ A partir dele surgiram novas necessidades programáticas, entre as quais, a fazenda passou a se organizar em torno dos terreiros de secagem de café, e por questão de controle, a sede se avizinhou da área de trabalho.³⁵

Na região de Campinas o açúcar teve seu auge em 1836, mas a partir desta data a produção começou a perder espaço para o café. Dentre os pioneiros na região no cultivo da planta com objetivo comercial tivemos Antonio Manuel Teixeira, Francisco Egídio de Souza Aranha, José Teixeira Nogueira e D.Theresa Miquelina do Amaral, esta última futura proprietária do sítio Jambeiro³⁶. O café se tornou o principal produto produzido na cidade na metade do XIX e com produção sempre crescente: contando com 82 fazendas e produção de 200 arrobas em 1852, número que saltou para 177 fazendas apenas dois anos depois com uma produção de 330 mil arrobas.³⁷

A cultura do café, que hoje [1860] é a principal do município, data de apenas 30 anos, que foi introduzido, e 20 que tem tomado o seu

³² SAINT-HILAIRE, Auguste de. **S. Paulo nos Tempos Coloniaes**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1921, p.161.

³³ FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000427876>>. Acesso em: 21 jun 2011.

³⁴ FERRÃO, André Munhoz Argollo. **Op.Cit.**

³⁵ SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972

³⁶ PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas. 1969. p.42.

³⁷ SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e Fazendas de Café em Campinas (séc.XVIII – séc.XX)** in Anais do Museu Paulista. v.14. n.1. janeiro – junho 2006. p.94.

incremento. Existem aqui 189 fazendas que se empregam essa cultura, e avalia-se, termo médio, a sua expansão para cima de 700 mil arrobas.³⁸

A partir de 1851, a produção paulista de café superou a de açúcar. A expansão da cafeicultura aumentou as exportações e importações, e São Paulo ficou cada vez mais em evidência no mercado internacional. Todas as transformações econômicas foram frutos da nova dinâmica proporcionada pela cafeicultura, mas esta só ocorreu devido a algumas leis que capitalizam a propriedade de terra.³⁹ A legislação de posse de terras começou a mudar a partir de 1822 com o fim do regime de sesmarias, onde as propriedades passaram a pertencer aos administradores, não sendo mais uma concessão do Império. Esse quadro permitiu o crescimento territorial das fazendas, que se apoderaram de terras consideradas devolutas. A Lei de Terras de 1850 legitimou estas ocupações e o surgimento dos grandes latifúndios, e todos os proprietários a partir desta data foram obrigados a tirar o título de posse.

Art. 11: os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhe ficaram pertencendo por efeito desta lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los por qualquer modo.

Art. 15: os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas, contanto que mostrem pelo estado de sua lavoura ou criação que tem os meios necessários para aproveitá-las.⁴⁰

A terra passou a ser comprada, atingindo valores em níveis nunca antes imaginados, impossibilitando o homem comum de possuir uma propriedade. No entanto, a área de rossio definida no momento de constituição da vila permanece como terra de uso comum da população.⁴¹ Devido à dinâmica da economia açucareira e ao crescimento populacional, o mercado de terras em Campinas já existia desde o início do século XIX⁴².

³⁸ ZALUAR, Augusto Emilio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Martins, 1953. p.136

³⁹ SANTOS, Antonio da Costa. Op.Cit.

⁴⁰ Lei de Terras 601 de 18/09/1850. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm último acesso: 6 de novembro de 2012.

⁴¹ SANTOS, Antonio da Costa. Op.cit. p.155

⁴² MARTINS, Valter. Op.cit. p.146

Por causa das intensas pressões internas e externas para o fim da escravidão, a proibição do tráfico acabou provocando um grande aumento nos preços dos escravos, encarecendo a produção, onde os fazendeiros se viram obrigados a procurar alternativas. Neste momento começou a substituição da mão-de-obra escrava para assalariada por meio do financiamento do transporte de imigrantes europeus. Essa nova população de trabalhadores se tornou uma opção interessante, pois além do serviço sair mais barato, a cultura e as qualificações profissionais que possuíam eram mais próximas dos costumes portugueses. Dentre os diversos ofícios que apresentavam vieram muitos artesãos, mestre-de-obras e pedreiros, que a princípio, foram enviados às lavouras, mas em pouco tempo passaram a trabalhar nas cidades. Destas diversas ocupações a construção civil merece destaque, bem como as novas técnicas, padrões de construção e materiais trazidos por ela.⁴³

Outro fator responsável pela dinamização econômica ocorrida na província e a difusão destas novas técnicas e materiais foi a instalação das ferrovias, que facilitou e ampliou a comunicação com a Europa e Estados Unidos. A interligação com o porto de Santos foi aprimorada, transformando-se em pouco tempo no principal escoador do café produzido no oeste paulista. Em Campinas o trem chegou com a Companhia Paulista em 1872, e mais tarde, no mesmo ano, foi inaugurada a Companhia Mogiana, a qual teve seu primeiro trecho aberto em 1875. A Companhia Paulista foi fundada em 1868 e conectava-se à São Paulo Railway em Jundiaí, esta descia até o porto de Santos e fazia o escoamento da produção de café. Com a ligação com a Paulista foi possível escoar a produção do Oeste Paulista. Ao passo que a Companhia Mogiana ficaria responsável por atingir o noroeste da província, uma primeira etapa atinge Mogi Mirim, mas foi continuamente ampliada prolongando seus trilhos até Ribeirão Preto em 1880, seguindo não apenas um único curso, pois chegou a Poços de Caldas no sul de minas em 1886 e em Franca em 1889.⁴⁴

Com o enriquecimento da região, as fazendas aos poucos trocaram os equipamentos tradicionais por novas e modernas máquinas de beneficiamento de café. Especialmente a cidade de Campinas se sobressai, pois sua posição estratégica no entroncamento de diversas rotas comerciais, caminhos de tropas e trilhos de trem, a tornaram o local ideal para a

⁴³ SAIA, Luís. Op.Cit.

⁴⁴ POZZER, Guilherme Pinheiro. **A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002)**. Dissertação de Mestrado IFCH/Unicamp. 2007

instalação de diversas casas de importação e oficinas de reparo e montagem especializadas no maquinário cafeeiro.⁴⁵ A presença destas empresas foi outro fator que contribuiu para o enriquecimento da cidade, pois o equipamento novo que garantiria uma melhor eficiência na colheita se tornou muito mais barato para os fazendeiros da região.⁴⁶

As máquinas utilizadas no beneficiamento do café no “oeste” [Campinas] eram também mais modernas do que as anteriormente utilizadas [Vale do Paraíba]. Entre as décadas de 1860 e 1870 já se podiam encontrar máquinas industrializadas, como despoldadores, estufas de secagem e secadores mecânicos em algumas fazendas brasileiras. O uso de máquinas importadas ou já fabricadas em oficinas brasileiras, como as Lidgerwood, MacHardy, o Sistema Conrado (montado pela Bierrenbach & Irmão) e outras, conferia ao café brasileiro ganhos qualitativos de grande magnitude que iam aos poucos desfazendo a má reputação dos cafés brasileiros⁴⁷

Dentre as diversas empresas instaladas em Campinas temos: Bierrenbach & Irmãos em 1857, Faber & Irmãos em 1858, Olaria Antônio Carlos Sampaio Peixoto em 1867, Lidgerwood Mfo.Co.Ltda em 1874 e a Fabrica de Tecidos Carioba em 1884. Além disso houve também uma crescente instalação de instituições financeiras: Banco Colonial do Estado de São Paulo (1871), Banco Mercantil de Santos (1873), London Brazilian Bank Limited (1873), Banco do comercio e Industria, Banco União de São Paulo e Banco dos Lavradores (1883).⁴⁸ Além das empresas que recebiam concessões para explorar o serviço público como: “a Companhia Campineira de Iluminação e Gaz (1872) e sua sucessora, a Companhia Campineira de Iluminação e Força (1906); a Companhia Campineira de Carris de ferro 9operadora dos bondes de tração animal – 1878); Companhia Campineira de Águas e Esgoto (1887); e a Companhia Campineira de Tração Luz e Força (1911)”.⁴⁹

⁴⁵ CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. **Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG Ltd., década de 1850 a 1890.** Dissertação (mestrado). Instituto de Economia – Unicamp. Campinas. 2003.

⁴⁶ PELLICCIOTTA, Mirza. “Subsídios para o Estudo da Evolução Urbana de Campinas” in **Revista do ICH**, nº01. Campinas. 1997.

⁴⁷ FALEIROS, Rogério Naques. Op.cit. p.56

⁴⁸ BADARÓ, Ricardo. **Campinas: o despontar da modernidade.** Campinas. CMU/UNICAMP. 1996. pp.28 – 29.

⁴⁹ SANTOS, Antônio da Costa. Op.cit. p.162

Com objetivo de manter o crescimento econômico proporcionado pelo café que se concentrava em Campinas, D. Pedro II fundou o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Este instituto tinha o objetivo pela pesquisa e desenvolvimento de técnicas agrícolas e novas espécies de plantas economicamente exploráveis.

Para garantir um aumento constante da produtividade das unidades produtivas de café em 1887 foi fundado por D. Pedro II o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), cuja finalidade era desenvolver a pesquisa científica para proporcionar bases mais sólidas para a acumulação de capitais neste setor. Estudos realizados por equipes especializadas, lideradas pelo pesquisador austríaco F.W. Dafert, visavam estabelecer rotinas capazes de aumentar a produtividade das lavouras tais como a adubação orgânica, o espaçamento, cultivo e controle de pragas. Além de importante centro comercial, Campinas se tornou o maior centro de pesquisa do desenvolvimento tecnológico da cafeicultura brasileira.⁵⁰

A cidade de Campinas se desenvolveu em função da sua zona agrícola, primeiro a cana de açúcar e depois o café. No entanto, esse crescimento em população e extensão não veio sem conseqüências. Devido a falta de planejamento, por toda segunda metade do século XIX Campinas sofreu com diversas epidemias: cólera-morbo (1850), varíola (1860/1870) e febre amarela (1880/1890). Foi neste período que ocorreram grandes e rápidas transformações na cidade, em destaque na década de 1870 que, com a construção da Santa Casa de Misericórdia (1876) e da Estação da Companhia Paulista (1872), foram demarcado os limites do urbano. Não apenas isso, estas duas instituições foram responsáveis por dar continuidade ao seu desenvolvimento.

Como já mencionado a partir da instalação da Estação Paulista a economia avançaria a passos mais largos, toda produção regional teria que se concentrar na cidade para então ser enviada para capital, da mesma forma, qualquer produto que viesse de São Paulo teria que passar pela cidade. Campinas fortaleceu ainda mais sua característica estratégica de entroncamento viário, toda produção teria que passar pela cidade, favorecendo o comércio e dinamizando sua economia.⁵¹

⁵⁰ FALEIROS, Rogério Naques. Op.cit. p.56

⁵¹ PELLICCIOTTA, Mirza. Op.Cit.

Do outro lado da cidade, a construção da Santa Casa de Misericórdia, em conjunto com algumas medidas sanitárias feitas pela câmara, contribuiu no combate às epidemias que assolaram a cidade. Até este momento todo tratamento médico ou farmacêutico teria que ser feito em clínicas particulares, excluindo grande parte da população de qualquer tratamento.⁵² Por iniciativa do padre Joaquim José Vieira, vigário de Campinas desde 1860, teve início a busca por recursos para construção da instituição. Este recebeu donativos de diversos fazendeiros, comerciantes e moradores da região, com destaque a Maria Felicíssima de Abreu Soares que cedeu o terreno e José Bonifácio de Campos Ferraz que foi responsável pela construção da capela de Nossa Senhora da Boa Morte, iniciativa que lhe rendeu o título de Barão de Monte-Mor. A instituição contava com 4 enfermarias de clínica médica, 4 de cirurgia, 2 de pediatria, 1 de oftalmologia, 1 de otorrinolaringologia, 1 de cardiologia e 2 de fisiologia.⁵³

No mapa de 1878 (ver fig.1) podemos identificar o tecido urbano que abrigava cerca de 33 mil habitantes⁵⁴ logo se expandiria com o loteamento de novos bairros: Guanabara, Bonfim, Botafogo, Ponte Preta, Taquaral, Bosque dos Jequitibás e Fundão.⁵⁵ O perímetro urbano era identificado nos códigos de postura, para indicar até onde as leis municipais de planejamento urbano valeria:

Começa na rua Lusitana e vai até a do Caracol, quebra a esquerda até dar na rua Sete de Setembro, por esta sobe até dar na rua Augusto Cesar, onde quebra a direita e por ela vai até a Ferreira Penteado, desce por esta até o de (Rosamaria) do Amaral, aí quebra a esquerda e por ela sobe até a São Carlos pela qual vai até dar na rua Lusitana, onde quebra a esquerda, sobe pela mesma até dar na rua 24 de Maio, por esta segue até a do Visconde de Rio Branco, ai quebra a direita e desce até a de Saldanha Marinho, onde quebra a direita e por esta desce até a do Imperador, onde quebra a direita e por esta desce até encontrar a do Sacramento, onde quebra e por ela desce até a do Alecrim, ai quebra a direita por essa segue até a do Dr.

⁵² BRITO, Jolumá. **Historia da cidade de Campinas**. Campinas, SP: Saraiva, 1956-1969.

⁵³ Câmara Municipal de Campinas. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

⁵⁴ “Em 1872 a população de Campinas era constituída por 33.000 habitantes”. BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.26

⁵⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros, Campinas 1850 – 1900**. Campinas, Editora da UNICAMP. 2008. p.53

Quirino, onde quebra a esquerda e por ela desce até a rua da Ponte, onde quebra a direita e por ela desce até encontrar a rua Lusitana, onde se começou a presente demarcação.⁵⁶



Fig. 1 – Planta da cidade de Campinas, 1878.

⁵⁶ Campinas. Câmara Municipal. Arquivo. Livro de Posturas e Editais: 1879 a 1891, pp.33v – 34 in LAPA, José Roberto do Amaral. Op.cit. p.34

É interessante ressaltar que desde 1858 a câmara municipal legislava sobre as construções urbanas, regulando a volumetria das casas térreas (4,40m) e sobrados (7,92m)⁵⁷; largura mínima dos vãos das portas (5x12 palmos) e janelas (5x8 palmos) estabelecendo uma padronização de proporcionalidade nos edifícios⁵⁸. Ao passo que a legislação referente às ruas aparece desde 1829, nesta era estabelecida a largura mínima de 50 palmos para as ruas e 30 palmos para os becos.⁵⁹

Tamanho é o crescimento da cidade que em 1888 atinge 50 mil habitantes, sendo apenas 20 mil na zona urbana.⁶⁰ No entanto, os surtos de Febre Amarela que atingiram a cidade entre os anos de 1889 e 1897 dizimariam a população até o número de apenas cinco mil habitantes.⁶¹

A partir de então uma série de medidas foram tomadas para recuperar a cidade dessa crise. Dentre as quais temos a lei número 43 de 1895, regulamentada em 1896 que “estabeleceu para edificações no perímetro urbano, normas de higiene e solidez que se constituíram no primeiro código de Construções da cidade.”⁶² Além disso foi redigida uma lei centralizando os serviços de higiene e sanitários ao Estado, uma série de obras de saneamento e drenagem de córregos e áreas alagadiças. Tudo sob responsabilidade da Comissão Sanitária do Estado chefiada por Emilio Ribas e colocando em prática os projetos de saneamento de Saturnino de Brito.⁶³ A eficiência das obras pode ser comprovada pela recuperação na população em 1900 já teria recuperado o número de habitantes da zona urbana de antes da epidemia⁶⁴ e supera em total de habitantes contando com a zona rural.⁶⁵

⁵⁷ Art. 4º do Código de Posturas de 1858 in LAPA, José Roberto do Amaral. Op.Cit. p.56

⁵⁸ Art. 10º do Código de Posturas de 1858 in LAPA, José Roberto do Amaral. Op.Cit. p.57

⁵⁹ Art. 3º do Código de Posturas de 1829 in LAPA, José Roberto do Amaral. Op.Cit. p.61

⁶⁰ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p30

⁶¹ Idem. p.31

⁶² Idem. p.32

⁶³ LAPA, José Roberto do Amaral. Op.cit. p.262

⁶⁴ “Readquire em 1900 a população urbana de 19.000 habitantes” in BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.32

⁶⁵ Segundo Zoraide Miranda 67,5mil pessoas em 1900 in MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. **A Incorporação de Áreas Rurais às Cidades: um estudo de caso sobre Campinas.** Tese (Doutorado) – Instituto de Economia / UNICAMP. Campinas. 2002. p.44.

As obras de saneamento de Saturnino de Brito ficaram paralisadas por 18 anos, depois que o projeto tinha sido aceito, só foi começar a ser aplicado em 1915. A primeira obra terminada foi inaugurada em 1918, a avenida perimetral que margeava o norte do centro histórico e recebeu o nome de Avenida Orosimbo Maia. Outra das obras foi a canalização do córrego do Tanquinho que foi entregue apenas em 1925. Ambas foram importantes no período seguinte, quando ocorre pela primeira vez a transposição da área do rossio.⁶⁶

É possível perceber este crescimento ao compararmos os mapas de 1878 e 1900 (figuras 1 e 2 respectivamente), os limites urbanos impostos pelos códigos de postura na década de 1870 expressos pelo mapa de 1878 são ultrapassados. A cidade que estava limitada ao sul pela Estrada de Ferro Paulista, no início do século XX ganha novos limites para além das barreiras imaginárias das linhas férreas. A comparação dos dois mapas mostra que o crescimento ocorrera principalmente em direção ao norte (onde o limite era a Santa Casa de Campinas) e ao Oeste. A região Leste, que podemos identificar pelo Bosque dos Jequitibas, foi a de menor expansão por se tratar de uma área mais alagadiça, mas também por causa da Fazenda Paraíso que se encontrava no limite da cidade.

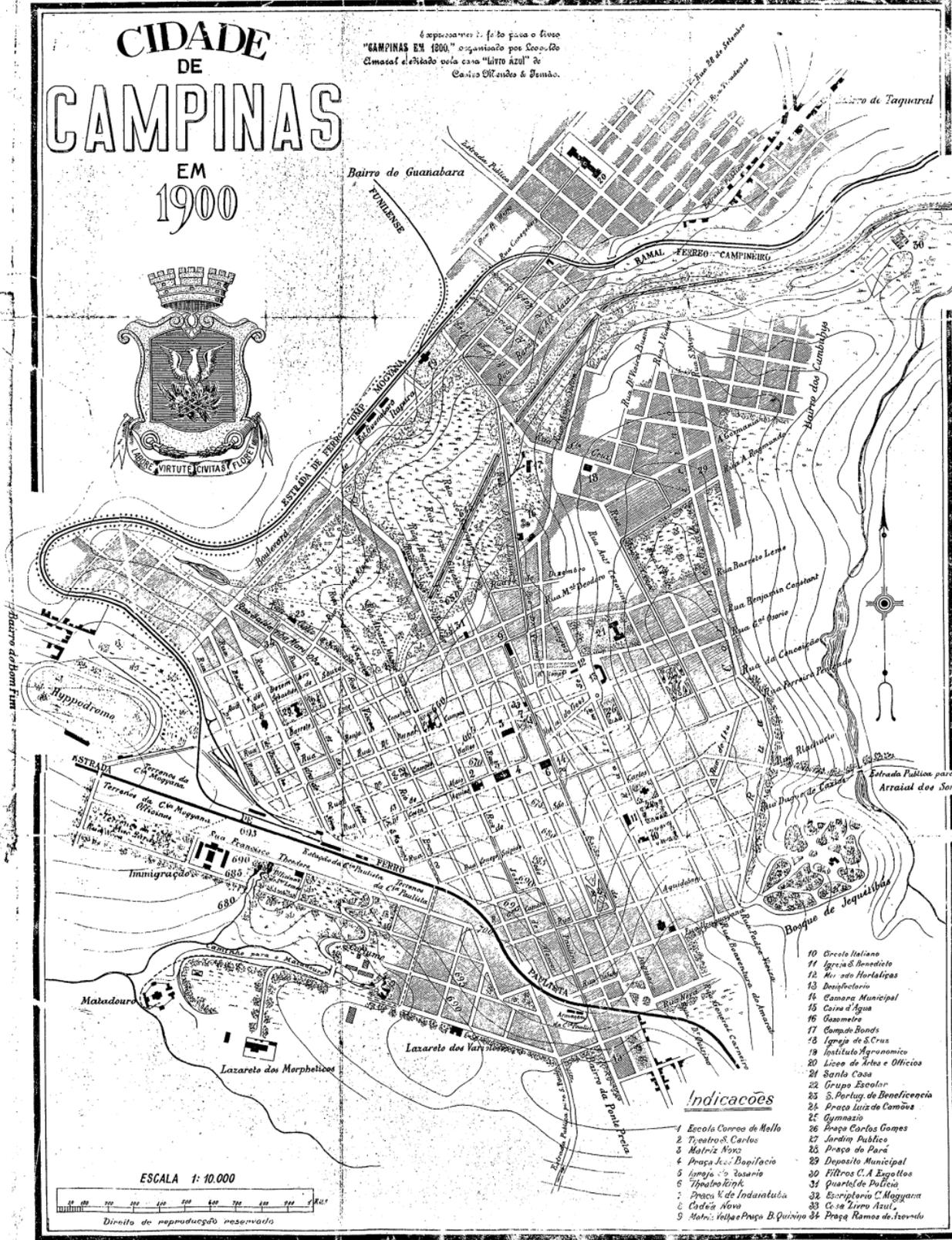
⁶⁶ SANTOS, Antonio da Costa. Op.cit. p.186

P. U. ARQUIVO
 3708
 21-06-77

COMISSÃO DE BARRIO DE CAMPINAS
 DEPARTAMENTO DE BARRIOS DE CAMPINAS
 ORIGINAL: M-704

CIDADE DE CAMPINAS EM 1900

As repartições e feitorias e o fisco "CAMPINAS EM 1900" organizado por Leopoldo Cimaes e editado pela casa "LITTO AZUL" de Carlos Ottens & Demio.



- Indicações**
- 10 Circolo Italiano
 - 11 Igreja S. Benedito
 - 12 Mei ado Hortaliças
 - 13 Despachorio
 - 14 Camera Municipal
 - 15 Caixa d'Agua
 - 16 Casamiro
 - 17 Comenda Bando
 - 18 Igreja de S. Cruz
 - 19 Instituto Agronomico
 - 20 Liceo de Artes e Officinas
 - 21 Santa Casa
 - 22 Grupo Escolar
 - 23 S. Parlay de Beneficencia
 - 24 Praça Luiz de Camões
 - 25 Gymnasio
 - 26 Praça Carlos Gomes
 - 27 Jardim Publico
 - 28 Praça da Para
 - 29 Deposito Municipal
 - 30 Filtros C. A. Esq. Moa
 - 31 Quartel de Policia
 - 32 Escriptorio C. Magyara
 - 33 Casa Livro Azul
 - 34 Praça Ramos de Azevedo

ESCALA 1:10.000
 0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000
 Direitos de reprodução reservados

Fig.2 – Planta da cidade de Campinas, 1900.

A cidade apresentava um interessante e proveitoso momento de influência mútua entre o urbano e o rural. Como o desenvolvimento que ocorria no centro urbano com crescimento do setor de serviços, do centro comercial financeiro, nos campos educacional, cultural e científico, nas diversas indústrias que se instalavam no seu território, tudo acontecia em função da cafeicultura.⁶⁷ No início do século XX ocorre uma grande diversificação na agricultura, pois “os anos subseqüentes à febre amarela não foram favoráveis à comercialização do café”⁶⁸. Aproveitando uma tendência do estado, Campinas retoma a cultura do algodão e a produção de alimentos voltados para o mercado interno, é importante ressaltar que o cultivo do café não foi abandonado, apenas passou a fazer parte de um rol maior de produtos cultivados. Essa alteração na estrutura fundiária reflete no aumento das pequenas propriedades em 55%, nas médias propriedades 32%, enquanto que grandes propriedades diminuíram cerca de 3% e propriedades maiores ainda maiores decresceram em cerca de 27%.⁶⁹

No entanto, esse final de século representa também o prenúncio de perdas significativas no território total do município, que a princípio se tornam distritos, mas que a partir de meados do século acabam por se separar completamente: Valinhos em 1896 e se torna município em 1953; Americana em 1904, onde se localizava a Fábrica de Tecidos Carioba e se municipaliza em 1924; Cosmópolis (1906), se tornando município em 1944; Rebouças (1909), mais tarde passaria a se chamar Sumaré (1944), e se torna independente em 1953; José Paulino (1941) que passa a se chamar Paulínia em 1964 quando se separa de Campinas. Além de Arraial de Sousas, Barão Geraldo, Joaquim Egídio e Nova Aparecida, estes ainda existem como distritos de Campinas em 1896, 1953, 1959 e 1977 respectivamente.⁷⁰

O café passa por mais uma crise devido a uma geada em 1918 e o agravamento da peste da “broca do café”, forçando a cultura se deslocar mais para o oeste paulista. Neste

⁶⁷ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. **Campinas e seus Rurais**. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Campinas. 2006. p.32

⁶⁸ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.33

⁶⁹ Pequenas propriedades com até 41 há, medias de 41 há a 200 há, grandes de 200 há até 1000 há e ainda maiores com mais de 1000 ha. *In* MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. Op.Cit. p.46

⁷⁰ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.34

contexto o algodão foi mais uma vez incentivado, estimulando inclusive as indústrias têxteis.⁷¹

A industrialização ainda receberia influência direta do mundo rural, pois esta se voltava principalmente para a produção de máquinas e implementos agrícolas, ou para maquinários de manufatura desta produção primária como produção de fios, tecidos, roupas, couro, peles, laticínios e produtos químicos usados na lavoura. Em menor número temos empresas como a Dako, produtora de fogões e a Chapéus Cury.⁷² Esse avanço na industrialização foi favorecido pela boa infra-estrutura da cidade, facilidade no transporte e a proximidade com São Paulo. Além disso, com a Primeira Guerra Mundial na Europa, toda importação de produtos, industrializados ou não foi paralisada, forçando a produção interna.⁷³

O aumento da população é contínuo, em 1912 atingiu 38.346 habitantes na zona urbana, em 1920 passou de 50 mil. No entanto, é interessante notar que as pessoas se mantiveram dentro dos limites do urbano do século XIX, as terras que foram ocupadas eram os antigos rocios públicos.⁷⁴

O avanço da cidade que ocorre nas duas primeiras décadas do século XX é perceptível ao analisar as figuras 2 e 3 (mapas de Campinas de 1900 e 1916, respectivamente). Como já mencionado, os planos de saneamento de Saturnino de Brito propostos em 1900 só tiveram suas obras iniciadas em 1915, desta forma as primeiras conseqüências deste plano se destacam no mapa de 1916. Em evidência no setor norte, temos já indicada a avenida Orosimbo Maia que foi entregue em 1918. Desta seguir-se-ia outras perimetrais que margeavam todo o núcleo central, seu principal objetivo era fornecer caminhos alternativos que não passassem pelo centro da cidade e, ao mesmo tempo, funcionaram também para demarcar simbolicamente os limites do urbano e do rural.

⁷¹ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.46

⁷² Idem.

⁷³ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.34

⁷⁴ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.35

PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS

Indicações

- | | |
|---------------------------|---------------------------|
| 1 Praça José Bonifácio | 8 Largo de Oliveira |
| 2 " Visconde Indaialista | 9 Jardim Público |
| 3 Praça de Rosário | 10 Largo de S. B. emalido |
| 4 Estátua de Carlos Gomes | 11 Praça 15 de Novembro |
| 5 Praça Bento Gonçalves | 12 Lago Indeparquiação |
| 6 Avenida de Mello | 13 Praça Luis de Camões |
| 7 Mercado Novo | 14 " Ramos de Oliveira |

(Edição da Casa Genoud)
1916

Modificação dos
PERÍMETROS DA CIDADE.

PERÍMETRO ACTUAL

15 PERÍMETRO

25 PERÍMETRO

35 PERÍMETRO

PERÍMETRO HISTÓRICO

10 PERÍMETRO

20 PERÍMETRO

30 PERÍMETRO

40 PERÍMETRO

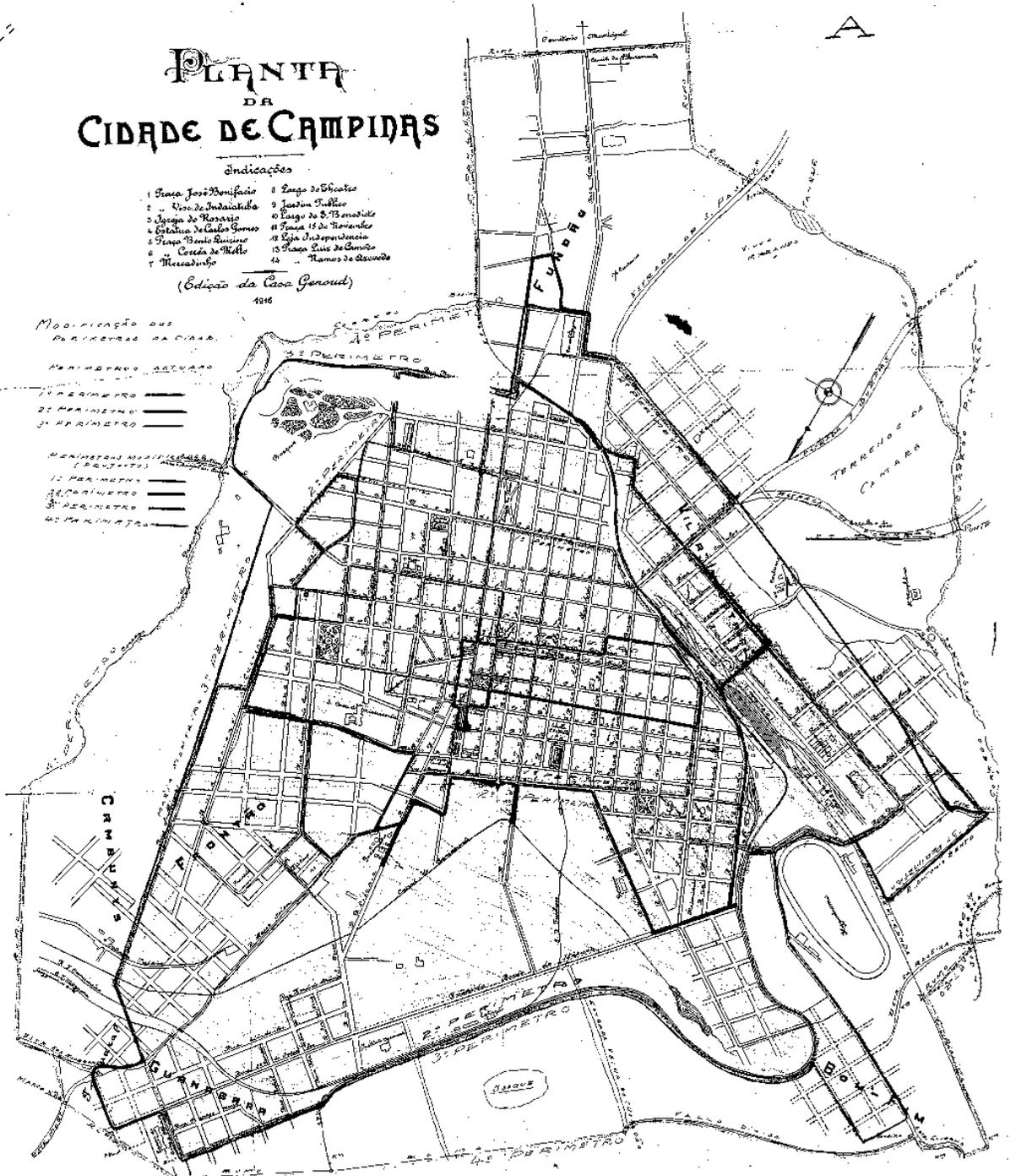


Fig.3 – Planta da cidade de Campinas, 1916.

Apenas a partir de 1929 que a cidade se expandiria para antigas áreas rurais, loteando chácaras e antigas fazendas de café decadentes. O contínuo crescimento mostra que Campinas ultrapassou a grande crise do café de 1929 relativamente sem maiores problemas. Tal fato ocorreu devido à diversificação econômica pelo qual a cidade passou.⁷⁵ Inclusive a crise deu um novo impulso à industrialização, que alterou sua economia predominante para a industrial.⁷⁶

Diferente das figuras anteriores, a figura 4 apresenta o mapa do território de Campinas em 1929, ao centro vemos a mancha urbana e, espalhado pelo mapa, foram destacadas as principais propriedades rurais da época. A sudeste da cidade e fazendo divisa com a área que representa a conurbação urbana pode ser encontrada a Fazenda Jambeiro. Até este momento o crescimento de Campinas se concentrava próximo ao centro antigo e outros núcleos de urbanização que deram a origem a algumas das cidades e distritos atuais, como já mencionados acima. No entanto, devido a falta de planejamento que acompanhasse o crescimento da cidade surgiram vários problemas na organização e gestão urbana gerou a necessidade da elaboração de estudos de planejamento que se seguiriam pela década seguinte.

⁷⁵ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.46

⁷⁶ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.35

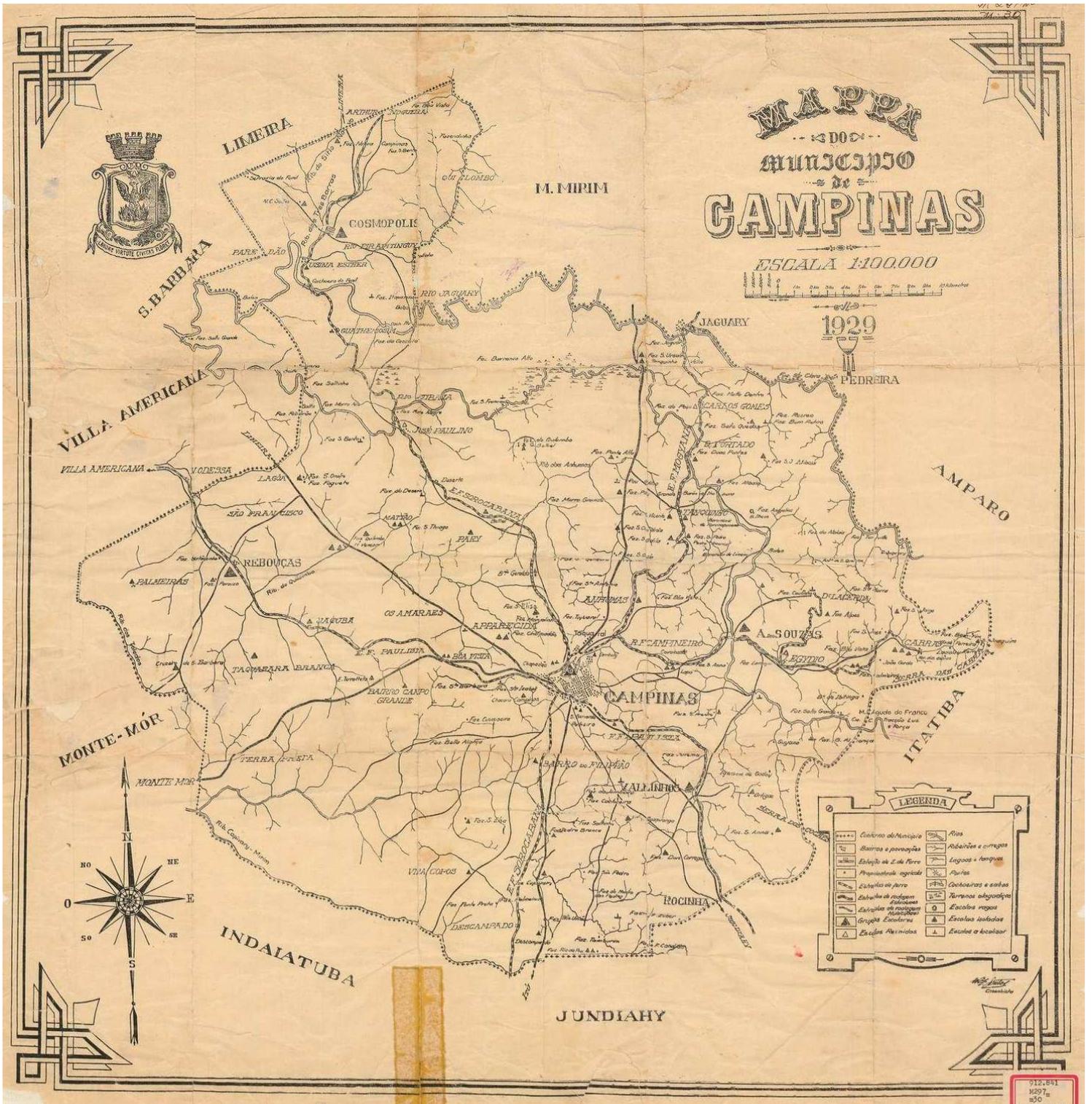


Fig.4 – Mapa do município de Campinas de 1929.

vendidos para a implantação de bairros residenciais, pode-se considerar o início da especulação imobiliária.⁷⁹

Em seu segundo mandato, o prefeito Orosimbo Maia tomou as primeiras medidas para viabilizar um plano urbanístico para Campinas com a Planta Planialtimétrica e Cadastral feita em 1929. No entanto, algumas crises externas à cidade como a Revolução de 1930 impediram que a idéia se desenvolvesse. Apenas em 1933, com o novo prefeito Perseu Leite de Barros, que a necessidade de um novo plano urbanístico para a cidade voltou para a pauta de discussões. No ano seguinte foi contratado para fazer o estudo de Campinas o consagrado engenheiro e arquiteto Prestes Maia. Este elaborou o Plano de Melhoramentos Urbanos para Campinas que, depois de muito debate na câmara municipal e vários cortes nas propostas, começou ser aplicado em 1938.⁸⁰ Este plano, como mostrarei a seguir, previa mudanças na forma de gestão do território urbano e rural, infelizmente ele sofreu diversos cortes ao se confrontar com interesses locais.

Pelo planejamento original de Prestes Maia, a reforma urbanística proposta se concluiria entre 20 a 50 anos.⁸¹ Suas inspirações eram claras, recorreu às experiências americanas e alemãs. A primeira por ser a mais adiantada engenharia viária da época, enquanto que o segundo contribuiria com a forma de regulamentação que disciplinaria as construções futuras e a expansão urbana.⁸² A cidade seria cortada por ruas e avenidas dispostas em forma de anéis concêntricos que ligariam os bairros entre si e com o centro. Para as vias radiais seriam aproveitadas algumas das antigas estradas e desviaria o fluxo dos que não fossem entrar na cidade. Delimitando a área urbana teríamos as perimetrais externas, estas seguidas de outras perimetrais concêntricas limitando a área de expansão urbana, a área até onde chegava a cidade e o centro. Todas largas avenidas com outras avenidas cortando e convergindo para o centro.⁸³ Na proposta muitas ruas teriam de ser alargadas, demolindo diversas casas e até quarteirões inteiros. Neste projeto previa-se que

⁷⁹ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.48

⁸⁰ Idem. p.49

⁸¹ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.50

⁸² Idem.

⁸³ Idem. pp.59 - 74

Campinas crescesse e atingisse, no período de 25 a 50 anos, um máximo de 280 mil habitantes.⁸⁴

Os planos de Prestes Maia não se restringiram à zona urbana, para a área rural propôs a criação da Seção Agrícola Municipal, esta teria o papel de estender o planejamento ao campo evitando que ele fosse considerado apenas como uma área destinada exclusivamente a futura ocupação urbana.⁸⁵ Esta seção atuaria em conjunto com comissões civis, a Secretaria Estadual da Agricultura e o IAC. Com foco na pequena propriedade e na fiscalização de futuros desmembramentos de terra. Previa a assistência ao pequeno lavrador permitindo-lhe crédito agrícola a juros menores que dos bancos. Para melhor aproveitamento das características do solo, inclusive sugere o desenvolvimento da fruticultura e de uma indústria de frutas em conserva.⁸⁶ Visando a capacitação do pequeno produtor e facilitar o transporte de mercadoria, deveriam ser construídas escolas rurais e construir melhores estradas de ligação com o centro.⁸⁷ Além disso, com o desenvolvimento da cidade ligado às indústrias, se fazia necessário um maior conhecimento e organização do espaço rural, afim de direcionar o futuro crescimento da cidade e da criação de uma área industrial.⁸⁸

Algumas das fazendas mais próximas começariam a ser parceladas para a construção de bairros populares, vilas operárias e parques naturais. O objetivo com os parques seria atingir um coeficiente de metro quadrado de área verde por habitante, indicativo de melhor qualidade de vida. Na área da antiga chácara Frias e dos pastos do Matadouro seria construído o Parque da Vila Industrial, todos os terrenos já pertencentes ao município. Parte do terreno do Hipódromo se transformaria numa praça. Por possuir um lago central, a antiga Fazenda Taquaral seria urbanizada, reflorestada e ampliar-se-ia o lago, formando o Parque do Taquaral. Na confluência da Orosimbo Maia com a perimetral externa teríamos o Parque do Saneamento. Além de reformar e modernizar o Bosque dos Jequitibás.⁸⁹

⁸⁴ Idem. p.57

⁸⁵ Idem. p.58

⁸⁶ Idem. p.87

⁸⁷ Idem. p.88

⁸⁸ Idem. p.87

⁸⁹ Idem. pp.80 - 83

Outra propriedade rural que sofre grande impacto foi a Chácara Paraíso, embora já decadente, ainda hoje ela é considerada um dos primeiros pousos que originaram a cidade, a antiga Campinas Velhas. Ela estava nos planos de ampliação física e do saneamento da cidade desde que Francisco de Paula Sousa identificara uma série de boas fontes de água em seu estudo nos anos de 1876 a 1883.⁹⁰ “O início do parcelamento da fazenda abandonada no ultimo ano dos Oitocentos simbolizaria antecipadamente a futura especulação imobiliária”⁹¹ ocorrida nas décadas posteriores à crise da década de 1920. Com o desenho das ruas que necessitavam ser prolongadas e das quadras aprovadas pela prefeitura os lotes começam a ser vendidos ainda em 1928.⁹²

No norte do município as Fazendas Santa Genebra e Monte D’Este passam a trabalhar em conjunto com o IAC, recebendo sementes selecionadas para teste de novas variedades de plantas de café geneticamente selecionadas. Depois de colhidas, as sementes eram enviadas à fazenda do próprio IAC, a Fazenda Santa Elisa, para ser feito o beneficiamento.⁹³

Em 1938 a prefeitura de Campinas aprovou parte do projeto referente às reformas urbanísticas viárias, focando alargamento de vias e construção de avenidas que cortassem ou contornassem a cidade. Foram estabelecidas etapas que se concluiriam em 35 anos. No entanto os planos para a área rural voltado para a pequena propriedade e o pequeno lavrador foram desconsiderados, de beneficio deles pode se considerar apenas a instalação de escolas rurais, felizmente essa decisão entrou no caráter de prioridades.⁹⁴ Outro ponto que foi descartado, e que depois traria problemas para a cidade, foi no que se refere a setorização da área rural de acordo com a qualidade do solo e a necessidade de serviços específicos, a falta de planejamento neste ponto desarticulou ainda mais essa área do centro da cidade.⁹⁵

Em paralelo ao planejamento urbano que Prestes Maia estava estudando algumas medidas foram elaboradas durante a década de 1930 com objetivo de regulamentar o

⁹⁰ SANTOS, Antônio da Costa. Op.cit. p.195

⁹¹ Idem. p.197

⁹² Idem . p.235

⁹³ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.139

⁹⁴ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.90

⁹⁵ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.49

crescimento urbano de Campinas. Os loteamentos particulares receberam uma legislação em 1934, o decreto 76 do Código de Construções Municipal. Estabeleceu diversas normas regras importantes: de arruamento, categorizando-as quanto ao tamanho e função para a cidade; estabeleceu os limites dos distritos de Valinhos, Arraial de Sousas, Rebouças, Cosmópolis, Joaquim Egídio e José Paulino; quanto a divisão de terrenos em lotes e a obrigatoriedade da licença municipal. Porém falhou por não eleger áreas preferenciais que guiassem o crescimento urbano, nem definiu as áreas reservadas à agricultura.⁹⁶ Devido a esta falha, a expansão continuou desordenada, em destaque temos o sentido Sudoeste com a implantação de loteamentos nas imediações da estação ferroviária; a oeste e sudeste, próximo ao cemitério da saúde. Campinas atingiria 83.140 habitantes na zona urbana em 1940.⁹⁷

Tabela 1 – Evolução da Mancha Urbana de Campinas 1940 – 1989⁹⁸

Ano	Mancha urbana m²	Acréscimo m²	%
1940 – 1952	12.320.000 - 39.156.000	26.836.000	217
1952 – 1962	39.156.000 - 75.818.000	36.662.000	93
1962 – 1968	75.818.000 - 110.129.000	34.311.000	45
1968 – 1978	110.129.000 - 152.392.000	42.263.000	38
1978 – 1982	152.392.000 - 178.876.000	30.484.000	13
1982 – 1989	178.876.000 – 197.141.000	24.465.000	13

⁹⁶ SILVA, Paula Francisca Ferreira de. **A Expansão Urbana de Campinas Através de Condomínios e Loteamentos Fechados (1974 – 2005)**. Dissertação de Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos – USP. 2008. p.64

⁹⁷ Idem. p.54

⁹⁸ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.51

Na década de 1950 podemos ver que mais uma vez a especulação imobiliária estava ditando as regras da urbanização. Temos a população chegando a 100 mil habitantes e aproximando a área edificada até a perimetral externa.⁹⁹ Enquanto que o número de lotes abertos até 1954 poderia abrigar até 400 mil habitantes. A lei 640/51, que restringia aos edifícios o máximo de seis andares, foi ignorada em 1954 pelo Banco Bandeirantes de Comércio ao construir um prédio de 10 andares, inaugurando uma nova verticalização do centro que destruiria vários casarões coloniais.¹⁰⁰ Além disso, tivemos vários loteamentos abertos próximos das empresas que se instalaram em diversos pontos do território aumentando ainda mais a desconexão com o centro da cidade.¹⁰¹

Nesta década várias indústrias se instalaram no município, das quais destaco algumas das mais importantes: Singer do Brasil e Duratex (1951); Pirelli, Hiplex e IBRAS/CBO (1953); Robert Boch (1954); Merck Sharp (1957); Bendix do Brasil (1958) e Texas Instrumentos (1962).¹⁰² Elas foram construídas em diferentes pontos do município incentivados pela prefeitura através de isenções fiscais e terraplanagem, tais medidas induziu o surgimento de núcleos urbanos desconexos, além da construção de conjuntos habitacionais de baixo padrão justamente voltado para o possível trabalhador da empresa.¹⁰³

Com a economia agrícola superada de vez pelo capital industrial, o loteamento das fazendas era uma saída lucrativa para os antigos fazendeiros. Pode-se dizer que esse procedimento de loteamentos descontínuos com o núcleo urbano fosse interessante para o proprietário rural, pois uma grande área improdutiva ficava supervalorizada ao se tornar lotes urbanos.¹⁰⁴ No entanto, essa forma de crescimento descontínuo e desconexo permitiu o surgimento de diversos “bolsões” de vazios na cidade, promovendo ainda mais o capital imobiliário especulativo.¹⁰⁵

Apenas a partir de 1959 que a prefeitura de Campinas passou a ter um instrumento de controle da expansão urbana ao sancionar a lei municipal 1193. Esta criou zonas

⁹⁹ A perimetral externa compreendia o Canal de Proença, Vila Industrial, Alto do Chapadão e Vale Taquaral. BADARÓ, Ricardo. Op.cit.p.109

¹⁰⁰ Idem. p.121

¹⁰¹ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.51

¹⁰² Idem. p.52

¹⁰³ MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. Op.Cit. p.51

¹⁰⁴ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.54

¹⁰⁵ Idem. p.55

diferenciadas de ocupação estabelecendo perímetros para os distritos, vilas, bairros e povoados, tais perímetros foram divididos em urbano e suburbano, tudo que não se encontrasse nele seria a zona rural. Além disso, o loteador passou a ter a obrigação de instalar rede de luz, água e esgoto nos lotes antes da venda, era exigido também que se obedecesse aos traçados das ruas já existentes e deixar uma área para construção de uma obra pública.¹⁰⁶

A segunda fase do Plano de Melhoramentos Urbanos do Prestes Maia começou em 1956, mas foi precedida pela criação da Comissão de Planejamento do Município em agosto de 1954. Ela funcionava como um elo entre a câmara dos vereadores e entidades que discutiam os problemas da cidade.¹⁰⁷ Nesta fase, vale destacar a criação do parque florestal que surgiu no lugar da antiga Fazenda Mato Dentro.¹⁰⁸

Devido a uma crise econômica no país o Plano de Melhoramentos Urbanos foi encerrado prematuramente em 1962 ao entregar uma última realização: a modernização da área central e do sistema viário articulado de radiais e perimetrais.¹⁰⁹ Uma nova empreitada urbanística só viria a acontecer em 1968, porém neste caso com os recursos financeiros e o poder de decisão concentrados na esfera federal.¹¹⁰

¹⁰⁶ SILVA, Paula Francisca Ferreira de. Op.cit.p.68

¹⁰⁷ BADARÓ, Ricardo. Op.cit.p.131

¹⁰⁸ Idem. p.132

¹⁰⁹ Idem. p.152

¹¹⁰ Idem. ibidem

Utilizei para a análise do crescimento da cidade de Campinas dois grupos de mapas até este momento, plantas da cidade (figuras 1, 2 e 3) e mapas do território (figuras 4 e 5). O propósito desta escolha é um reflexo de seu desenvolvimento urbano contínuo e desregrado, permitindo a cidade avançar para a zona urbana e a constituição de diversos núcleos de povoamento crescer a ponto de se tornarem independentes o suficiente para se tornarem cidades. Uma breve comparação entre os mapas de 1929 (figura 4) e 1964 (figura 5) nos permite perceber justamente o resultado deste desenvolvimento descontrolado que resultou numa significativa perda de território. Outro detalhe interessante a observar é que a mancha da urbanização, no centro de ambos os mapas, embora tenha aumentado, não foi tão intenso devido ao fenômeno da verticalização pelo qual Campinas estava passando. Ao invés da cidade crescer horizontalmente, diversos edifícios do antigo centro deram lugar a novas construções.

O estudo das transformações urbanas de Campinas nos mostra que os planos foram marcados por uma crescente periferação dos espaços urbanizados, contribuindo para a formação de grandes vazios urbanos e a intensificação do processo de conurbação. Outra marca seria a segregação da população de baixa renda, sempre sendo deslocada para regiões mais afastadas do centro ou zonas industriais. Essa característica foi reforçada na implantação dos Conjuntos Habitacionais e do Distrito Industrial de Campinas que ocorreu no eixo sudoeste (próximo a rodovia Anhanguera) enquanto que Shoppings Centers e loteamentos fechados ficaram localizados na região Norte e Nordeste.

Nos anos 1970 a cidade se expande principalmente para a região sudoeste, preenchendo os vazios que existiam ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes. Ainda em 1960 tivemos a construção das duas primeiras COHABs de Campinas, Vila Rica e Vila Castelo Branco¹¹², os conjuntos habitacionais para moradores de baixa renda foram construídos em uma área totalmente isolada e distante, do outro lado da rodovia Anhanguera, e indicaria uma tendência de segregação seguida nas décadas seguintes. Algumas medidas paliativas foram tomadas como o programa Rede Básicas de Transporte

¹¹² PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.53

em 1983, que mudaria a prioridade do deslocamento na cidade para os coletivos e pedestres, no entanto este programa não foi aplicado em sua totalidade.¹¹³

Enquanto que do outro lado da cidade, próximo a rodovia D.Pedro, foi instalada a Unicamp e o campus I da PUCC no distrito de Barão Geraldo; em 1978 foi aberto um loteamento de alto padrão em Sousas (São Conrado); e a construção do Shopping Iguatemi em 1979, uma região afastada do centro, mais próximo dos distritos de Sousas e Barão Geraldo.¹¹⁴ Nesta época ocorre também a criação do primeiro Condomínio fechado da cidade, a princípio em área rural, no Parque Taquaral, depois Barão Geraldo e Gramado, todos para classe média alta e alta localizados ao norte do município.¹¹⁵

A década de 1980, semelhante ao que ocorreu nos anos de 1950, o crescimento se tornou pulverizado em diversos núcleos desconexos, vários loteamentos foram feitos uns distantes dos outros reforçando a descontinuidade do tecido urbano.¹¹⁶ Prática que se mantém até hoje incentivando alguns destes locais ao desmembramento. Na região do distrito de Carlos Gomes, os bairros: Jardim Monte Belo I e II, Chácara Gargantilha e Chácara Bananal protocolaram um pedido de desligamento de Campinas e incorporação ao território de Jaguariúna.¹¹⁷

Essa expansão urbana excludente voltada para a valorização imobiliária, com foco no atendimento às classes média alta e alta realça a separação da cidade: norte rico e sul pobre. Para avançar essa política foi preciso tomar o lugar público das ruas alegando principalmente a falta de segurança.

Em Campinas, o uso privado de áreas públicas constituindo um loteamento fechado ocorre inicialmente em áreas rurais. Já o fechamento de áreas públicas urbanas ocorre, a partir de 1993, através da instalação de guaritas nas ruas (...) em 1996 permite-se (...) [a] constituição de loteamentos fechados (...) em 1999, é aprovada a lei que permite os

¹¹³ BADARÓ, Ricardo. Op.cit. p.152

¹¹⁴ SILVA, Paula Francisca Ferreira de. Op.cit.p.79

¹¹⁵ Idem. p.26

¹¹⁶ Idem. p.83

¹¹⁷ PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. Op.cit. p.59

‘cinturões de segurança’: um conjunto de ruas pode ser fechado, visando, também, a segurança dos moradores.¹¹⁸

Em números o crescimento é da seguinte ordem: a população total do município passa de 112 mil habitantes em 1940, destas 79 mil ocupavam a cidade dentro de uma área urbana de 16,25 Km² e 70% da zona urbana planejada. Em 1950 passaria de 100 mil habitantes (70 %) de um total de 129 mil, dentro de uma área urbana de 53 km². Em 1960, das 213 mil pessoas, 184 mil (83,8%) ocupavam 110 Km² na cidade. Em 1970 tínhamos 336 mil habitantes (88,9%) na zona urbana de um total de 375mil, compreendendo 152 Km² de área urbana, apenas 40% estava efetivamente ocupado.¹¹⁹ Nas décadas seguintes a população urbana não parou de crescer, no entanto ela se concentrou em ocupar os vazios deixados pelos anos anteriores, em 1980 a população salta para 685 mil, 88,5% habitando a cidade. Em 1990 com a população de 874 mil habitantes, 97,4% estavam na zona urbana.¹²⁰ Em 2000 a área ocupada é de 789 Km² comportando 969 mil habitantes com apenas 1,7% no campo. E finalmente, no último censo de 2010, Campinas atingiu o número de 1.080.999 habitantes em 795 Km² de zona urbana e população rural mantendo os 1,7%.¹²¹

¹¹⁸ SILVA, Paula Francisca Ferreira de. Op.cit.p.39

¹¹⁹ MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. Op.Cit.p.50

¹²⁰ Idem. p.64

¹²¹ BRASIL. **Censo IBGE 2000 – 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_sao_paulo.pdf> último acesso dia 14 de maio de 2011.

Como pudemos observar, o grande crescimento populacional e territorial da zona urbana de Campinas ocorreu a partir do fim da década de 1960. A expansão ocorreu principalmente em direção às rodovias Anhanguera e Bandeirantes, direção sudoeste, e são perceptíveis ao observar os mapas de 1964 (figura 5) e 2010 (figura 6). Ao comparar estes mapas pode-se perceber que o tamanho da área construída da cidade mais que dobrou nestes 46 anos chegando nas imediações do aeroporto Viracopos que havia sido construído bem afastado do centro urbano. Outro detalhe que chama atenção se refere às antigas fazendas que cercavam Campinas, foi destacado da figura 6 as principais propriedades rurais que existiram até meados do século XX e agora fazem parte do tecido urbano.

Muitos exemplos de fazendas podem ser elencados, porém escolhi algumas como ilustração. Primeiramente a Fazenda Jambeiro, objeto de estudo desta dissertação que começou a ser loteada em 1979 e hoje, embora tombada desde o início da década de 1990, restou apenas algumas ruínas da sede em um quarteirão do bairro. Da Fazenda Chácara Paraíso existe apenas a antiga tulha, pois, como já exposto acima, esta foi uma das primeiras que desde o final do século XIX tinha suas terras desejadas. As Fazendas Santa Teresinha e Sete Quedas, a primeira ao norte do município e a segunda ao sul, ambas se tornaram condomínios fechados: Alphaville e Swiss Park, respectivamente. A Fazenda Pedra Branca também foi loteada, porém para chácaras, atualmente há uma comunidade rural com produção artesanal e passeios turísticos, a sede ainda existe, porém abandonada.

No entanto há, ainda, algumas fazendas que, embora dentro da mancha urbana, permanecem com produção. A Fazenda Santa Elisa, desde a criação do IAC em 1887 funcionou como laboratório de testes para novas plantas desenvolvidas no instituto, embora se localize dentro da cidade próximo rodovia D.Pedro I e o final da Avenida Brasil. Outro exemplo, embora mais afastado do centro, seria a Fazenda Tozan, de propriedade de imigrantes japoneses desde o final da década de 1920 ainda produz e exporta café, além de desenvolver atividade de turismo como complementar.

Capítulo 2 – a Fazenda Jambeiro

Aspectos Históricos

Neste capítulo procuro me aprofundar na história da fazenda e de seus proprietários. Minha intenção é mostrar no decorrer deste texto que embora a propriedade apareça na documentação apenas na segunda metade do XIX, sua formação é anterior e corresponde à criação do Latifúndio Sete Quedas que ocorreu no início deste mesmo século. Pretendo explorar as relações da família com a gestão do meu objeto de estudo: a Fazenda Jambeiro. Atualmente, os remanescentes da sede da fazenda se localizam na cidade de Campinas, no bairro Parque Jambeiro, extremidade leste do bairro Boa Esperança, local da antiga estrada que ligava a Vila de São Carlos a Itu.¹²² Esta fazenda foi fruto de um desmembramento da fazenda Sete Quedas que teria ocorrido por volta de 1848, mas que se oficializou, provavelmente, após a regulamentação da Lei de Terras de 30 de janeiro de 1854¹²³.

De acordo com o histórico presente no processo de tombamento, a fazenda foi administrada em meados do século XIX por Theresa Miquelina do Amaral Pacheco no período entre seu desmembramento, início da década de 1840, e 1848, quando a administração passou para seu filho Antônio Pompeo de Camargo. Em 1877 assumiu o filho de Antônio, Dario Pompeo de Camargo, que depois entregou a fazenda para o tio Francisco Pompeo do Amaral, em 1883. Logo em seguida, em 1885, Herculano Pompeo de Camargo, irmão de Dario, comprou a fazenda e a administrou até 1914 quando vendeu para José de Queiróz Aranha.¹²⁴

Para entender melhor a formação da Fazenda Jambeiro volto até a criação do latifúndio Sete Quedas em 1802. Neste ano o Tenente José Rodrigues Ferras do Amaral, natural de Itu e de casamento recente com Ana Matilde de Almeida Pacheco mudou-se para a Vila de São Carlos e comprou de José Antonio Figueiró um “sítio e terras a eles pertencentes, na paragem chamada Sete Quedas”. Nas terras já existia uma casa de taipa de

¹²² PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, Município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1983.

¹²³ Esta lei definia que as terras ainda não ocupadas passavam a ser propriedade do Estado e só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões mediante pagamento à vista, e não mais através de posse, e quanto às terras já ocupadas, estas podiam ser regularizadas como propriedade privada. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

¹²⁴ Relatório do processo de tombamento da Fazenda Jambeiro. Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro de 2 de junho de 1989.

pilão, prensa de mandioca, engenho de farinha e paiol. No inventário de sua morte, em 1819, a fazenda Sete Quedas, que havia aumentado com novas terras em 1803, 1807 e 1816, passou para sua esposa Ana Mathilde de Almeida Pacheco. A propriedade passou a contar com, além de uma casa de moradia, fábrica de açúcar, engenho à água, ferraria e senzala. Aos filhos foram designados apenas alguns poucos objetos, escravos e dinheiro.¹²⁵

Em 1823 Theresa Miquelina, filha do Tenente José Rodrigues Ferras do Amaral, se casou com o Capitão Antônio Pompeo de Camargo, tropeiro que fazia comércio levando sal e trazendo ouro de Cuiabá, filho de Antônio de Camargo Penteado dono de um engenho de açúcar na comarca de Itu muito produtivo.¹²⁶ Do casamento têm apenas três filhos: Anna Guilhermina de Campos Pacheco que depois se casaria com o irmão de sua mãe, José Bonifácio do Amaral, antes de se tornar o Visconde de Indaiatuba; Antônio Pompeo de Camargo e Francisco Emilio do Amaral. Além destes, outros três filhos ilegítimos do Capitão Antônio foram reconhecidos no inventário¹²⁷ de sua morte em 1836.

Em 1852 a mãe de Theresa Miquelina faleceu e deixou em inventário para sua filha apenas dois escravos, dinheiro e alguns objetos. A Fazenda Sete Quedas foi entregue para seu filho Joaquim Bonifacio do Amaral.¹²⁸ No entanto, um estudo do histórico do processo de tombamento da fazenda indica que esta fazenda já teria sido desmembrada nessa época e parte dela teria ficado com Theresa Miquelina. Nos manuscritos de:

José Pompeo de Camargo, descendente e historiador, encontramos dados relativos à administração do Sítio Jambeiro a partir de 1848, sendo então realizada pelo filho de [Capitão] Antônio Pompeo de Camargo (...) o sítio [Jambeiro] contava nesta época com uma casa de taipa construída no período de seu desmembramento da Fazenda Sete Quedas.¹²⁹

Antes disso ainda, uma parte da Sete Quedas teria sido desmembrada em 1827, inaugurando a Fazenda Cachoeira, que apresentou neste ano uma produção de 2400 arrobas de açúcar.¹³⁰ Entretanto, não foi encontrado nenhum outro documento que comprovasse

¹²⁵ Idem, p.42

¹²⁶ Inventario de Antônio de Camargo Penteado, TJC, 1º Of., 1812, Cx.11, Proc.280.

¹²⁷ Inventário do Cap. Antônio Pompeo de Camargo, TJC, 1º Of., 1836, Cx.73, Proc.1802.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro p. 49.

¹³⁰ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro p.50

estes dados dos desmembramentos apresentados no processo de tombamento, sabemos da referência feita sobre as fazendas Cachoeira, Jambeiro e Pedra Branca, no inventário de Theresa Miquelina em 1882.¹³¹

No ano de 1848 Antônio Pompeo de Camargo, filho de Theresa Miquelina atingiu a maioridade, foi emancipado, e por direito recebeu a parte da herança de seu falecido pai.¹³² Neste ainda não aparecia nenhuma indicação de recebimento de terras de cultivo, no entanto, no inventário feito por Antônio Pompeo de Camargo em 1863 em decorrência da morte de sua primeira esposa, Antônia Amália Pompeo, encontra-se: “Uma fazenda agrícola denominada Jambeiro pró-divisa [dividida no meio por] setenta mil pés de café, casa de morada, casa de machina, tulhas de café e mais pertences”¹³³. Indicando que a fazenda não era apenas uma responsabilidade delegada a Antônio Pompeo de Camargo, mas fazia parte de suas posses legais.

Antonio Pompeo de Camargo se torna uma personalidade de destaque na cidade de Campinas. Além de possuir propriedades tanto urbanas quanto rurais, foi um dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Apresentou uma vida ativa na sociedade campineira colaborando em diversos momentos como na construção da Catedral Metropolitana de Campinas, na Santa Casa, no Jôquei Clube e na fundação da Sociedade Culto à Sciencia. Politicamente foi filiado inicialmente ao Partido Liberal do Império, o qual era presidido por seu tio Joaquim Bonifácio do Amaral. Logo se filia ao Clube Liberal-Radical e depois ao Clube Republicano do qual era colega de Campos Salles e Francisco Glicério.¹³⁴

É provável que Theresa Miquelina tenha adquirido como administradora a Fazenda Cachoeira e depois a Jambeiro através de um acordo comercial com a mãe e os irmãos. Posteriormente, depois da morte da mãe, como indicado em seu inventário¹³⁵, a Sete Quedas teria ido para Joaquim Bonifácio e só depois os desmembramentos teriam se oficializado com a Lei de terras de 1854.

¹³¹ Inventário de Theresa Miquelina do Amaral Pompeo, TJC, 1ºOf., 1882, Cx.260, Proc.5160.

¹³² Inventário do Cap. Antônio Pompeo de Camargo, TJC, 1ºOf., 1836, Cx.73, Proc.1802.

¹³³ Inventário de Antônio Pompeo de Camargo, TJC, 3ºOf., 1863, Cx.301, Proc.6282, p.63

¹³⁴ RIBEIRO, Maria Luiza Pinto de Moura. **Antônio Pompeo de Camargo**. Correio Popular, 17 de abril de 1973.

¹³⁵ Inventário de Anna Mathilde de Almeida Pacheco, TJC, 1ºOf., 1844, Cx.105, Proc.2460.

Até 1848 toda a área da fazenda contava apenas com uma casa de taipa. Não existe nenhuma documentação que indique produção de café nesta área, pelo menos até 1844. Porém, na década de 1860, segundo André Argollo, esta fazenda despontou como uma das maiores produtoras e exportadoras de café da região.¹³⁶ A escassa documentação só nos permite supor quais os problemas pelo qual a família passou, pois em 1875, Antônio Pompeo de Camargo foi forçado a hipotecar vários de seus pertences, e este dinheiro ajudou a capitalizar e investir em suas fazendas e obras da cidade de Campinas.¹³⁷

Os constantes gastos resultaram em diversas dívidas que não puderam ser pagas. Em 1877 conseguiu garantir que a Fazenda Jambeiro, que tinha colocado como garantia da hipoteca, fosse retirada, alegando que o valor dela excedia em muito o valor da dívida, além disso, ela deveria ficar com os filhos. Neste mesmo ano, contando com 70.000 pés de café, casa de moradia e de máquinas, engenhos movidos a água, casas para os escravos, tulhas de café, terreiro e estrebarias, possivelmente a fazenda passou a ser administrada por Dario Pompeu de Camargo, que se emancipa por atingir a maioridade.¹³⁸

No ano de 1881 Theresa Miquelina do Amaral Pompeo faleceu e deixou em testamento seus pertences para os três herdeiros: o Visconde de Indaiatuba, casado com sua filha Anna Guilhermina, Antônio Pompeo de Camargo e Francisco Pompeo do Amaral. É neste inventário¹³⁹ que temos a confirmação de posse das fazendas Jambeiro, Cachoeira e Capivary. Deixou a primeira para Antônio e as outras duas para o irmão Francisco, enquanto que o Visconde recebeu casas e terrenos na cidade. Além disso, foram divididos igualmente as ações de empresas, escravos, o dinheiro restante e outros itens.

Apenas dois anos depois Antônio ficou muito doente e vem a falecer em 14 de março de 1884. Seu filho Dario tinha entregado a administração da Jambeiro para o tio Francisco em 1883, este tomou conta da fazenda até que se terminasse o processo de inventário¹⁴⁰ de Antônio. Devido a diversas dívidas pendentes, muito do patrimônio que

¹³⁶ FERRÃO, André Munhoz Argollo. **Arquitetura do Café**. Campinas. Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2005. p.212

¹³⁷ Executivo Hipotecário de Antonio Pompeo e Camargo. TJC, 1ºOf., 1875, Cx.218, Proc.4492.

¹³⁸ Especialização da Hipoteca de Antônio Pompeo de Camargo, TJC, 3ºOf., 1877, Cx.154, Proc.5005

¹³⁹ Inventário de Theresa Miquelina do Amaral Pompeo, TJC, 1ºOf., 1882, Cx.260, Proc.5160.

¹⁴⁰ Inventario de Antônio Pompeo de Camargo, TJC, 1ºOf., 1884, Cx.550, Proc.10163.

acumulou e herdou acabou se perdendo.¹⁴¹ Em acordo com os irmãos, a fazenda Jambreiro com seus 96.000 pés de café foi comprada por Herculano Pompeo de Camargo; da mesma forma, seu irmão mais velho, Dario, compra a fazenda Sítio Novo que possuía 70.000 pés de café, este ainda herda algumas dívidas de hipoteca pela fazenda.¹⁴²

Herculano e seu tio Francisco passaram por uma crise financeira e decidiram libertar seus escravos em 1886.¹⁴³ Este dado se torna muito mais interessante se levarmos em conta que o Visconde de Indaiatuba, desde a década de 1870, já trabalhava com uma fonte alternativa de trabalhadores: imigrantes europeus e assalariados.¹⁴⁴ Tinha sido uma segunda tentativa, desde o fracasso da experiência na década de 1850, onde esta ocorreu com muito mais sucesso. Rendeu até uma nota no diário de D. Pedro II: “Fazenda das 7 quedas. Vi as casas dos colonos. Parecem prosperar, sistema de parceria. Conversa longa com Joaquim Bonifácio do Amaral sobre a colônia. Ele sustenta acerrimamente esse sistema. As máquinas de Lidgerwood para o café estão muito bem montadas e são movidas pela água do ribeirão das 7 quedas.”¹⁴⁵

O resultado desse sistema de parceria com imigrantes pode ser visto na reprodução feita por Leopoldo do Amaral de uma matéria de jornal publicada em 1871:

os resultados obtidos pelo Sr. Joaquim Bonifácio do Amaral foram tão alentadores, que o mesmo mandou chamar para a sua fazenda mais 100 pessoas de mesma origem e declarava no fim dos seis primeiros meses de experiência: ‘Há seis mezes que esta aberta a minha colônia com 107 pessoas já recebidas e até este momento nenhum incidente desagradável nella se tem dado; ao contrario, todas ellas se acham contentes e animadas, assim como eu com ellas’¹⁴⁶

É interessante notar como propriedades vizinhas e de herança comum tomaram rumos completamente antagônicos devido a, entre outros problemas, má administração. Enquanto

¹⁴¹ Depoimento oral de Fernando Pompeu de Camargo, descendente de Fernando Pompeo de Camargo.

¹⁴² Inventario de Antônio Pompeo de Camargo, TJC, 1º Of., 1884, Cx.550, Proc.10163.

¹⁴³ Herculano Pompeo de Camargo, Arquivo das ruas de Campinas/CMU, JCMF 2363, ANPV P087,02139.

¹⁴⁴ BRITO, Jojumá. **História da Cidade de Campinas**. Campinas, SP: Saraiva. 1956 – 1969.

¹⁴⁵ Diário do imperador D. Pedro II: 1840-1891. **26 de agosto de 1875**. Co-autoria de Begonha Bediaga. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN MinC, 1999.

¹⁴⁶ Publicado pela Ephemérides do Estado em 14 de janeiro de 1871. O trabalho livre em S. Paulo. AMARAL, Leopoldo (autor). **Campinas: recordações**. São Paulo: O Estado, 1927. p. 517.

a Fazenda Sete Quedas de Joaquim Bonifácio do Amaral progredia, tanto a Jambeiro quanto a Cachoeira passavam por grave crise financeira.

No entanto, depois deste momento de crise, a Fazenda Jambeiro passou por um processo de modernização. Com ajuda de Abelardo Pompeo de Camargo¹⁴⁷, filho de Francisco Pompeo do Amaral, as fazendas Jambeiro, Cachoeira, Pedra Branca, Boa União e Sítio Novo passam a fazer parte das lavouras experimentais do IAC¹⁴⁸ a partir da década de 1890. “A produtividade e o aprimoramento da qualidade do grão para fins de mercado, constituíram-se as preocupações fundamentais destes fazendeiros. Ávidos por experimentar todo um conjunto de alternativas de produção”¹⁴⁹. Os rendimentos vieram como fruto dos “avanços” experimentais de suas lavouras promovidos pelo Instituto. Além disso, houve também um alto investimento em maquinário.

Herculano foi responsável pela construção da nova sede da fazenda Jambeiro, em 1897. Esta era dotada de todo conforto de uma casa urbana, uma das primeiras a possuir telefone no Brasil, luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada.¹⁵⁰ Segundo a escassa bibliografia e o processo de tombamento o projeto do edifício é francês¹⁵¹ e sua construção foi atribuída a Ramos de Azevedo.¹⁵² A participação deste arquiteto é controversa, pois não há nenhum documento que mencione sua presença na obra. Além disso, o arquiteto já havia saído da cidade e fixado residência em São Paulo, onde montou seu escritório. A atribuição de sua participação na sede da Jambeiro é

¹⁴⁷ Doutor em ciências físicas pela Universidade de Genebra (1890), professor e técnico da Escola Agrícola Luis de Queiroz e do Instituto Agrônômico de São Paulo. GUIMARÃES, Alaor Malta. **Campineiros Ilustres: Dr. Abelardo Pompeo do Amaral**. Diário do Povo, 4 de agosto de 1959

¹⁴⁸ A Instituição foi criada por D. Pedro II em 1887 e funciona até hoje como um centro de pesquisa agrícola, desenvolvendo plantas resistentes a pragas, com maior produtividade, etc. in FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.65

¹⁴⁹ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.53

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Não foi possível determinar quem foi o projetista devido escassez de fontes e bibliografia sobre a fazenda.

¹⁵² Engenheiro e arquiteto brasileiro (1851-1928). Conhecido pelos projetos em São Paulo, entre eles o do Teatro Municipal. Francisco de Paula Ramos de Azevedo nasce em Campinas, onde assina diversos edifícios tanto públicos como particulares. LEMOS, Carlos. **Ramos de Azevedo e seu escritório técnico**; São Paulo: Editora PINI, 1998

decorrente principalmente de relatos dos descendentes da família Pompeu de Camargo¹⁵³, idéia que depois foi propagada pelos jornais e historiadores locais.



Fig.8 - Reprodução da aquarela da Fazenda Jambeiro. Final do século XIX [?].

Diversos componentes urbanos foram instalados nesta fazenda e transformaram a casa de campo em um verdadeiro “sobrado”¹⁵⁴ rural, com diversas características do último período da arquitetura rural paulista caracterizado pela modernização dos edifícios. O projeto da sede contava ainda com cinco dormitórios, três salas e cozinha; estava previsto que todos os ambientes fossem iluminados por grandes janelas, além de duas grandes varandas; o acabamento era em azulejos portugueses, o madeiramento geral de Pinho de Riga, o assoalho de peroba e canela; toda tubulação passaria por baixo do piso; e o telhado composto por telhas de Marselha.¹⁵⁵

¹⁵³ Também é atribuída a Ramos de Azevedo a reforma da sede da Fazenda Sitio Novo que ocorreu na década de 1880, além de possuir os mesmos requintes urbanos, seu proprietário era Dario Pompeu de Camargo, irmão de Herculano.

¹⁵⁴ Uso o termo “sobrado rural” em referência aos “sobrados” comumente urbanos que se oporiam as “casas grandes” do meio rural, porém na bibliografia sobre a história de Campinas tal oposição não existe: “A palavra sobrado nos engenhos de nossa capitania e província substitui a expressão casa-grande usada no norte do país”. PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas. 1969. p.90.

¹⁵⁵ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro



Fig.9 – Fachada da sede Fazenda Jambeiro, Campinas. Aproximadamente 1940 - Construída em 1897, segundo Celso Maria de Melo Pupo era dotada de todo conforto de uma casa urbana, possuía luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada. Sua construção foi atribuída a Ramos de Azevedo.

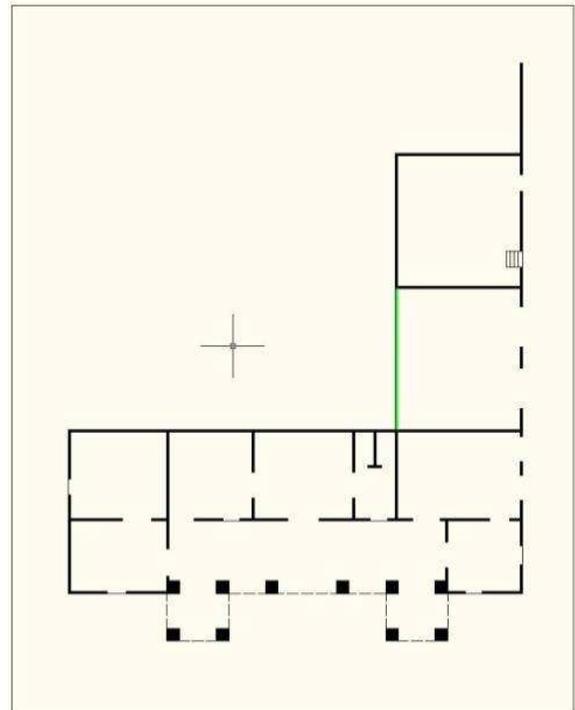
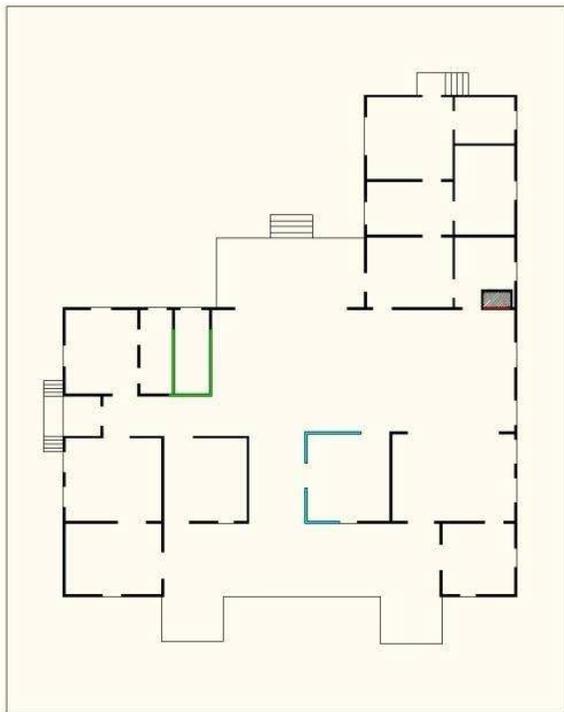


Fig.10 (esquerdo) – planta atual do piso superior da sede. Fazenda Jambeiro.

Fig.11 (direito) – planta atual do piso inferior da sede. Fazenda Jambeiro.

A inspiração francesa da sede da Fazenda Jambreiro, atesta a generalizações dos mesmos hábitos e influências, indicando-nos também que entre o universo rural e o universo urbano da elite campineira do século passado [XIX], haveria muitas concordâncias e proximidades, além de uma relativa integração do uso dos equipamentos públicos.¹⁵⁶

A construção da sede da Fazenda Jambreiro foi o último suspiro sob domínio da família Pompeo de Camargo. No decorrer do século XX a fazenda passou por constantes transformações até ser abandonada em fins da década de 1970.

No princípio do século XX a produção se torna cada vez mais diversificada, sendo o café apenas um dos artigos produzidos em suas terras, perdendo aos poucos espaço para outras culturas como a laranja e o algodão. Em 1914, a Fazenda Jambreiro passou a ser propriedade de José de Queirós Aranha, um dos nomes mais proeminentes da elite cafeeira paulista da época. De família tradicional e herdeiro de títulos e riquezas acumulou as terras de diversas propriedades ao redor de Campinas, além da Jambreiro, possuía também as fazendas Palmeiras, Terra Branca e Santa Maria totalizando 70 alqueires de terra e plantação de café em toda sua extensão.

Em 1931 a fazenda foi vendida a José Tiziani, contava com 63 mil pés de café e é a primeira vez que há o registro da produção de outra cultura com objetivos comerciais, totalizando três mil pés de laranja. Vale destacar que apenas na década de 1930 que vemos a primeira iniciativa de trabalho com colonos na fazenda. Depois da emancipação dos escravos em 1886, como vimos anteriormente, foi empregado o trabalho assalariado, porém sem a construção ou importação de colonos em suas terras.

Em 1942, a fazenda foi mais uma vez vendida, agora para um norte-americano, John Edward Hoen. Este proprietário tinha o objetivo implantar um novo produto na região, o algodão, no entanto não consegue levar a frente seus objetivos, pois morre poucos anos depois de adquirir a fazenda. Nos poucos anos em que foi proprietário, aproveita os antigos terreiros de café atrás da residência para construção de uma piscina.

¹⁵⁶ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Op.cit. 1989, p.60



Fig. 12 – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro. Aproximadamente 1970.

Em 1947, a fazenda foi vendida novamente, agora para Maria de Lourdes da Silva Prado. Sua produção era voltada para frutas e eucaliptos, foi nesta época que a área da sede sofreu sua maior reforma: foi construído um jardim e uma capela, um conjunto de balaústres sobre o muro de pedra e a escadaria central foi retirada. Depois de sua morte em 1973, sua filha, Maria Cecília Silva Prado abandonou a fazenda deixando aos cuidados do caseiro Sr. Angelo Jorge e esposa. A Jambeiro passou por um rápido avanço de deterioração e a massa urbana, que sempre foi próxima, começou a engolir o terreno. Maria Cecília, aproveitando o grande crescimento de Campinas e a valorização dos terrenos próximos do centro, contratou uma construtora que iniciou um loteamento.



Fig. 13 – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro. 20 de agosto de 1994.

Todos os edifícios que sobraram sofreram com a pilhagem, suas partes ajudaram a construir algumas casas do novo bairro em formação. Porém, a fazenda ganhou uma nova chance de não ser completamente destruída. O processo de tombamento foi aberto em dois de junho de 1989, o rápido crescimento do bairro gerou preocupação quanto á integridade da fazenda por parte do Conselho de Patrimônio. Em 24 de agosto do mesmo ano, o processo ganhou força com a incorporação de um abaixo assinado de 148 moradores do local. Solicitava que fosse “tombada e restaurada a ex-sede da Fazenda Jambeiro, com seus respectivos equipamentos (...) uma relíquia que o avanço do urbanismo da cidade moderna reserva para a história”¹⁵⁷. O processo de tombamento recebeu parecer favorável em sete de outubro de 1993 pela conselheira do CONDEPACC¹⁵⁸ Maria Cristina Sampaio Franco, aprovado em sessão ordinária do Colegiado em 11 de novembro de 1993. O tombamento foi finalmente publicado em Diário Oficial em quatro de dezembro de 1993. Em 1998 a área tombada foi doada para a Prefeitura Municipal de Campinas.

¹⁵⁷ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.1

¹⁵⁸ Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas

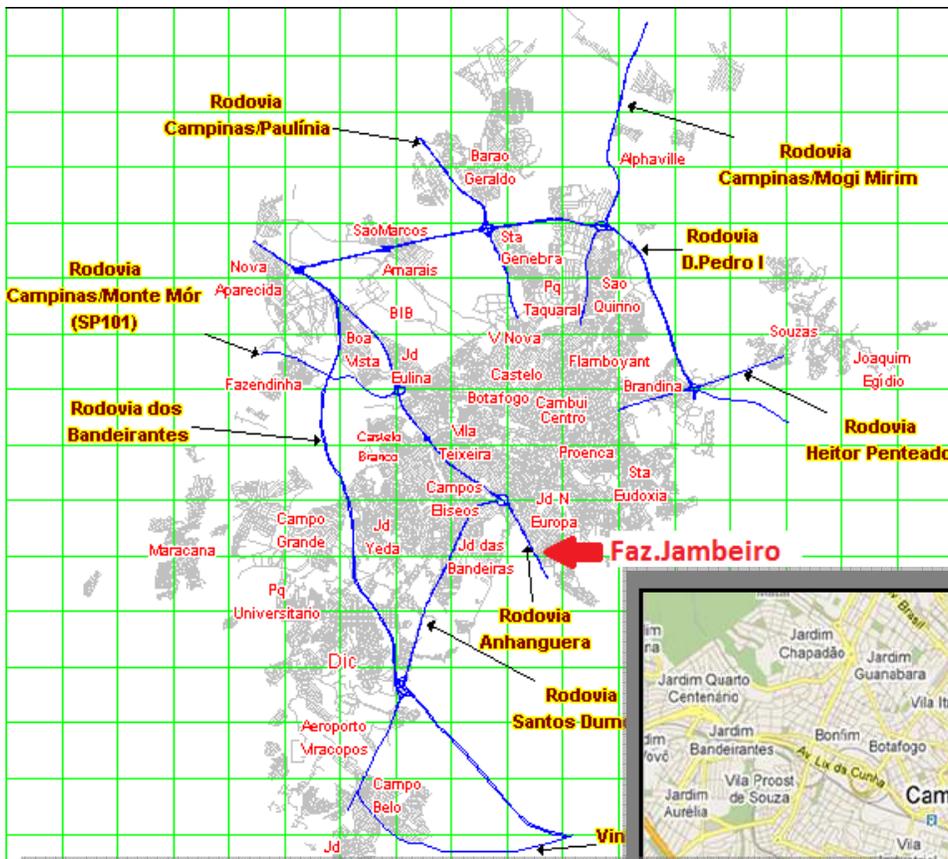
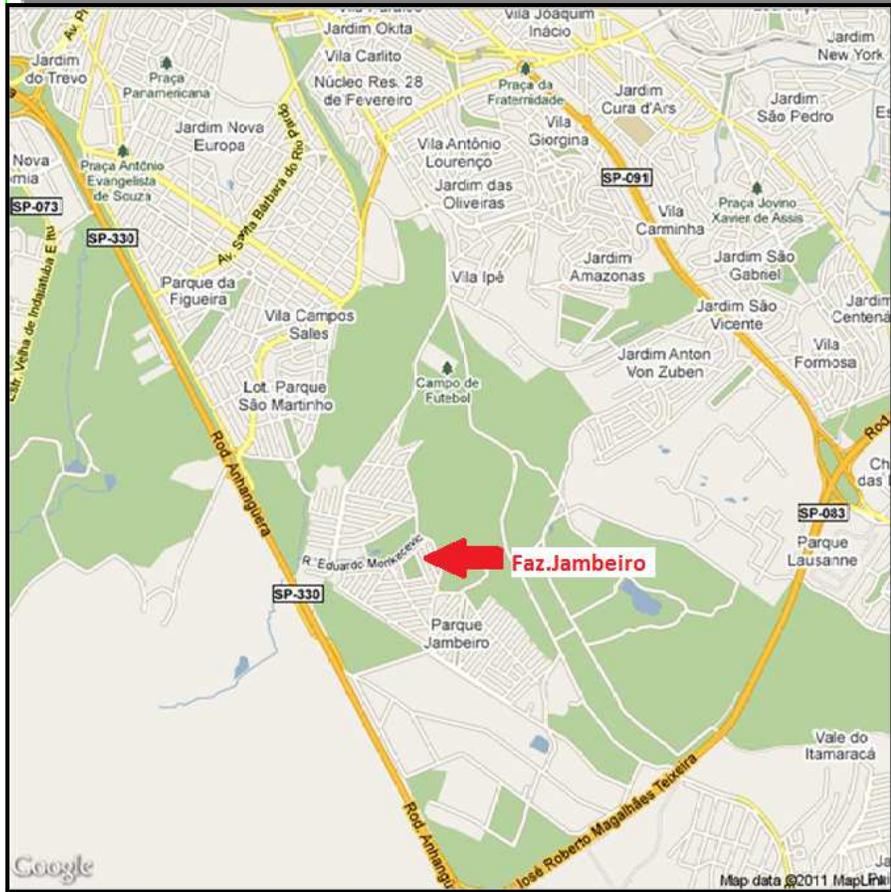
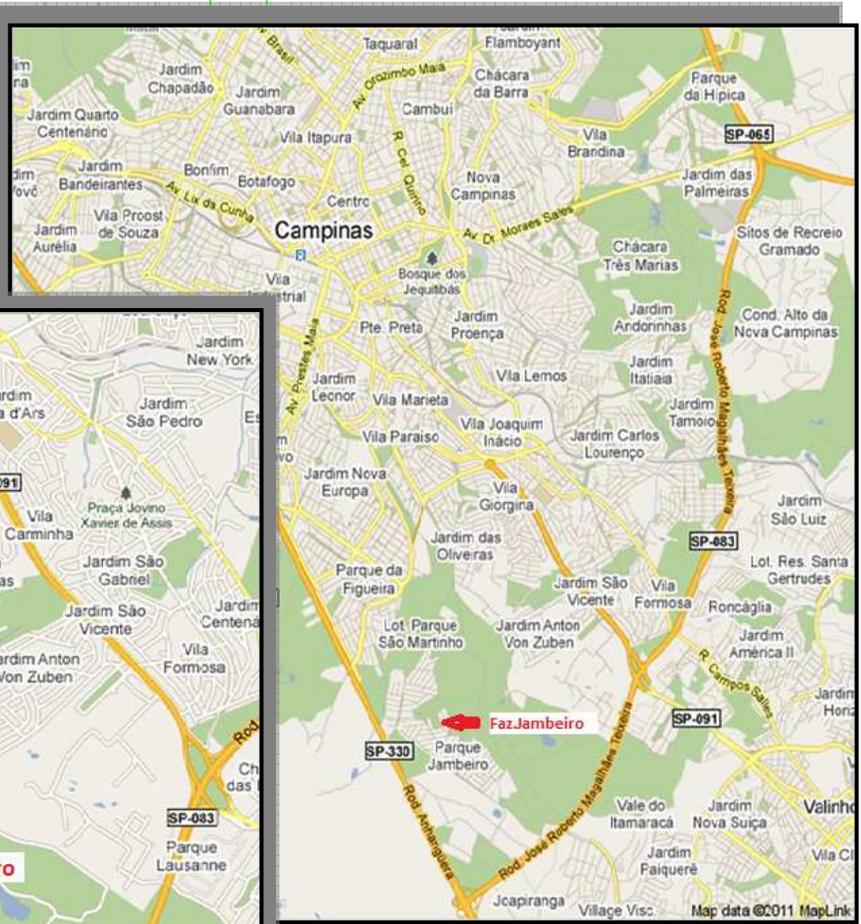


Fig.14 – Esquema da inserção da Fazenda Jambeiro dentro da Malha urbana da cidade de Campinas. No primeiro mapa temos a área urbanizada da cidade indicando as principais rodovias e bairros, com destaque à localização aproximada da Fazenda Jambeiro. Nos mapas seguintes uma aproximação da região que se encontra a Fazenda.



Implantação das fazendas de café

Para aprofundarmos na discussão sobre a materialidade da Fazenda Jambreiro é preciso entender o contexto da arquitetura rural paulista. A partir das transformações e influências expressas neste capítulo será possível entender melhor como foi montada tanto a área referente ao trabalho quanto o local de moradia.

São Paulo passou por profundas mudanças em meados do século XIX, a técnica ainda não aprimorada da lavoura de café deslocou a cultura cada vez mais para o Oeste em busca de novas terras férteis. O período de 1834 a 1860 apresentou diversas novidades, entre as quais se desenvolveu uma convicção empresarial nos cafeicultores. A cultura do café aprimorou um cotidiano de racionalização do processo produtivo, a disciplinarização do espaço do trabalho e da vida privada do trabalhador.¹⁵⁹ Benincasa relaciona a transformação na arquitetura não apenas com as novas influências trazidas pela imigração, mas pela própria “lógica” da modernidade proposta pela economia cafeeira, é uma transformação no modo de vida, a disciplinarização do tempo e do espaço que estaria surgindo no século XIX.¹⁶⁰ A expansão do café significa, para Nicolau Sevcenko, o advento da modernidade:

A infusão estimulante mais tradicional era o chá, o qual ficou muito mais associado ao desjejum e ao relaxamento pós-atividade, segundo cerimônias morosas, típicas de um mundo pré-industrial e de menor densidade urbana. Já o café é desde cedo associado ao ritmo do trabalho, à vida moderna e à cidade.¹⁶¹

Devido a precariedade da tecnologia empregada para a exploração do café no Vale do Paraíba, em terrenos íngremes sujeitos a erosões ou mesmo o cansaço da terra provocado pela falta de rodízio de culturas, permitiu a região de Campinas superar o Vale do Paraíba em produção.

Tanto em relação às formas de cultivo e produtividade dos solos, quanto em termos de tecnologia agregada à produção, percebe-se que a

¹⁵⁹ BENINCASA, Vladimir. Op.cit. 2003. p.14

¹⁶⁰ Idem. Ibidem.

¹⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Exótico na MetrÓpole. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo. Companhia das Letras. 1992. P.83

cafeicultura do Vale apresentava uma produtividade muito menor e uma qualidade muito inferior aos níveis que eram conseguidos no “oeste”. Na região de Campinas as plantações de café já acompanhavam as curvas de nível visando diminuir os efeitos das enxurradas, sem contar o fato de que se tratava de uma região menos montanhosa e um tipo de solo mais propício ao cultivo do café.¹⁶²

As origens da tipologia paulista das fazendas de café se encontram no legado da estrutura das fazendas de cana e da tradição mineira. Lemos estabelece uma relação da existência de dois vetores de influência para o início da arquitetura de café paulista, no Vale do Paraíba: de Minas Gerais teriam vindo as casas de meia encosta, respeitando o perfil do terreno e apresentando uma técnica construtiva mista composta por pedras, taipa de mão e de pilão; e Fluminense, com características neoclássicas de simetria, construções em terreno plano e alicerces de pedra que formavam altos porões com paredes feitas de taipa de mão, dobe ou tijolo.¹⁶³

Saia elegeu um modelo clássico de sede de fazenda monocultura de café: a fazenda Pau d’Alho em São José do Barreiro. “Clássico no sentido de apresentar uma solução na qual já comparecem organizados numa forma-tipo, todos os agenciamentos necessários e suficientes para expressar arquitetonicamente a tese de uma sede de uma fazenda monocultura de café”.¹⁶⁴ André Argollo acrescenta que não apenas a infra-estrutura do açúcar facilitou a implantação do café como “a derrubada da floresta não era, necessariamente, obrigatória para a implantação de um cafezal nessa região, pois havia muita terra limpa e capoeira, após quase um século de exploração de culturas de subsistência e cana-de-açúcar”.¹⁶⁵ Barateando ainda mais qualquer iniciativa de mudança de matriz econômica.

¹⁶² FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000427876>>. Acesso em: 21 jun 2011. p.55

¹⁶³ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1985. p.25

¹⁶⁴ SAIA, Luis. Op.cit.p.185

¹⁶⁵ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.157

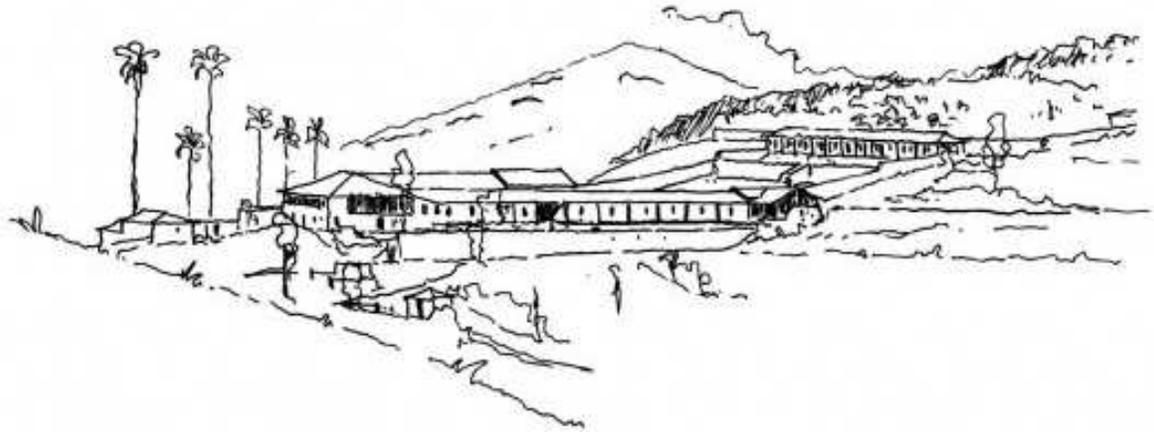


Fig.15 – Fazenda Pau d'Alho, São Jose do Barreiro – Desenho de Antonio Luiz Dias de Andrade (Janjão)



Fig.16 – Fazenda Pau d'Alho, São José do Barreiro.

Saia complementa que este seria um partido misto das experiências com cana, mandioca, milho e feijão, reorganizando os edifícios, todos em relação a um novo espaço de trabalho: o terreiro.¹⁶⁶ A princípio aparece de forma bem simples, apenas uma terraplanagem em chão de terra batida com uma pequena inclinação para permitir o escoamento da água, no entanto o local que era destinado a secagem do que se tornaria o principal produto da fazenda exigiu transformações. Logo os terreiros de terra batida já não

¹⁶⁶ SAIA, Luis. Op.cit. p.69, 183

eram mais adequados, pois permitiam a passagem de umidade para o grão. “Por volta de 1860, havia um movimento no sentido de substituir os terreiros de terra batida por superfícies pavimentadas, como resultado, entre outros fatores, da introdução dos despoldadores e do processo de beneficiamento por via úmida.”¹⁶⁷

A implantação das fazendas de Campinas segue o padrão já consagrado no Vale do Paraíba com algumas pequenas irregularidades em seu desenho devido a, geralmente nos casos de propriedades mais antigas, serem adaptações de engenhos de açúcar. Temos então dois tipos de agenciamentos básicos: com os terreiros organizados entre os edifícios de moradia (sede e senzala ou colônias) e os de trabalho (casa de máquinas), com a sede sempre em destaque no alto do terreno; outro tipo de agenciamento era com o terreiro deslocado do conjunto.¹⁶⁸

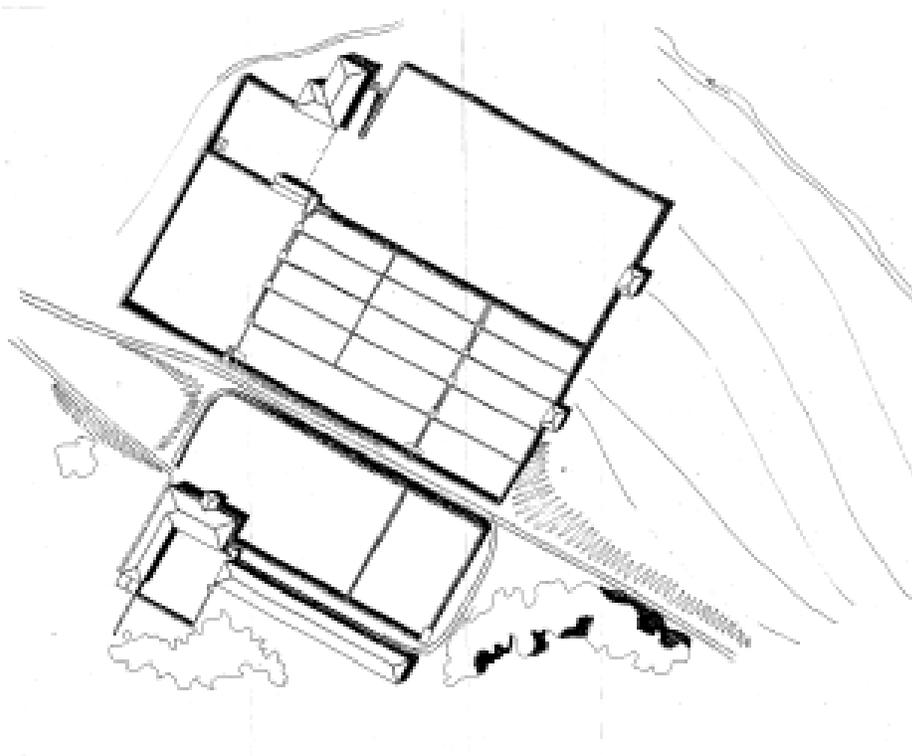


Fig.17 – Implantação feita em 1978 da Fazenda São Joaquim, Campinas. O desenho apresenta os terreiros organizados entre os edifícios de moradia (sede e senzala ou colônias) e os de trabalho (casa de máquinas) com os terreiros organizados num terreno plano.

¹⁶⁷ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.118

¹⁶⁸ SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo.N. Sér. v.14. n.1.p. 81-119. jan.- jun. 2006, p.97 e BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. EESC/USP. São Carlos. 2007. p.124 e p.130

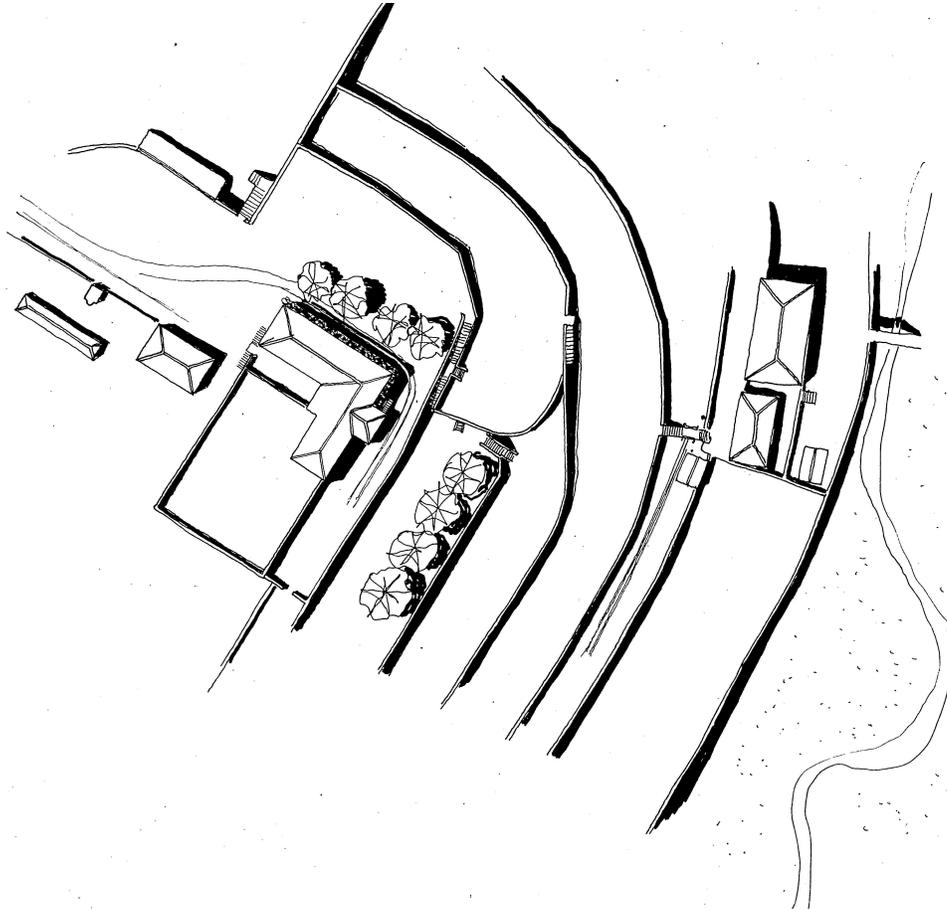


Fig.18 – Implantação feita em 1978 da Fazenda Sertão, Campinas, com os terreiros organizados entre os edifícios de moradia e os de trabalho com terreiros organizados em patamares.

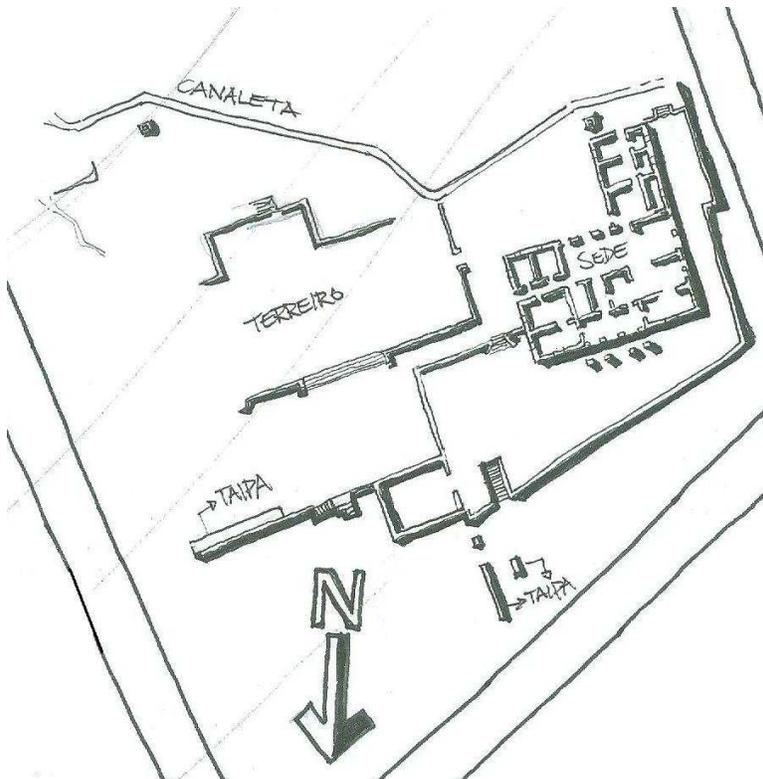


Fig.19 – Implantação feita em 2011 da Fazenda Jambiro em Campinas, com os terreiros deslocados do conjunto principal com terreiros organizados em patamares.

1. sede da fazenda
2. terreiros
3. antiga senzala
4. tulha
5. antiga tulha / dependência de serviços
6. lavador para café
7. jardins
8. estabulos

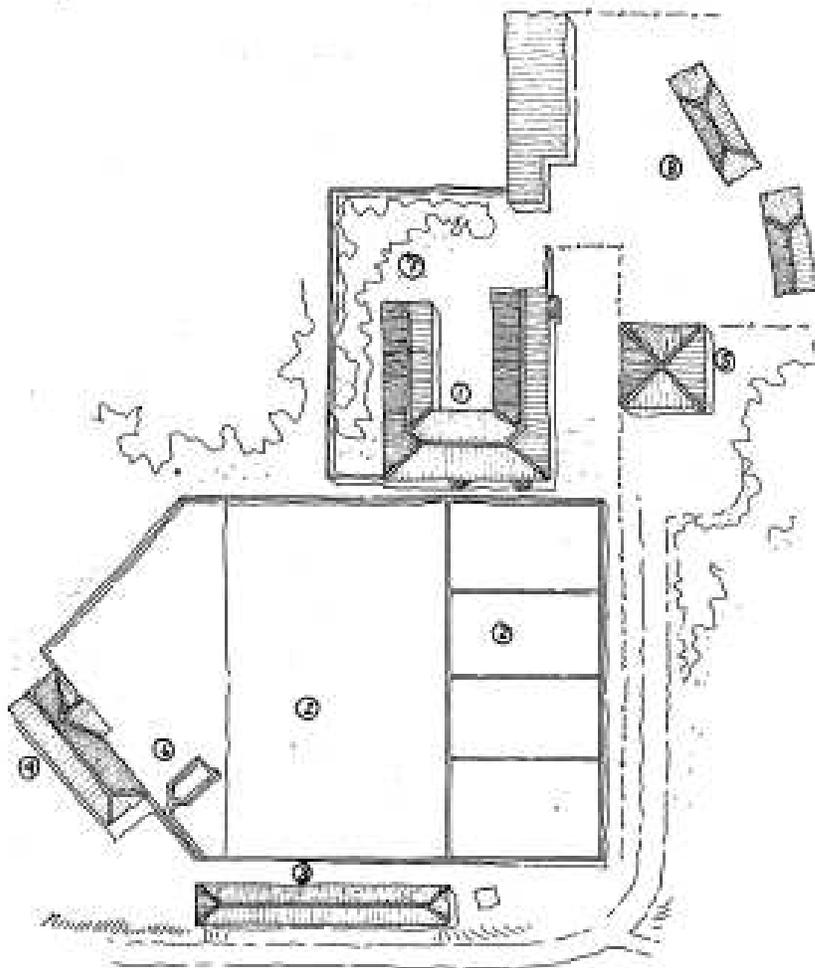


Fig.20 – Implantação feita em 1978 da Fazenda Capoeira Grande em Campinas, com os terreiros deslocados do conjunto principal e os terreiros organizados em terreno plano.

Há ainda uma segunda divisão referente aos terreiros, esta mais dependente da topografia do terreno: os de superfície plana e os dispostos em patamares sucessivos construídos com muros de contenção. Dentre os exemplos mostrados acima, temos a Fazenda Jambeiro e a Fazenda Sertão apresentando os terreiros construídos em patamares,

enquanto que a Capoeira Grande e a São Joaquim seus terreiros se organizam em um terreno plano. As quatro fazendas que utilizei como exemplo nos ajudam a entender que a implantação não necessariamente é determinada pelo relevo. Na implantação atentavam-se para a importância da insolação do terreno, desta forma, no Vale do Paraíba, dava-se privilégio para instalação dos terreiros e da tulha nas encostas voltadas para o norte, nordeste ou noroeste.¹⁶⁹

Assim, pode-se colocar como marco de diferenciação entre os engenhos e as fazendas de café a utilização do terreno. Embora nos dois casos as águas fossem essenciais para o funcionamento do maquinário, e assim a implantação seguiria os cursos d'água, nas fazendas de café o elemento organizador da implantação seria o terreiro, tornando essencial a existência de uma vasta área livre para a secagem do produto.

As casas estão dispostas à volta de um grande terreiro que tem a forma de um quadrilátero alongado. Um dos lados é formado pelas senzalas, em seguida às quais vem um engenho de açúcar (...). Do lado oposto é o alojamento do senhor, que só tem um andar (...). Em seguida a esse edifício, há um muro que separa o terreiro do jardim. Celeiro e armazéns formam um dos lados do terreiro, e, em frente está uma parede a qual se apóia, do lado de fora, um alpendre em que se fazem queijos.¹⁷⁰

O terreiro se afigura, pois, uma criação específica da atividade cafeeira no estilo brasileiro, como reelaboração de propostas já feitas pela arquitetura rural de outros tipos de produção.¹⁷¹

Na descrição das fazendas do Vale do Paraíba, Vladimir Benincasa utiliza manuais agrícolas dos séculos XVIII e XIX, comparando as recomendações com a materialidade constata que seus ensinamentos eram em maior ou menor grau seguidos.¹⁷² Ferrão também utiliza estes mesmos manuais e no que se refere ao início da implantação de uma fazenda, a sugestão é construir primeiro o núcleo industrial para depois se preocupar com a

¹⁶⁹ BENINCASA, Vladimir. 2007. Op.cit. p.36

¹⁷⁰ Descrição feita por Saint-Hilaire de uma fazenda em Itajuru, Minas Gerais in BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit.p.31

¹⁷¹ SAIA, Luis. **Notas Preliminares Sobre a Fazenda Pau D'Alho. São Paulo.** Revista de História nº102. Sem data. p.609 in BENINCASA, Vladimir. Op.cit. 2003. p.32

¹⁷² BENINCASA, Vladimir. 2007. Op.cit. pp.33 – 37, 124

habitação.¹⁷³ Ao construir a área industrial deveria se atentar para que fosse colocada próxima a um curso de água, pois este recurso natural seria responsável por toda a movimentação mecânica do beneficiamento do café. É interessante levantar o ponto ambíguo da relação das fazendas de café com a água, a mesmo tempo que teria de ser evitada para uma melhor qualidade do grão, era responsável por toda a energia motriz.

O terreno em declive também facilitava o bom aproveitamento da água, por gravidade, para o abastecimento dos edifícios e para o processo de beneficiamento dos grãos, além de fornecer energia hidráulica necessária à movimentação de rodas d'água e moinhos de engenho de qualquer espécie.¹⁷⁴

As fazendas de café possuem especificidades que a diferem de outros tipos de instituições rurais, são equipamentos de uso exclusivo no beneficiamento do café. As adaptações nas fazendas de cana-de-açúcar demandaram grande esforço dos moradores.¹⁷⁵ Além do já citado terreiro, outros dois elementos caracterizavam as fazendas de café: a tulha e a casa de máquinas. O primeiro era o depósito da produção, porém havia diversas recomendações para impermeabilização para proteger os grãos.¹⁷⁶ Enquanto que a casa de máquinas era responsável pela secagem do café em coco.¹⁷⁷

Era comum que os edifícios de armazenamento, as tulhas, ficassem anexos às casas de máquinas.¹⁷⁸ Havia uma grande variedade de possibilidades de agenciamento destes edifícios em relação à implantação da fazenda, em alguns casos eles ficavam na parte inferior do terreno, abaixo dos terreiros como na fazenda São Pedro e Jambeiro.

¹⁷³ Recomendação do Barão de Paty do Alferes in FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.102 e BENINCASA, Vladimir. 2007. Op.cit. p.36

¹⁷⁴ BENINCASA, Vladimir. 2007. Op.cit. p.36

¹⁷⁵ BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit.p.14

¹⁷⁶ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.126

¹⁷⁷ Idem. p.129

¹⁷⁸ Áurea. p.105

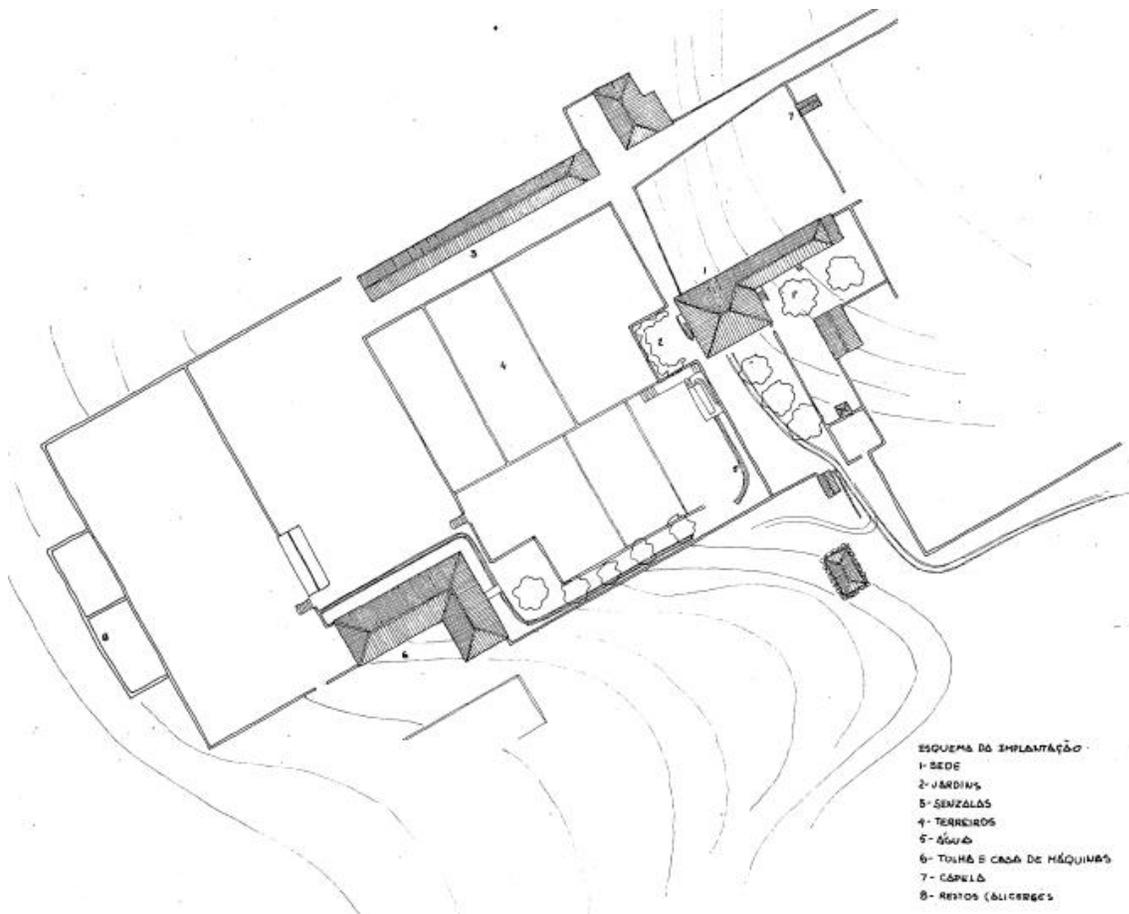


Fig.21 – Implantação feita em 1978 da Fazenda São Pedro em Campinas, com a tolha e casa de máquinas na parte inferior do terreno

Outras fazendas tinham o café sendo transportado em vagonetes até a casa de máquinas, temos como exemplo a fazenda São Vicente:

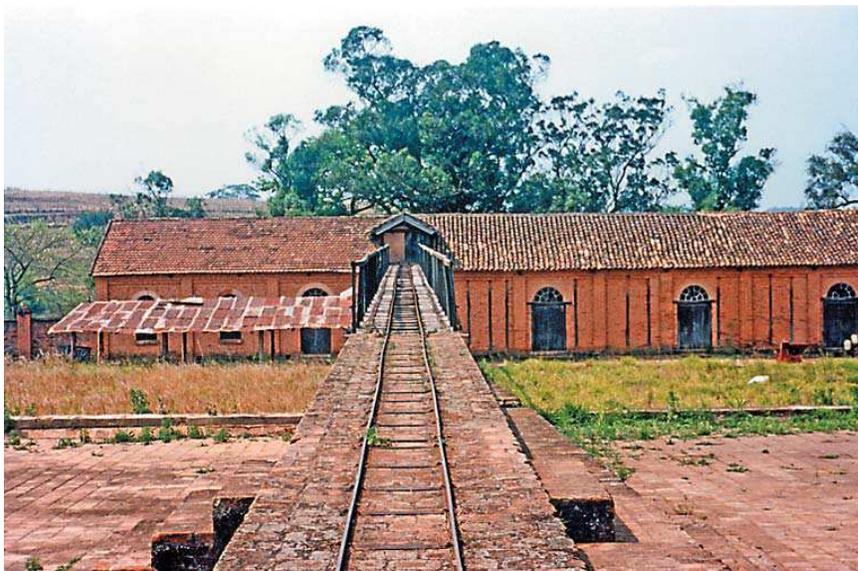


Fig.22 – Fazenda São Vicente em Campinas. Foto atual. Detalhe do sistema de trilhos e vagonetes para transporte de grãos dos terreiros para a casa de máquinas.

Áurea Pereira da Silva destaca um modelo único em Campinas que é o da fazenda São Quirino. Neste existiam duas tulhas, uma para o café em coco junto aos terreiros, e outra tulha que ficava mais afastada e possuía anexada a casa de máquinas onde ficava o café despulpado.¹⁷⁹

Outros elementos são os pomares e as hortas, quase uma extensão do jardim, tinha como objetivo abastecer a propriedade.¹⁸⁰ Para André Argollo, esse espaço era essencial para a fazenda “em razão da necessidade de baratear e prover qualidade aos alimentos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, atender às necessidades de usos e costumes europeus.”¹⁸¹ Essa prática possibilitou a diversificação das culturas com a inclusão de diversas plantas exóticas, nesses pomares e hortas conviviam vegetais nativos e estrangeiros. É o que tanto Benincasa, quanto Argollo chamam de autarquias, embora o núcleo central da fazenda consistia em produzir e beneficiar o café, havia toda uma estrutura que à suportava.¹⁸²

O capital que os fazendeiros campineiros conseguiram foi investido na construção das estradas de ferro que ajudariam no comércio da produção com os grandes centros e a Europa. Tal evento marcou o começo de uma nova fase na exploração do café e da situação econômica de São Paulo, momento que coincide com o início da substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada do imigrante. Toda essa grande confluência de mudanças acaba se concentrando na região de Campinas que continua a investir em desenvolvimento implantando empresas de importação e fábricas de produtos agrícolas como Lidgerwood e MacHardy; a construção do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) entregue por D. Pedro II que se tornou responsável pela pesquisa e desenvolvimento de técnicas agrícolas, funcionando até os dias de hoje.¹⁸³

Embora Lemos tenha afirmado que o café teria sido o responsável pela chegada do tijolo no Brasil, devido a dois fatores, além do capital gerado pela exportação deste produto, seu beneficiamento exigia o uso de alvenaria de pedra ou tijolo.¹⁸⁴ Talvez ele quisesse indicar o retorno da técnica ao país com esta afirmação, pois em *Alvenaria*

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit.p.32

¹⁸¹ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.110

¹⁸² BENINCASA, Vladimir. 2007. Op.cit. pp.68 – 70 e FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. pp.172 – 180

¹⁸³ Idem. p.56

¹⁸⁴ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1999. p.225

Burguesa, o autor apresenta o uso do tijolo em São Paulo desde 1610, e cita a construção de um pelourinho. Acrescenta que o café teria na realidade popularizado a técnica devido a necessidade de seu uso e a incompatibilidade da taipa com os edifícios do café.¹⁸⁵ Seguindo esta mesma hipótese, Katinsky sugere que os bandeirantes já conheciam a técnica da fabricação do tijolo devido a semelhança com o modo de fazer as telhas de barro, no entanto a taipa teria sido uma escolha consciente devido a principalmente não necessitar de transporte, algo que traria um custo desnecessário que os paulistas da época não poderiam arcar.¹⁸⁶ No momento de instalação das fazendas de café, elas necessitavam de várias estruturas que a taipa não possibilitaria: muros de arrimos para terraplenagem dos terreiros de secagem, aquedutos, canais, tanques de lavagem, edifício para a roda d'água, as tulhas. Como a pedra era de difícil manuseio e transporte, o tijolo, de maneira oposta, era muito mais interessante, pois poderia ser feito na própria fazenda.¹⁸⁷ Aos poucos a alvenaria de tijolo acabou substituindo a taipa, no início, porém, manteve-se o partido e a volumetria tradicional ignorando as possibilidades da versatilidade do bloco de tijolo.¹⁸⁸

O cimento era importado da Alemanha ou da Inglaterra, a mão-de-obra também era européia, um grande facilitador foi a descoberta de calcário em Santana do Parnaíba que supriu as necessidades da cal para a construção em alvenaria.¹⁸⁹ A utilização conjunta destas técnicas e recursos recém descobertos permitia construções mais uniformes e, desta forma, possibilitou a produção mecanizada de portas e janelas.¹⁹⁰

Além da ferrovia, esse período começou a explorar uma nova forma de trabalhador, a intensa pressão da Inglaterra para o fim do tráfico de escravos provocou, no Brasil, o desenvolvimento de políticas anti-escravistas: a começar pelo fim do tráfico em 1850, seguiram-se outras leis como Sexagenário, libertando os escravos com mais de 60 anos; a Lei do Ventre Livre, desobrigando da escravidão os filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da lei; e por fim, em 1888, a própria abolição. Acompanhando estas leis, surgiram medidas para substituição da mão-de-obra por trabalhadores assalariados

¹⁸⁵ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1985. p.27

¹⁸⁶ KATINSKY, Júlio Roberto. Op.cit. p.123

¹⁸⁷ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1999. p.225

¹⁸⁸ Idem. p.222

¹⁸⁹ Idem. p.225

¹⁹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op.cit.p.159

imigrantes europeus, a primeira experiência foi em 1842 na Fazenda Imbicaba, a oeste de Campinas.¹⁹¹ Junto dos imigrantes veio sua cultura e técnicas construtivas que aos poucos se mesclaram com os costumes paulistas. Segundo Benincasa, os imigrantes trouxeram junto deles um ecletismo popular e não oficial nos costumes construtivos.¹⁹²

Grandes contingentes de mão-de-obra européia chegavam ao interior de São Paulo, em substituição à mão-de-obra escrava. Dentre os imigrantes, havia muitos artesãos, mestres-de-obra e pedreiros, que logo deixariam as lavouras passando a trabalhar na construção civil, difundindo as técnicas e os padrões arquitetônicos europeus, como o uso mais freqüente do tijolo e a linguagem eclética sem os rigores formais da arquitetura erudita.¹⁹³

No entanto, o que para Benincasa é uma possibilidade de troca e crescimento cultural, para Saia é o completo oposto. Luís Saia considera que a importação de técnicos para o país foi um fracasso, pois ao chegar ao Brasil os imigrantes sofriam um processo involutivo de perda de capacidade de criar uma arquitetura que respondesse as necessidades locais. Ao invés disso, a imigração trazia uma mão-de-obra que tentava a todo custo implantar os estilos da terra pátria, no entanto, estes estilos “perdiam a substancia que, nos países de origem, os explicava e justificava”.¹⁹⁴

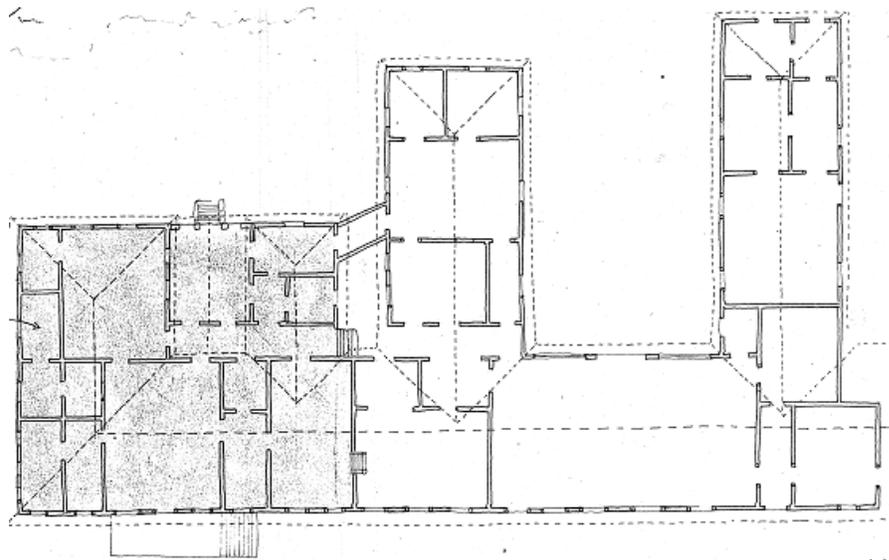


Fig.23 – Desenho feito em 1978 da Fazenda Pau d’Alho em Campinas. Planta que recebeu diversas modificações, em formato de “F” é possível identificar alcovas.

¹⁹¹ SAIA, Luís. Op.cit.p.196

¹⁹² BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit.p.84

¹⁹³ Idem. p.112

¹⁹⁴ SAIA, Luís. Op.cit.p.53

Houve mudanças na distribuição dos cômodos das casas, surgiram novos espaços de recepção como a sala de visitas e, a noção de indivíduo aparece na separação dos cômodos internos por um corredor de distribuição, a passagem de um quarto para o outro só acontece através deste corredor.¹⁹⁵ A hierarquização dos espaços surge na adoção de um “dispositivo tipicamente urbano: o corredor, se antes a residência era hierarquizada entre o lugar dos moradores e o lugar dos forasteiros, agora o corredor permite uma nova organização interna ao criar mais barreiras na circulação das pessoas.¹⁹⁶ Cícero Ferraz Cruz aponta que a mudança no quarto de hóspedes ocorre devido a uma diminuição na necessidade de receber viajantes em decorrência do aumento do número de cidades, com a diminuição da distância entre os centros urbanos, os viajantes poderiam se hospedar em estabelecimentos nas cidades.¹⁹⁷ Benincasa acrescenta ainda outros cômodos, todos voltados para a recepção de visitas na parte frontal do edifício: salas de música, escritório, biblioteca, entre outros.¹⁹⁸

A casa da fazenda cafeeira passou a desempenhar um papel social, transformando-se em espaço privilegiado de recepção a visitas selecionadas. Ela, que era, até então, um reduto quase exclusivamente familiar, passou a contar com salas e saletas destinadas a recepção de visitantes.¹⁹⁹

Surgiu a varanda, o símbolo da superposição estar-serviço. (...) A sala central da frente, derivada do antigo alpendre engasgado entre a capela e o quarto de hóspedes, fragmentou-se em duas salas, dando oportunidade a um corredor central de ligação da varanda e da cozinha com a rua, com o terreiro, com o jardim, com o grande alpendre corrido, onde se tomava a fresca.²⁰⁰

Telles localiza em meados do século XIX o marco da diminuição da tradicional divisão entre o ambiente social e de trabalho doméstico nas residências. Perdeu-se o rigor da separação entre a área do dia-a-dia, do trabalho caseiro e da recepção de visitantes, o autor sugere que uma maior aproximação com a Europa ajudou na redução da “segregação

¹⁹⁵ Idem. Op.cit.p.191

¹⁹⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op.cit.p.144

¹⁹⁷ CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX**. Brasília – DF. IPHAN/Monumenta. 2010. p.102

¹⁹⁸ BENINCASA, Vladimir. Op.cit. 2003. p.108

¹⁹⁹ Idem. p.114

²⁰⁰ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1976. p.199

familiar, especialmente da mulher”.²⁰¹ Tal mudança de atitude teria se propagado aos poucos a partir dos principais centros urbanos.²⁰²

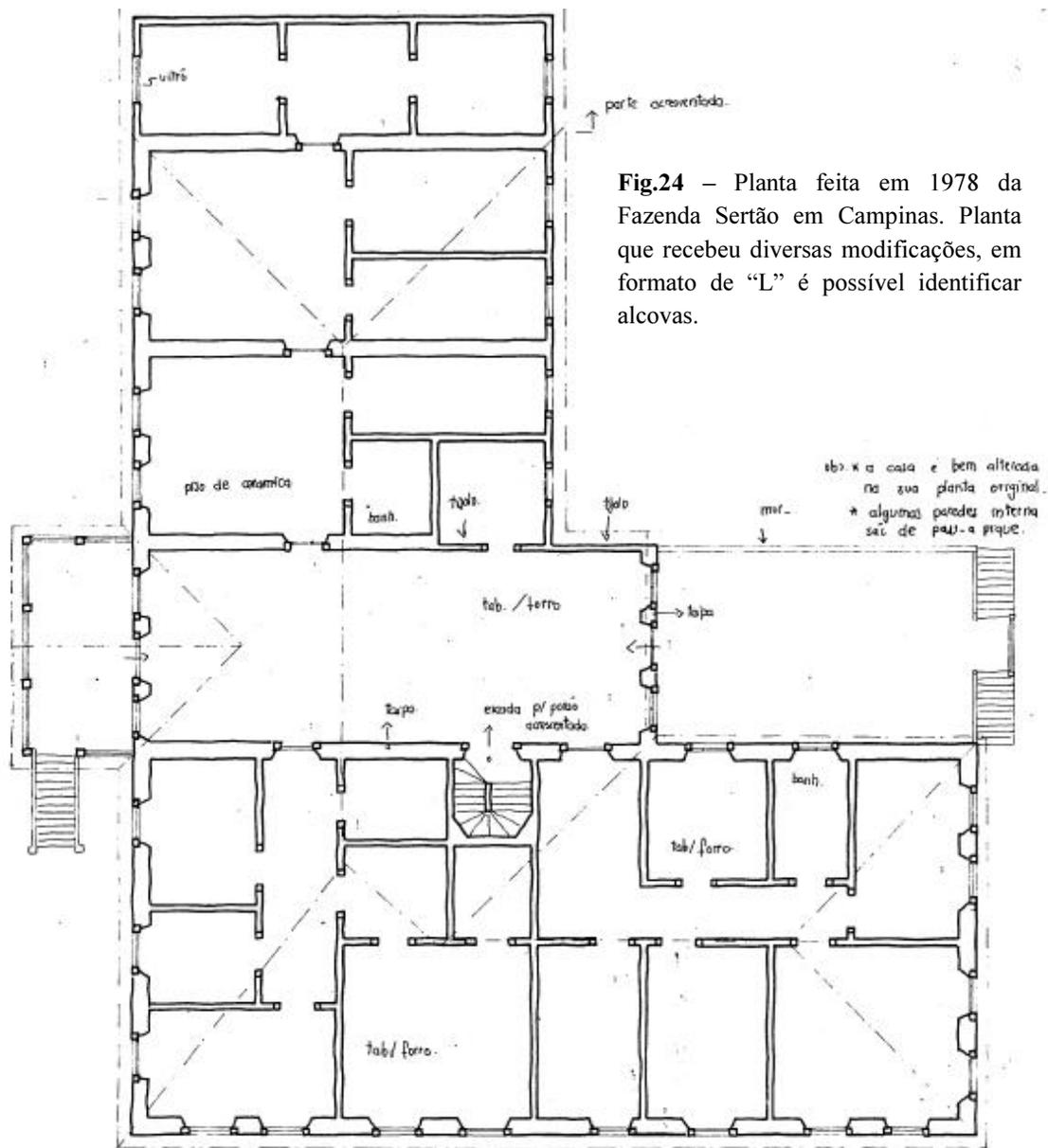


Fig.24 – Planta feita em 1978 da Fazenda Sertão em Campinas. Planta que recebeu diversas modificações, em formato de “L” é possível identificar alcovas.

Na segunda metade do século XIX, em decorrência da maior interação com a Europa, disseminou a importação de periódicos e fomentou a produção de revistas de divulgação científica de brasileiros. Estas revistas, em sua maioria, tinham como tema a higiene. As aplicações das recentes noções de higiene nas plantas de edifícios enfatizando

²⁰¹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. Op.cit. p.94

²⁰² Idem. Ibidem.

principalmente questões como ventilação e iluminação natural dos cômodos.²⁰³ No entanto, tais discussões só conquistaram status depois da instalação da República Positivista, quando surgiram leis e códigos que além de decidir sobre a fachada das casas e seu impacto na rua pública, passaram a impor condições mínimas na organização espacial interna.²⁰⁴ Embora essa legislação só tivesse jurisdição dentro das cidades, sua base teórica higienista era muito bem aceito pela sociedade mais abastada, somado à assimilação de novos conceitos do “bem morar europeu”²⁰⁵, as normas e exigências para as moradas urbanas se tornaram uma boa opção construtiva nas casas rurais que, assim como na cidade, foram se transformando consideravelmente.

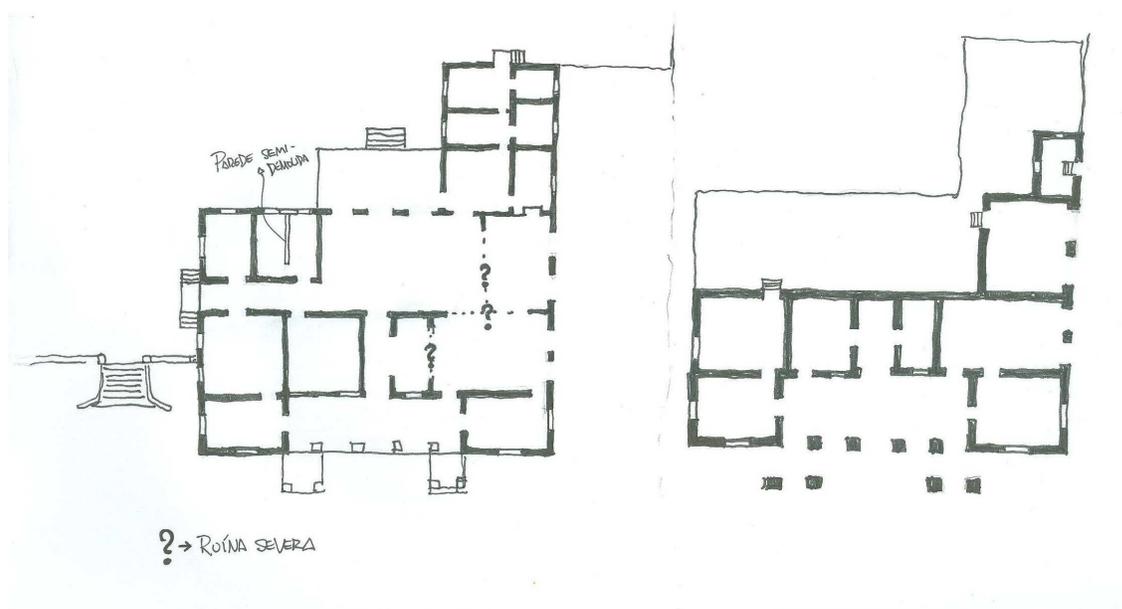


Fig.25 – Planta atual da Fazenda Jambeiro, em Campinas, feita em 2012 (piso superior e inferior), residência do final do século XIX que mantém as influências da planta em “L”.

As casas que já ficavam num patamar artificial, tiveram os porões abertos, com altura de apenas um metro e vãos regulares para evitar que a umidade do solo subisse para a casa.²⁰⁶ “As primeiras venezianas surgiram nos dormitórios. Eram compostas com régua largas e substituíam as vidraças, com vedação externa.”²⁰⁷ Tal novidade teve sua

²⁰³ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1999. p.211

²⁰⁴ Idem. Ibidem.

²⁰⁵ BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit. p.113

²⁰⁶ SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e Fazendas de Café em Campinas (séc.XVIII – séc.XX)** in Anais do Museu Paulista. v.14. n.1. janeiro – junho 2006. p.110

²⁰⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit. p.163

importância ressaltada por autores como Nestor Goulart Reis Filho e Vladimir Benincasa, este último relacionou seu surgimento com as idéias higienistas de ventilação²⁰⁸, as duas folhas externas permitiriam a circulação do ar mesmo com as janelas externas fechadas. O vidro popularizou o uso das bandeiras como fontes de luz natural.²⁰⁹ Esse aperfeiçoamento nos hábitos de higiene coincidiu com a instalação dos primeiros banheiros com água corrente.²¹⁰ A utilização do ferro na produção de canos galvanizados permitiu a canalização da água e do esgoto com mais facilidade. A partir disso os banheiros foram incorporados pela residência rural.²¹¹

A planta em “L” que já era utilizada se tornou mais interessante, pois seu modelo permitiria aumentar a casa e ao mesmo tempo deixar que a luz natural penetrasse em todos os cômodos. Algumas ainda foram ampliadas com o tempo, recebendo mais uma extensão, fechando uma planta em forma de “U”.²¹² Pouco a pouco as alcovas foram diminuindo, ao ponto de não serem feitas mais em novas residências. A capela, a partir do último quartel do XIX, passou a ser freqüentemente encontrada como um edifício independente da sede.

Pode-se dizer que “a sede da propriedade cafeeira adota o modelo de casa urbana, em que essa fica independente do lote e forma um desenho de planta independente de função”.²¹³ Reis Filho chama de aburguesamento da casa paulista este período em que a concentração de riqueza proveniente do café contribuiu para “transformar as residências de grandes propriedades rurais em centros de intensa atividade social”²¹⁴. E para manter o padrão de conforto das cidades a arquitetura adotou diversas referências construtivas do mundo urbano, Benincasa ainda ressalta que as mudanças não ocorreram apenas na arquitetura, mas o que aconteceu foi uma “adoção dos costumes urbanos”²¹⁵ no dia-a-dia rural. Carlos Lemos afirma que no entanto, embora tenha ocorrido este deslocamento dos costumes urbanos para as fazendas, as residências foram “levadas” também para as cidades:

²⁰⁸ BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit. p.117

²⁰⁹ SILVA, Áurea Pereira da. Op.cit.p.114

²¹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit. p.50

²¹¹ HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira, 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

²¹² SILVA, Áurea Pereira da. Op.cit. p.111

²¹³ PEDROSO, Marialice Faria. **Arquitetura das Fazendas de Café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930**. Dissertação (mestrado). IFCH. Unicamp. Campinas. 1998.

²¹⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit. pp.130 e 140

²¹⁵ BENINCASA, Vladimir. Op.cit. 2003.p.109

“Houve a moda, ou desejo, de se reproduzir na cidade o “clima” roceiro, com seus jardins e pomares.”²¹⁶



Fig.26 – Fachada atual da fazenda Pau d’Alho, Campinas.

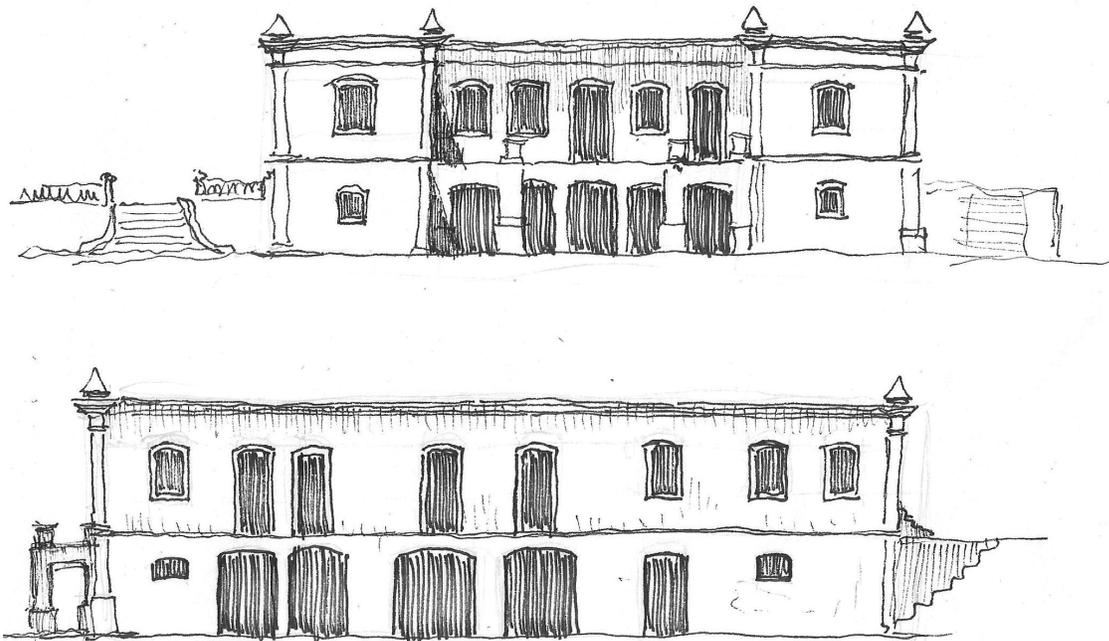


Fig.27 – Desenho da fachada atual da Fazenda Jambeiro, Campinas.

²¹⁶ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1976. p.119

Ainda nessa lógica de apropriação de elementos urbanos, na edificação da fachada temos a platibanda, utilizada desde o início do século XIX, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, servia para esconder a calha e o telhado. E ainda teria a função de impedir que as águas das chuvas caíssem diretamente nas pessoas que estivessem passando na rua. Porém, no fim do XIX, teve um uso menos ortodoxo, com função mais estética que funcional, como se pode observar no caso das fazendas. Quanto aos telhados, as antigas telhas capa e canal que eram feitas de forma mais artesanal foram substituídas por telhas industriais de barro ou de ardósia importada de Marselha.²¹⁷ E estas, complementa Reis Filho, assentadas mais regularmente sobre ripas, numa estrutura de madeira emparelhada e armadas em ‘tesoura’.²¹⁸ Outros novos elementos que passaram a ser mais comuns nas coberturas foram as calhas, condutores e rufos de cobre ou folhas-de-flandres.²¹⁹

Racionalmente idealizadas e agenciadas no terreno para servir de centro produtor e beneficiador de café. Outras, imaginadas romanticamente, como miniaturas de palácios europeus em volta de jardins geométricos de inspiração francesa. Outras, ainda, lembravam sobrados urbanos deslocados entre mangueiras e alamedas de palmeiras.²²⁰

É perceptível que esse período teve um grande esforço para incorporar os então recentes benefícios conquistados pela industrialização. Pode-se dizer que temos a passagem de uma fase artesanal para uma etapa de manufatura caracterizada pelo aprendizado sistemático em escolas de nível superior.²²¹ Uma nova mentalidade empresarial associada a determinados grupos políticos foi despertada neste período. Surgiram companhias de educação popular e de capacitação para melhoria dos quadros nacionais de oficiais mecânicos, dentre as mais importantes, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, fundado em 1873.²²²

²¹⁷ AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. **Arquitetura campestre na obra de Ramos de Azevedo. A arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas** (MESTRADO). CEATEC. PUCCAMP. 2009. P.45

²¹⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit. pp.160

²¹⁹ BENINCASA, Vladimir. 2003. Op.cit. p.114

²²⁰ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1976. p.116

²²¹ PEDROSO, Marialice Faria. Op.cit.p.154

²²² REIS FILHO, Nestor Goulart. Op.Cit.p.149

Saia considera que embora tenha ocorrido uma grande introdução de novas e diferentes técnicas e tecnologias desde a instalação da ferrovia, até 1930 o partido tradicional da sede cafeeira permaneceu o mesmo.²²³ Tal idéia não é compartilhada por outros autores como Nestor Goulart Reis Filho, André Argollo e outros. Reis Filho considera a segunda metade do século XIX fundamental na incorporação das novas técnicas e tecnologias apresentadas pela recente sociedade industrial, fenômeno que se representa no plano formal pelo ecletismo.²²⁴ Argollo, mais interessado em desvendar a estrutura das fazendas, coloca como marco a década de 1880, quando a cultura do café se expande para Ribeirão Preto, terras virgens que necessitam novamente da iniciativa de implantação, para em 1930 novamente ter sua função alterada com a substituição do café pela cana-de-açúcar.²²⁵

O fenômeno que os autores entram em consenso, foi a mudança de função das residências. Até a implantação das ferrovias a partir da década de 1860 as propriedades rurais eram a principal residência dos cafeeiros, estes possuíam suas casas urbanas apenas para uso temporário, em época de festas ou entressafra. As ferrovias permitiram aos grandes proprietários rurais se transferirem para os centros urbanos, onde teriam mais conforto ao mesmo tempo em que administravam sua propriedade, acompanhando semanalmente o que ocorria na fazenda por meio de relatórios de capatazes.²²⁶ Neste contexto se insere a construção da sede da Fazenda Jambeiro, construída em 1897, apresenta diversas características de uma residência urbana transformando a casa de campo em um verdadeiro “sobrado”²²⁷ rural. O projeto da sede contava ainda com cinco dormitórios, três salas e cozinha; estava previsto que todos os ambientes fossem iluminados por grandes janelas, além de duas grandes varandas; o acabamento era em azulejos portugueses, o madeiramento geral de Pinho de Riga, o assoalho de peroba e canela; toda tubulação passaria por baixo do piso; e o telhado composto por telhas de Marselha:

²²³ SAIA, Luis.op.cit.p.211

²²⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op.Cit.p.154

²²⁵ FERRÃO, André Munhoz Argollo. Op.cit. p.158

²²⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op.Cit.pp.129 e 144

²²⁷ Uso o termo “sobrado rural” em referência aos “sobrados” comumente urbanos que se oporiam as “casas grandes” do meio rural, porém na bibliografia sobre a história de Campinas tal oposição não existe: “A palavra sobrado nos engenhos de nossa capitania e província substitui a expressão casa-grande usada no norte do país”. PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas. 1969. p.90.

A inspiração francesa da sede da Fazenda Jambeiro, atesta a generalizações dos mesmos hábitos e influências, indicando-nos também que entre o universo rural e o universo urbano da elite campineira do século passado [XIX], haveria muitas concordâncias e proximidades, além de uma relativa integração do uso dos equipamentos públicos.²²⁸

Carlos Lemos coloca uma das grandes mudanças do século XIX teria sido a transferência da classe dominante das fazendas para a cidade. “Foi o café que deu novas feições às cidades”.²²⁹ Impulsionado pela instalação das ferrovias na década de 1860, foi apenas nos anos de 1880 que a cidade de São Paulo começou a apresentar “novas edificações de importância”, fruto da mudança dos fazendeiros para a capital da província.²³⁰ Mas o autor ressalta, concordando com Reis Filho, que diferente de outros lugares, não teria ocorrido nenhuma dicotomia entre uma burguesia urbana e um patriarcado rural resultado da facilidade de interação entre a propriedade e a casa na capital.²³¹

Aspectos arquitetônicos da Fazenda Jambeiro

Para analisar a implantação da Fazenda Jambeiro foi utilizado, além do desenho atual e a descrição dos edifícios existentes no momento de abertura do processo de tombamento da Fazenda Jambeiro em 1989, a foto de uma aquarela da fazenda feita no final do século XIX.

Embora a Fazenda tenha sido tombada contendo “cocheiras, estábulo, rancho das carroças e arados, moinho de fubá, portal em pedra e senzala deixam a marca da época escravagista como a casa do Sr. Angelo administrador, a tulha, a pequena capela e o terreiro de café com lugar de secagem (...) tudo isto está cercado por imensos jardins com centenárias árvores, lagoa, plantas raras e pomar formando um complexo significativo com 71.807,48 m².”²³² Diversos edifícios foram demolidos depois do tombamento, e por causa de uma pesquisa insipiente por parte do CONDEPACC no momento do tombamento existe

²²⁸ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Op.cit. 1989, p.60

²²⁹ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1976. p.105

²³⁰ Idem. p.123

²³¹ Idem. Ibidem.

²³² Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.43

pouca documentação fotográfica destes edifícios. Nesta análise eu citarei diversos edifícios que não existem mais, obrigando fazer suposições da função de alguns locais por meio da comparação com a aquarela do final do século XIX, único documento que mostra a fazenda de forma mais completa, e não apenas a Sede. Todos os detalhes do tombamento e das demolições que ocorreram na Fazenda Jambeiro eu deixarei para o capítulo intitulado: “O Tombamento da Fazenda Jambeiro”.

Implantação

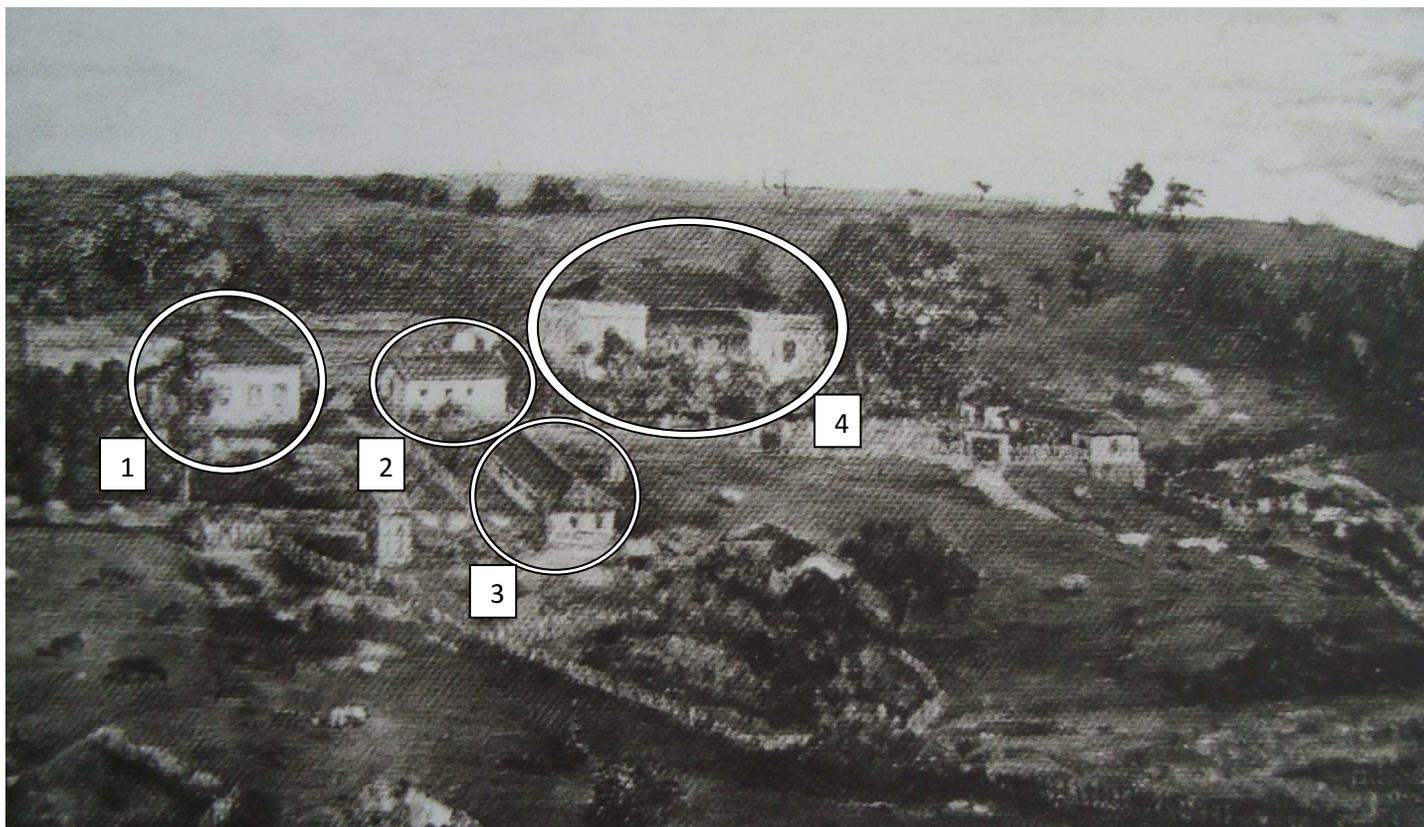


Fig.28 - As edificações em destaque se referem respectivamente a Tulha (1), Capela (2), Senzala (3) e Sede (4), das quais eu apresentarei uma análise mais detalhada nas páginas a seguir. Reprodução da aquarela da Fazenda Jambeiro, Campinas. Final do século XIX [?].

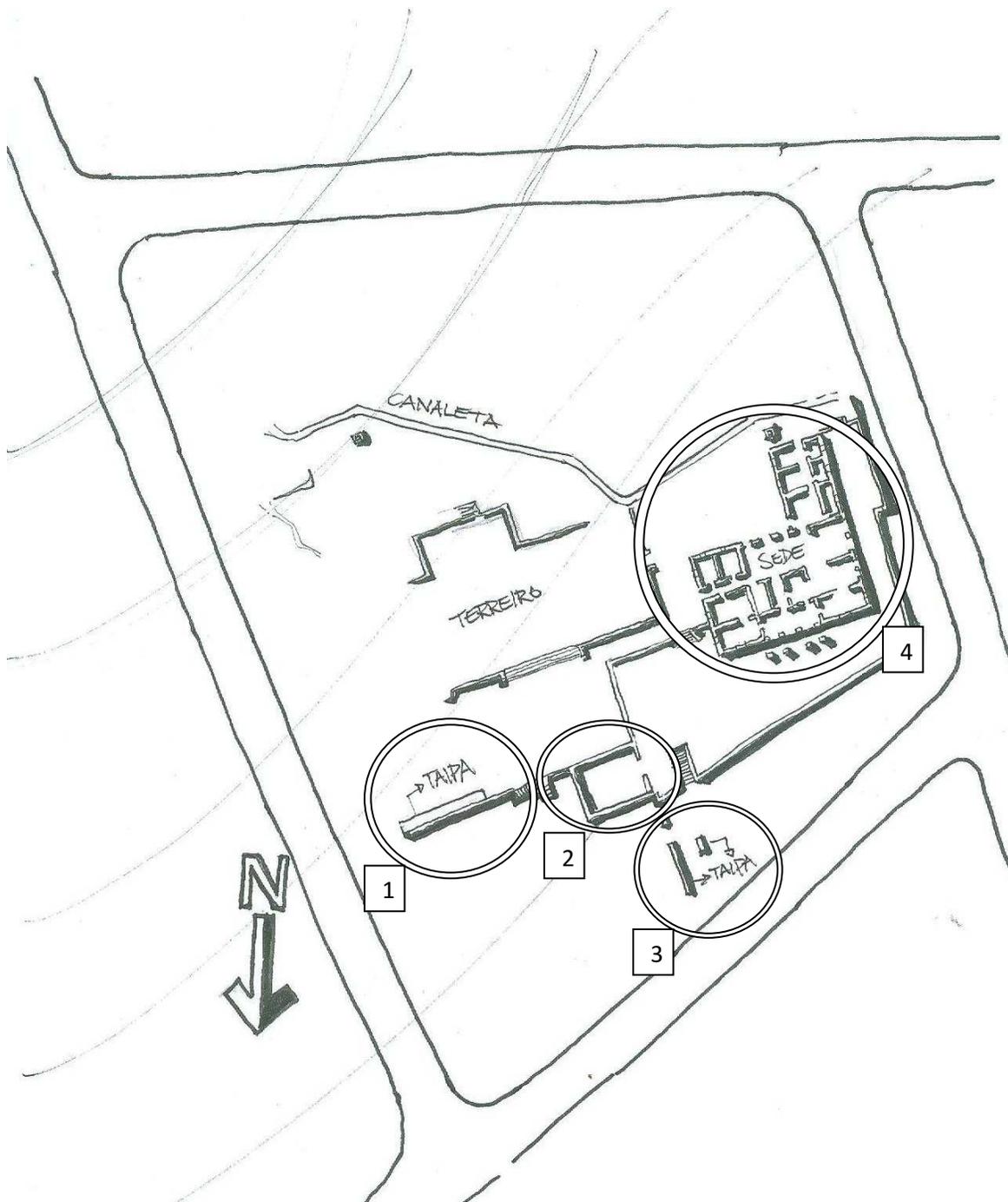


Fig. 29 – As edificações em destaque se referem respectivamente a Tulha (1), Capela (2), Senzala (3) e Sede (4), das quais eu apresentarei uma análise mais detalhada nas páginas a seguir. Implantação atual da Fazenda Jambeiro, Campinas.

O terreno irregular da Fazenda Jambeiro, composto por diversas pequenas colinas, contribuíram na escolha da implantação que concentra todos os edifícios do complexo próximos e na altura média do relevo, com a sede se destacando na paisagem. Atrás da sede temos algumas árvores que o processo de tombamento nomeia como um “resquício de floresta”.²³³ Uma grande canaleta que conduzia água de uma nascente localizada a Oeste do complexo de edifícios fazia a separação entre a área da Sede e destas árvores. Este canal de pedra conduzia a água na direção Leste, possivelmente essa água seria aproveitada numa possível Casa de Máquinas que se localizaria mais a frente como podemos perceber na pintura da fazenda a existência de outro edifício a direita da sede, no entanto todas as construções para o lado direito da Sede foram demolidas.

O terreiro situava-se no lado Oeste da Casa Sede e como vemos, tanto na pintura quanto no desenho da implantação, era de pequeno porte, sugerindo uma produção também pequena. A canaleta de água também limitava a área do terreiro das árvores e ramificações encontradas no ramal principal indicam o uso desta água para a lavagem do café. Disposto em patamares e não centralizados na implantação da fazenda é uma variação do modelo tradicional de agenciamento que colocava a sede no topo do terreno, os edifícios de processamento e guarda na base e os terreiros no centro. Na década de 1940 os terreiros foram desativados e no lugar foi construída uma piscina, atualmente a piscina foi aterrada pela prefeitura.

²³³ Processo de Tombamento 007/89. – Fazenda Jambeiro p.1

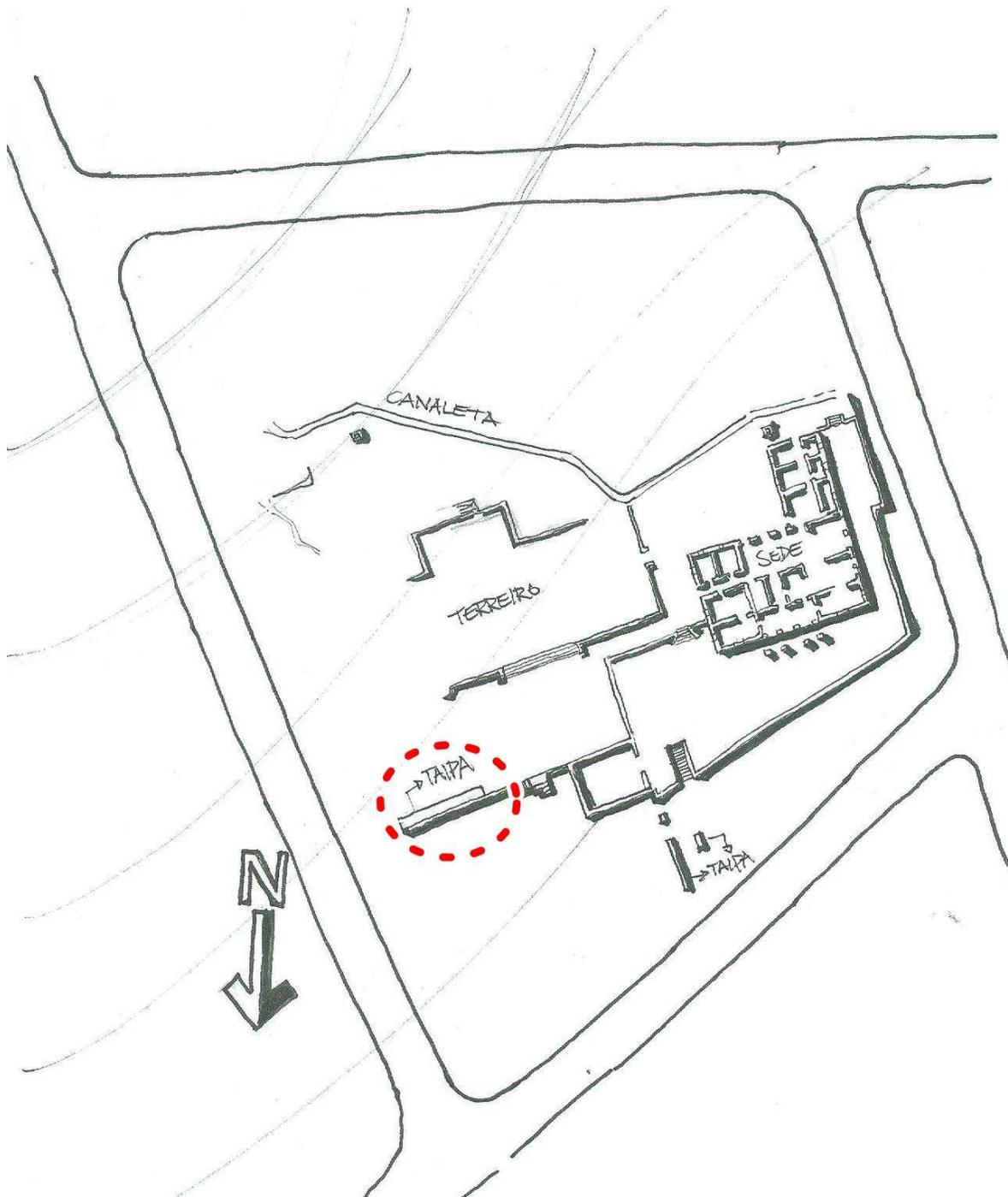


Fig 30 – Detalhe da tulha da Fazenda Jambeiro na Implantação.



Fig 31 – Detalhe da tulha da Fazenda Jambeiro. 28 de abril de 2010.

Na parte inferior esquerda da implantação, logo ao norte do terreiro existe um grande muro de taipa com cerca de 6 metros de altura que possivelmente seja o remanescente da antiga Tulha. Pela foto vemos que a composição do edifício tem características típicas de um edifício de armazenamento de café.

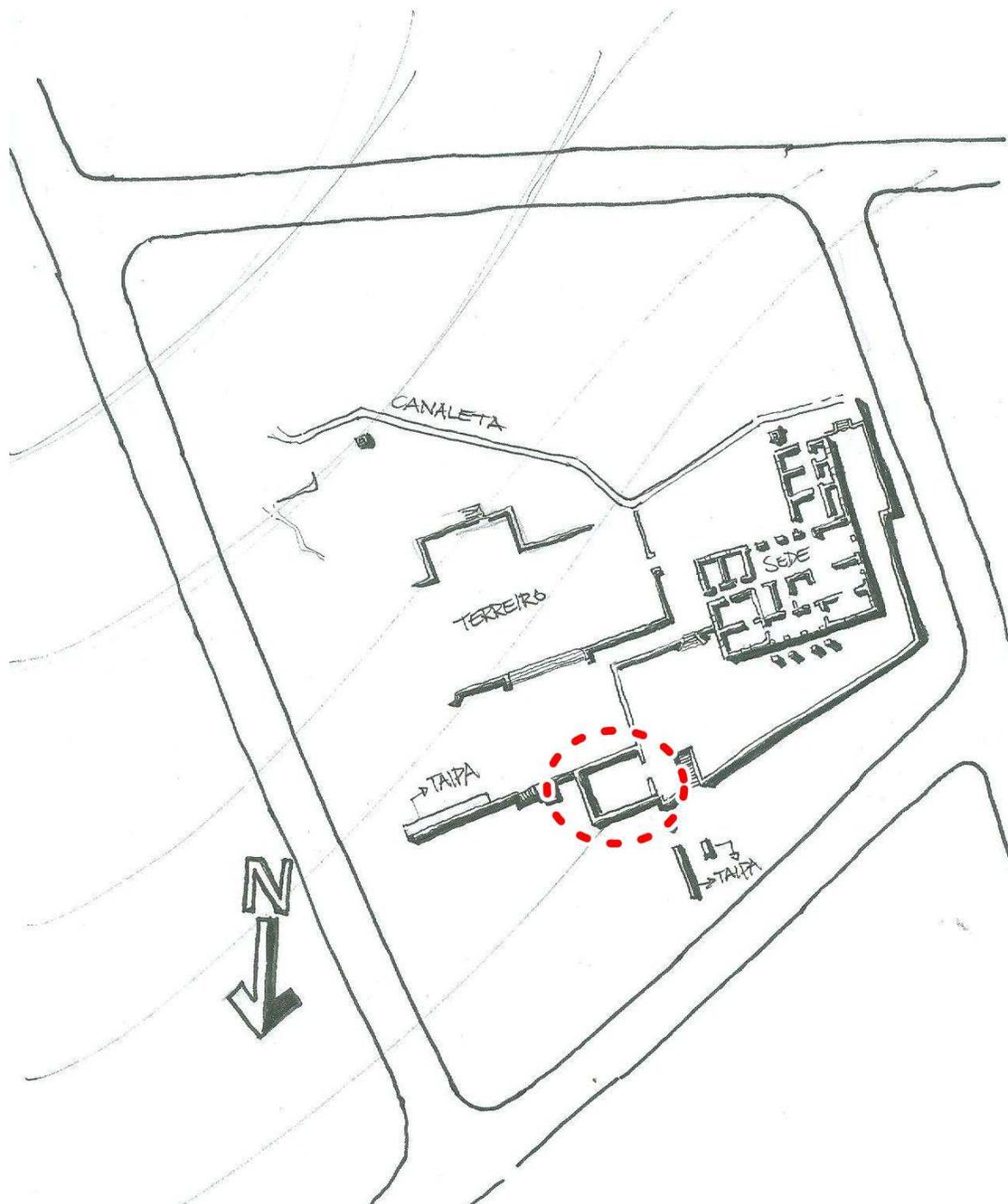


Fig 32 – Detalhe da capela da Fazenda Jambeiro na Implantação



Fig 33 – Capela da Fazenda Jambeiro. 28 de abril de 2010.

Mais ao centro do terreno tínhamos a Capela que foi demolida pela secretaria de obras em 2010. Construído na encosta, tinha dois cômodos no pavimento superior, possivelmente com o altar em um dos cômodos. Com telhado simples em duas águas, ficava voltado pra leste, em direção à fachada da Sede. No piso inferior tínhamos apenas um cômodo possivelmente com função de depósito. Ligado à Capela existia um dos portais de pedra e alvenaria que indicavam a entrada da área onde se concentrava os edifícios sociais.

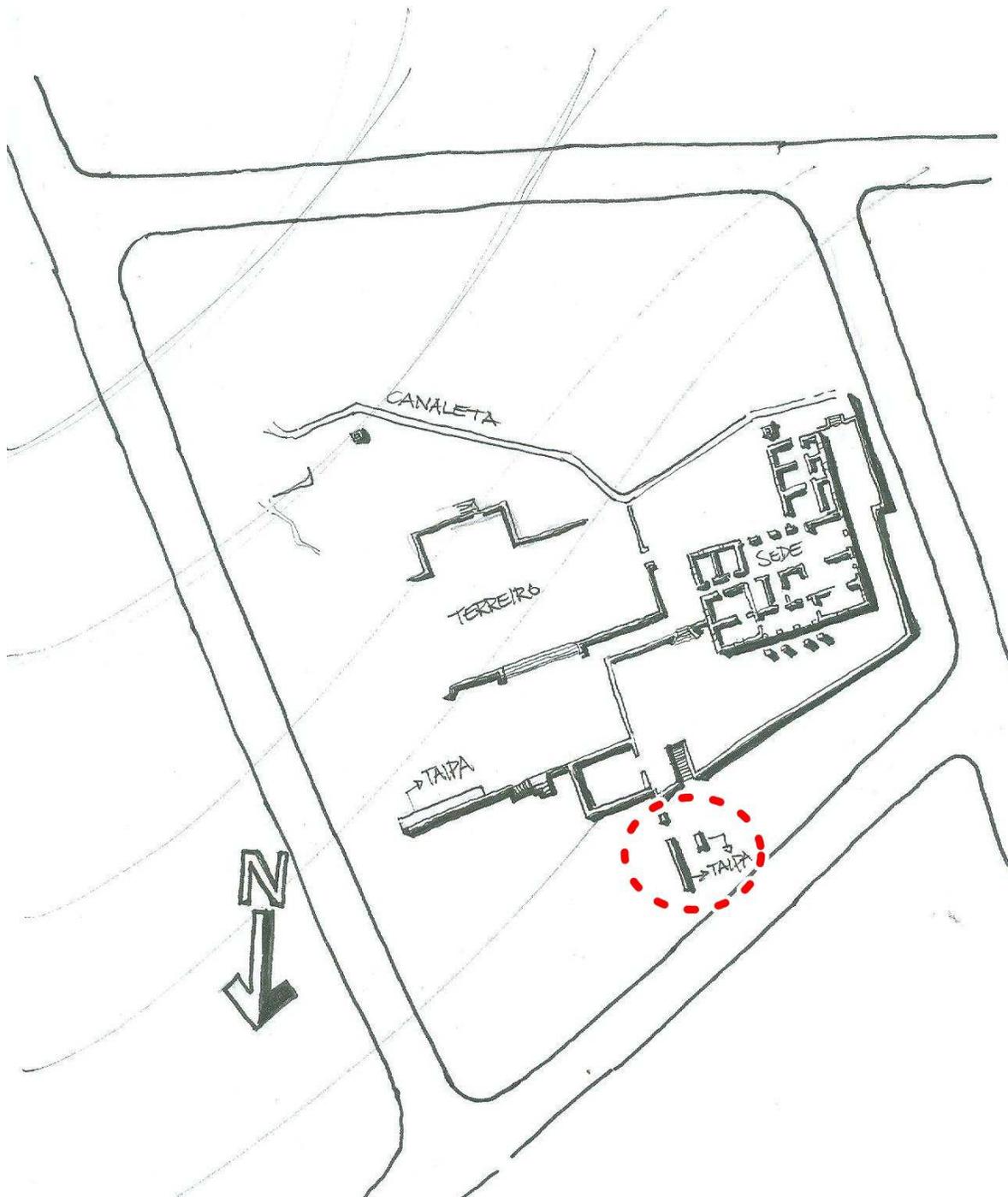


Fig 34 – Detalhe da senzala da Fazenda Jambeiro na Implantação.



Fig 35 – Detalhe da senzala da Fazenda Jambeiro. 28 de abril de 2010.

Mais abaixo ainda é possível encontrar remanescentes de uma construção de taipa. Estas paredes de taipa que figuravam outro edifício e agora se mesclaram às raízes das árvores na parte Norte do terreno. O processo de tombamento indica que estas paredes se referem a antiga Senzala, não é possível confirmar tal afirmação, no entanto ela apresenta características tipológicas que sugerem uma moradia. Por meio da pintura percebemos um excesso de janelas para uma Senzala, no entanto a construção pode ter sido modificada posteriormente para uma casa de colono.

Sede

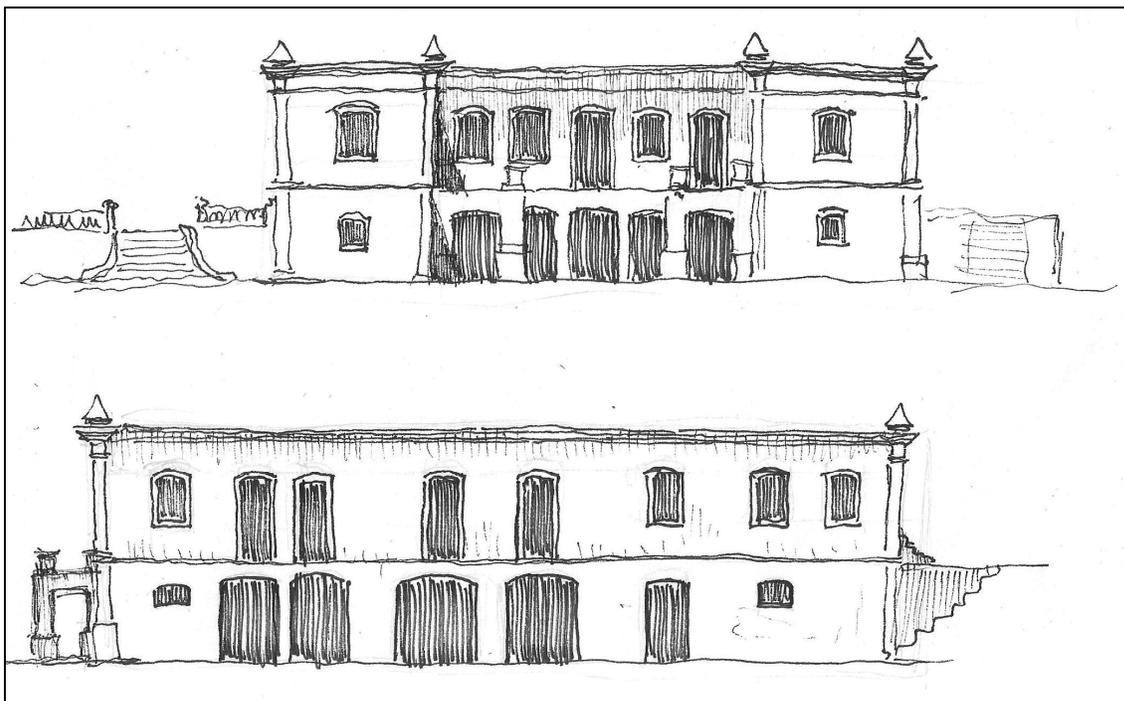


Fig. 36 – Desenho de 2012 da Fachada frontal e lateral da Fazenda Jambeiro.

Semelhante a uma moradia urbana, mas perdida no meio do mundo rural, esta residência sugere o constante intercâmbio do proprietário entre a cidade e o campo. A fachada é simétrica com equilíbrio entre as linhas horizontais e verticais, o mesmo pode-se dizer quanto a composição de cheios e vazios que existem na mesma proporção. Outro elemento tipicamente urbano é a platibanda, a faixa horizontal na parte superior do edifício que, além de esconder o telhado e a calha, tinha o objetivo de impedir que a água da chuva caísse diretamente nos pedestres, sendo obrigatória a todas as construções a partir do código de postura de 1880.²³⁴ É interessante ressaltar que com exceção da Fazenda Jambeiro, nenhuma fazenda de Campinas apresenta platibanda ou frontão na estrutura da fachada.

²³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros**. Campinas. Edusp/Unicamp. 2008. pp.55 – 57.

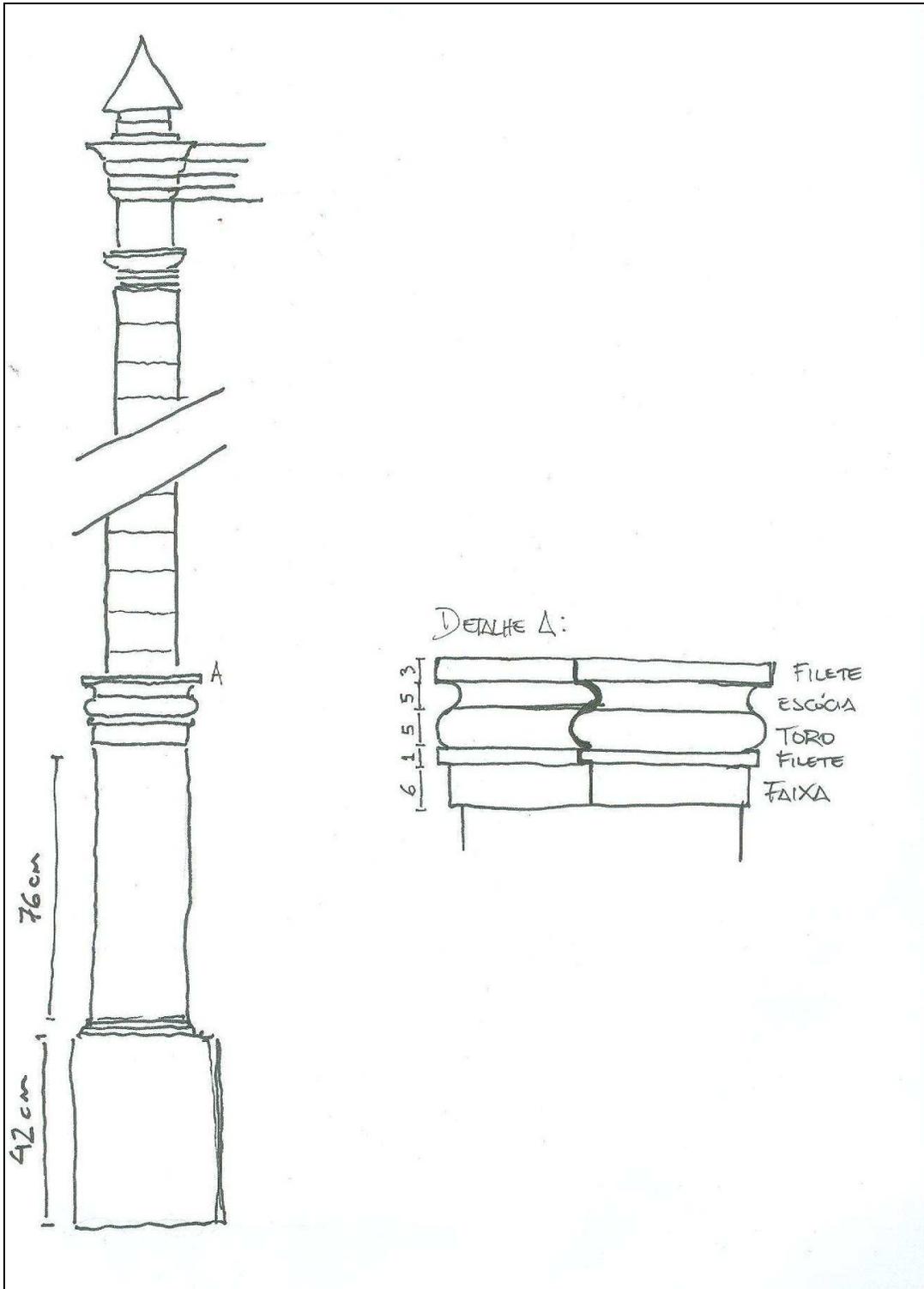


Fig 37 – Detalhe dos cunhais em torno da Fazenda Jambeiro.

As janelas e portas exibem um tratamento decorativo de alvenaria simples. A conciliação entre janelas e portas ampliam o contato entre os ambientes externo e interno da

residência. Outro elemento decorativo que se destaca são as pilastras que aparecem em todas as quinas da cornija e se prolongam além da cornija. As pilastras também são decoradas no estilo eclético.

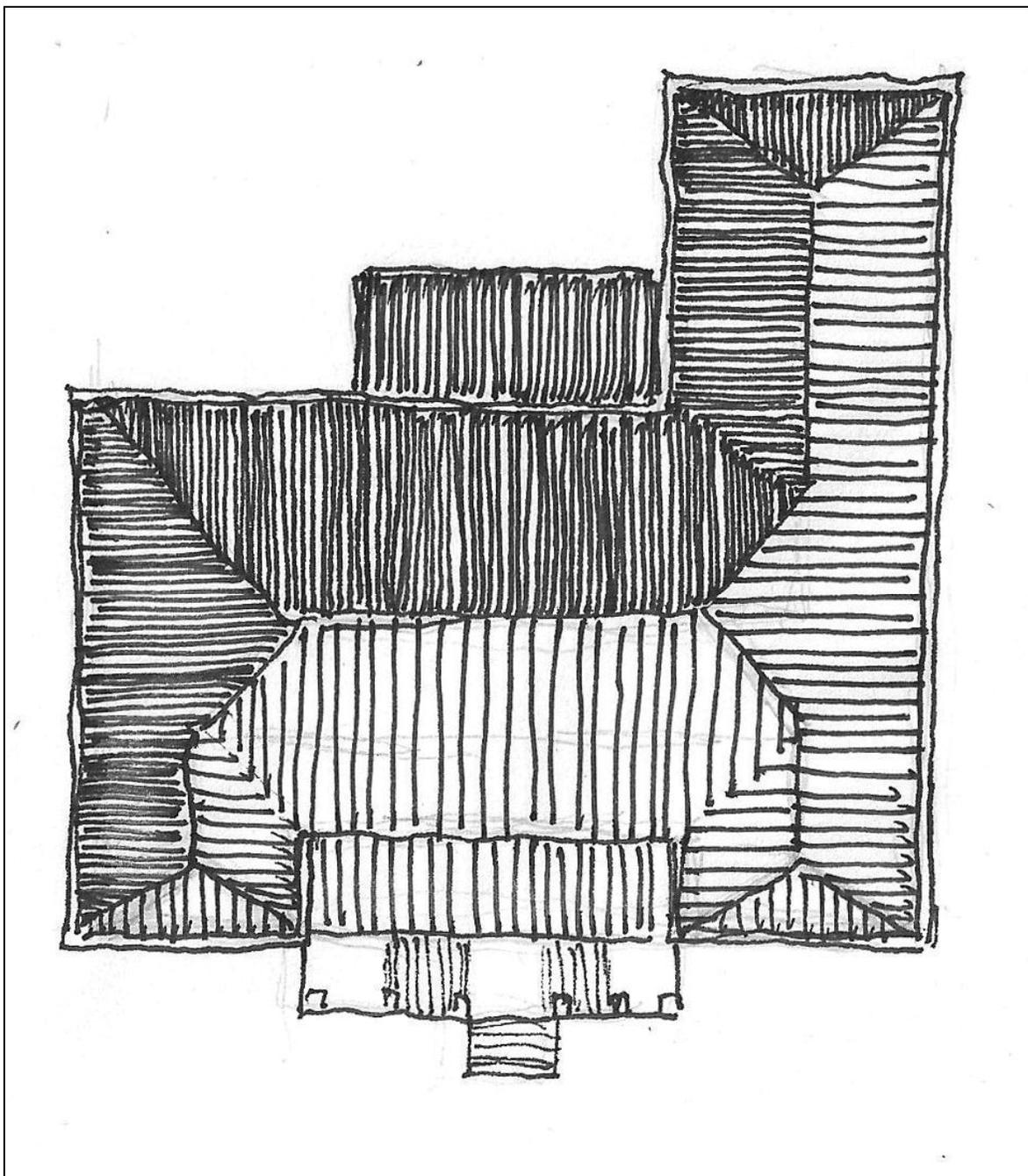


Fig 38 – Reconstituição em desenho das águas do telhado da Fazenda Jambeiro.

A casa foi construída inteiramente em alvenaria de tijolo com o assoalho de peroba e canela e o madeiramento do telhado com Pinho de Riga.²³⁵ Detalhes da construção como a escadaria do alpendre era de ferro fundido. As áreas de serviço foram revestidas com azulejos portugueses, dos quais ainda é possível encontrar alguns, no geral só podemos ver o molde da argamassa na parede em que se encontravam os azulejos.

As telhas de Marselha permitiram maior liberdade na inclinação da estrutura do telhado em relação com as tradicionais telhas capa e canal. Desta forma foi possível trabalhar melhor com o número de águas em comparação com as casas que vinham sendo construídas desde os tempos da colônia.²³⁶ Infelizmente toda estrutura de sustentação do telhado foi sendo destruída pelo abandono, mas foi possível reconstituir em desenho a forma como seria com ajuda da pintura do final do século XIX.

Devido ao terreno irregular, o projeto se apropria da técnica trazida pelos mineiros no final do século XVIII e foi construída em meia encosta, com a frente assobradada e os fundos térreos. A casa possuía quatro acessos para área interna: dois na parte social, um na área de serviço e o último numa zona de transição. A entrada principal se dava por uma escadaria de ferro fundido que dava acesso ao alpendre no centro da fachada Norte, infelizmente a escadaria foi retirada na década de 1960, isso alterou profundamente a circulação dentro da residência passando a não existir mais uma entrada que se pode chamar de principal. No lado Oeste temos uma das entradas sociais que davam acesso ao corredor dos dormitórios e vinham da direção do Terreiro e da Capela, é possível que essa entrada seja posterior a retirada da escadaria do alpendre e da construção da piscina na área do Terreiro. Nos fundos da casa, existe uma pequena entrada que dá acesso à área de serviços. E no lado oposto do alpendre, na fachada Sul existe uma entrada que eu chamei de mista por dar acesso tanto à área social quanto ao setor de serviços, era uma varanda num nível pouco acima do terreno que saia provavelmente no jardim interno da casa, acredito que tenha sido uma varanda fechada com paredes de madeira e vidro, pois é possível ver as marcas de um prolongamento do telhado que cobria a varanda, mas que ficava abaixo do nível do telhado da residência.

²³⁵ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Op.cit. 1989, p.

²³⁶ Amoroso. p.116

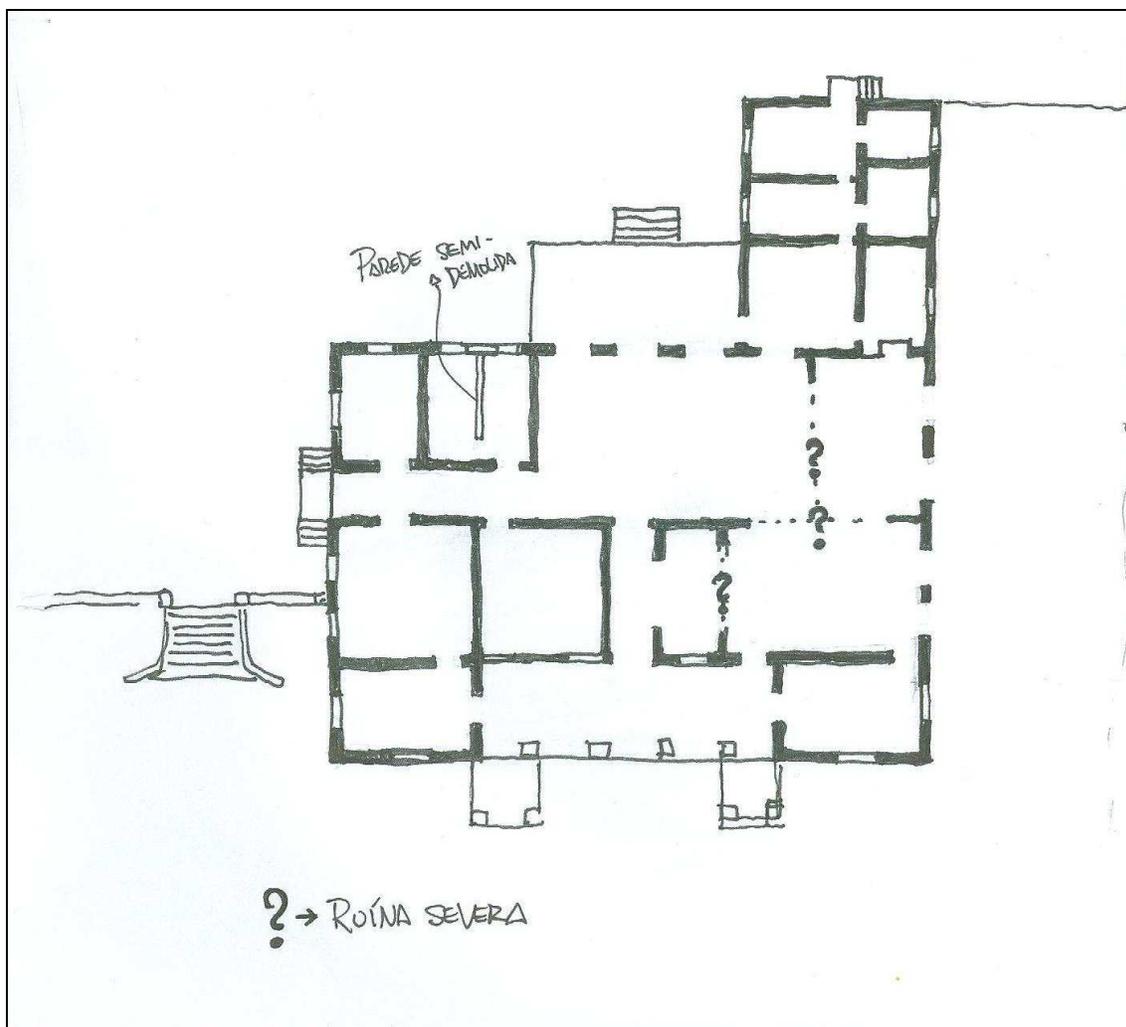


Fig 39 – Planta atual do piso superior da Fazenda Jambeiro. Estão indicados as regiões de extremo arruinamento onde não foi possível comprovar a existência dos locais indicados.

Apresentando a planta em formato de “L”, era cortada internamente por dois corredores, um vindo do alpendre até a varanda, e outro cortando da varanda até a entrada Oeste. O formato da planta acaba por quebrar a simetria encontrada na fachada, mas segue a tradição em plantas neste formato com o corpo principal, que comporta os cômodos sociais como os dormitórios, salas e escritórios, fossem maior que a área de serviço que é quase um prolongamento de uma planta retangular. É interessante notar que todos os cômodos recebiam iluminação direta provenientes das janelas, apenas nos corredores que não, mas é possível que existissem clarabóias no decorrer deles.

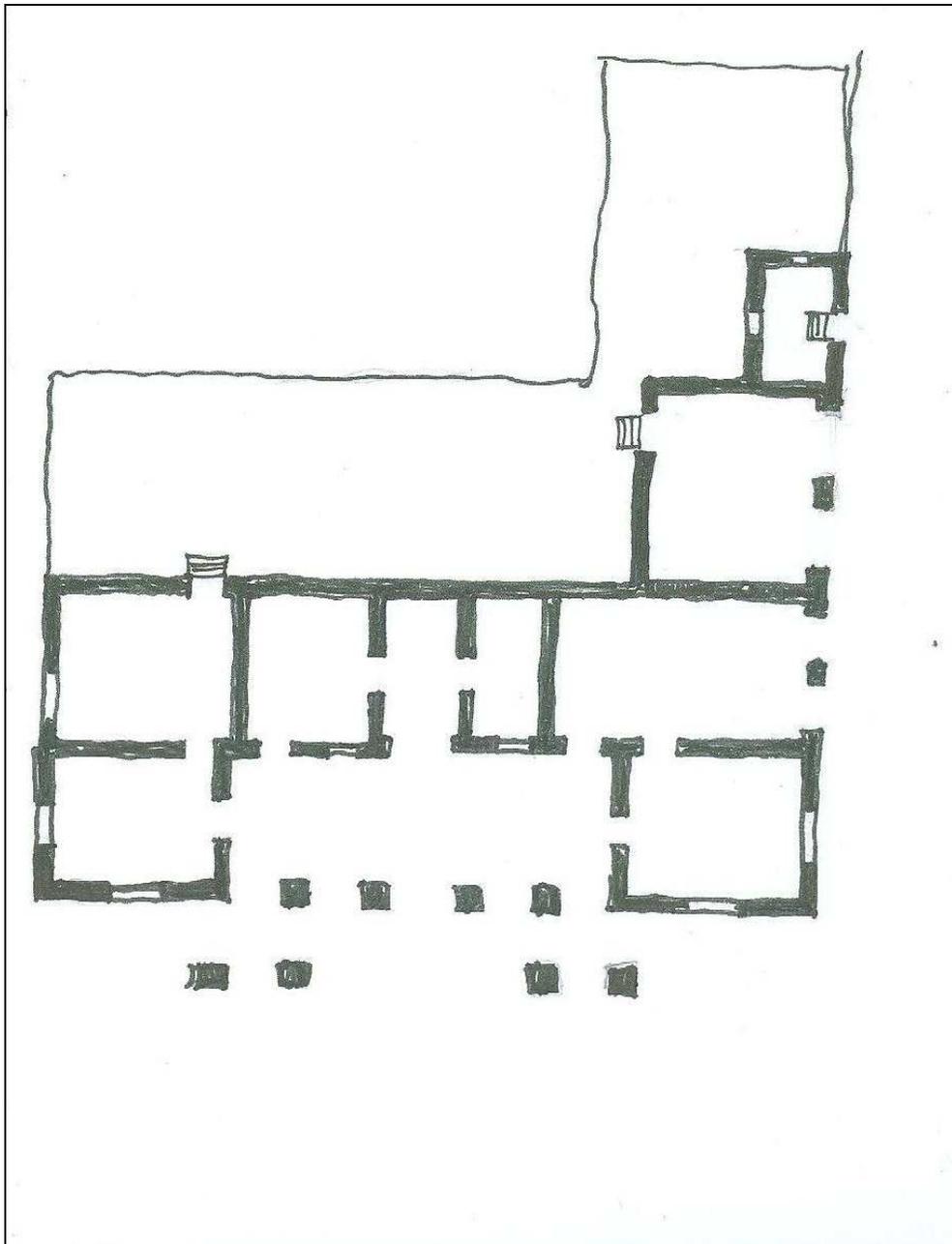


Fig 40 – Planta atual do piso térreo da Fazenda Jambeiro.

Por fim, o porão não é simplesmente a parte designada às estruturas, mas funcional. Com a altura de um pavimento comum, possuía subdivisões que acompanhavam alguns dos cômodos do piso superior e estes deveriam funcionar como depósitos e oficinas. É interessante notar que dois dos cômodos do porão dão acesso às estruturas internas da residência, com metade da altura de um andar comum era possível ter acesso às fundações, tubulações de água e gás que ficavam sob os pisos.

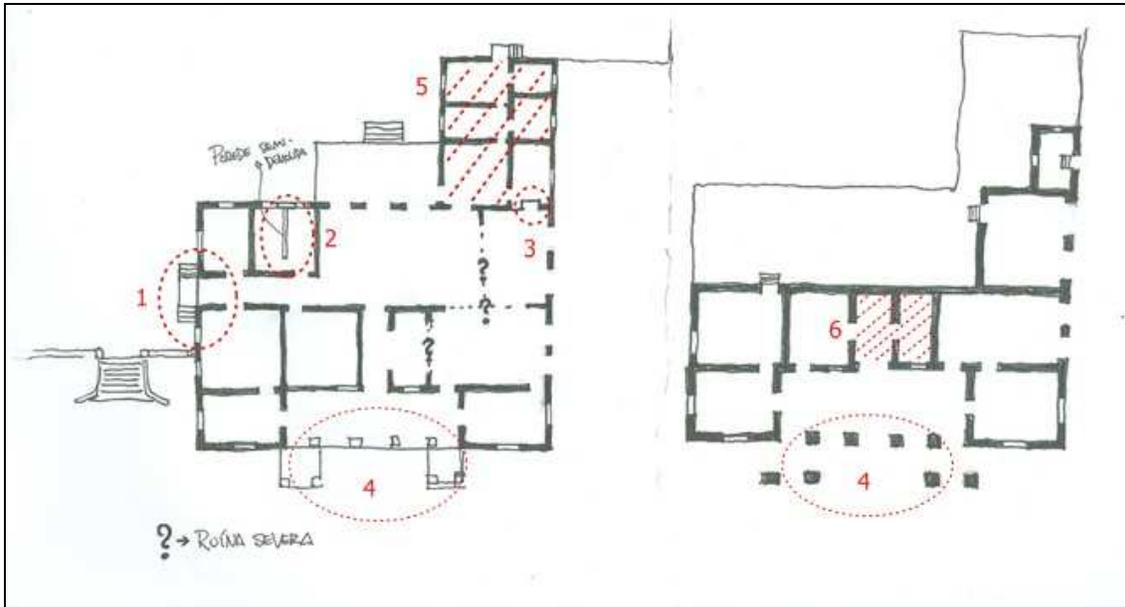


Fig 41 – Planta atual do piso superior e térreo da Fazenda Jambeiro. Estão indicados os locais que sofreram maiores alterações da planta original. (1) escada de acesso ao corredor dos quartos, provavelmente construída depois da retirada da escadaria principal; (2) parede recente dividindo o cômodo, com resquícios de azulejos, possivelmente foi construído um banheiro; (3) reentrância não identificada; (4) antiga frente do edifício onde originalmente se localizava a escadaria; (5) área de serviço e cozinha, local que mais sofreu alterações e reformas; (6) cômodo onde atualmente é possível identificar local de banho, mas que destoa do edifício original.

Devido o alto grau de degradação do edifício Sede não é possível descobrir todas as intervenções que foram feitas nos anos subseqüentes a construção. No entanto é possível supor a abertura da entrada lateral depois da demolição da escadaria de entrada do alpendre. Em uma das salas existe uma reentrância numa das paredes, uma foto tirada em uma das vistorias feitas pelo CONDEPACC ajuda a supor a existência de uma lareira, no entanto a má qualidade da foto impede ser mais preciso. Um dos dormitórios foi dividido ao meio com uma parede de tijolos mais modernos²³⁷, no local foram instalados dois banheiros, perceptível pelo vestígio de azulejos nas paredes. No subsolo também temos a construção de uma parede com tijolos modernos e azulejos brancos dividindo um cômodo, a louça sanitária encontrada no local indica a nova função. Por fim, a parte mais alterada e que é

²³⁷ Os tijolos originais tinham o dobro do tamanho dos tijolos modernos, muitos deles tinham desenhos de estrelas ou as inscrições HP, que se referiam ao proprietário que construiu a sede, Herculano Pompeo, de Camargo, e VB referente à olaria.

mais perceptível é em todo o setor de serviços no pavimento superior, além de azulejos modernos as janelas da cozinha foram trocadas por venezianas modernas.



Fig. 42 – Tijolos encontrados na Fazenda Jambeiro, detalhe das inscrições.

Atuação de Ramos de Azevedo

Como já mencionado, foi atribuído ao arquiteto Ramos de Azevedo a construção da sede da Fazenda Jambeiro de 1897. No entanto não existe nenhuma documentação comprovando essa afirmação conforme verificado durante a pesquisa no Arquivo de Ramos de Azevedo localizado na FAU/USP. Exploro a seguir um pouco da história deste arquiteto, seu característico estilo, comparando com outras obras que lhe são atribuídas e as possíveis relações com a família Pompeo de Camargo.

Maria Rita Amoroso²³⁸, em sua dissertação de mestrado, refez o percurso de vida de Ramos de Azevedo para comprovar sua atuação no meio rural. Realizou isso por meio de relatos dos descendentes dos donos das fazendas, segundo a relação social que Ramos de Azevedo tinha com os fazendeiros na época, e buscando similaridades arquitetônicas com outras obras comprovadamente deste engenheiro. Ela se justificou em outros projetos dele como o Bosque dos Jequitibás, por entendê-lo como uma interface entre obras rurais e urbanas. Porém seu objeto é a Fazenda São Vicente que, assim como a Fazenda Jambeiro, tem sua construção atribuída a Ramos de Azevedo.

As duas fazendas apresentam algumas semelhanças na medida em que ambas foram construídas no mesmo período e são relacionadas ao engenheiro e arquiteto, mas nenhuma delas tem a planta assinada por ele. Segundo Carlos Lemos, Ramos de Azevedo não

²³⁸ AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. **Arquitetura Campestre na Obra de Ramos de Azevedo. A arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas**. CEATEC. PUCCAMP. 2009.

costumava assinar seus projetos rurais, a atribuição foi dada principalmente pelas relações pessoais que ele tinha com estes proprietários cafeeiros. Ramos de Azevedo tinha trabalhado em projetos urbanos tanto para a Baronesa de Limeira, dona da Fazenda São Vicente, como para a família Pompeo de Camargo, dona da Fazenda Jambeiro. Sobre a documentação do escritório de Ramos de Azevedo, Carlos Lemos fala que “Tem-se a impressão de que houve um plano deliberado de confundir qualquer futuro estudioso, atento a descobrir as autorias ou atribuições, porque absolutamente nenhuma prancha ou desenho é datada”.²³⁹ No entanto isso ocorria antes da documentação ter sido inteiramente organizada pela FAU/USP e, em diversas visitas e solicitações que fiz para este arquivo, constatei a inexistência de qualquer planta da Fazenda Jambeiro ou da Fazenda São Vicente. Deste modo, se existia algum documento em seu escritório, mesmo que não assinado, ele se perdeu antes de chegar à USP.

Ramos de Azevedo foi um dos arquitetos mais influentes de São Paulo no início do século XX, mas já apresentava diversos trabalhos importantes no interior do estado nas décadas finais do século XIX. Formado em arquitetura pela escola flamenga Université de Gand, na Bélgica, sua concepção arquitetônica foi marcada principalmente pelos estilos clássico, neogótico e renascentista flamengo.²⁴⁰ Os neo-estilos da tradição local de Gand acabaram influenciando muitos de seus projetos futuros de residências.²⁴¹ Todas essas influências estilísticas ele carrega em suas obras, com monumentalidade sempre procurava refletir a função interna do edifício nas fachadas.²⁴² Outro elemento interessante é o uso corrente de manuais de estilos, verdadeiros catálogos que os arquitetos aplicavam em suas obras:

Assim, instalou as moradias adotando partidos arquitetônicos específicos. Por exemplo, se fossem implantadas residências no centro, estas seguiriam o alinhamento conforme as normas de legislação municipal; emprestava-lhes o aspecto da casa cidadina parisiense, o hôtél, se mais

²³⁹ LEMOS, Carlos. Op.cit. 1998

²⁴⁰ Amoroso. p.52

²⁴¹ Carvalho. 2000. p.73

²⁴² Amoroso. p.69

afastadas; adquiriam o aspecto de villas – tipicamente oitocentistas – em meio a jardins.²⁴³

Após concluir os estudos, Ramos de Azevedo retornou ao Brasil e fixou residência na cidade de Campinas. Nesta cidade tivemos o amadurecimento das técnicas aprendidas na Bélgica participando na construção ou apenas finalização de diversos edifícios importantes: a entrega da Matriz nova que vinha sendo construída desde 1807, Escola Ferreira Pentead, Matadouro Municipal, Bosque dos Jequitibás, Capela São Benedito, Circolo Italiani Uniti, Teatro São Carlos²⁴⁴, inclusive assinou alguns projetos que não foram desenvolvidos como o Asilo das Órfãs na Santa Casa de Misericórdia.²⁴⁵ Mudar seu escritório para São Paulo em 1886 não o impediu de assinar outras obras em Campinas como o Mercado Municipal de 1907 e o projeto do Paço Municipal solicitado pelo prefeito Heitor Teixeira Pentead em 1912.²⁴⁶ Para Maria Rita do Amoroso, a proximidade das duas cidades e os trabalhos que Ramos de Azevedo continuava a fazer em Campinas sugere que o arquiteto possa ter feito os projetos das fazendas São Vicente e Jambeiro, no entanto acredito que esses dados são apenas circunstanciais, a continuidade de trabalhos dele em Campinas não significa a produção de qualquer projeto sem sua assinatura.

Na questão do estilo e sua atuação no meio rural, Maria Rita fundamenta seu argumento no projeto do Bosque dos Jequitibás, o qual uma das construções teria sido construída seguindo o estilo de Chalé Suíço²⁴⁷. Um estilo que ele repetiria em diversos outros projetos suburbanos, como se este fosse o modelo que representasse a interface entre o urbano e o rural.²⁴⁸ E neste meio a autora engloba outras obras do mundo rural que lhe

²⁴³ Amoroso. p.69 – 70

²⁴⁴ Monteiro. 2000. p.205

²⁴⁵ MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes. Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas. Campinas: UNICAMP/CMU Publicações. Arte Escrita. 2009.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Amoroso. p.86

²⁴⁸ Amoroso. p.82

são atribuídas como as sedes das fazendas: Jambeiro²⁴⁹, São Vicente²⁵⁰, Alpes²⁵¹ e Palmital.²⁵²



Fig.43 – Asilo Juqueri. São Paulo. s.d.

²⁴⁹ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro.

²⁵⁰ Fazenda São Vicente. Processo 003/03

²⁵¹ Fazenda Alpes. Resolução 051 de 24/02/2005 – este processo de tombamento foi arquivado e o estudo cancelado em 21/08/2008.

²⁵² BENINCASA, Vladimir. Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830 – 1930. São Carlos. EDUFSCAR. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 2003



Fig.44 – Sede da Fazenda São Vicente, Campinas. 2009.



Fig.45 – Sede da Fazenda Palmital, Ibaté – SP. 1984.



Fig.46 – Sede da Fazenda Jambeiro. Aproximadamente 1970.

Se a sede da Fazenda São Vicente apresenta um estilo Campestre com semelhanças na fachada com o Asilo Juqueri e a Fazenda Palmital, o mesmo não se pode dizer da Fazenda Jambeiro com um modelo muito mais imponente e urbano. Um detalhe importante é ausência nos edifícios comparados pela autora das platibandas para esconder as telhas e calhas do edifício, algo típico da cidade e que tinha uma função específica de canalizar as águas das chuvas de forma a não molhar o pedestre. Este seria outro elemento importante que tiraria Ramos de Azevedo da possibilidade de participar da construção da sede da Fazenda Jambeiro, pois esta tem nas platibandas algo crucial na caracterização de sua fachada.

Aspectos construtivos de ambas as construções, Fazenda Jambeiro e São Vicente são parecidos. Embora Maria Rita Amoroso pretenda buscar nessas similaridades a comprovação da atuação de Ramos de Azevedo, acredito que estes são aspectos também circunstanciais, pois não são marcas de um arquiteto em específico, mas de uma tendência da época.

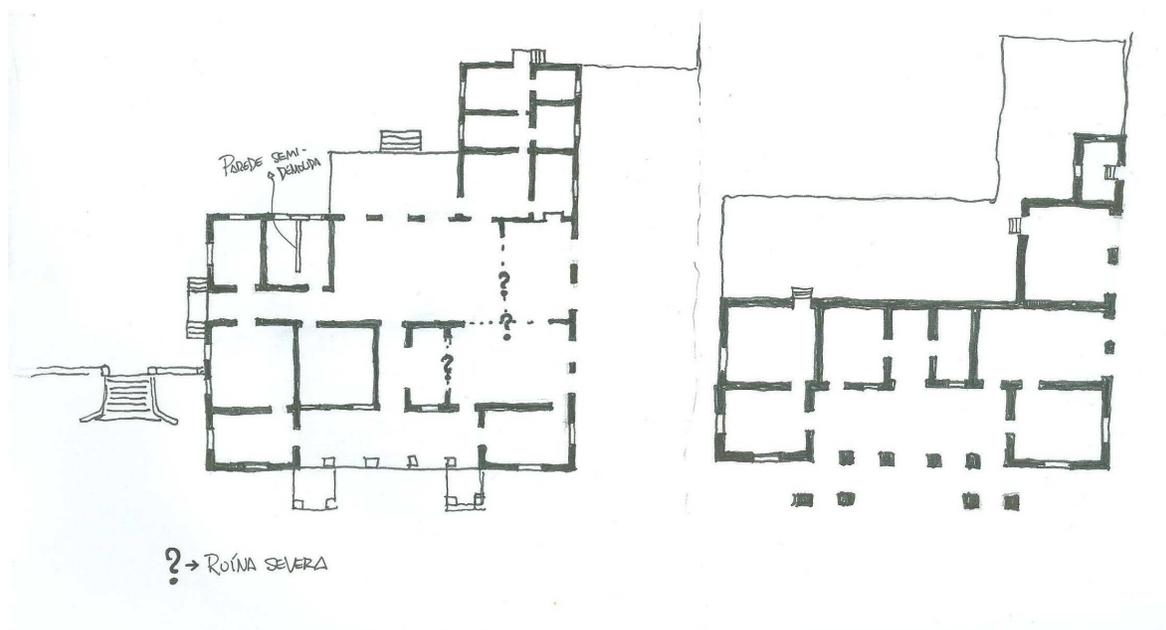


Fig.47 – Planta atual da Fazenda Jambeiro, Campinas. Piso superior e porão respectivamente.

São diversas as características típicas do mundo urbano que foram instaladas nestas fazendas que transformaram a casa de campo em um verdadeiro “sobrado”²⁵³ rural, diversas destas características são modernizações que aparecem no final do século XIX. No caso da Fazenda Jambeiro, tínhamos na sede, toda construída em tijolos, cinco dormitórios, três salas e cozinha; o estudo de tombamento concluiu que no projeto estava previsto que todos os ambientes fossem iluminados por grandes janelas, além de duas grandes varandas; o acabamento era em azulejos portugueses, o madeiramento geral de Pinho de Riga, o assoalho de peroba e canela; toda tubulação passaria por baixo do piso; e o telhado composto por telhas de Marselha.²⁵⁴

A inspiração francesa da sede da Fazenda Jambeiro, atesta a generalizações dos mesmos hábitos e influências, indicando-nos também que entre o universo rural e o universo urbano da elite campineira do século passado [XIX], haveria muitas concordâncias e proximidades, além de uma relativa integração do uso dos equipamentos públicos.²⁵⁵

²⁵³ Uso o termo “sobrado rural” em referência aos “sobrados” comumente urbanos que se oporiam as “casas grandes” do meio rural, porém na bibliografia sobre a história de Campinas tal oposição não existe: “A palavra sobrado nos engenhos de nossa capitania e província substitui a expressão casa-grande usada no norte do país”. PUPPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas. 1969. p.90.

²⁵⁴ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Op.cit. 1989, p.

²⁵⁵ PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Op.cit. 1989, p.60



Fig.48 – Reconstituição da Planta original da Fazenda São Vicente, Campinas. Piso superior e porão respectivamente.

A sede da fazenda São Vicente, construída em meados dos anos de 1890, também foi totalmente construída em tijolos, sua fachada assimétrica centraliza-se pela entrada

principal definida pelo alpendre.²⁵⁶ A residência é elevada com o porão alto e fachadas destacadas pela escadaria, ornamento, molduras e ferragens.²⁵⁷ O alpendre é formado por uma bela estrutura de ferro fundido que tem ao mesmo tempo a função construtiva e ornamental, a Fazenda Jambeiro também possuía um alpendre que se destacava pela escadaria de ferro fundido, mas que foi demolida na década de 1960, alterando completamente a organização interna da planta.

Seguindo regras higienistas os cômodos eram organizados de forma a possibilitar a melhor circulação do ar e entrada de luz. É interessante notar a especialização dos espaços, os diferentes cômodos passaram a receber funções específicas, além dos quartos e da área de serviço apareceram salas de musica, salões de jogos, escritórios, copa, fumoir.²⁵⁸ Infelizmente, devido a inexistência da planta original da Jambeiro e de seu abandono não foi possível levantar exatamente a função de todos os cômodos da residência.

Janelas com venezianas externas e folhas de vidro na parte interna que facilitavam o controle da ventilação e entrada de luminosidade²⁵⁹; o uso de telhas francesas de Marselha que permitiam trabalhar com mais liberdade a inclinação do telhado e o número de águas²⁶⁰; o porão alto destinado a serviços domésticos, possibilitar uma ventilação cruzada e organizar todo o esqueleto dos encanamentos.²⁶¹ Todas estas características são comuns entre as fazendas São Vicente e Jambeiro, bem como diversas outras da mesma época. A base de comparação de Maria Rita Amoroso para afirmar a atuação de Ramos de Azevedo na Fazenda São Vicente é a Fazenda Palmital em São Carlos, comprovadamente projetada pelo arquiteto em questão.²⁶² Em sua dissertação ela realmente apresenta dados e levanta as características morfológicas das duas fazendas mostrando-as que são muito semelhantes, no entanto isso não é possível estender a Fazenda Jambeiro. Os padrões de similaridade entre a Jambeiro e a São Vicente, como tracei acima, são decorrentes da época em que ambas foram idealizadas a partir das influências estilísticas do ecletismo e das idéias higienistas.

²⁵⁶ Amoroso. p.94

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Amoroso. p.110

²⁶⁰ Idem. p.115

²⁶¹ Idem. p.117

²⁶² Idem. p.93

Embora muito parecidas em alguns pontos, outros são completamente destoantes. Desta forma, acredito que a atribuição da construção da sede da Fazenda Jambeiro ao arquiteto Ramos de Azevedo se deve muito mais a uma necessidade da família ligar a propriedade a um grande nome da virada do século XIX para o XX na tentativa de restaurar a antiga importância no meio social. A fazenda que passou por diversas crises econômicas nos últimos anos do século XIX, como explanado anteriormente, aproveitou as boas relações do arquiteto com outros membros da família Pompeo de Camargo para criar uma ligação que se propagou como um último suspiro de imponência do ramo de Herculano Pompeo de Camargo.

Dossiê fotográfico

As fotos a seguir foram tiradas por Marcelo Gaudio Augusto em 28 de abril de 2010, máquina Sony Cybe-shot DSC – W120, lente Carl Zeiss.



Fig.49 – Elevação topográfica, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.50 – Elevação topográfica, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.51 – Banco de praça, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.52 – Vegetação, Fazenda Jambreiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.53 – Fachada Norte (frente), Fazenda Jambreiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.54 – Fachada Norte (frente), Fazenda Jambreiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.55 – Fachada Leste, Fazenda Jambreiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.56 – Fachada Sul, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.57 – Fachada Oeste, Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.58 – Detalhes internos (piso superior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital.
Marcelo Gaudio Augusto



Fig.59 – Detalhes internos (piso superior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital.
Marcelo Gaudio Augusto



Fig.60 – Detalhes internos (piso superior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital.
Marcelo Gaudio Augusto



Fig.61 – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital.
Marcelo Gaudio Augusto



Fig.62 – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambreiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital.
Marcelo Gaudio Augusto



Fig.63 – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambreiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital.
Marcelo Gaudio Augusto



Fig.64 – Detalhes internos (piso inferior), Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.65 – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.66 – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.67 – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.68 – Capela demolida entre maio e agosto de 2010. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.69 – Senzala. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.70 – Senzala. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto



Fig.71 – Vestígio doportal de entrada. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto

Capítulo 3 – O Tombamento da Fazenda Jambeiro

Neste capítulo procuro explorar o tombamento por meio do confronto de dois tipos de documentação: os documentos oficiais do processo de tombamento e a opinião pública expressa pelos jornais da cidade. Finalizo com a pesquisa feita entre os moradores do bairro Parque Jambeiro onde busco sondar as percepções em relação ao patrimônio que existe em seu bairro.

O Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) havia sido criado recentemente²⁶³ e um dos primeiros patrimônios a ser tombado foi a Fazenda Jambeiro. O processo aberto em dois de junho de 1989 logo ganhou as páginas dos jornais. É interessante que, na abertura do processo, além de considerar o conjunto arquitetônico, o modo como o presidente do CONDEPACC, Marco Aurélio de Almeida Garcia, colocou a “significativa área natural”²⁶⁴, parece tornar a área natural definidora da necessidade de proteção.

Dia seis de junho de 1989 o Diário do Povo emitiu uma nota sobre a abertura do processo de tombamento da Fazenda Jambeiro. Numa rápida descrição do lugar fala sobre uma tulha, terreiro e “resquícios de floresta”, além da própria sede. A supervisora do CONDEPACC, Ana Aparecida Villanueva Rodrigues fala sobre o caráter emergencial do tombamento da fazenda, pois ela vinha sofrendo rápida descaracterização pelo roubo de portas e janelas. Temos ainda a primeira possível destinação para o patrimônio: a implantação de uma escola ecológica²⁶⁵, seguindo a linha apresentada por Marco Aurélio que ressaltou a importante área verde remanescente da fazenda. No relatório de 25 de março de 1991 a descrição é mais detalhada:

Existe em seu entorno casas com processos construtivos em taipa de pilão, sendo que as construções das cocheiras, estábulo, rancho das carroças e arados, moinho de fubá, portal em pedra e senzala deixam a marca da época escravagista como a casa do Sr. Angelo administrador, a tulha, a pequena capela e o terreiro de café com lugar de secagem (...) tudo isto

²⁶³ O CONDEPACC foi criado pela Lei n.º 5885 de 17 de dezembro de 1987.

²⁶⁴ Processo de Tombamento n.º 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.1

²⁶⁵ **Tombamento de casarão da Fazenda Jambeiro.** Diário do Povo. 06 jun. 1989.

está cercado por imensos jardins com centenárias árvores, lagoa, plantas raras e pomar formando um complexo significativo com 71.807,48 m².²⁶⁶

Além dessa descrição do entorno há uma específica da casa sede. No entanto, foi apontado que todas as estruturas já se encontravam comprometidas devido à retirada de material: portas, batentes, azulejos, etc. A partir desta visita técnica foi colocado no relatório a necessidade da restauração para garantir a preservação das construções, visando a reintegração do complexo da fazenda Jambeiro à sociedade. Em 11 de novembro de 1993 pelo decreto n° 9585 foi homologado o processo de tombamento da Fazenda Jambeiro por Luiz Roberto Liza Curi, secretário da cultura, esportes e turismo e diretor do CONDEPACC.²⁶⁷

O processo prossegue e nas sessões seguintes foram levantadas preocupações no que se refere a destinação do patrimônio, assim que ele fosse tombado. “Reconstrução da sede semi-demolida e a utilização na forma de museu; adequação da estrebaria para um teatro infantil; instalação de equipamentos para a prática de esportes no antigo pomar e manutenção da área verde”²⁶⁸. Estava previsto também um projeto paisagístico no lago ao lado da sede, curiosamente, depois de alguns percalços, foi a única intenção que saiu do papel, sendo inaugurada como Praça de Esportes Amália Bonon Tortorellia em junho de 2010.

Outro problema que teria de ser resolvido era a negociação com a proprietária da fazenda, Maria Cecília Silva Prado, pois embora os edifícios da fazenda estivessem abandonados, as terras tinham muito valor de venda e estavam sendo loteadas. Isso foi facilmente resolvido depois de constatar um saldo devedor enorme referente aos impostos sobre a própria fazenda e, deste modo, a proprietária resolveu “doar” parte das terras da fazenda para a prefeitura. Em 26 de maio de 1994, 30% do terreno passou a fazer parte da municipalidade.²⁶⁹ O Correio Popular publicou duas matérias sobre essa doação dia 11 e 15 de junho do mesmo ano, inclusive coloca um depoimento de Maria Cecília Silva Prado que se diz aliviada por se livrar da parte referente ao imóvel tombado: “É a oportunidade que

²⁶⁶ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.43

²⁶⁷ <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/index.php> último acesso: 6 de novembro de 2012.

²⁶⁸ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.27

²⁶⁹ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.100

tenho de vender, desde que o CONDEPACC decidiu tombar o prédio e afastar todos os possíveis interessados pela área.”²⁷⁰

Em 11 de setembro do mesmo ano foi levantada a necessidade da construção de uma escola no bairro, onde o Correio Popular tinha feito uma matéria sobre os moradores promovendo festas com objetivo de conseguir recursos para comprar materiais para construção de uma Pré-escola²⁷¹. O vereador Irineu Semionato indaga em carta endereçada ao presidente da Câmara a possibilidade de instalar, em caráter provisório, uma sala de aula na sede da Jambeiro.²⁷²

Os primeiros relatórios de vistoria foram, de certa forma, otimistas quanto a possibilidade de um restauro dos edifícios. A recuperação do edifício dependia apenas da consolidação das paredes através de uma simples reforma, de pintura e recolocação das telhas faltantes.²⁷³ Apenas isso já era necessário para a reutilização do prédio principal conforme a necessidade dos moradores do bairro, até que se fizesse um projeto arquitetônico de restauro. Na ata da reunião n° 126 de 26 de maio de 1994, embora ainda não existisse um projeto de restauro, este deveria ser feito considerando a preservação das partes externas e volumetria, permitindo a adaptação do interior para instalação de um posto de saúde ou uma escola municipal.²⁷⁴

Nos jornais é interessante perceber que pouco se acrescenta em suas matérias no decorrer dos anos. Em sua grande maioria temos denúncias do abandono e da necessidade de policiamento da área, a fim de evitar que a depredação e a retirada de materiais da fazenda continuassem.²⁷⁵ Isso foi acompanhado por diversos pedidos oficiais do próprio conselho.²⁷⁶ Porém, alguns fatos interessantes aparecem de vez em quando: em 13 de maio de 1990²⁷⁷, o professor doutor da Unicamp Robert Slenes aponta a possibilidade de um cemitério de escravos na fazenda. Na pesquisa de campo constatei que essa informação,

²⁷⁰ **Proprietária Aguarda Resposta sobre a Fazenda.** Correio Popular, 15 de junho de 1994

²⁷¹ **Patrimônio Histórico é Dilapidado.** Correio Popular 09 de novembro de 1989

²⁷² Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. pp.29 - 30

²⁷³ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.87

²⁷⁴ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.100

²⁷⁵ A primeira nota referente à necessidade de vigilância veio ainda em 1989: **Secretaria de Cultura Pede Vigilância na Fazenda Jambeiro.** Correio Popular 10 de novembro de 1989.

²⁷⁶ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.37

²⁷⁷ **Fazenda Jambeiro pode ter Antigo Cemitério de Negros.** 13 de maio de 1990

embora nunca comprovada e que aparece apenas neste jornal, ainda perdura na memória da população do bairro.

Nos laudos técnicos temos um período de silêncio, parece que não ocorreu mais nenhuma visita técnica, pouco se avança e a fazenda parece que é deixada de lado até 21 de janeiro de 2000, quando um novo laudo técnico constata diversas demolições irregulares: celeiro, casa de força, curral, portal, tulha, parte da senzala, além do avanço da degradação da casa sede e da capela.²⁷⁸ O Correio Popular apresentou uma matéria em 14 de março deste ano falando sobre a paralisação das obras de arruamento do bairro em decorrência da demolição de um dos currais.²⁷⁹ No final do mesmo ano, em 31 de outubro, uma nova vistoria constata o início da demolição da capela, felizmente a tempo de impedir que o edifício viesse a baixo nesse momento.²⁸⁰ As demolições foram feitas pela empresa responsável pelo loteamento do bairro. Embora fossem irregulares, não houve nenhuma multa ou medida repreensiva e em 30 de novembro de 2000 o Secretário da Cultura, Esportes e Turismo redige uma carta “determinando a liberação de alguns imóveis tombados e a manutenção de outros”²⁸¹.

Novas avaliações técnicas foram feitas pelo conselho de patrimônio depois da demolição dos edifícios constatando o que havia sobrado: uma parede taipa da senzala envolvida pela raiz de duas árvores, a capela em péssimo estado de conservação, as ruínas da casa sede, a piscina que virou um criadouro de mosquitos, o pomar e o muro de pedra.²⁸² Devido ao tamanho estado de arruinamento, as recomendações não foram animadoras: “isolamento do quarteirão em questão para preservar os remanescentes de taipa do local e os edifícios da Casa-Sede e da Capela (...) [alem de] não é adequado que a empresa responsável pelo projeto paisagístico faça nova movimentação de terra, o que poderia prejudicar prospecções no solo e as estruturas de taipa isoladas.”²⁸³

Os jornais adotam uma política diferente em seus artigos no início do ano 2000, ao invés de apenas a constante repetição do histórico, temos diversos depoimentos de técnicos

²⁷⁸ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.119

²⁷⁹ **Sede da Fazenda Jambeiro Vira Ruína.** Correio Popular 14 de março de 2000.

²⁸⁰ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.136

²⁸¹ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.144

²⁸² Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. 22 de maio de 2001. p.146

²⁸³ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. 29 de outubro de 2002. pp.182-183

e moradores. Talvez o breve mandato do prefeito Antônio da Costa Santos²⁸⁴ tenha estimulado o ressurgimento da discussão. Artigos do Correio Popular voltam a falar sobre um possível restauro. Em 25 de março de 2003 um artigo indica a restauração dos edifícios com objetivo de construir um centro de convivência, o CSPC²⁸⁵ declara: “Achamos que a melhor utilização seria para atividades culturais daquela comunidade, mas queremos ouvir os moradores do bairro do entorno sobre a melhor utilização do imóvel.”²⁸⁶ Na semana seguinte o destino da área era outro: aproveitar as ruínas e transformá-lo num sítio arqueológico com visitas guiadas: “Queremos preservar esse espaço como ruína para que se torne um espaço de reconhecimento da história, onde as pessoas aprendam sobre a vida da elite no passado, a vida dos escravos e sirva também como educação sobre o patrimônio.”²⁸⁷ Em 2004 essa idéia de parque arqueológico ainda persiste, a consolidação das ruínas era o foco para que a deteriorização do edifício não continuasse.²⁸⁸



Fig.72 – Panorâmica da fachada da sede da Fazenda Jambeiro. Foto de Fernando Bittencourt. Junho de 2003.

Novas vistorias foram feitas, porém nada de concreto foi realizado, a ação da prefeitura se resumiu em isolar o quarteirão com grade, cimentar a piscina e cortar o mato a

²⁸⁴ Prefeito de Campinas de janeiro de 2001 até 11 de setembro de 2001. Dentro de seu plano de governo havia uma grande preocupação com a reinserção do patrimônio na vida da sociedade. Uma de suas medidas mais conhecidas é o restauro da Estação Cultural. O edifício estava abandonado e após o restauro feito em sua gestão passou a servir como sede da Secretaria de Cultura, do CONDEPACC, além de diversos eventos que passaram a ser levados para o local. Além disso, estudioso do crescimento urbano da cidade de Campinas, preparava uma tese de doutorado onde analisa o processo de apropriação do espaço central de Campinas.

²⁸⁵ Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural

²⁸⁶ **Fazenda do Século XIX será Recuperada.** Correio Popular. 25 de março de 2003.

²⁸⁷ Declaração de Mirza Pellicciotta, historiadora do CONDEPACC in **Ruínas Passarão por Investigação Arqueológica.** Correio Popular, 03 de Abril de 2003.

²⁸⁸ **Fazenda Jambeiro vai se Tornar Sítio Arqueológico.** Correio Popular, 12 de setembro de 2004.

cada seis meses. Em 21 de janeiro de 2005 foi feito um novo projeto paisagístico²⁸⁹, contendo planta da capela e implantação, bem como uma análise detalhada do estado de conservação deste edifício, porém se tratava apenas de uma avaliação técnica sem nenhuma proposta efetiva. A partir deste momento só foi possível acompanhar o desenvolvimento das propostas para a Jambeiro através de jornais, até minha última visita no arquivo do CONDEPACC, em 3 de agosto de 2010, nenhum documento novo havia sido anexado ao processo.

Pelos artigos dos jornais pode-se perceber certa revolta da população quanto ao descaso com aquela área:

“A noite é um perigo, porque não tem iluminação e é uma escuridão só. A gente queria poder usar melhor esse espaço, a casa, mas a prefeitura nada fez até agora”²⁹⁰

“É uma pena que as promessas nunca sejam cumpridas. Quando começaram a mexer nessa área tínhamos a esperança de que ela se tornaria importante espaço da comunidade. As vezes, usávamos o terreno para ginástica, mas por nossa própria iniciativa. Não há projeto, não há nada.”²⁹¹

“É muito triste ver essa casa que já foi tão linda, tão importante, ser abandonada desse jeito. Logo não terá mais tijolo algum por aqui. O que existe está pixado e a noite o local é muito perigoso.”²⁹²

“Seria bom se a comunidade pudesse usufruir desse espaço. Mas da medo passar por ali porque é perigoso demais.”²⁹³

“Precisamos que a prefeitura cuide de fato deste patrimônio, com iluminação, segurança e instalação de equipamentos públicos que a comunidade possa usar. Do jeito que está o lugar vai continuar perigoso”²⁹⁴

²⁸⁹ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. pp.318-392

²⁹⁰ Antonieta Alencar, moradora. **Jambeiro tem planos de revitalização paralisado**. Correio popular. 05 de abril de 2006.

²⁹¹ Vitor Hugo Macedo, vizinho do imóvel. **Jambeiro tem planos de revitalização paralisado**. Correio popular. 05 de abril de 2006.

²⁹² Maurício Quevedo, morador. **Casarão da Fazenda Jambeiro é exemplo de abandono**. Correio Popular, 04 de junho de 2007.

²⁹³ Elizabeth Mendonça Gitahy, moradora. **Ruínas do descaso e da insegurança**. Correio Popular 27 de abril de 2010.

Nesses artigos a resposta do CONDEPACC é surpreendentemente sempre a mesma: “não desistimos desse projeto, mas estamos a espera de recursos para poder implementá-lo.”²⁹⁵ O cenário parece começar a mudar a partir de 2010, pois o Correio Popular indica que um projeto para transformar as ruínas da sede em um espaço de cultura e lazer estava sendo analisado no gabinete do prefeito.²⁹⁶ No entanto, não havia no jornal nenhuma pista do que consistia este projeto. Tal informação apareceu em 25 de junho de 2010, a Secretaria Municipal de Urbanismo desenvolve um projeto de “tornar a casa no centro de um grande parque cultural de lazer.” Inspirado num projeto implantado no antigo casarão do morro Santa Teresa no Rio de Janeiro, prevê uma intervenção com instalação de estruturas de vidro e ferro que permitiram, tanto a consolidação das paredes, quanto a visita da sede da Jambeiro por dentro.²⁹⁷

²⁹⁴ Maria Lourdes de Oliveira, moradora. **Força Tarefa corta o mato na antiga Fazenda Jambeiro**. 29 de abril de 2010.

²⁹⁵ Daisy Ribeiro, diretora do CSPC. **Jambeiro tem planos de revitalização paralisado**. Correio popular. 05 de abril de 2006. **Casarão da Fazenda Jambeiro é exemplo de abandono**. Correio Popular, 04 de junho de 2007. **Ruínas do descaso e da insegurança**. Correio Popular 27 de abril de 2010.

²⁹⁶ **Ruínas do descaso e da insegurança**. Correio Popular 27 de abril de 2010.

²⁹⁷ **Jambeiro: revitalização prevê parque cultural**. Correio Popular, 25 de junho de 2010.



Fig.73 – Fachada da sede da Fazenda Jambeiro. Fazenda Jambeiro, Campinas. 28 de abril de 2010. Formato digital. Marcelo Gaudio Augusto.

Contudo, a implementação do projeto só ocorreria mediante parceria com a iniciativa privada. De junho de 2010 até o presente momento não houve mais nenhuma matéria referente ao projeto ou a Fazenda Jambeiro. No entanto, em uma das visitas técnicas feitas durante a pesquisa desta dissertação foi constatada a demolição do edifício da capela. Esta demolição ocorreu entre junho e agosto de 2010, o CONDEPACC não tinha conhecimento do fato e após averiguação foi constatado que a Secretaria Municipal de Urbanismo havia demolido a capela, não houve nenhuma declaração em esclarecimento ao ocorrido.

RESUMO COM OS PRINCIPAIS EVENTOS REFERENTES AO PATRIMONIO TOMBADO DA FAZENDA JAMBEIRO	
DATA	EVENTO
17/dezembro/1987	Criação do CONDEPACC
02/junho/1989	Abertura do processo de tombamento da Fazenda Jambeiro
06/junho/1989	Primeira matéria vinculada pela imprensa sobre o tombamento da Fazenda Jambeiro – jornal Diário do Povo
25/março/1991	Primeiro relatório com a descrição detalhada do complexo contendo: “casas em taipa de pilão, sendo que as construções das cocheiras, estábulo, rancho das carroças e arados, moinho de fubá, portal em pedra e senzala deixam a marca da época escravagista como a casa do Sr. Angelo administrador, a tulha, a pequena capela e o terreiro de café com lugar de secagem (...) tudo isto está cercado por imensos jardins com centenárias árvores, lagoa, plantas raras e pomar formando um complexo significativo com 71.807,48 m ² .” ²⁹⁸
11/novembro/1993	Homologação do tombamento.
26/maio/1994	Doação de 30% do terreno da fazenda para a prefeitura, área referente ao complexo tombado
26/maio/1994	Reunião do CONDEPACC discute a adaptação e recuperação dos edifícios do complexo para instalação de posto de saúde ou escola municipal preservando a volumetria e a área externa.
21/janeiro/2000	Visita técnica do CONDEPACC constata demolições irregulares: celeiro, casa de força, curral, portal, tulha, parte da senzala, além do avanço da degradação da casa sede e da capela.
14/março/2000	O jornal Correio Popular emite uma matéria sobre a paralisação das obras de arruamento do bairro Parque Jambeiro devido às

²⁹⁸ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.43

	demolições irregulares.
31/outubro/2000	Nova vistoria feita pelo CONDEPACC impede a demolição da capela.
30/novembro/2000	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo não emite nenhuma multa ou medida repreensiva, mas redige um documento determinando a liberação dos imóveis tombados demolidos do processo de tombamento da Fazenda Jambeiro.
25/março/2003	Declaração do CSPC para o jornal Correio Popular indica a possibilidade de iniciar um restauro na Fazenda Jambeiro para instalação de um Centro de Convivência.
03/abril/2003	Declaração do CSPC para o jornal Correio Popular indica a consolidação das ruínas para instalação de um parque arqueológico.
21/janeiro/2005	Anexado ao processo de tombamento um projeto paisagístico para a praça onde se encontram as ruínas.
25/janeiro/2010	Correio Popular emite uma matéria sobre o projeto da Secretaria Municipal de Urbanismo que desenvolve um projeto de transformar a área tombada da Fazenda Jambeiro em um parque cultural. O projeto não foi anexado ao processo de tombamento.
Julho de 2010	Demolição da capela da Fazenda Jambeiro pela Secretaria Municipal de Urbanismo, não houve declarações a respeito nem novas inserções de documentos no processo de tombamento.

A proteção do patrimônio é algo complexo, mas que se torna mais complicado quando se trata de um bem rural pois mesmo os órgãos de proteção não estão preparados para suas especificidades. Fazendo um balanço dos bens tombados no Brasil pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPACC percebe-se grandes déficits em relação ao ambiente

rural.²⁹⁹ O IPHAN de 1937 até 2009 acumulou 1047 processos de tombamento, destes apenas 55 são do mundo rural.³⁰⁰ No CONDEPHAAT constam 377 processos finalizados e apenas 53 rurais, no entanto proporcionalmente é muito maior. A situação do órgão de proteção estadual é problemática se considerarmos que 141 processos são referentes apenas a capital e 48 às cidades litorâneas, sobrando apenas 188 no resto do estado. Levando a questionar qual o critério para abrir um processo de tombamento pelo CONDEPHAAT já que quase 40% dos patrimônios tombados se encontram na capital.³⁰¹

O conselho de patrimônio de Campinas apresenta 118 processos de tombamento finalizados, destes apenas seis rurais. No entanto, vale destacar que existem 84 bens em estudo de tombamento e 33 são referentes ao rural. É interessante notar que este avanço para o patrimônio rural é algo recente. A abertura dos processos ocorreu em sua maioria no ano de 2004, foram 31 processos de tombamento abertos para estudo. Dos quais apenas dois foram concluídos: o Conjunto Arquitetônico da Fazenda Três Pedras e o Conjunto Arquitetônico da Fazenda Pau D'Álho. Além destes, temos outros dois processos que tiveram seu estudo iniciado em outros anos: Fazenda Bonfim na Serra das Cabras que foi aberto em 1990 e até agora inconcluso, e Sítio Sobrado que teve seu processo de tombamento aberto em 2010.³⁰² Especificando ainda mais estes dados, das seis fazendas tombadas, três receberam o tombamento por já serem inscritas no livro do Tombo do CONDEPHAAT. Ou seja, o conselho de patrimônio da cidade de Campinas só tombou efetivamente três propriedades rurais.

As justificativas para o tombamento sempre permeiam a importância do local pela sua atuação na cidade, ou elementos arquitetônicos específicos que o diferenciam de outros. Assim, numa breve análise das três fazendas tombadas pelo CONEPACC: a Fazenda Jambeiro, objeto desta dissertação; a Fazenda Pau d'Alho e a Fazenda Rio das Pedras,

²⁹⁹ Estou considerando apenas bens relativos a vida agrícola, desconsidero todos os patrimônios naturais nesta análise estatística.

³⁰⁰ Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009 / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

³⁰¹ Site oficial de busca dos bens tombados do CONDEPHAAT. Disponível em:

<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aaacf3010e2308ca0/?vgnnextoid=662b7d2fbae72210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>> Último acesso 24 de maio de 2011.

³⁰² Site oficial do CONDEPACC. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/index.php>> Último acesso 24 de maio de 2011.

apenas pelo título do processo de tombamento a Fazenda Jambeiro acaba por se destoar das demais. O título do processo das duas fazendas Pau d'Alho e Rio das Pedras ressalta a proteção do conjunto arquitetônico que possuem. No entanto, quando confrontamos com a primeira declaração feita sobre a Fazenda Jambeiro vemos que o principal era a “significativa área natural”³⁰³, tanto que uma descrição mais completa só viria a acontecer em 1991. Talvez isso explique um pouco melhor o motivo de a prefeitura ter deixado o patrimônio arquitetônico do local ser destruído.

Como se pode constatar, o poder público pouco fez nesses mais de 20 anos desde a abertura do tombamento da fazenda. Ao acompanhar, tanto o processo quanto os jornais, vemos que cada vez mais a fazenda vem sendo destruída por descaso, falta de fiscalização, falta de entrosamento entre os departamentos da prefeitura, ou mesmo falta de interação com a população que mora no entorno do patrimônio.

Questiono o próprio processo de tombamento, que ganhou força com o abaixo assinado dos moradores. Qual o esclarecimento deste abaixo assinado? A população sabia realmente do que se tratava o local na época? E hoje? Pelos depoimentos dados para o jornal posso constatar que as pessoas estão mais preocupadas com a segurança do bairro do que com a sede. Em nenhum caso se referiram à fazenda ou à sede pelo nome verdadeiro, mas apenas por “casarão”. Vendo desta forma, o tombamento foi algo vazio, as pessoas, moradores do bairro, seriam as primeiras interessadas em tomar conta do local, no entanto, parte da depredação veio dos próprios moradores que, ao construir suas casas, utilizaram o madeiramento e outros materiais retirados da fazenda. Além disso, para proteger um patrimônio deste porte e neste estado de arruinamento é necessário muito investimento, algo que ou prefeitura não tinha, ou não havia vontade política suficiente.

Qualquer proposta de intervenção, em qualquer patrimônio, deve levar em conta a população que vive no seu entorno, sem isso, o desconhecimento e a falta de relação de pertencimento que um patrimônio sugere não existe. Assim, a destruição acaba ocorrendo devido ao abandono físico e pela falta de significado do edifício. É o trabalho em conjunto, não só com entrevistas, mas analisando suas necessidades que, no caso, a fazenda pode ser

³⁰³ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.1

reconhecida e reconstruída na memória e fisicamente, possibilitando desta forma sua proteção.

Qual o significado do Patrimônio?

Os capítulos até agora exploraram os aspectos históricos da formação da Fazenda Jambeiro, neste início deste capítulo confrontei os documentos oficiais relacionados ao seu tombamento com a opinião pública expressa nos jornais locais. Desta forma temos um panorama que vai desde os primeiros partilhamentos da Fazenda Sete Quedas que originou a Fazenda Jambeiro até as transformações ocorridas na desde seu tombamento, discutindo inclusive como chegou ao atual estado de abandono. No entanto o que os moradores do bairro pensam sobre o assunto? Neste parte pretendo adentrar no bairro Parque Jambeiro, revelando qual sua relação com o patrimônio que se encontra tão profundamente enraizada e que até deu origem ao nome do bairro.

Para atingir tal propósito, foi elaborado um questionário aplicado para os moradores do Parque Jambeiro, os alunos e funcionários da Escola Estadual Dr. Disney Francisco Scornaienchi, e os funcionários da Escola Municipal de Ensino Infantil Parque Jambeiro. O objetivo era mapear o grau de relação que as pessoas tinham com o patrimônio que todos os dias elas encontram quando vão ao trabalho ou a escola.

A dinâmica de aplicação consistiu em: com os funcionários das escolas uma abordagem direta, uma rápida entrevista respondendo as questões; os moradores, de forma similar, foi uma abordagem direta com rápida entrevista, no entanto o acesso aos moradores foi mais complicado, muitos alegavam não estarem interessados; e, por fim, com os alunos, foi entregue o questionário pelos professores de história como uma atividade a ser devolvida na semana seguinte. Em nenhum momento o nome da Fazenda Jambeiro foi identificado, ao invés disso, como forma de tentar evitar encaminhar uma resposta ideal, decidi por denominar a Fazenda pelo nome que é popularmente conhecida: “o casarão”.

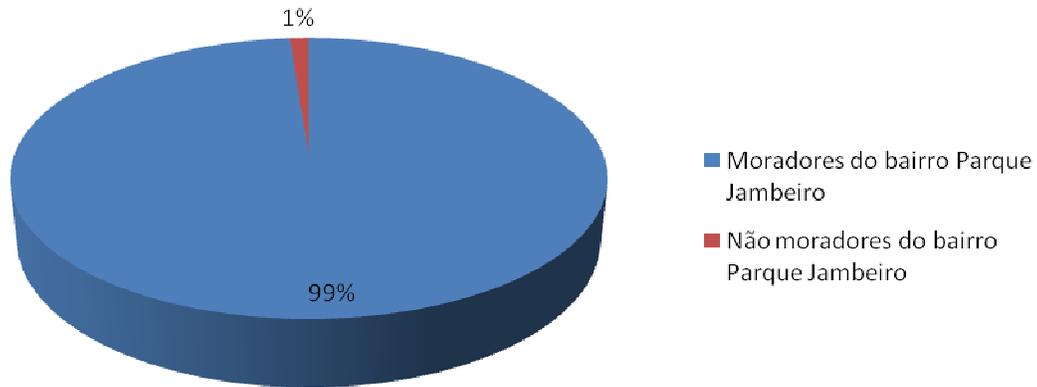
Como proposta de ação social, em troca do questionário, propus ministrar aulas de educação patrimonial para os alunos da Escola Estadual Dr. Disney Francisco Scornaienchi. Nos dias 9, 12, 13 e 19 de maio de 2011; foram 3 sextos, 3 sétimos, 3 nonos e 2 oitavos anos do ensino fundamental, compreendendo 350 alunos de 10 a 17 anos. A aula consiste em contar a história da formação da cidade de Campinas explorando os diversos pontos de

referência históricos da cidade. Contudo, sempre questionando o significado do patrimônio, a história é apenas um artifício para atingir o verdadeiro objetivo: levantar questões sobre a importância do patrimônio para a formação da identidade. Com auxílio de uma apresentação em slides, são mostradas fotos de diversos momentos históricos da cidade na busca pelo reconhecimento do espaço em que vivem. Além disso, o conceito de patrimônio é ampliado de forma a abarcar não apenas patrimônios históricos tombados, como também lugares de significado local.

Procurou-se despertar assim o sentimento de pertencimento dos alunos para com a cidade em que vivem. Durante a aula apresentei exemplos de lugares que de tão modificados acabaram se tornando irreconhecíveis para as pessoas que conviviam com ele, levantando o problema da eliminação do sentimento de pertencer à cidade. Uma das alunas contou que sua mãe perdeu toda a ligação com a cidade de Campinas quando a Praça Miguel Vicente Cury foi destruída em 1986 para a construção do Terminal Miguel Vicente Cury, o Terminal Central. Outros exemplos de patrimônio foram dados, não apenas materiais, mas imateriais, como a festa do Boi Falô, que tradicionalmente ocorre todo ano na sexta feira santa no distrito de Barão Geraldo. Sempre evidenciando o patrimônio como algo essencial na formação da identidade da população.

Ao final, apresentei uma série de fotos da própria fazenda, mostrando as transformações e contando um pouco de sua história. Pode-se dizer que esta era a parte que mais interessava os alunos, por se tratar de algo presente no dia-a-dia deles. Foram muito interessantes e diversificadas as reações, alguns não acreditavam que as fotos eram do “casarão” até chegar às imagens mais recentes. É interessante apontar que, durante as aulas foi possível descobrir que o Parque Jambeiro ainda é um bairro em formação, embora já exista toda a infra-estrutura urbana, seus moradores são recentes.

Alunos da Escola Estadual Dr. Disney Francisco Schornaienchi



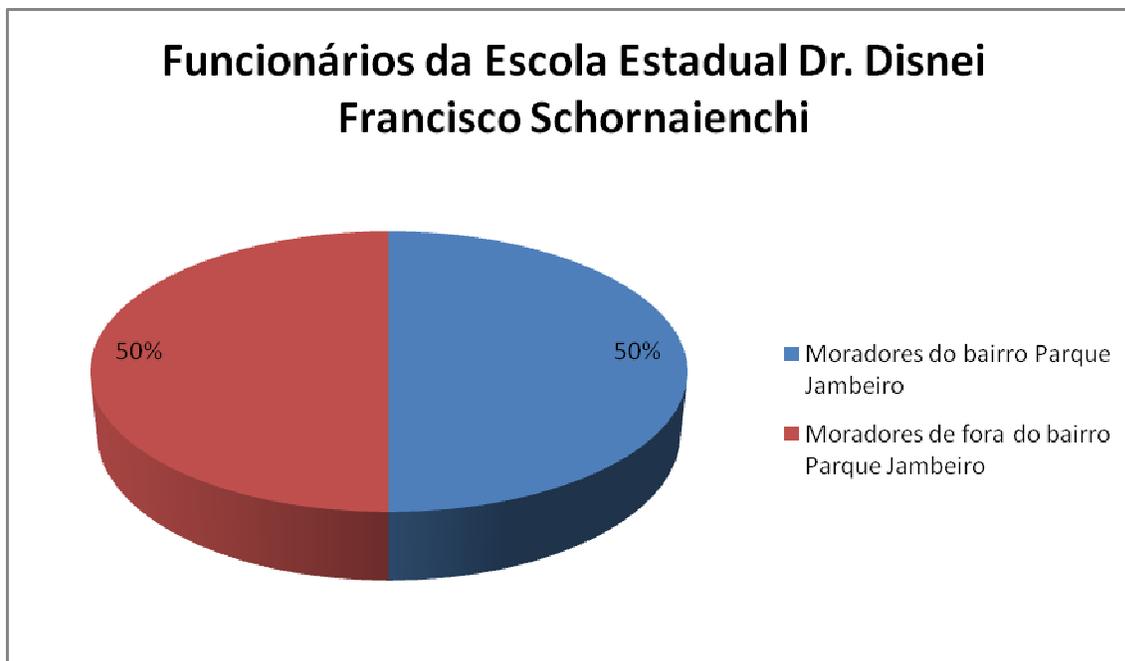
A maioria dos alunos mudou-se para o bairro nos últimos 10 anos, com exceção de apenas 3 alunos que contaram que seus pais e avós moram no mesmo lugar desde a década de 1980. Desses, foi possível constatar um maior conhecimento da própria sede da Jambeiro que, embora atualmente abandonada, seu espaço fora usado até o final da década de 1990.

A interpretação das informações foi feita a partir da análise do conteúdo das respostas dadas no questionário. O trabalho ocorreu com base nas palavras contidas nos textos, enfatizando questões como: o que foi, o que é, e o que deveria ser. Desta forma, teríamos um amplo questionamento sobre a função da Fazenda Jambeiro. Destacaram-se os seguintes termos: café, patrimônio, restauração, eventos culturais, abandono.

Assim é possível relacionar a função da Fazenda Jambeiro com os diferentes aspectos: o processo histórico de sua formação sócio-espacial, a estrutura agrária e a forma como se encontra hoje.

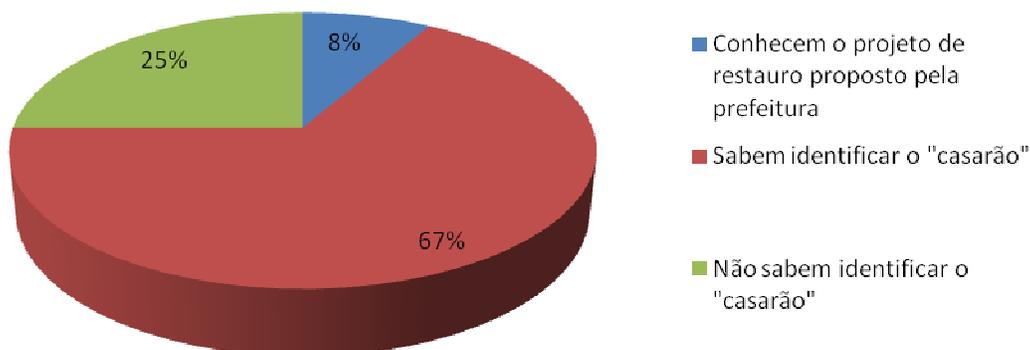
Das doze questões contidas nas entrevistas, (anexo 1), a primeira e a segunda questão proporciona a identificação dos pesquisados. Da terceira à quinta questão, descobro o nível escolar e cultural dos entrevistados e se é morador do bairro. Da sexta a décima segunda questão diz respeito especificamente ao mapeamento das informações sobre a Fazenda Jambeiro, qual sua origem, uso atual, e função social. Através de uma

análise percentual apresentada a seguir foi possível comparar os dados e levantar hipóteses e questionamentos sobre o entendimento da população sobre o patrimônio que se encontra no bairro.



O levantamento apresentou os seguintes dados: em relação aos funcionários, foram entrevistados 12 pessoas, das quais três funcionários do administrativo, sete professores, a coordenadora da Escola Estadual e a diretora da EMEI. Destes, metade não é morador do bairro, no entanto alguns demonstram saber do que se trata o “casarão”.

Funcionários da Escola Estadual Dr. Disney Francisco Schornaienchi



Oito funcionários da escola conhecem o patrimônio e relacionam-no como sendo uma sede de fazenda de café que foi loteada, sem precisar datas. Todos concordam que a Fazenda está abandonada e apontam os perigos de drogas e prostituição no local. Destino pretendido é a transformação num centro cultural ou em museu, devido a importância histórica do edifício. No entanto, apenas uma pessoa está a par do projeto da prefeitura de restaurar o espaço, como apresentado no capítulo anterior. A grande maioria desconhece qualquer intervenção futura no patrimônio ou qualquer política de valorização do patrimônio público de Campinas. Devido à precariedade da Fazenda Jambreiro, nenhum professor faz estudo de meio no local.

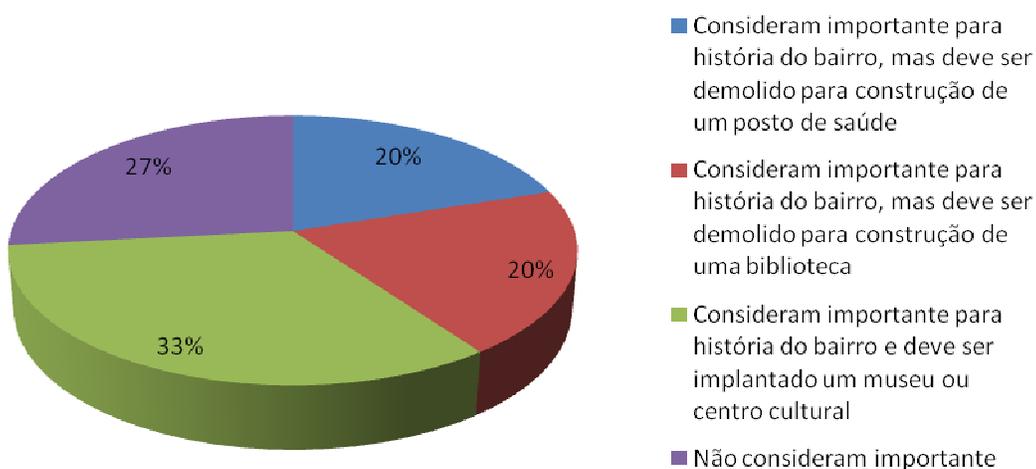
Qual seria, em sua opinião, o melhor uso a ser dado para ele?

Reformá-lo e transformá-lo em um espaço cultural oferecendo cursos para os moradores do bairro.

Ele tem alguma importância para você? E para o bairro?

Para mim não, mas para o bairro acredito que um valor histórico muito grande.

Moradores do bairro Parque Jambeiro



O conhecimento sobre o que era o “casarão” se divide entre os moradores e os alunos da escola. Foram entrevistados apenas 15 moradores do bairro, estes residem próximos ao quarteirão da sede da fazenda. A grande relação que os moradores fazem do casarão é o abandono e, como consequência, foco de violência. Onze destas pessoas consideram que o local poderia ser importante para a história do bairro, porém seu abandono influencia na resposta quanto ao destino pretendido: seis pessoas falaram que prefeririam que o local fosse demolido e no lugar construído um posto de saúde ou biblioteca (três pessoas cada). Muitos falam de restaurar/reformar o edifício e transformá-lo em um museu histórico ou em um centro cultural.

O que você acha dele atualmente?

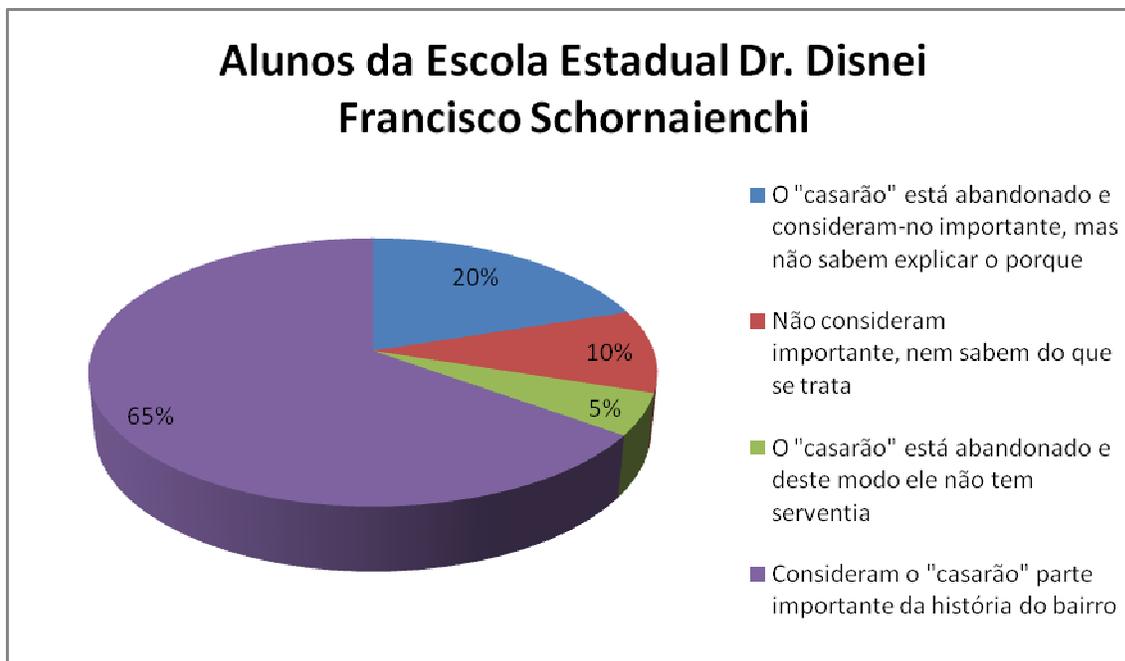
que está sujando a imagem do nosso bairro.

O que você acha dele atualmente?

está abandonado, contribuindo para o aumento da criminalidade

Na pesquisa feita com os alunos, com abordagem diferente dos pesquisados anteriores, foi entregue um questionário para eles responderem. De um total de 350 alunos, foram devolvidos 220 questionários, pouco mais de 60%, e embora não tenha conseguido

abranger todos os alunos, como forma de mapeamento de percepção já foi suficiente. Destes, os que responderam, apenas treze não eram moradores do bairro e acusaram completo desconhecimento do local pesquisado, deixando em branco o resto das perguntas.



Destes alunos consegui dados similares aos dos moradores. Apenas pouco mais da metade sabia o que era o casarão e qual a função original dele. 90% consideraram o local abandonado. É interessante notar que um número considerável, 20% dos alunos considera que o local é importante para o bairro, mas não especificamente para ele ou não sabe precisar o motivo da importância; 10% falaram que não tem importância nenhuma, 5% que do jeito que está não tem importância e para 65% é parte da história. É quase unânime a sensação de inexistência de ações públicas voltadas não só para o espaço em questão, mas para qualquer patrimônio da cidade.

Ele tem alguma importância para você? E para o bairro?
Eu enxergo o Casarão como uma arquitetura bonita para o bairro (desde que restaurado). Para o bairro eu acredito que tenha uma importância identitária

Ele tem alguma importância para você? E para o bairro?
Do jeito que se encontra não, mas ele faz parte da história do bairro

Talvez devido ao número maior de entrevistados, as sugestões de uso para o espaço tiveram uma grande variação. No entanto, pode-se perceber um padrão semelhante ao encontrado na pesquisa com os moradores: a grande maioria das pessoas sugere a construção/instalação de museu, biblioteca, parque/prça ou posto de saúde, todos inexistentes no bairro. Além disso, quem sugere a construção de museu ou biblioteca fala da necessidade de um restauro/reforma no edifício, já os que sugeriram a construção do posto de saúde, acham que é necessário a demolição do patrimônio. As pessoas que sugeriram transformar o local em um parque ou praça se dividiram em reformar o edifício, podendo se tornar um centro cultural, museu ou biblioteca; ou demolir o casarão para aumentar a área livre para instalação de aparelhos de ginástica e quadras de esporte.

* Qual seria, em sua opinião, o melhor uso a ser dado para ele?

Pelo tamanho da área, uma biblioteca no terreno da parte de baixo seria ótimo. E no esqueleto ele sendo reformado um museu. Ajudaria muito no ensino e no bairro.

No que se refere a uma possível utilização do espaço para um museu, é interessante pontuar que, a grande maioria aponta como temática a história do bairro, mas em alguns casos, tanto de alunos quanto de moradores sugerem a construção de um museu do negro, ou museu da escravidão, e se justificam ao ligar a fazenda Jambeiro a um importante local de trabalho escravo.

Outra característica interessante é a concepção de restauro que a população apresentou. A idéia principal é a da reconstrução, deixar como era antes, alguns se fundamentam no valor estético: “era uma bonita casa e não se faz mais igual”; ou no valor histórico: “poderia restaurar e trazer pessoas para conhecê-lo e saber sobre a sua história”.

Abaixo eu colocarei dois questionários de alunos para exemplificar a diversidade das opiniões sobre o casarão e seu possível uso, ambos cursam o nono ano do ensino fundamental moram no bairro e possuem 15 anos:

Você sabe o que é o casarão?

Ele é histórico, servia de moradia para os Senhores do Café, lá abrigavam vários escravos que trabalhavam na plantação.

Qual a função dele na época em que foi construído?

Abrigar os Barões, chefe dos cafezais que eram o foleto e o escravos

O que você acha dele atualmente?

Velho e mesmo sendo um patrimônio histórico, deveria ser demolido porque ele agora serve de abrigo para vários usuários de drogas.

Ele tem alguma importância para você? E para o bairro?

Sim, pois ele faz parte do Parque Gambleiro, ele contém uma parte da história do bairro

O poder público tem alguma ação para o espaço?

Eles queriam demoli-lo a poucos dias atrás.

Qual seria, em sua opinião, o melhor uso a ser dado para ele?

Demolido e no local construído algum tipo de museu ou uma praça para lembrarmos dele.

Você sabe o que é o casarão?

Sim, é uma casa muito antiga que carrega consigo a história do Brasil, tem inúmeras lendas a seu respeito e tombado patrimônio público

Qual a função dele na época em que foi construído?

abrigar grandes Barões do café

O que você acha dele atualmente?

O casarão, atualmente está em péssimo estado de conservação e deveria ser abandonado e o casarão é degradado e utilizado como ponto de uso de drogas e que torna perigoso a sua visita

Ele tem alguma importância para você? E para o bairro?

Sim, tanto para mim quanto para o Bairro está se perdendo, além disso, acho que o melhor pelo país por nele ter sido construído, muito importante na época de sua construção e preservar tem uma importância fundamental para simbolizar uma época chave de grandes momentos históricos

O poder público tem alguma ação para o espaço?

não, mas, deveria ter, pois por ser um patrimônio público, o governo nacional ou ao menos o municipal deveria zelar por esse bem de todos

Qual seria, em sua opinião, o melhor uso a ser dado para ele?

uma restauração em que com guias e tours a segurança necessária fique aberta ao público para manter viva a memória e o significado daquele casarão naquela época

O caso do abandono da Fazenda Jambeiro trouxe problemas de segurança pública para a região. Como constatado nas entrevistas, o local atualmente é utilizado como “ponto” de venda de drogas e prostituição. Além disso, esse esquecimento do poder público possibilita a destruição de edifícios tombados no complexo, como mostrado no início deste capítulo. Falta por parte da prefeitura, e que poderia ser feito por meio da Secretaria da Educação ou da Secretaria da Cultura e do CONDEPACC, estabelecer um diálogo com os moradores do bairro acerca deste patrimônio com o objetivo de buscar novas possibilidades para o uso deste espaço que ofereça à população um local de lazer e cultura ao mesmo tempo em que o preserve.

O que pude constatar no trabalho de campo é que a Fazenda esta longe de ser prioridade para a prefeitura e essa sensação de abandono por parte do poder público gera desesperança de que algo pode ser feito para melhoria do bairro, sobretudo em relação ao “casarão”. O local é considerado perigoso tanto para os alunos, quanto para os funcionários e moradores vizinhos à Jambeiro. Mesmo que mais de 75% das pessoas entrevistadas acreditem na importância histórica do local e que ele tem potencial para a instalação de um centro cultural mais da metade acreditam que sua demolição é um destino melhor que o atual. A população entende a importância de sua preservação, mesmo que não conheça os detalhes da história do “casarão”, no entanto, o atual estado de abandono só traz prejuízo ao bairro.

Essa pesquisa permitiu não apenas mapear o grau de conhecimento das pessoas em relação à Fazenda Jambeiro, mas também o grau de interesse delas em relação as questões do patrimônio público. Foi possível perceber a necessidade de uma relação mais intensa com um patrimônio como componente da formação da identidade local por parte da população. Não cultivar e preservar esses patrimônios contribui para que não se forme nas pessoas uma relação de pertencimento com o local onde vive e prejudica na construção de sua identidade cultural.

Capítulo 4 – Patrimônio e Arqueologia – trajetória política no Brasil

Como apresentei nos capítulos anteriores o precário estado de conservação da Fazenda Jambreiro exige que qualquer intervenção a ser feita no local deve se pautar não apenas na legislação destinada ao patrimônio, como também nas normas relativas ao patrimônio arqueológico. Desde a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, os vestígios arqueológicos foram considerados importantes no papel de compreensão da cultura nacional, sendo destinado um dos livros para registro dos tombamentos exclusivamente para o patrimônio arqueológico.³⁰⁴ No entanto, apenas com a Lei Federal nº3924 em 1961³⁰⁵ que tal patrimônio foi realmente regulamentado, com uma legislação que descreve o que é este patrimônio arqueológico, o que deve ser protegido e quais as penalidades previstas.

Infelizmente a Lei Federal nº3924 de 1961 restringiu os monumentos arqueológicos ou pré-históricos apenas aos vestígios da cultura paleoameríndia.³⁰⁶ O motivo do foco nesse tipo específico de vestígio arqueológico se deve ao perigo do desaparecimento dos Sambaquis que na época estavam sendo explorados como fonte de calcário para novas construções.³⁰⁷ Desta forma, os sítios históricos só foram contemplados pela legislação na Constituição de 1988.³⁰⁸

A origem dos debates sobre patrimônio tem suas raízes no século XIX com a formação dos Estados Nacionais Modernos. Benedict Anderson elaborou três conceitos que determinam o que seria a nação moderna: a limitação geográfica, embora esta possa aumentar ou diminuir de acordo com os acontecimentos políticos; a soberania do povo em detrimento das dinastias hierárquicas; e a igualdade entre toda a comunidade.³⁰⁹ Participando ativamente deste fenômeno político, os patrimônios passaram a funcionar como ferramentas na busca pelas origens fundadoras que legitimariam as nações. Em 1862,

³⁰⁴ Decreto Lei 25/37, capítulo II, art. 4º, Item 1. WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. último acesso em 01 de setembro de 2012.

³⁰⁵ LEI FEDERAL Nº3924 de 26 de julho de 1961 in Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005.

³⁰⁶ Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005. p.12

³⁰⁷ Pedro Ignácio Schmitz Arqueologia do RS p.20

³⁰⁸ Portaria do IPHAN 07/88 de 1 de dezembro de 1988 in Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005.

³⁰⁹ ANDERSON, Benedict Richard O'Gorman. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989. pp.15-16

o historiador inglês Lord Acton fez uma observação interessante ao falar que o nacionalismo é o equivalente ateu da velha fé cristã, e desta forma, os patrimônios seriam suas relíquias.

De forma semelhante, a arqueologia que já existia desde o século XVIII funcionando como um “Gabinete de Curiosidades” se modificou com formação dos Estados Nacionais. A arqueologia da pré-história que até então havia sido ignorada pelos antiquários da Inglaterra e da França, se desenvolvia em países como a Escandinávia (pioneiros nesses estudos) e outros do norte e leste da Europa. Enquanto países como a França e a Inglaterra buscavam suas origens na Roma antiga e assim justificariam a extensão e possível expansão de seus territórios, outros como a Dinamarca utilizariam peças pré-históricas a fim de afirmar que suas origens remontariam a períodos pré-romanos, e assim defender a autonomia de seu território.³¹⁰

A arqueologia e o patrimônio se transformaram no século XIX em ferramentas do Estado para a construção de memórias coletivas legitimadoras da existência das nações, a busca de símbolos desta memória que foi regulada pelos estudos da história da arte.³¹¹ “Os cidadãos são dotados de uma memória histórica que tem papel efetivo de memória viva uma vez que mobiliza o sentimento de orgulho e superioridade nacionais”.³¹² Desta forma, qualquer ato contra a preservação da materialidade do patrimônio passou a ser encarado como vandalismo, pois sua destruição significaria a destruição da própria história.

A preservação do patrimônio histórico brasileiro apareceu de forma mais concreta a partir dos movimentos modernistas na década de 20, sobretudo depois do evento da Semana de Arte Moderna de 1922, do qual se destacou como figura chave Mário de Andrade. Politicamente pode-se destacar também a criação do Museu Histórico Nacional dirigido por Gustavo Barroso após homologação pelo Congresso em 1922.

Mário de Andrade, que trabalhou no Departamento de Cultura do estado de São Paulo entre os anos de 1925 e 1931, promovia reuniões freqüentes com os intelectuais

³¹⁰ TRIGGER, Bruce G. Arqueologia histórico-cultural. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo. Odysseus 2004.

³¹¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005. p.49

³¹² CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2006 p.116

paulistanos. Seu objetivo era construir uma rede de educação não formal a partir da temática cultural. Em consequência de uma boa experiência no governo do estado paulista, Mário de Andrade foi convocado para participar do recém criado Departamento de Cultura da União em 1936.

A primeira referência na legislação aos bens culturais aparece na Constituição de 1934, a qual delegou às esferas estadual e federal a proteção dos monumentos considerados de valor artístico ou histórico, bem como as belezas naturais.³¹³ É interessante mencionar que, antes disso, a cidade de Ouro Preto foi elevada a monumento nacional em 1933 através do decreto lei número 22.928. No contexto de delegação deste título foi criado no ano seguinte, porém dias antes da nova constituição, o primeiro órgão voltado à preservação do patrimônio histórico, a IPM (Inspetoria de Monumentos Nacionais), ligada ao Museu Histórico Nacional. Adiantando-se à constituição que seria assinada no ano seguinte, porém dentro do contexto dos debates intensificados pelos intelectuais modernistas nos anos anteriores, sua justificativa se voltava para a cidade de Ouro Preto, esta considerada um símbolo emblemático do período barroco, importante na constituição da identidade nacional. Cerca de 50 anos depois recebeu o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Essas primeiras décadas do século XX representam para arqueologia uma mudança de paradigma que até os anos 20 se encontrava muito ligado aos museus, estes funcionando como enciclopédias que guardavam os grandes momentos do país.³¹⁴ Os movimentos modernistas influenciam a Arqueologia a buscar um novo olhar preservacionista, agora não mais levando as peças aos museus, mas protegendo os sítios, monumentos e edifícios.³¹⁵ Surgiram também novos interesses de estudo como a formação do povo brasileiro buscando entender a miscigenação racial.³¹⁶ Nessa época a Arqueologia surgiu nas Universidades devido às campanhas preservacionistas de alguns “intelectuais indignados com a destruição dos sítios arqueológicos e a falta de profissionais especializados para resgatá-los.”³¹⁷ O

³¹³ Constituição de 1934, artigo 10º, III.

³¹⁴ SCHWARCZ, L.K.M. O Nascimento dos Museus Brasileiros. In Miceli, S. História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo. Vertice. 1989. pp.20 - 71

³¹⁵ BARRETO, Cristiana. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP nº44. São Paulo. Dezembro/Fevereiro 1999 – 2000. p.40

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

primeiro centro de pesquisa arqueológica, Centro de Estudos Archaeológicos, foi criado em 1935 por Luis de Castro Faria.³¹⁸

Em seqüência tivemos a Constituição de 1937 que especificou ainda mais a noção de patrimônio, ampliando a responsabilidade de proteção para os municípios e criminalizando qualquer ato cometido contra os mesmos.

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.³¹⁹

No mesmo ano de 1937 foi criado um novo órgão responsável exclusivamente pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Um fato interessante é que tal secretaria funcionaria tendo como base o projeto que Mário de Andrade teria redigido no ano anterior, o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Porém, o projeto sofreu diversas adaptações na construção do que viria a ser o artigo 25 que criou o SPHAN. Dentre as principais perdas temos que o decreto passou a ignorar os bens não tangíveis, se atendo apenas aos bens materiais.³²⁰

Uma das ferramentas que o órgão instituiu, e talvez a mais polêmica até hoje, foi o tombamento. O Brasil é o único lugar do mundo a aplicar esta ferramenta de proteção, sendo que sua inspiração foi do período colonial e se refere à Torre do Tombo, onde toda a documentação das colônias portuguesas era reunida, prática completamente centralizadora na figura do Estado. Sua adaptação como política patrimonial no Brasil funciona da seguinte forma, foram criadas quatro categorias de patrimônio histórico e artístico das quais os monumentos seriam inscritos: Livro do Tombo Arqueológico com foco nos vestígios arqueológicos indígenas, Etnográfico e Paisagístico, voltada para os bens pré-coloniais,

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Constituição de 1937, artigo 134.

³²⁰ Redação do projeto do SPAN de Mario de Andrade de 24 de março de 1936. A maior ruptura entre o projeto do SPAN e o decreto lei 25 que criou o SPHAN é que o segundo ignora os bens não tangíveis se atendo apenas aos bens materiais.

indígenas e naturais; Livro do Tombo Histórico, onde são registradas as obras de interesse histórico; Livro do Tombo das Belas-Artes, neste são inseridas as obras de arte eruditas; e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, móveis, tapeçaria, joalheria, etc. A cada item inscrito é determinada uma diretriz de conservação.

Outro detalhe de grande divergência do projeto de Mário de Andrade para o decreto 25 é que o conceito de tombamento para o poeta modernista era dinâmico, não congelava o bem cultural, mas garantia a continuidade de sua existência. Enquanto que nos bens materiais, o tombamento estabeleceria restrição ao direito de propriedade, “no caso dos não-tangíveis o tombamento estabeleceria mecanismos variados para a proteção do bem sem, contudo, bloquear a sua dinâmica. Nesse caso, o tombamento considera o bem de interesse social, cuida do seu registro e mantém a referência cultural.”³²¹ O tombamento seria uma forma de preservação que não se esgota nele mesmo. O caráter seletivo da preservação operaria com atribuição de valores e sentidos, deste modo a preservação estática contribuiria apenas para a destruição do objeto que se pretende preservar.

Além de Mário de Andrade, outra personalidade de destaque na criação do SPHAN foi Lúcio Costa, arquiteto clássico que rompeu com sua formação historicista ao se converter à arquitetura modernista do concreto armado e vidro temperado de Le Corbusier, no início dos anos de 1930. Junto a outros arquitetos participou de um movimento que tinha como princípio re-apropriar as técnicas coloniais na arquitetura contemporânea, essa busca pelas origens brasileiras através da arquitetura ficou conhecida como neocolonialismo³²². Este movimento foi posteriormente muito criticado por criar falsos edifícios coloniais e descaracterizar diversos outros em busca de uma pretensa pureza estilística. Lúcio Costa foi o grande responsável pela “limpeza estilística” que transformou edifícios como o Liceu de Artes e Ofícios de ouro Preto em algo pseudo-colonial, como justificativa alegou que tal edifício atrapalhava a coesão histórica estilística do centro da cidade. Outra realização foi seu artigo “Documentação Necessária” na primeira revista do SPHAN, a qual defendia a necessidade de ampliar o estudo da arquitetura vernacular.

³²¹ CHAGAS, Mário. **Há uma Gota de Sangue em Cada Museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.** in Cadernos de Sociomuseologia nº 13, ULHT Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1998. p103

³²² Movimento estético do início do século XX que propunha a resgatar a arquitetura e motivos decorativos típicos da época colonial americana de origem ibérica e empregá-los na arquitetura contemporânea.

A situação da secretaria era delicada, pois, por surgir em pleno período da ditadura varguista sofria pressão para cumprir seus objetivos com rapidez. Ficou marcada pela valorização estética e legitimação das instituições nacionais, acabou por receber diversas críticas posteriormente: “a atuação do SPHAN, na medida em que se apresentava como uma questão eminentemente técnica, (...) era vista como elitista, pouco representativa da pluralidade cultural brasileira”.³²³

Um exemplo da grande intervenção da ditadura ocorreu durante o regime varguista no distrito fluminense de São João Marcos, no Vale do Paraíba. Fundado em 1733, foi considerado um dos municípios mais ricos da província no século XIX devido à produção de café, no entanto entrou em decadência com a abolição e as novas regiões cafeeiras na província paulista. Foi tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 19 de maio de 1939 por ser considerado um raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial. Porém, no ano seguinte, por um decreto presidencial de Getúlio Vargas, deixou de ser um monumento nacional. O objetivo era a construção de uma represa que supriria a necessidade de melhorar o abastecimento e a produção de eletricidade para a cidade do Rio de Janeiro. Os edifícios da cidade foram então demolidos, os moradores realocados e a região foi inundada.³²⁴

A leitura da Carta de Atenas ambígua, embora utilizassem materiais modernos nos restauros, eles não eram deixados aparentes. A prioridade era a arquitetura colonial luso-brasileira, e desta forma se tornou responsável pela elaboração de uma tipologia da arte brasileira. No entanto, a preocupação exagerada em criar uma história da arquitetura do Brasil acabou provocando uma política de conversão estilística. Esta busca pela história da arquitetura brasileira consistiu basicamente em elencar o que seriam os estilos verdadeiramente brasileiros, além de determinar onde e quando eles ocorreram. Desta forma, todos os edifícios e objetos que não correspondia às características determinadas neste estudo eram considerados irrelevantes para a preservação. Um agravante ocorria quando era constatado uma intervenção moderna em alguma obra ou edifício mais antigo,

³²³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da Modernização à Participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80** in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, nº 24, 1996. p.155

³²⁴ *Submersa há 70 anos, cidade histórica do Rio volta à tona. Último Segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/submersa+ha+70+anos+cidade+historica+do+rio+volta+a+tona/n1597016160036.html> Último acesso em 25 de junho de 2011*

principalmente quando se tratava de uma modificação eclética do século XIX, considerada por muito tempo como uma arquitetura de menor valor artístico, neste caso o edifício muitas vezes era restaurado de forma e retirar todos os elementos “intrusos” do estilo original, permitia-se até a inserção de elementos que tornassem o objeto restaurado mais próximo do que era considerado original do estilo.

A constituição de 1946 não trouxe grandes mudanças, se restringindo apenas a ajustes de caráter administrativo, o SPHAN passou a ser uma diretoria, a DPHAN. Os maiores desafios da época estavam voltados para a tendência de crescimento das cidades nos anos seguintes e o impacto que a modernização dos centros urbanos e o aumento da especulação imobiliária causariam no patrimônio edificado. Devido à política de preservação se restringindo a edifícios da elite, a diretoria teve muito pouco apelo à população, e em qualquer impasse econômico existente o DPHAN era obrigado a ceder. Percebendo sua ineficiência, no final da década de 1960 o órgão federal recorreu a UNESCO em busca novas estratégias em modelos de gestão cultural do patrimônio que não ignorasse o momento econômico. Pouco do patrimônio rural foi contemplado na série de tombamentos feitos nesses primeiros anos de SPHAN/DPHAN, de um total de 784 imóveis tombados até 1969 apenas 39 correspondia ao mundo rural.³²⁵

Em 5 de novembro de 1956 um encontro internacional em Nova Delhi, Índia, preocupado com o destino dos sítios e peças arqueológicas elaborou uma carta de recomendação. Nesta carta temos explícitas algumas diretrizes que delegam a cada Nação a responsabilidade de proteção e gestão do acervo arqueológico local além de sugerir a colaboração internacional com a participação de arqueólogos estrangeiros nas escavações. No entanto, a recomendação mais interessante desta carta se refere à necessidade de promoção de ações educativas por meio do:

“ensino da história com a participação de estudantes em determinadas pesquisas, da difusão pela imprensa de informações arqueológicas que provenham de especialistas reconhecidos, da organização de circuitos turísticos, exposições e conferências que

³²⁵ IPHAN, 1994; Arquivo Noronha Santos. Disponível em: www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm Último acesso em 24 de maio de 2011.

tenham por objeto os métodos aplicáveis em matéria de pesquisa arqueológica”³²⁶

Tais recomendações só entrariam na legislação brasileira com a constituição de 1988 na portaria do IPHAN 07/88, artigo 5º, parágrafo IV, alínea 5 e 6, onde indica os elementos necessários para que um plano de trabalho científico possa ser aceito: “5.proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais, 6.meios de divulgação das informações científicas obtidas.”³²⁷

De forma similar à Carta de Atenas, a Carta de Veneza nasceu do Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos formulou recomendações quanto à preservação dos monumentos. Realizado em maio de 1964, este congresso além de consolidar os princípios técnicos do documento anterior, tinha como objetivo expandir o significado do monumento para o ambiente em que este se insere, recolhendo diversas teorias que estavam sendo aplicadas em países isolados. Os monumentos passaram a ser entendidos como inseparáveis do local em que foram construídos, não sendo mais tratados como objetos isolados. Foi reconhecido o valor cultural tanto dos grandes conjuntos arquitetônicos, como também dos mais simples, pois seu significado cultural foi percebido com o passar do tempo. Além disso, tivemos a distinção entre os conjuntos urbanos e rurais, ressaltando a importância da proteção de ambos. Quanto ao restauro, foram estabelecidas regras muito específicas, a recomendação era para que se privilegiasse a manutenção, e esta se tornasse permanente, deixando o restauro apenas em casos excepcionais. Foi sugerido como melhor forma de manutenção a adaptação do patrimônio para seu uso público, “conceito que pôs fim a uma concepção de ‘musealização’ do monumento, sobretudo na área urbana, deixando de ser apenas fonte de contemplação para adquirir uma ‘função útil a sociedade’”.³²⁸

Outras instituições de pesquisa arqueológica surgiram no Brasil na década de 1950. Em São Paulo, a luta política de Paulo Duarte para a preservação dos sambaquis ganhou

³²⁶ Carta patrimonial de Nova Delhi. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=234 Último acesso em 31 de outubro de 2012.

³²⁷ Portaria SPHAN 07/88 in **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo 9ºSR/IPHAN. 2005.p.41

³²⁸ SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo. Editora Peirópolis: EDUSP. 2003. p.53

força quando, por decreto, foi criada a Comissão de Pré-História junto à USP em 1952. E no Paraná, com o mesmo objetivo de proteção dos sambaquis foi criado o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) em 1956, este liderado por José Loureiro Fernandes na Universidade Federal do Paraná.³²⁹

Os centros de pesquisa ligados às Universidades ajudaram a promover um intercâmbio entre os pesquisadores brasileiros e estrangeiros. O Brasil nunca fora muito atrativo para as pesquisas arqueológicas internacionais devido a falta de “monumentalidade e de altas civilizações” comparado às dos Andes e da América Central.³³⁰ A partir da década de 1960 temos a visita de arqueólogos americanos famosos como Wesley Hurt e o casal Betty Meggers e Clifford Evans que trabalharam em sítios sambaquis e nos abrigos da Lagoa Santa de forma sistemática.³³¹ Essas iniciativas deram início a um grande projeto de levantamento arqueológico no Brasil. Por meio de uma parceria entre o CNPQ, IPHAN e o museu norte americano Smithsonian foi criado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).³³²

Complementar às deliberações da Carta de Veneza, em 1967 a Organização dos Estados Americanos preparou um documento sobre “conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico.” Este encontro reconheceu o estado de urgência da preservação em vista do processo de empobrecimento que os países da América Latina se encontravam. Nos debates chegaram ao comum acordo quanto a importância dos patrimônios culturais no progresso do país, além da possibilidade de explorá-los economicamente. Mas para sua manutenção e preservação havia a necessidade de formular um plano de ação tanto nacional quanto internacional de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico e social. Nas considerações gerais o documento determina que o espaço que permeia os monumentos também é importante, desta forma tanto o contexto urbano quanto o natural devem ficar sob a tutela do Estado. Faz-se necessário a identificação e o registro oficial do patrimônio e este deve cumprir uma função social, à qual o poder público determinar tentando sempre ser

³²⁹ BARRETO, Cristiana. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP nº44. São Paulo. Dezembro/Febrero 1999 – 2000. p.40

³³⁰ Idem. p.44

³³¹ Idem.

³³² Idem.

compatível com interesses particulares no caso de propriedades privadas. No decorrer do documento temos algumas possíveis soluções conciliatórias ao tratando o patrimônio não apenas como elemento formador da identidade nacional, como as possíveis formas de exploração pelo turismo, a valorização cívica e econômica dos monumentos. Por fim temos algumas recomendações nas esferas nacionais e internacionais, além de apresentar as medidas legais e técnicas para implantação destas diretrizes.³³³

Durante o período militar, a constituição brasileira de 1967 apresentou apenas uma inovação, incluir a proteção aos vestígios arqueológicos. Esta constituição apenas anexou a lei 3924 de 26 de julho de 1961. Esta lei, como mencionado no início deste capítulo, é a primeira regulamentação dos vestígios arqueológicos de forma mais completa, nela há a indicação que os responsáveis pelas permissões de exploração de sítios é o DPHAN, estipula multas, procedimentos para empréstimos de acervo com o exterior e recomendações quanto a descobertas fortuitas.³³⁴ Maior destaque merece o Artigo 2º que determina que os monumentos arqueológicos são os vestígios da cultura paleoameríndia brasileira, a especificidade dada a esse determinado elemento foi muito restritiva, no entanto reflete a grande preocupação que os pesquisadores tinham em proteger os sambaquis que estavam sendo destruídos sistematicamente por causa da exploração que sofria como reserva de cal.³³⁵

O mais interessante é que nesse cenário ditatorial começaram a surgir vários órgãos de proteção estaduais, dentre eles o CODEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) em São Paulo, formado por técnicos das mais diversas áreas e presidido por um conselho ligado às universidades. Para um estudo mais aprofundado poder-se-ia dividir a instituição em diferentes períodos, neste primeiro momento foi feito apenas a apropriação da lista de monumentos tombados pelo IPHAN com poucos acréscimos. A partir desta lista foi feita uma classificação geográfica associada aos ciclos econômicos: Fase Bandeirista, que abrange principalmente o planalto e a bacia

³³³ NORMAS DE QUITO – Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico – O.E.A. – Organização dos Estados Americanos. Novembro/Dezembro de 1967. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>. Último acesso em 2 de dezembro de 2011.

³³⁴ LEI FEDERAL N°3924 de 26 de julho de 1961 in Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9°SR/IPHAN. 2005.

³³⁵ Idem. p.12

do Tiete; o Ciclo do Café, que se estende do Vale do Paraíba até o oeste paulista; e o período Industrial, incluindo a capital do estado e outras cidades de grande porte.

Em dois de novembro de 1977 o Conselho da Europa³³⁶ promoveu a primeira discussão específica sobre o patrimônio rural. O “apelo de Granada sobre arquitetura rural e o ordenamento do território” consistia em um alerta quanto ao perigo do avanço da agricultura industrial. Este estaria causando o desaparecimento do patrimônio arquitetônico e da paisagem rural européia. O conselho buscava repensar formas de reorientação política que permitisse o desenvolvimento das comunidades em conjunto com a preservação. As recomendações elaboradas se dividiram em duas fases, a primeira na esfera material, e a segunda fase no patrimônio imaterial. Estas consistiam em adaptar os edifícios a novas funções, desde que eles não fossem descaracterizados; depois a promoção do ensino e a prática de atividades tradicionais. O mais interessante, porém, foi considerarem o patrimônio rural na sua totalidade. Além do conjunto dos edifícios, incluindo as estruturas isoladas, a preocupação recaiu no perigo do desaparecimento cultural da população que, devido a principalmente problemas financeiros, saem do campo para a cidade.

Os desenvolvimentos de forma industrializada da agricultura, justificados pela racionalização da produção, provocam profundas alterações estruturais dos traços característicos da paisagem (sebes, declives, pequenos bosques, ribeiros, etc.) e a desfiguração do patrimônio construído, pela introdução de elementos mal adaptados as antigas construções.

A esta evolução se junta o êxodo rural: este reforça os graves desequilíbrios demográficos e econômicos a nível regional e nacional; o mesmo e normalmente acompanhado pelos seguintes aspectos:

- O envelhecimento das populações agrícolas,

³³⁶ O Conselho da Europa é uma organização internacional fundada a 5 de Maio de 1949. Os seus propósitos são a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa.

- a degradação e por fim o desaparecimento do patrimônio construído,
- a invasão das construções abandonadas por parte duma população citadina que as desnatura mediante transformações estranhas ao seu caráter,
- a proliferação de novas construções sendo usadas como residência secundária e concebidas ignorando a tradição.

Esses fenômenos contribuem para o desaparecimento da cultura local perante a cultura dominante na nossa sociedade industrial, e por conseqüência dá-se o empobrecimento do patrimônio cultural geral.³³⁷

No Brasil, o SPHAN manteve seu prestígio até o fim da década de 1970, quando o governo militar entrou em crise. Neste momento surgiram várias críticas quanto à atuação do órgão, seu critério de escolha do que poderia ou não ser tombado foi considerado muito elitista, e desta forma pouco representava a diversidade do país. No início da década de 1980, o clima de redemocratização do Brasil e o surgimento de diversos órgãos de proteção estaduais nos últimos anos incentivou ainda mais a descentralização da tutela da proteção. E, conseqüentemente, o discurso do reconhecimento da diversidade ganha força. Neste momento, o patrimônio era repensado de forma a buscar o envolvimento da sociedade, o foco não se encontrava mais na herança cultural luso-brasileira, mas na diversidade das culturas que contribuíram para formar o país. Os recortes clássicos da história da arte foram substituídos pela idéia de “memória”, algo que provocou uma reação de desconfiança por parte da academia. Essa desconfiança gerou fortes críticas, era louvável dar voz à diversidade, porém o modo como isso foi feito apenas mostrava diferentes exemplos, silenciando qualquer relação de dominação ou desigualdades que existisse. Tais críticas foram censuradas pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), porém, pouco

³³⁷ CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 15. ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999. p.195. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>> Último acesso em 24 e maio de 2011

tempo depois, foram absorvidas na reforma do Ministério da Educação em 1981, e finalmente incorporadas na constituição de 1988.³³⁸

Neste contexto de aplicação do conceito de patrimônio, o CONDEPHAAT em São Paulo entra numa segunda fase de atividades. A partir da segunda metade da década de 1970 promoveu o primeiro tombamento de uma cidade acompanhando as recomendações da *Carta de Veneza* quanto ao respeito e importância do ambiente em que o patrimônio fora construído. São Luis do Paraitinga foi então tombada pelo seu valor histórico e cultural, levando em consideração toda área envoltória e seu significado cultural para a população, não tratando mais de monumentos de forma isolada. Além disso, o conselho refez a classificação anteriormente proposta, substituindo o fator dos ciclos econômicos e classificando por regiões: capital, litoral e interior. Destacou-se ao ser o primeiro órgão de proteção patrimonial a tomar um edifício republicano.

No campo da Arqueologia, diversos centros de pesquisa arqueológica começaram a surgir nas décadas de 1960 e 1970, dentre eles temos: Cepa – UFPR no Paraná, MNH – UFMG em Minas Gerais, MPEG em Belém, Unisinos no Rio Grande do Sul, CBA – Museu Nacional e IAB no Rio de Janeiro, e UCGMA – UFGO em Goiás. A partir disso temos um princípio de organização entre os arqueólogos do Brasil que originaria a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em 1980.³³⁹ Essa organização possibilitou também que a geração de arqueólogos formados na década de 1980 elaborassem projetos teóricos melhor definidos,³⁴⁰ mudando os rumos da Arqueologia no Brasil que até o momento se caracterizava apenas por projetos de levantamento sistemático sem problematização,³⁴¹

A constituição de 1988 assimilou diversos conceitos debatidos nas últimas décadas e se estruturou intensificando a descentralização da responsabilidade do patrimônio. Dividiu em diversas esferas de influências, foi delegada aos municípios a proteção de patrimônios de interesse local; aos estados, os de influência que ultrapassa a região em questão; enquanto que o IPHAN se responsabiliza pelos patrimônios de importância

³³⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. Op.cit. 2005. pp.250 – 251

³³⁹ BARRETO, Cristiana. A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP n°44. São Paulo. Dezembro/Fevereiro 1999 – 2000. p.46

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ SCHMITZ, Pedro I. Arqueologia in Avaliação e Perspectiva n°47. CNPQ. Brasília. 1982.

nacional. Segundo o arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, as políticas de preservação se mostravam extremamente ineficientes na sua relação local, deixando diversas obras que não eram consideradas de grande valor histórico numa esfera maior que a regional abandonadas³⁴². A nova constituição privilegiaria o valor cultural do patrimônio, promovendo a possibilidade de uma nova perspectiva que rompesse com a valorização meramente estética e monumental. O patrimônio passou a ser visto pela importância de documentar a diversidade, novos personagens entraram para a história: os imigrantes, os operários, a população mais pobre, a arquitetura vernacular; tudo que seria responsável na formação das identidades locais passa a ser importante.

A Constituição reconhece como bens culturais imóveis as ‘edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais’ (...) conferindo maiores qualificações, ao reconhecer os conjuntos urbanos e sítios também de valor paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.³⁴³

Outro fator de destaque foi a possibilidade de maior participação da população:

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência³⁴⁴

Muito antes da municipalização proposta pela Constituição de 1988, a cidade de Campinas ensaiou a criação de um órgão responsável pelo patrimônio da cidade. Em 1979 foi criado Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de Campinas através da Lei Municipal de Campinas 4886, em 1987 essa lei foi substituída pela Lei Municipal 5885 se transformando no Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC). A lei

³⁴² Entrevista feita por Adilson Melendez e Fernando Serapião Publicada originalmente em **PROJETODESIGN** Edição 287 Janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/entrevista/nestor-goulart-dos-reis-filho-arquitetura-nao-28-01-2004.html>> Último acesso em 24 de maio de 2011

³⁴³ SILVA, Fernando Fernandes da. Op.cit. p.121

³⁴⁴ Artigo 5ºn inciso LXXIII da Constituição de 1988

de 1987 indicava o conselho como responsável pela proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município, além de especificar as competências e sua composição. Os 25 conselheiros seriam nomeados pelo Prefeito Municipal e representando órgãos públicos e entidades civis. A mesma lei que criou o CONDEPACC estabeleceu um órgão de apoio técnico: a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) surge com objetivo de identificar, inventariar, instruir os processos de tombamento, fiscalizar e propor normas de regulamentação. No entanto qualquer decisão só passaria a ter valor a partir das resoluções do conselho.³⁴⁵

Em primeiro de dezembro de 1988 o IPHAN sancionou a portaria nº007 ampliando e especificando melhor os tipos de sítios arqueológicos que deveriam ser protegidos, inclusive contemplando os sítios históricos que até o momento não eram considerados responsabilidade da disciplina arqueológica. Foi determinado que “o sítio arqueológico histórico em áreas urbanas são espaços geográficos delimitados pela presença de vestígios materiais oriundos do processo de ocupação pós-contato.”³⁴⁶ Desta forma passaram a ser protegidos: estruturas militares, vestígios de infra-estrutura urbana, locais de batalhas históricas, cemitérios, quintais, jardins, estruturas rurais de fazendas e engenhos, estruturas industriais, bem como qualquer vestígio que contribuísse na compreensão da memória nacional pós-colonial.³⁴⁷

Dia 13 de abril de 1989 o Conselho da Europa, elaborou mais quatro recomendações em relação à salvaguarda do patrimônio rural. O conselho destacava a necessidade de uma organização multidisciplinar para proteger a memória coletiva da Europa rural. Dentre as recomendações temos: desenvolver a pesquisa e identificação do patrimônio arquitetônico, integrar a proteção do patrimônio construído e ambiental no planejamento econômico regional, promover a valorização do patrimônio ligando-o ao desenvolvimento local, e divulgar o conhecimento e promover o respeito do patrimônio rural na Europa.

Entre o fim da década de 1980 e início de 1990 o CONDEPHAAT aplicou essa ressignificação do patrimônio proposta pela Constituição de 1988 agregando às categorias

³⁴⁵ CONDEPACC. **Patrimônio Cultural: Entenda e preserve**. Prefeitura Municipal de Campinas. 2007. p.5

³⁴⁶ Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005. p.33

³⁴⁷ Idem. pp.33 - 34

de proteção patrimônios industriais e o meio ambiente. Entre os tombamentos feitos neste período podemos citar fábricas e vilas operárias; parques urbanos como o Ibirapuera; e parte da Serra do Mar, esta vinculando sua proteção ao litoral paulista.

Uma avaliação mais aprofundada deste período mostra que: o que permitiu a manutenção dos avanços da constituição de 1988 foi a descentralização da responsabilidade do patrimônio. No início dos anos 1990 o governo do presidente Collor desmontou diversas secretarias, entre elas a da cultura. A reorganização das secretarias só ocorreria no mandato do presidente da república Itamar Franco, o retrocesso seria incalculável se a descentralização não tivesse ocorrido. Neste momento surgiram diversos órgãos estaduais e municipais voltados para a proteção do patrimônio. Os quais no decorrer da década de 1990 foram constituindo diversas parcerias entre os conselhos e secretarias municipais com o estado.

Sintetizando, mesmo entendendo a história como um processo histórico, é possível determinar certos marcos de transformação, desta forma podemos entender o patrimônio e em quatro momentos distintos no Brasil. Nos anos 30 ele era focado na construção de uma tradição cultural ao mesmo tempo nacional e universal. Nos anos 70 o objetivo foi ampliar e modernizar a representação cultural brasileira já consolidada no imaginário popular e relacioná-la com os interesses econômicos e sociais do Estado. Nos anos 90 a sociedade civil emergiu como ator político, favorecendo debates sobre políticas culturais de legitimação e direitos. E por fim a primeira década do século XXI, onde a atuação da sociedade se tornou indissociável das discussões sobre patrimônio.

Por sua vez, a arqueologia também passou por um processo de transformação no decorrer deste último século XX e início do XXI, por vezes complementando os anseios do debate patrimonial. Os anos de 1920 foram responsáveis por alterar os interesses de pesquisa dos arqueólogos para o fator da miscigenação e da proteção dos artefatos no próprio sítio arqueológico. Na década de 1930 pesquisadores começam a criar centros de pesquisa nas universidades importantes no intercambio cultural com pesquisadores estrangeiros. Na década de 1960 temos parcerias com arqueólogos ingleses e a criação do PRONAPA ampliando a pesquisa de forma mais sistemática os sítios pré-coloniais

brasileiros. No início dos anos 1980 os arqueólogos se organizaram e criaram a SAB, novos projetos surgiram melhor definidos e problematizando os sítios pesquisados.

Embora a constituição de 1988 já apresente o patrimônio como importante na formação da identidade e memória brasileira, composta não apenas da unidade, mas por diferentes grupos da sociedade, e estruturada pelas culturas materiais e imateriais, a criação de uma legislação mais específica que permitisse que as deliberações da Constituições fossem efetivas ocorreram lentamente. Apenas em 4 de agosto de 2000 com Decreto nº 3.551 que foram criadas as disposições legais sobre o registro do patrimônio cultural imaterial. Como cultura imaterial os bens teriam de ser apenas registrados, não caberia ao imaterial o tombamento tradicional. No livro de registros foram elencadas quatro categorias: Saberes; Formas de expressão; Celebrações; Lugares. Outra característica deste tipo de patrimônio é sua intrincada relação entre as esferas social, ambiental e econômica.

No ano de 1990 o ICAHM (Comitê Científico Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico) vinculado ao ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) elaborou uma carta de recomendação para o patrimônio arqueológico. A carta consistia em resgatar as determinações da Carta Patrimonial de Veneza sobre o patrimônio edificado e vinculá-las também ao patrimônio arqueológico. Especificamente as recomendações se referiam à política de conservação integrada que passou a considerar o patrimônio arqueológico um recurso cultural frágil e não renovável. A carta atentava-se para a necessidade que os países preparassem leis específicas para proteger os sítios arqueológicos respeitando as recomendações da UNESCO de 1956, ressaltando a obrigatoriedade da qualificação profissional, cooperação internacional e difusão do conhecimento produzido nas escavações para além da academia.³⁴⁸

Em 9 de outubro de 1996 uma reunião do ICOMOS elaborou mais uma série de recomendações referente à proteção do patrimônio arqueológico. A *Declaração de Sofia* se destaca na preocupação com o contexto social do sítio, explorando o pluralismo cultural e o respeito à comunidade do entorno. Na mesma linha dos debates sobre patrimônio cultural, a fruição dos bens depende do entendimento dos diversos significados do local estudado com o entorno contemporâneo, desta forma se torna imprescindível a participação da sociedade

³⁴⁸ Carta para Proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico ICOMOS/ICAHM, Lausanne 1990 in Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005.

civil e a responsabilidade da equipe em contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.³⁴⁹

Em 1998 foi assinado na Sardenha mais um acordo, a *Declaração Internacional de Calamosca*. Esta se estruturou em três princípios: o patrimônio é um recurso não renovável, se constrói a partir da memória coletiva da Humanidade e sua gestão deve ser orientada dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. Acredita-se que apenas a partir desta articulação e da premissa de tratá-lo com a mesma fragilidade do Patrimônio Natural, é que sua proteção pode ser garantida.

O reflexo da efervescência do debate sobre a proteção do patrimônio incentiva a aprovação de algumas conclusões e recomendações no II Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural realizado na cidade de Santos entre os dias 23 e 25 de setembro de 2004. Representantes de diversas instituições de pesquisa e do governo dos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, reafirmaram responsabilidades discutidas no encontro anterior realizado em outubro de 2003. Nessa carta foi ressaltada a necessidade da proteção do entorno dos sítios arqueológicos, bem como proteger o meio ambiente recuperando o local da melhor forma como antes da escavação. Chegou-se a conclusão que a fruição do patrimônio, arqueológico ou cultural depende do acesso do público, desta forma um dos passos seria retirar a idéia de monumentalidade dos bens culturais e considerá-los pelo caráter afetivo que a população o trata.³⁵⁰

Em agosto de 2007 foi assinada a Carta de Bagé, ou Carta da Paisagem Cultural³⁵¹, onde foi determinado o caráter dinâmico da cultura e a necessidade de uma interação sustentável com o meio econômico e social para sobrevivência de ambos. Deste modo, se tornou imprescindível a existência de um pacto e diálogo constante entre a sociedade e o

³⁴⁹ Declaração de Sofia (XI Assembléia Geral do ICOMOS – Sofia, 9 de outubro de 1996) in Idem.

³⁵⁰ Carta de Santos. 2004. In Idem.

³⁵¹ No dia 17 de agosto de 2007 - Dia do Patrimônio, realizou-se, em Bagé, no Rio Grande do Sul, a Jornada “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios”, promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e a Prefeitura Municipal de Bagé, com apoio da Universidade Regional da Campanha – URCAMP; Universidade Federal do Pampa – UniPampa e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE

poder local, e estes devem traçar planos de gestão. Esta carta de resoluções se transformou numa portaria do IPHAN em abril de 2009 formalizando o termo Paisagem Cultural³⁵².

Com finalidade de contribuir para a preservação do bem cultural, a paisagem cultural recebeu uma chancela. Esta implicaria no estabelecimento de um pacto entre a sociedade civil e a iniciativa privada. Sem uma metodologia única de estudo a paisagem cultural exploraria a interação entre o homem e o meio natural através das marcas deixadas na natureza no processo histórico. Deste modo, houve o reconhecimento não apenas do legado material e imaterial, como a contemporaneidade e interação destes. Sem impor restrições legais, ele não travava o desenvolvimento social e econômico da paisagem, porém poderia ser trabalhado em conjunto com outras formas legais como o tombamento e o registro se houver necessidade.

Fazendo um balanço dos bens tombados no Brasil pelo IPHAN, CONDEPHAAT e CONDEPACC percebe-se grandes déficits em relação ao rural.³⁵³ O IPHAN de 1937 até 2009 acumulou 1047 processos de tombamento, destes apenas 55 são do mundo rural.³⁵⁴ No CONDEPHAAT constam 377 processos finalizados e apenas 53 rurais, no entanto proporcionalmente é muito maior. A situação do órgão de proteção estadual é problemática se considerarmos que 141 processos são referentes apenas a capital e 48 às cidades litorâneas, sobrando apenas 188 no resto do estado. Levando a questionar qual o critério para abrir um processo de tombamento pelo CONDEPHAAT já que quase 40% dos patrimônios tombados se encontram na capital.³⁵⁵

O conselho de patrimônio de Campinas apresenta 113 processos de tombamento, destes apenas oito rurais. No entanto, vale destacar que existem 84 bens em estudo de tombamento e 33 são referentes ao rural. É interessante que este avanço para o patrimônio rural é algo recente, a abertura dos processos ocorreu em sua maioria no ano de 2004, e

³⁵² Portaria 127, de 30 de abril de 2009. Diário Oficial da União n 3. Terça feira, 5 de maio de 2009.

³⁵³ Estou considerando apenas bens relativos a vida agrícola, desconsidero todos os patrimônios naturais nesta análise estatística.

³⁵⁴ Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009 / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

³⁵⁵ Site oficial de busca dos bens tombados do CONDEPHAAT. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aaacf3010e2308ca0/?vgnextoid=662b7d2fbae72210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>> Último acesso 24 de maio de 2011.

destes dois foram concluídos: a Fazenda Três Pedras e a Fazenda Pau D'Álho. Além destes, temos dois que não foram abertos em 2004: Fazenda Bonfim na Serra das Cabras que foi aberto em 1990 e até agora inconcluso, e Sítio Sobrado que teve seu processo de tombamento aberto em 2010.³⁵⁶

Crítérios de intervenção

Devido ao atual estado da Fazenda Jambeiro e a escassez de documentos, uma das possibilidades de ampliar a investigação sobre seu funcionamento é por meio da arqueologia. Desta forma, proponho um novo olhar para o patrimônio tombado da Fazenda Jambeiro. Não podemos tratá-lo apenas como um patrimônio histórico, mas em função de sua trajetória de deprecação sofrida após o tombamento até o estado de ruína em que se encontra atualmente, recomendo compreender a Fazenda Jambeiro sob a perspectiva de Patrimônio Histórico Arqueológico Rural. Assim, passo a abordá-lo de duas formas: como uma cicatriz do rural no ambiente urbano e como um sítio arqueológico que, desta forma, não se pretende levantar diretrizes para a reconstrução dos edifícios, mas sim para sua consolidação. Minha proposta consiste em transformar o local em um Parque Arqueológico que funcione como um laboratório de arqueologia com roteiros de visitação e aulas de inclusão cultural.

Primeiramente, para a cria o do Parque Arqueológico seria necessário uma avalia o do potencial arqueológico do sítio. Embora se trate de um terreno muito modificado, em que em alguns pontos temos que o atual solo exposto se encontra abaixo do nível do piso na época de funcionamento da fazenda. Outros locais como a área próxima da senzala, ou mesmo a sede, locais que não sofreram com a demoli o direta por meio de grandes máquinas como a área próxima   tulha, possui grande potencial de estudo arqueológico.

³⁵⁶ Site oficial do CONDEPACC. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/index.php>>  ltimo acesso 24 de maio de 2011.

A intervenção deve seguir os critérios de estudo de sítios arqueológicos previstos nas referências para a peritagem arqueológica elaborados pelo IPHAN.³⁵⁷ A princípio deve-se delimitar as estruturas arqueológicas a serem estudadas aproveitando os cortes existentes no solo, bem como determinar a metodologia de escavação a ser empregada. Poços de sondagem devem ser feitos em locais de algum potencial arqueológico para determinar os locais onde serão abertas as quadriculas. É de extrema importância fazer todo o levantamento gráfico do sítio antes e durante o trabalho de campo a fim de avaliar as possibilidades quantitativas de documentação material e os possíveis danos causados pela escavação.

O material coletado deve ser previamente catalogado referenciando o local que a peça foi retirada para futuros estudos. Na catalogação prévia deve-se identificar, limpar, numerar e acondicionar o material resgatado. Após análise dos artefatos e dos dados coletados em campo, é recomendado que o material considerado fora do contexto arqueológico se torne ferramentas de uso didático, educacional e cultural com objetivo de envolver a comunidade local na importância do ofício do arqueólogo.

Todos os dados devem ser analisados e receber tratamento didático e cultural, também com objetivo de retornar e levantar questões a serem debatidas com a comunidade do entorno do sítio estudado as informações. A importância desta coleta sistemática e minuciosa de material que a arqueologia possibilita ajudará a reconstruir o cenário social da fazenda que a documentação escrita, ou mesmo os edifícios remanescentes não dão conta de responder.

O IPHAN recomenda também que o trabalho não se encerre na pesquisa, mas que esta gere produtos para a população local. No caso da Fazenda Jambreiro, a escavação forneceria subsídios para elaborar o projeto de reestruturação do patrimônio de forma a se tornar utilizável para os moradores do bairro. Existe uma vasta bibliografia sobre as formas de fruição de um sítio arqueológico e recorro a elas para embasar o projeto.

“A gestão do patrimônio cultural, em amplo aspecto, seja em conjuntos urbanos, ou áreas naturais, por sua complexidade geram dificuldades com

³⁵⁷ BASTOS, Rossano Lopes e TEIXEIRA, Adriana. Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005.

diferentes segmentos da sociedade civil e outras esferas do poder público. As mais diferenciadas visões expressam-se quanto ao que preservar, como, onde, quando e quanto, para quem e por que preservar. A mediação entre estes segmentos envolvidos e a divulgação da importância, significado e uso social destes bens seguramente retroalimentam o processo de proteção, identificação e documentação, possibilitando que se atinja a missão proposta.”³⁵⁸

Antes de tudo, para que o patrimônio em ruína passe a ser um ponto de visitação é preciso musealizá-lo, elaborar sistemas de informação e percursos. Esse sistema de informação deve ter um tema interpretativo claro que ajudará tanto no marketing quanto nas possibilidades de leitura que serão apresentadas.³⁵⁹ Assim como um museu deve-se elaborar uma missão para o parque que vai guiar as vivências futuras.

A gestão deve ser vista a partir de dois pontos: o operacional que garante o funcionamento cotidiano das atividades que requer um planejamento de curto prazo; e o estratégico que envolve elaborar, como o próprio nome sugere, estratégias de funcionamento a médio e longo prazo e corresponde a dar condições para que a estrutura da proposta possa ser aplicada.³⁶⁰

Temos no Brasil três grandes grupos de projetos e iniciativas de gestão de sítios arqueológicos: Modelo de Grande Porte, de Dedicção Exclusiva ou Modelo Niède Guidon; Modelo de Médio Porte e Modelo de Pequeno Porte.³⁶¹

No primeiro modelo a área do projeto envolve centenas de sítios em ambiente natural preservado. Devido a grande extensão, esse modelo de gestão depende de ratificação federal e de financiamento tanto público quanto privado. Outra exigência é o apoio permanente de profissionais especializados e o envolvimento da comunidade. O único exemplo que temos no Brasil deste modelo de gestão é o Parque Nacional da Serra da

³⁵⁸ PARDI, Maria Lúcia Franco. *Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. Dissertação de mestrado em gestão e Patrimônio Cultural na PUC/Goiás. 2003. p.60

³⁵⁹ John A. Veverka. "Interpretive planning for the next millennium - The product of the product outcome based planning and the experience economy". Disponível em <http://www.ipg.uni-créditos.freiburg.de/forschung/ap61/interpreteurope/navigation.htm>. Acessado em 14/05/2002.

³⁶⁰ PARDI, Maria Lúcia Franco. *Idem*.p.97

³⁶¹ PARDI, Maria Lúcia Franco. "A Preservação do Patrimônio Arqueológico e o Turismo" in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. V.33. 2007. pp.305 – 307.

Capivara no Piauí. Para suprir a necessidade da mão de obra especializada no parque, arqueóloga Niède Guidon, principal responsável pelo parque, abriu cursos de arqueologia e preservação para a capacitação da população da região. Ao mesmo tempo em que o parque supriu a necessidade de mão-de-obra especializada, os moradores do entorno conseguiram emprego.

O Modelo de Médio Porte normalmente envolve iniciativas dos estados e municípios como projetos compensatórios provenientes de atividades de impacto ambiental. De dimensões menores que o anterior, este abrange dezenas de sítios em ambiente natural. Este modelo também depende de financiamento público e privado. No entanto não há necessidade de arqueólogos em tempo integral, porém a participação da comunidade é sempre importante. Temos diversos exemplos no Brasil de parques deste porte: Palestina de Goiás, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG), Parque de Canudos (BA), Parque Histórico Nacional de Guararapes (PE), entre outros.

O último modelo de gestão é o parque de pequeno porte, normalmente de interesse local, sua criação parte de iniciativas dos municípios, da própria comunidade, de alguma empresa ou mesmo de pessoas físicas. Sua abrangência é bem menos podendo corresponder à apenas um sítio, mas pode existir mais. Deve contar com o apoio eventual de profissionais especializados em arqueologia, o apoio da comunidade vai variar do responsável pela gestão do parque, no entanto ela é sempre desejável. Nesse modelo é interessante a utilização do sítio para a prática de atividades de formação e pesquisa. Este é o modelo que mais possui exemplos no Brasil e que mais se adequaria às necessidades da Fazenda Jambeiro. Dentre os diversos parques temos: Parque Garcia d'Ávila (BA), Sambaqui da Beirada (RJ), Caverna do Ódio em Iguape (SP), Parque Arqueológico Serra de Santo Antônio (MG).

No artigo de Maria Lúcia, foi apresentada uma análise dos diferentes tipos de gestores que um parque possa ter e suas conseqüências. Desta forma, ela indica que “o modelo mais bem-sucedido não tem condições de ser aplicado como política pública, na medida em que exige de forma continuada, motivação e dedicação invulgares”³⁶². A melhor experiência é do arqueólogo empreendedor. O empresário sempre acaba buscando o lucro

³⁶² Idem. p.321

em detrimento da conservação. A variação das quais os órgãos públicos estão sujeitas representam um perigo na continuidade e manutenção dos sítios. Assim concluo que as “boas iniciativas envolvem pessoal interdisciplinar de diversos segmentos, formando um comitê gestor oficial que administre, com base em planejamento, projetos e orçamentos regulares.”³⁶³

Outra forma de classificação apresentada por Maria Lúcia, mas inspirada em Álvaro Banducci Jr e Margarita Barretto³⁶⁴, tem o enfoque da antropologia do turismo. São quatro tipos de postura que um parque pode assumir: defesa, advertência, adaptação ou conhecimento.

“A Plataforma de Adaptação é aquela que envolve formas alternativas de turismo que podem ter impacto menor que o turismo de massa.

A Plataforma de Conhecimento é a que fornece tratamento holístico ao turismo na formação de um corpo científico do conhecimento sobre o turismo, buscando desenvolver uma análise mais ampla do turismo capaz de revelar sua natureza e seu significado no contexto da sociedade ocidental moderna e das comunidades pré-industriais em que ocorre.

A Plataforma de Defesa é a que se refere a trabalhos que possuem o discurso de agentes governamentais e empreendedores do turismo e demonstram um grande entusiasmo com os índices de crescimento do setor.

Finalmente, a Plataforma de Advertência agrega trabalhos que tratam de comunidades sem, contudo, ter no turismo suas temáticas centrais, fornecendo uma visão parcial do fenômeno; as culturas ocorrem sobre pressão das circunstâncias e a partir da própria dinâmica interna.”³⁶⁵

A criação de um parque arqueológico deve se atentar para alguns problemas que devem ser superados. Dentre eles temos a baixa visibilidade dos vestígios arqueológicos

³⁶³ Idem. p.321

³⁶⁴ BANDUCCI, Álvaro Jr. & BARRETTO, Margarita. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

³⁶⁵ PARDI, Maria Lúcia Franco. “A Preservação do Patrimônio Arqueológico e o Turismo” in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. V.33. 2007. p.321

tanto para o leigo quanto para o acadêmico. A visibilidade do sítio decorre do desenvolvimento da pesquisa acadêmica, e esta não deve se encerrar num objeto de pesquisa, mas tratá-lo como um bem público, desta forma a análise deve ser tratada de forma a retornar à população.³⁶⁶

O problema da invisibilidade do patrimônio arqueológico pode ser visto inclusive a partir das instituições de preservação. Como foi mostrado no início deste capítulo, órgãos de proteção como IPHAN ou CONDEPHAAT foram se moldando em especial para a guarda do patrimônio edificado. Uma das dificuldades é que a atividade de proteção é mais custosa e pode ter um retorno político menor que o patrimônio edificado. É um bem considerado não renovável, sua destruição é irreversível e não pode ser recomposta, desta forma qualquer perda se torna impossível de ser avaliada financeiramente, sem ser de forma simbólica.³⁶⁷

“Em decorrência destes e de outros fatos, constata-se esta forma de invisibilidade, em que as ações do governo e da sociedade civil, em diferentes gestões e instâncias, não fornecem condições políticas e econômicas para a efetiva implantação da preservação destes bens no país.”³⁶⁸

A falta de planejamento, dificuldade do monitoramento do sítio, pouca participação de profissionais que desenvolvam pesquisa acerca do local e ausência de políticas públicas que busquem o envolvimento e interesse das comunidades locais podem resultar no abandono e conseqüente destruição do que se pretendia preservar. Da mesma forma que iniciativas isoladas também não contribuem para sua preservação. “Exposição prematura dos sítios na mídia no uso da interpretação e sinalização; a falta de uma política ativa do executivo em assumir de forma consciente seu papel no fomento e regularização; desconhecimento e baixa sensibilidade dos envolvidos no manejo e conservação dos

³⁶⁶ PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Dissertação de mestrado em gestão e Patrimônio Cultural na PUC/Goiás. 2003. p.24

³⁶⁷ Idem. p.27

³⁶⁸ Idem.p.28

registros rupestres desenvolvimentos de projetos sem a participação de arqueólogos; a criação de ambientes artificiais; guias estereotipados e padronizações.”³⁶⁹

A portaria 07/88 do SPHAN prevê a obrigatoriedade de obter autorização do órgão do Estado em qualquer intervenção de estudo ou resgate. Como anteriormente mencionado, para obtenção da permissão já deve existir um destino para as peças adquiridas, e é recomendável que este destino esteja associado de alguma forma com sua exibição. Dependendo do sítio, é recomendado que se considere a musealização dos vestígios encontrados *in situ*, ampliando desta forma a variedade de profissionais atuando na pesquisa. A portaria também prevê a necessidade de garantir a interpretação do local e dos artefatos recuperados para diferentes tipos de públicos, bem como a elaboração de sinalização adequada para a fruição de tais bens.³⁷⁰

A musealização do sítio permite que algumas intervenções sejam feitas como a construção de passarelas, cercas, guaritas, edifícios para exposição, banheiros, cantinas e estruturas de acessibilidade. O projeto deve ser minuciosamente estudado para que o impacto sobre a área seja a menor possível, bem como deve ser avaliado todas as medidas de controle, conservação e monitoramento.³⁷¹

A proposta de um Parque Arqueológico para a Fazenda Jambeiro necessita de um amplo estudo que leve em conta o potencial simbólico do local. Desta forma, deve-se avaliar alguns itens essenciais para a preservação do sítio: qual a capacidade de receber visitantes? Qual o potencial de visitação, local ou regional? Qual o período de visitação, integral, sazonal, apenas com agendamento? Qual o público-alvo? Qual a motivação para a visita, turismo cultural, de aventura, esportivo ou lazer?

Estudos de caso: outros projetos de restauro, exemplos e contra-exemplos

Depois de conhecer a história da Fazenda Jambeiro e a trajetória de destruição pelo qual este patrimônio passou, mostrarei alguns projetos de intervenção ou simplesmente de propostas de uso do espaço em diferentes patrimônios tombados nas mais diversas

³⁶⁹ PARDI, Maria Lúcia Franco. “A Preservação do Patrimônio Arqueológico e o Turismo” in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. V.33. 2007. p.322

³⁷⁰ Portaria do IPHAN 07/88 de 1 de dezembro de 1988 in Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo. 9ºSR/IPHAN. 2005. pp.40 – 42

³⁷¹ Idem. pp.43 – 44

instâncias. Não foi uma escolha convencional, pois não há na lista que apresento nenhum caso intensamente explorado nos debates patrimoniais, porém cada um deles tem uma razão específica que apresentarei a seguir.

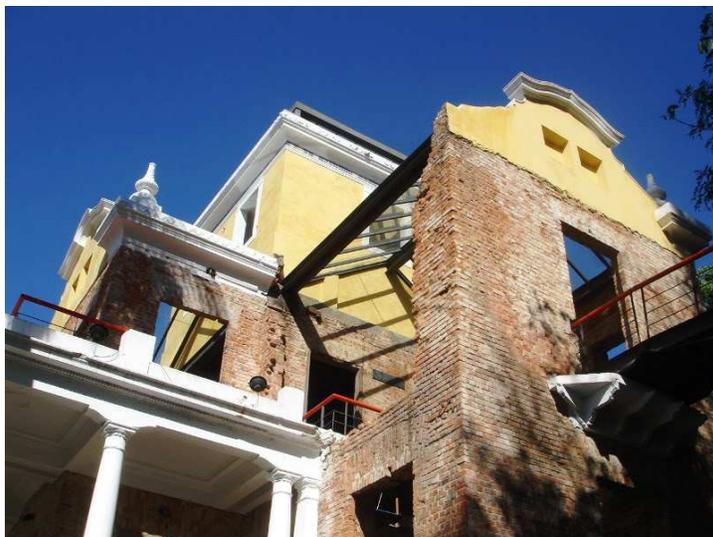


Fig.74 – Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Outubro de 2011.

sofreu diversas modificações nos seus primeiros anos de existência. A casa tornou-se conhecida por ser o palco de diversas festas e eventos culturais da sociedade carioca nos anos de 1920 à 1947. Com a morte da proprietária, Laurinda Santos Lobo, o local entrou em decadência. Apenas em 1995 a prefeitura do Rio de Janeiro resolve fazer uma intervenção no edifício que a muito havia sido abandonado e corria o risco de desabar.³⁷²

Foi escolhido o projeto dos arquitetos Ernâni Freire e Sônia Lopes. Este consistia em aproveitar as estruturas arruinadas e completá-las com estruturas de aço e vidro, a fim de mostrar como seria a volumetria original da casa. Ao invés de reconstituir os pisos, foram utilizadas passarelas e escadas de metal. O interior do edifício recebeu um cuidado museológico apresentando imagens das vistas da cidade que foram preservadas tanto por fotos, quanto pela construção das passarelas que dão acesso às janelas. No entanto, o entorno recebeu uma melhor utilização do espaço. Aproveitando o Museu Chácara do Céu, uma construção moderna existente ao lado, foi instalada uma sala de exposições

³⁷² Guia do Rio de Janeiro. Último acesso 31 de maio de 2011 19:00 <http://www0.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=1410>

temporárias, auditórios para palestras, cafeteria e áreas de convívio, além de um platô com palco para realização de espetáculos ao ar livre.



Fig. 75 e 76 – Detalhes construtivos. Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Outubro de 2011.

A preocupação em manter o ambiente de ruína acabou trazendo alguns problemas estruturais. Em uma análise mais profunda elaborada por Izabela Naves Coelho Teobaldo para sua dissertação de mestrado, descobrimos que as estruturas de metal não foram colocadas com objetivo de estabilizar as paredes, mas sim de “cobri-las” com uma proteção moderna.³⁷³ A intenção dos arquitetos era mostrar os diferentes materiais construtivos, evidenciando a possibilidade harmônica entre eles. Infelizmente o local é constantemente interditado devido à fortes chuvas. As paredes que não foram devidamente estabilizadas com contensão lateral e as estruturas de aço que não receberam tratamento contra as intempéries do tempo, ficaram sujeita a corrosão.³⁷⁴

A musealização deste patrimônio foi feita de forma interessante. Em cada cômodo da casa foram colocadas fotos antigas indicando como seria o recinto antes de seu abandono e conseqüente arruinamento. A sensação é de uma casa simulada, onde as plataformas de metal guiam o turista pelos cômodos de forma a tentar mostrar como seria a circulação das pessoas dentro da casa quando ela ainda funcionava como tal. Porém, em uma visita técnica mais recente, outubro de 2012, a casa passava por uma intervenção artística que além de ter a exposição das “Linhas Vivas” tomando todo o patrimônio, substituiu as fotos que contextualizavam os cômodos por imagens artísticas do casarão com

³⁷³ TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. **Estudo do Aço como Objeto de Reforço Estrutural em Edificações Antigas** (Dissertação De Mestrado). Belo Horizonte. Escola de Engenharia - UFMG. 1994.p.100)

³⁷⁴ Idem.p.101

a transposição da exposição do espaço a que era reservado para todo o bem prejudicando tanto o entendimento do bem como interferindo em sua estética.



Fig.77 – Detalhe da intervenção da exposição artística atualmente no parque. Parque das Ruínas no Morro Santa Teresa, Rio de Janeiro. Outubro de 2012

De modo semelhante, a intervenção feita no Colégio do Caraça³⁷⁵, em Minas Gerais, utilizou concreto, metal e vidro para proteger as estruturas arruinadas. Tal colégio foi aberto em 1822 e funcionou até 1968 quando ocorreu um incêndio que destruiu parte do edifício referente à biblioteca e dormitórios. Esta construção faz parte de um complexo muito maior, o Santuário do Caraça, “fundado pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora na serra deste mesmo nome, no século XVIII, e se destinava a um convento de missionários Varatojanos, sob proteção de Nossa Senhora Mãe dos Homens”.³⁷⁶ Atualmente o Santuário é propriedade privada da Congregação da Missão Lazaristas do Brasil.

³⁷⁵ Tombado pelo SPHAN desde 1955.

³⁷⁶ ABREU, Patrícia Campos de. **Caraça: a casa dos padres e o claustro**. *Arquitextos – Vitruvius*. Ano 1. março de 2001. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.010/910>



Fig.78 – Antiga Biblioteca. Colégio do Caraça, Minas Gerais. Julho de 2010. Fernanda Gaudio Augusto.

As obras de consolidação começaram em 1984, desenvolvidas pela Fundação Roberto Marinho com acompanhamento do SPHAN. Consistia em aplicar estruturas de concreto para consolidar as paredes arruinadas, mantendo a visibilidade das pedras na parte externa e o concreto na parte interna. Foi colocado vidro nos vãos do que seriam as janelas e para reconstituir a volumetria do edifício, uma das laterais que havia sido totalmente destruída recebeu uma estrutura de ferro e vidro.

O restauro da volumetria do edifício a partir da inserção moderna de aço e vidro é uma intervenção feita em diversas obras de restauro. A vantagem desta intervenção em relação ao exemplo anterior é que este edifício teve um destino mais útil do que mera passagem ou objeto de contemplação. Atualmente o local serve como museu e biblioteca. No entanto, a estrutura de aço e vidro cobre o edifício de pedra e transforma o monumento num objeto cenográfico agressivo a qualquer relação de identidade existente entre os moradores do Santuário do Caraça. A harmonia entre o antigo e o moderno que esta

metodologia de restauro tenta passar é ilusória, o que ocorre é uma descaracterização do antigo ao ser engolido pelo moderno.

Outro ponto pertinente a se levantar para a discussão se refere ao estilo de intervenção adotado. Normalmente, e seguindo as cartas de recomendação internacionais apresentadas no capítulo anterior, tal tipo de intervenção ocorre apenas quando o edifício em questão se encontra arruinado e abandonado, sem nenhuma relação atual de uso ou de identidade com os antigos moradores do entorno. O dormitório do Colégio do Caraça nunca deixou de pertencer a mesma irmandade ou de ter relação com o complexo do Santuário do Caraça. Visto desta forma, havia condição de reconstrução do edifício, a obra como foi elaborada e entregue acabou por ganhar um caráter de cenografia desnecessário forçando uma ideologia modernista do vidro e do aço engolindo o antigo edifício de pedra e madeira.



Fig.79 – Fachada recuperada em vidro e aço. Colégio do Caraça, Minas Gerais. Julho de 2010. Fernanda Gaudio Augusto.

Seguindo essa concepção onde o patrimônio antigo é “protegido” por uma estrutura moderna temos absurdos como o caso da Antiga Capela de Confissão Luterana em Balneário Camboriú³⁷⁷. A construção data da década de 1950, período da formação do bairro, e atualmente recebeu o aval da prefeitura para ser “engolida” por um edifício de 30 andares. O edifício será construído em torno e em cima da capela deixando apenas a fachada frontal a vista.³⁷⁸ As obras do residencial já começaram e segundo o jornal local o projeto sofreu várias críticas e elogios.³⁷⁹



Fig.80 – Projeto do edifício Tour-Chapelle, Balneário Camboriú. 2009.



Fig.81 – Projeto da localização da Capela de Confissão Luterana no edifício Tour-Chapelle, Balneário Camboriú. 2009.

³⁷⁷ Tombada em 1998 pela prefeitura de Balneário Camboriú.

³⁷⁸ Blog de lançamento do Residencial Tour Chapelle, Balneário Camboriú. <http://blog-do-charles.blogspot.com/2011/02/tour-chapelle-residencial-balneario.html> Último acesso 31 de maio de 2011, 19:30.

³⁷⁹ ABC Notícias, último acesso 31 de maio de 2011, 19:30. <http://www.aderbalmachado.com.br/noticia/noticia.php?id=7097>

No exemplo deste projeto em Balneário Camboriú é possível ver a maior afronta a um patrimônio onde a antiga capela, essencial na formação do bairro, se transforma em mero adereço do moderno edifício. Não há interação saudável entre o moderno e o antigo, mas a submissão do antigo perante o novo, o “engolimento” da capela proporcionado pelo projeto moderno do edifício Tour Chapelle. Qualquer relação de identidade entre os moradores do bairro e a Capela de Confissão Luterana deixou de existir. A impressão que passa é que a antiga capela se tornou apenas um objeto de uma lembrança perdida guardada na estante.

Um patrimônio que recebeu um cuidado mais interessante foi a Casa da Torre de Garcia d'Ávila localiza-se no município de Mata de São João, no litoral da Bahia. Corresponde às ruínas de uma antiga propriedade rural erguida em duas etapas, sendo a primeira por Garcia D'Ávila em meados do século XVI, e finalizada por Francisco Dias D'Ávila em 1624. Crucial no povoamento do sertão nordestino e na defesa do território acumulou as funções de residência e fortificação militar. Após a mudança da capital da colônia para o Rio de Janeiro e a morte do Visconde de Pirajá em 1852 a propriedade entrou em decadência. A partir de então, o local sofreu diversos desmembramentos, sendo abandonado com a mudança dos herdeiros para a capital do Império.³⁸⁰



Fig.82 – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, Out. 1996.

³⁸⁰ HOLANDA, Gastão de. *A Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002. p.60

Em 1939 o conjunto arquitetônico foi tombado pelo IPHAN e inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes, isto promoveu um novo direcionamento para o local. Nas décadas seguintes foram feitos levantamentos do estado de conservação que geraram projetos de restauro, no entanto apenas em 1974 que a verba para o restauro da capela foi adquirida. A burocracia em criar um Parque Arqueológico e a pressão imobiliária provocada pelo loteamento do entorno atrasou qualquer intervenção nos edifícios. Em janeiro de 1999 foram iniciados os trabalhos de consolidação e restauração de suas ruínas terminadas em 2002.³⁸¹

O restauro constituiu na consolidação das ruínas e restauração interna e externa da capela de Nossa Senhora da Conceição. O restauro se concentrou na capela porque seu uso não foi abandonado, e ainda preserva a função religiosa e festiva para a população que mora nas proximidades das ruínas.³⁸² O diagnóstico estrutural constatou diversas fissuras e vazios, que foram controlados com a injeção de argamassa de cal e o reforço das paredes com a instalação de algumas vigas de propileno.³⁸³ A fachada voltada para o mar recebeu reforço de chapas metálicas nos vãos das portas e janelas para aliviar a tensão do excesso de vazios e melhorando a estabilidade.³⁸⁴ Também foi criado um sistema de passarelas metálicas no primeiro pavimento indicando um percurso de visita da ruína. Autoportantes, em nenhum momento elas toca as paredes, além disso, elas podem ser expandidas ou removidas com facilidade. No nível térreo foi mantido o piso de granito, similar ao original.³⁸⁵

³⁸¹ <http://www.casadatorre.org.br/>

³⁸² Holanda, Gastão de. Op.Cit.p.60

³⁸³ Idem. p.69

³⁸⁴ Idem. p.70

³⁸⁵ Idem.



Fig.83 – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, detalhe da área interna. Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, Out. 1996.

A cobertura da capela recebeu uma película de fibra de vidro a fim de proteger o interior de infiltrações e umidade. A prospecção nas paredes permitiu restaurar a pintura mais antiga. Os altares mais recentes foram demolidos enquanto que os mais antigos restaurados. Nas salas próximas à capela foram construídas coberturas modernas de aço e policarbonato translúcido mantendo a tipologia das abóbodas que sustentam o piso deste pavimento. As salas foram cobertas com chapas de aço para proteger o piso para futuras pesquisas arqueológicas.³⁸⁶

Além da intervenção na Casa da Torre, foi proposta a construção de um Centro de Recepção e Apoio Turístico afastado do patrimônio o suficiente para não interferir na paisagem. Este centro conta com salas de exposição, auditório, um pequeno laboratório de arqueologia, restaurante, sanitário, loja e administração.³⁸⁷ O que mais se destaca nesse restauro é a capacidade de reversibilidade das ações empregadas, são intervenções que possibilitam a manutenção do patrimônio com segurança e eficiência, minimizando o

³⁸⁶ Idem. p.62

³⁸⁷ Idem. p.63

impacto estético, histórico e cultural no local.³⁸⁸ Tanto a construção da sede administrativa do parque, quanto a instalação das plataformas e reforços estruturais são removíveis. Essas armações atuam apenas como suporte estrutural, turístico ou científico que contribuem para a conservação com foco no desenvolvimento de uma consciência de identidade nas comunidades.³⁸⁹



Fig.84 – Ruínas da Casa da Torre de Garcia D'Avila Bahia, Out. 1996.

O último patrimônio a ser analisado é muito semelhante ao meu objeto de estudo, se trata de um casarão remanescente de uma fazenda que participou da formação de sua cidade. O Casarão da Barragem de Santa Lúcia, ou Casa da Fazendinha é um remanescente do Curral Del Rey, núcleo fundador da cidade de Belo Horizonte. Hoje em dia ela se localiza no meio de uma comunidade de favelas, o aglomerado Santa Lúcia. Apagado da história oficial, a associação dos moradores do bairro luta pelo reconhecimento do patrimônio na história da cidade, uma das iniciativas foi o pedido de tombamento feito em 1992.

Esta área foi fruto de uma desapropriação de parte da Fazenda Cercadinho em 1894 para a construção do “cinturão verde” que envolveria a nascente cidade planejada de Belo

³⁸⁸ Idem. p.70

³⁸⁹ Idem. p.65

Horizonte.³⁹⁰ Segundo pesquisas do Projeto Memória³⁹¹, as ocupações do aglomerado Santa Lúcia começaram em 1929 e, devido a um grande êxodo rural de pequenos agricultores que moravam perto dessa nova cidade, o assentamento se intensifica na década de 1940, sendo que a prefeitura só urbaniza a área nos anos 80. Atualmente o imóvel pertence à Izabel Rocha Magalhães, uma das moradoras mais antigas do bairro, que o ocupou no período da formação do assentamento.

O casarão é de adobe da segunda metade do século XIX, e um típico exemplar da arquitetura rural mineira. O imóvel tombado em 1992 é mantido pela própria comunidade. Nele funciona, além da moradia de Izabel Rocha Magalhães, um centro cultural. Embora este último possa ser o estudo de caso mais simples, com menos elementos explorados e que menos recebeu ajuda externa, talvez seja o que tenha maior representatividade. O valor como patrimônio local, como ponto de referência cultural para a população que vive no bairro é muito maior do que os outros apresentados anteriormente.

Após analisar estes estudos de caso gostaria de apresentar um autor que, quando vivo, praticava uma filosofia de trabalho que deveria guiar qualquer obra referente ao patrimônio. Giancarlo de Carlo foi um importante arquiteto que no século XX construía com o entendimento de que o processo arquitetônico é contínuo, mesmo depois de terminado a construção de um edifício ele ainda é passível de transformações.

A arquitetura não é uma coisa que acaba quando se encerra o canteiro de obras. Ela é contínua, porque depois entram as pessoas, começam a modificar as coisas – o espaço interno, a fachada, os pequenos sinais – e isso é processo arquitetônico contínuo. E quando se sabe ler este processo arquitetônico, há informações formidáveis. Deste modo, quando se penetra na obra e se busca entender, se busca descobrir e trazer à tona os

³⁹⁰ A historiadora Regina Persechini Cortes afirma que essas terras que pertenciam a fazenda foram desapropriadas “para a demarcação do cinturão verde da capital recém-criada” e que a ex-colônia agrícola (o cinturão verde) é hoje, na localização geográfica, a favela da Barragem Santa Lúcia. Processo No. 01 0004 713 96 49 – Casarão da Barragem Santa Lúcia. Gerência de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – D:020 1/3 , p. 02/4. p.10.

³⁹¹ O Projeto Memória é formado por moradores do aglomerado Santa Lucia em parceria com a UFMG, seu objetivo é resgatar a história do assentamento.

significados, o trabalho sobre o patrimônio histórico passa a ser um modo de participação.³⁹²

Negava qualquer modelo universalizante que a arquitetura moderna apresentava³⁹³ pronto para ser inserido em qualquer local do mundo, concebido apenas através de fundamentos estéticos pré-estabelecidos, como muitas vezes ainda hoje os projetos são concebidos. De Carlo trabalhava de modo a considerar os sujeitos “para quem” ele estava construindo.³⁹⁴ No trabalho de Giancarlo De Carlo é possível perceber três grandes preocupações que o guiavam: a ligação com o entorno, a necessidade de flexibilidade nos projetos e a participação em conjunto com a comunidade.

O primeiro plano de investigação é do ambiente e da história local, para que a esperada participação da população não evolua apenas de maneira metafórica, mas através do sentimento de pertencimento deles para com a sua cidade. Por exemplo, o trabalho do complexo de moradias universitárias que este arquiteto fez para a cidade de Urbino³⁹⁵ entre 1962 e 1966. Era previsto uma grande inter-relação entre a paisagem e a forma construtiva, composto por doze moradias seguindo o curso da estrada, a topografia foi respeitada de forma que o telhado criaria uma interação com o terreno, simulando constituição da cidade de Urbino no topo de uma colina próxima. Além disso, foi usado o mesmo material do qual a cidade era construída, além de ser mais econômico, não destoaria do ambiente regional, preservando a mesma cor, textura e aparência.

Em todos os edifícios históricos sobre os quais trabalhei pensei sempre que deveria mudar, em um jogo muito sutil, porque devo conservar os seus valores. E os valores são não só estéticos, afinal representam um período da história, o trabalho humano. Os edifícios foram projetados pelos arquitetos, mas depois feitos pelos pedreiros. Desta forma, arquiteto e pedreiros fizeram juntos. É preciso recuperar estes valores que são coletivos, que representam as pessoas. Não é sempre, mas em alguns

³⁹² Entrevista de João Piza à Giancarlo De Carlo para a revista Vitruvius, outubro de 2007. Último acesso em 31 de maio de 2011, 20:00. <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/decarlo/decarlo.asp>

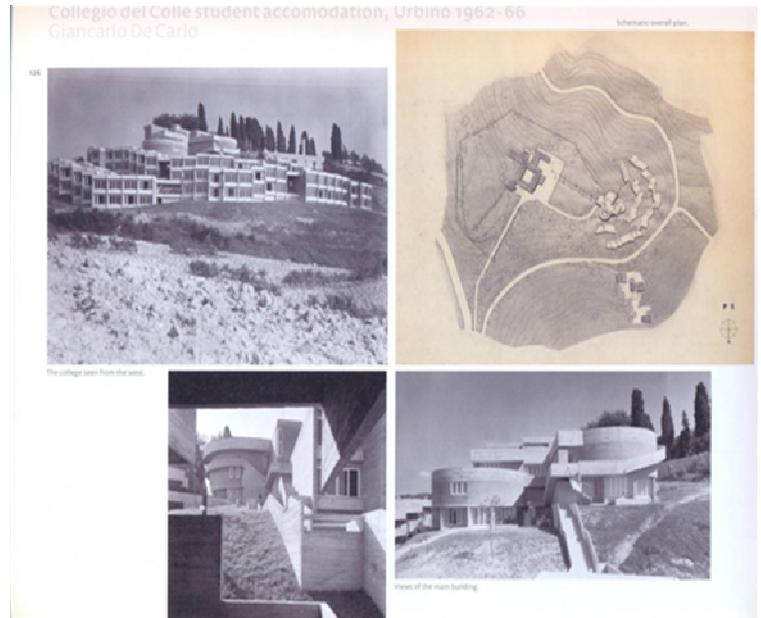
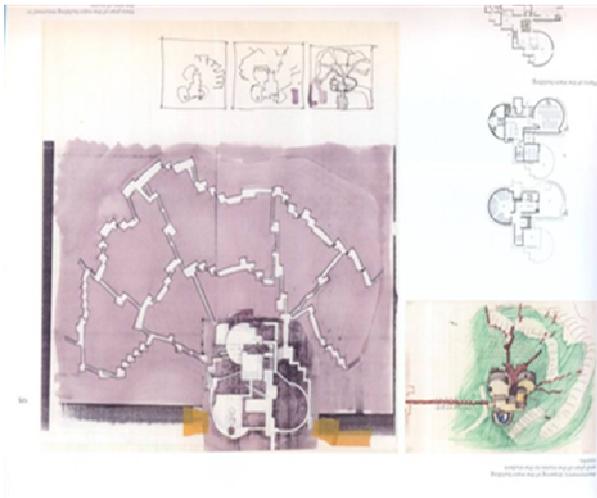
³⁹³ O *International Style* que apresenta “Sua forma planar despojada era sutilmente modulada de modo a responder diferentes condições climáticas e culturais”. FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.303

³⁹⁴ CASTILHO, Ana Claudia. **Team 10 Arquitetura Como Crítica**. São Paulo. Annablume. 2002. p.154

³⁹⁵ Município italiano da região das Marcas, província de Pesaro e Urbino, com cerca de 15.128 habitantes, que ainda apresenta características arquitetônicas do período medieval.

casos, demolir é perder um pedaço da história. História de verdade, não a que está nos livros, mas a história dos seres humanos, que se reconhecem e falam das coisas.³⁹⁶

Fig.85 – Acomodação estudantil do Collegio Del Colle, Urbino (1962 – 1966), Itália. Desenhos de Giancarlo De Carlo



“‘Pertencer’ é uma necessidade emocional básica – suas associações são de ordem mais simples. Do ‘pertencer’ – identidade – provem o sentido enriquecedor da urbanidade.”³⁹⁷

Ao fazer um balanço dos casos analisados neste capítulo acredito que a proposta mais interessante e que melhor se adéqua às condições da Fazenda Jambreiro são as Ruínas da Casa da Torre Garcia D’Ávila na Bahia. Esta, por se preocupar muito mais com a consolidação das paredes apresenta intervenções pontuais no edifício que, mesmo modernas, passam imperceptíveis aos olhares dos visitantes. Mesmo a capela, único edifício realmente restaurado teve a preocupação de não destoar esteticamente do patrimônio original. Bem como o projeto teve a preocupação de manter a função religiosa do local, respeitando a população do entorno que ainda a utilizava para festas e missas.

³⁹⁶ <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/decarlo/decarlo.asp>

³⁹⁷ Giancarlo de Carlo. Apud. FRAMPTON, Kenneth. Idem. p.330

O Parque das Ruínas do Morro de Santa Teresa no Rio de Janeiro também apresentou soluções interessantes que se assemelham às da Torre Garcia D'Ávila. No entanto, a liberdade dada às intervenções artísticas expostas no local por vezes descaracteriza o edifício. A Casa da Fazendinha em Belo Horizonte por sua vez se destaca por fazer parte da luta da população que vive em seu entorno pelo reconhecimento de sua história e pela necessidade de políticas de preservação oficiais. Esta iniciativa corrobora as idéias de Giancarlo De Carlo que considerava, antes de tudo, a população diretamente afetada em todos seus projetos. Caminho completamente oposto tomado nas obras do Colégio do Caraça e na Capela Luterana de Camboriú, ambos os projetos mais conspiram contra o patrimônio do que realmente o preservam.

Capítulo 5 - Qual o significado do Patrimônio Rural?

Depois do panorama histórico apresentado nos capítulos anteriores, podemos perceber que o tema do patrimônio é, acima de tudo, uma questão política. Sua alta complexidade é resultado do caráter multidisciplinar do estudo, porém não pode ser uma área exclusiva de técnicos que em seus debates acabam tornando-o inacessível, pois sem a presença da população se torna vazio de significado. Neste sentido, a interface entre os técnicos e os habitantes dos locais estudados seria possível por meio do entendimento do território. É equivocado pensar que o patrimônio possa ser algo universal e atemporal, muito pelo contrário, não é possível estudá-lo sem a contextualização espacial e temporal do objeto e o envolvimento com a população do entorno.

Trabalho principalmente com duas definições de território já consagradas na geografia: a partir da teoria clássica de geopolítica temos que o território é um espaço físico a qual a constituição e soberania dos Estados nacionais é garantida pela ocupação; enquanto que para o geógrafo Milton Santos:

O território não é apenas resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.³⁹⁸

A definição da geopolítica é demasiadamente simplista, pois não considera que o território poderia se constituir como tal a partir de um fator cultural, da relação interpessoal de reciprocidade. E mesmo se considerarmos na contemporaneidade, as divisões políticas são artificiais ao ponto de existir dentro de uma mesma cidade diversas subdivisões de acordo com a cultura local.

Desta forma, como se forma a identidade de um povo? “A identidade estrutura-se em torno de uma teia de relações muito plástica, a que damos a designação de memória”.³⁹⁹ A identificação das pessoas com o meio em que vivem é garantida pela memória, a apropriação do território é possível apenas quando o indivíduo atribui valor ao local e começa a se sentir fazendo parte dele. Um resgate da memória local deve levar em conta a

³⁹⁸ SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. p.96.

³⁹⁹ OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território**. Habilis. Erechim. 2007. p.117

história das pessoas naquele espaço, de forma individual e coletiva. São estes referenciais da memória, as experiências das pessoas, que possibilitam o reconhecimento do presente, compreender o contemporâneo a partir do processo histórico das relações entre as pessoas e o espaço.

O símbolo mais impressionante da moderna cultura do nacionalismo são os conotativos (túmulos sem corpo e sem identificação) e os túmulos de Soldados Desconhecidos. Embora vazios fisicamente, eles guardam imaginações nacionais.⁴⁰⁰

Poderia surgir um problema nas populações migrantes, pois como recém chegados ainda não constituíram nenhuma memória, e desta forma não há identificação com o local. No entanto, como apontado por Milton Santos, a memória é construída a partir das relações interpessoais e com o meio, em outras palavras, a não ser que a pessoa se isole, esta já está no processo de construção da identidade com a nova morada. O elemento responsável por esse constante reaprendizado é a cultura, ela que permite a consciência do pertencimento a um determinado lugar ou grupo.

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual.

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, um resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é que nos dá a consciência do pertencer a um grupo.⁴⁰¹

A migração, ou desterritorialização força o abandono de uma cultura para o reaprendizado de outra. Situação que em primeiro momento pode ser alienante e

⁴⁰⁰ ANDERSON, Benedict Richard O'Gorman. Op.cit. p.17

⁴⁰¹ SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007. p.81

conflituosa, mas ao mesmo tempo, um processo natural de transformação e adaptação que permite ao indivíduo se integrar pouco a pouco numa nova realidade. A cultura seria parte fundamental no processo de assimilação e adaptação do indivíduo ao meio, onde as experiências antigas se confrontam com as novas e criam uma nova realidade da qual é possível fazer parte. Desta forma, temos que a cultura não é algo estático, mas em constante adaptação, e que possui um significado diferente para cada pessoa.

Assim, a proteção do patrimônio vai muito além de apenas analisá-lo de acordo com as técnicas construtivas e estéticas do passado em confronto com as atuais. O patrimônio deve ser entendido como parte do território ao qual pertence, sua “materialidade e imaterialidade, condiciona e é condicionada pelas técnicas e ações do passado e do presente”.⁴⁰² Para a manutenção da identidade local deve-se manter o patrimônio vivo encontrando novos usos que não comprometam sua integridade física e nem seus significados para a população. O desgaste material que causa o envelhecimento do patrimônio é algo muito mais simples de contornar que o envelhecimento social que ocorre pelo desuso e abandono, trazendo conseqüentemente uma desvalorização do local e debilitando sua memória.

Podemos afirmar que a forma sem função é uma entidade vazia, sem vida. A forma só passa a ser considerada forma-conteúdo após o contato com as ações da sociedade.⁴⁰³

Os edifícios, ruas e praças são os registros físicos das cidades, do mesmo modo que as tradições, saberes e fazeres das populações são traços culturais que inseridos num espaço são portadores de significados. Uma forma diferente de linguagem que se expressa por diferentes formas de comunicação. A materialidade e historicidade invocada por um monumento é menos importante que sua “capacidade de evocar sentidos, vivências e valores”.⁴⁰⁴ O próprio espaço é um importante suporte da memória social.

⁴⁰² SANTOS, Carlos Murilo Prado. **O Reencantamento das Cidades**: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. p.28

⁴⁰³ Idem. p.52

⁴⁰⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano : Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade-UFRGS, 1999. p.16

Ulpiano Bezerra de Meneses faz uma interessante reflexão acerca da cidade sobre o patrimônio cultural.⁴⁰⁵ O primeiro passo é que toda iniciativa voltada para a valorização e proteção do patrimônio não pode ficar à margem do cotidiano das pessoas. A própria cidade é um bem cultural envolto em lutas que só faz sentido se estas buscarem relações mais eqüitativas entre os homens. Assim, elenca quatro referenciais de valores culturais: cognitivos, formais, pragmáticos e afetivos.⁴⁰⁶

Os valores cognitivos estão relacionados ao estudo do bem como um documento capaz de agregar novas informações a diferentes linhas de pesquisa. Visto desta forma, é importante deixar claro que o patrimônio não serve como algo a ser encaixado num contexto previamente estruturado, mas sim abrir novas possibilidades de estudo. Os valores formais e pragmáticos podem ser estudados em conjunto, enquanto o primeiro nos transmite a função estética do objeto, o segundo nos permite entender seus usos. Por meio do estudo dos valores afetivos do bem, é possível compreender as relações subjetivas da população com o local ou artefato, é a partir da afetividade que se chega ao sentimento de pertencimento que o patrimônio deveria ter com as pessoas.⁴⁰⁷

Para pensar numa forma de ação para este patrimônio gostaria de apresentar alguns elementos teóricos da arqueologia. Considerando patrimônio como sendo o representante material da cultura e a arqueologia, que tem como objeto de estudo a cultura material, temos uma necessidade básica de existência que permeia os dois campos: a preservação. O estudo de ambos depende da existência de um remanescente físico, no entanto, entre outros fatores, vemos no crescimento desordenado das cidades e na especulação imobiliária cada vez mais a destruição destes objetos de estudo. Como fazer para protegê-los se os governos ou não tem capacidade de fiscalização ou se aliam a esse poder econômico especulativo que tanto contribui com o desaparecimento de antigas propriedades? A preservação dos patrimônios e de sítios arqueológicos depende da existência de uma forte identidade entre o local e os moradores, tornando estes responsáveis pela preservação. Nesta dissertação levantei questões que ressaltam a relação entre território, patrimônio e identidade, agora

⁴⁰⁵ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Cidade, práticas museológicas e qualificação cultural.” in: **Anais do 2o Congresso Latino Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística**. Porto Alegre: Unidade Ed. SMC, 1997. p. 113-117

⁴⁰⁶ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “O patrimônio cultural entre o público e o privado.” in: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: SMC-DPH, 1992b. p. 193.

⁴⁰⁷ Idem.

pretendo apresentar a arqueologia como uma ferramenta de estudo que permite aflorar a interação entre o objeto e o público, criando assim um laço de existência e um sentimento de preservação.

A proteção do patrimônio arqueológico tem suas especificidades que vai além do patrimônio edificado. Dando continuidade às discussões levantadas sobre o campo legislativo feito no último capítulo, aqui pretendo levantar algumas questões mais práticas sobre o assunto. Além dos problemas e dificuldades já citadas para a preservação do patrimônio em geral, o patrimônio arqueológico enfrenta a baixa visibilidade dos vestígios arqueológicos tanto para o leigo quanto para o acadêmico.

A primeira questão que deve ser ressaltada é a forma de preservar o vestígio arqueológico, ele pode ocorrer de duas formas: numa escavação de salvamento, quando o local pesquisado sofrerá alguma transformação física; ou, a forma mais recomendada, a preservação *in situ*, quando todo o sítio é preservado dentro do contexto original.⁴⁰⁸

Desta forma é interessante sondar as motivações que existem para a preservação deste patrimônio. Ulpiano Bezerra de Meneses explora esse tema no texto “Identidade Cultural e Arqueologia”⁴⁰⁹ e elenca algumas das principais, elas podem ser de ordem científica, afetiva e política. A primeira é ligada ao academicismo, à produção do conhecimento em estudos sobre a organização da sociedade. Depois temos o aspecto subjetivo do sentimento de pertencimento do homem ao território, já explorado no texto acima, é a construção da identidade. E por fim, do campo político temos o exercício da cidadania. No entanto, para que um projeto seja bem sucedido todos esses campos devem ser contemplados, podemos dizer que a manutenção do patrimônio e sua penetração cultural na população só podem ter sucesso se todas essas motivações existirem.

O patrimônio arqueológico caracteriza-se por algumas especificidades que o diferem do patrimônio cultural. Além de todas as propriedades a ele

⁴⁰⁸ ENDERE, Maria Luz. **Arqueologia y legislación em Argentina: como proteger el patrimonio arqueológico**. Olavarría: INCUAPA/UNC, 2000. p46

⁴⁰⁹ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultural e arqueologia.” in: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N° 20. 1984. p. 36

conferidas enquanto patrimônio é, muitas vezes, a única possibilidade de acesso às inúmeras sociedades que existiram em nosso planeta.⁴¹⁰

No caso da Fazenda Jambeiro, embora ela tenha sido uma antiga propriedade rural, atualmente se encontra dentro do contexto urbano e esta sujeita às leis de ocupação do solo. No entanto, deve-se levar em conta que a Jambeiro ainda preserva em seu perímetro um cinturão verde que nos permite pensar o espaço como um ambiente alternativo à urbanidade o qual se insere. É uma cicatriz do velho mundo rural persistindo às transformações da cidade à sua volta. Seguindo o exemplo de propriedades como o Swiss Park, antiga Fazenda Sete Quedas, ou o Parque Ecológico de Campinas, antiga Fazenda Mato Dentro; estas antigas sedes, embora se encontrem atualmente dentro de uma área urbanizada, ainda hoje mantêm a sensação do ambiente rural por causa da configuração não totalmente urbanizada à sua volta. A idéia é manter as características rurais o máximo possível como se ele fosse um recorte do campo colado na cidade.



Fig.86 – Sede da Fazenda Mato Dentro. Parque Ecológico de Campinas. Foto atual.

⁴¹⁰ OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Memória, Patrimônio, o Arqueólogo e a Cidade: Arqueologia Urbana e Preservação do Patrimônio Arqueológico.** In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005, Campo Grande. Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia, patrimônio e turismo. Campo Grande: Ed. Oeste, 2005. p.21

Além da especificidade do patrimônio arqueológico temos que nos atentar para as características rurais do patrimônio e urbanas do entorno. Uma das interfaces possíveis do uso da arqueologia urbana é ligada à gênese da cidade a partir do estudo dos processos de transformação do território.⁴¹¹ É uma análise regressiva de longa duração onde podemos entender a conformação atual a partir do entendimento do processo de ocupação territorial. O objetivo final seria compreender melhor a interação entre sociedade e espaço.

A disciplina da arqueologia é interessante porque além de fornecer ferramentas para compreender a relação entre a população e o território ou os artefatos através do tempo. Há algum tempo a arqueologia também apresenta uma grande preocupação com a responsabilidade social de seu estudo. Diferente de outros campos de estudos que podem acabar perdendo o elo com a sociedade ao estar sujeito apenas a pesquisa em livros e documentos. A arqueologia tem como objeto de estudo a cultura material e esta é diretamente ligada ao cotidiano da população, além disso o arqueólogo apresenta a necessidade de ir às áreas de acesso público para descobrir seu componente básico de pesquisa, isso exige do pesquisador uma maior interação com as pessoas que não pertencem ao meio acadêmico. Desta forma, o arqueólogo depende desta interação para realizar seus estudos, bem como de sua preservação. Assim, a disciplina arqueológica desenvolveu diversas ferramentas que permitem essa troca de informações e, para manter o caráter de uma pesquisa pública, garantir o retorno das pesquisas para a população. Este ramo da arqueologia, essencial para qualquer pesquisa, denominou-se arqueologia pública, tema que exploro a seguir.

Arqueologia pública

Entre diversas definições quanto à disciplina da arqueologia apresentada e analisada na dissertação de mestrado de Fernando Alexandre Soltys⁴¹², acredito que a mais adequada aos atuais estudos deste campo científico se refere à associação do estudo da cultura material com um grupo de indivíduos que consumiriam essa cultura. Na realidade o significado de público toma dois caminhos distintos, um seria a associação com o Estado e

⁴¹¹ GALINIÉ, Henri e ROYO, Manuel. “A Arqueologia à Conquista da Cidade”. In: **Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História** BOUTIER, J. & JULIA, D. (org.) Editoras UFRJ e FGV, 1998.p 263 – 265

⁴¹² SOLTYS, Fernando Alexandre. **Caleidoscópio, Narrativas e Subjetividade na Arqueologia Pública**. Mestrado UFMG. Belo Horizonte. 2010.

suas instituições, e outro onde a sociedade que debate as questões levantadas no estudo. A associação com o Estado é problemática, visto que a sociedade vive em constante tensão com o poder público por não se sentir representada.⁴¹³ Para ultrapassar essa barreira imaginária criada pelas políticas públicas que muitas vezes reflete apenas os interesses de uma elite, a arqueologia se utiliza de algumas estratégias: estudo do patrimônio objetivando sistemas de gestão do legado identitário, interação com a comunidade local, entender como é feita a representação da arqueologia na cultura popular, e modos de aplicação da disciplina arqueológica nas instituições de ensino.⁴¹⁴ Tal estudo permite entender como a arqueologia é vista pela população e qual a melhor forma de aplicá-la como ferramenta na recuperação e construção da identidade.⁴¹⁵

Conquistar o interesse do público e fomentar seu maior envolvimento seria um grande avanço no desenvolvimento da noção de cidadania. “Cidadania deve ser ativa e individualista, mais do que passiva e dependente. O sujeito político deve ser, a partir daí, um indivíduo cuja cidadania se manifesta pelo livre exercício de escolha pessoal entre uma variedade de opções”⁴¹⁶. Tratar esta disciplina pelo viés da ética e da identidade transforma o debate quanto à criação de significados. Pois desta forma é permitido às pessoas começarem a participar e criar a própria história, questionando ao invés de simplesmente aceitar discursos de uma autoridade qualquer.⁴¹⁷

Um dos papéis da Arqueologia Pública é ajudar a fornecer elementos que despertem certa relação de identidade da população com a Fazenda, mas não de forma apenas local. A Fazenda Jambeiro deve ser tratada como um laboratório de Arqueologia Pública que apresente às pessoas uma possibilidade de estudo de campo e reflexão sobre a história de Campinas, da urbanização, do café, da imigração e das novas tecnologias trazidas pela cultura cafeeira. Devido ao bairro ter uma população relativamente recente, o Parque Arqueológico não necessariamente teria que se preocupar em criar uma identidade local. Focando a pesquisa nos impasses entre o passado rural, que sustentou o crescimento da

⁴¹³ Idem. p.56

⁴¹⁴ NICHOLS, Stephen, PRANGNELL, Jonathan e HASLAM, Michael. **Hearts and Minds: Public archaeology and the Queensland school curriculum.** p.1

⁴¹⁵ ZANETTINI, Paulo Eduardo. Op. cit. p.24

⁴¹⁶ ROSE, S. Governing the enterprising self. IN: Heelas, P. and Morris, P. (eds) *The Values of the Enterprise Culture. The Moral Debate.* London: Routledge.1992 apud. SOLTYS, Fernando Alexandre. Op.cit.p.57

⁴¹⁷ SOLTYS, Fernando Alexandre. Op.cit. p.58

cidade por muito tempo, e o que o mundo contemporâneo fez com esse passado. A postura dos pesquisadores deve sempre levar em consideração os anseios e questionamentos da população de forma a haver sempre a troca de experiências. Desta forma, a compreensão e as interpretações sobre o local passam a não ser mais unilaterais, mas surgem a partir da colaboração de diversas visões.

A Arqueologia pode construir elos entre a comunidade no presente, assim como no passado, no momento em que sua herança cultural é valorizada, preservando histórias e tradições. Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitido ao público deve estar, antes de mais nada, atrelado à história local, de forma a construir um elo de percepção junto ao público, partindo daí para contextos mais gerais.⁴¹⁸

A arqueologia, assim como a história ou qualquer outra disciplina que trabalhe com algo aparentemente afastado temporal e culturalmente de sua sociedade não pode cair na ilusão de estar alheia às discussões de seu tempo.⁴¹⁹ Nesta área é muito usado o termo “torre de marfim”, uma crítica ao pesquisador que se imagina desvinculado da realidade, um observador isento e propagador imparcial do conhecimento. Essa ilusão deve deixar de existir, sobretudo quando se trata do estudo da cultura material de forma a evidenciar a interação e o contato direto com a população. É imprescindível que se considere as múltiplas vozes que constroem o conhecimento, deve-se exercer uma filosofia que pense na criação de sentidos de forma não hierarquizada.⁴²⁰

Certamente os arqueólogos não são os únicos a poder contar histórias, nem tampouco exercerem o poder absoluto sobre o passado das comunidades vivas, como ocorre com aquelas que não têm mais voz. Não podemos impor nossa versão do passado ao mundo, ignorando histórias tradicionais e outras perspectivas que a comunidade nos traz.⁴²¹

⁴¹⁸ ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika Marion. Arqueologia e Sociedade no Município Ribeirão Grande, Sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. In revista Arqueologia Pública, n°1. São Paulo. 2006. p.67

⁴¹⁹ SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. Arqueologia Regional e Educação: proposta de estudos sobre um "passado excluído" de Araraquara/SP. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. p.163

⁴²⁰ SOLTYS, Fernando Alexandre. Op.cit. p.54

⁴²¹ ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika Marion. Op.cit.p.68

Soltys aponta que todo conhecimento que a academia pensa construir acaba sendo reapropriado e reinterpretado pela comunidade.⁴²² Desta forma, seria muito mais produtivo ir a campo com isso em mente ao invés de querer impor uma única linha de pensamento, a do próprio pesquisador.⁴²³ Ao criar este elo do passado com a comunidade atual passa a ser muito mais fácil circular a mensagem de que o patrimônio é algo extremamente frágil, único e não renovável, as informações perdidas numa eventual destruição nunca mais podem ser acessadas, por isso a necessidade da preservação.⁴²⁴

Deste modo, uma estratégia muito eficiente de conquistar a população é atuar junto às instituições de ensino, em eventos isolados no calendário escolar ou mesmo incorporando a discussão no currículo, tornando a prática da arqueologia mais acessível e sustentável. Apresento agora algumas experiências da aplicação da arqueologia nas escolas. O primeiro exemplo ocorre desde 1992 nos EUA, o *National Heritage Education Program*, consiste em ensinar a estudantes de todo país fundamentos teóricos de arqueologia com exercícios práticos fora da sala de aula em sítios simulados ou reais. O foco deste programa é despertar no aluno o interesse pelo patrimônio arqueológico, além de valorizar e proteger o legado cultural.⁴²⁵

Anders Högberg apresenta um estudo feito na Suécia em 2004 que envolve a construção de um ambiente de educação cultural com crianças de onze anos de idade. Esta experiência tinha como objetivo entender a percepção da criança do passado em relação ao presente, desenvolvendo como pano de fundo o que seria a herança cultural. A atividade se desenvolveu principalmente por meio de três conceitos: história cultural, estabelecendo conexões entre o passado, presente e futuro por meio dos artefatos, costumes e rituais; como é feito o uso da história, que mostra os processos históricos e como diferentes acontecimentos do passado tem seu significado transformado no decorrer do tempo; e consciência histórica, que se refere à interpretação da relação entre o passado, presente e futuro e suas reproduções e usos na história. A discussão destes conceitos tinha o intuito de

⁴²² SOLTYS, Fernando Alexandre. Op.cit.p.60

⁴²³ Idem. ibidem.

⁴²⁴ ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika Marion. Op.cit.p.67

⁴²⁵ SOLTYS, Fernando Alexandre. Op.cit.p.82

mostrar que diferentes culturas resultam em diferentes tipos de interpretação e formas de consciência histórica.⁴²⁶

Na Espanha, região da Catalunha, entre 1997 e 2000, foi desenvolvido um projeto educacional em três diferentes fases com alunos de 16 a 18 anos. Este projeto apresenta um interessante estudo, pois trabalha com o conceito de herança cultural numa região predominante de imigrantes recentes, que entre 1980 e 2000 acumulou crescimento populacional de cerca de 200%. Neste, temos a pesquisa se desenvolvendo em três diferentes núcleos de atributos: fatos, conceitos e sistemas conceituais; procedimentos e habilidades; e atividades e valores. Estes três núcleos foram continuamente trabalhados ao longo do projeto acompanhando as três fases de desenvolvimento. Entre 1997 e 1998 o trabalho se resumiu ao recolhimento de informações sobre o sítio pesquisado por meio de entrevistas, bibliografias e documentos. No período seguinte, 1998 e 1999, os alunos tiveram acompanhamento dos arqueólogos da *Universitat Autònoma de Barcelona* na escavação do sítio arqueológico. Nesta fase houve um trabalho de monitoria com curiosos que passavam pelo local, onde os alunos faziam uma visita guiada pela escavação explicando sobre o local e a pesquisa que se desenvolvia. Por fim, entre 1999 e 2000, como conclusão do projeto, os adolescentes trabalharam com análise do material coletado nas escavações da fase anterior e desenvolveram interpretações sobre o sítio ao cruzar as informações materiais com a pesquisa oral e bibliográfica da primeira fase.⁴²⁷

Pode-se dizer que a experiência mais completa de inclusão da arqueologia pública no currículo escolar ocorreu na Austrália. A iniciativa, em desenvolvimento desde 2000, foi aplicada em Queensland pelo Studies of Society and Environment (SOSE), onde a arqueologia se transformou numa disciplina escolar e se estende por dez anos envolvendo quatro grandes áreas: tempo, continuidade e mudança; lugar e espaço; cultura e identidade; e sistema, recursos e poder. Para cada área são explorados cinco processos (investigação, criação, participação, comunicação e reflexão) e quatro valores (processos democráticos, justiça social, ecologia e economia sustentável e paz), sendo que juntos pretendem

⁴²⁶ HÖGBERG, Anders. **The Past is the Present – Prehistory and Preservation from a Children’s Point of View** in PUBLIC ARCHAEOLOGY, vol. 6, No. 1. 2007. pp.28 – 30

⁴²⁷ BARDAVIO, Antoni, GATELL, Cristina and GONZALEZ-MARCEN Paloma. **Is Archaeology What Matters? Creating a Sense of Local Identity among Teenagers in Catalonia** in World Archaeology Vol. 36(2): Archaeological Pedagogies online. Taylor & Francis, Ltd. 2004. pp.261 – 272

despertar no aluno conceitos referentes às diferentes áreas estudadas. Tais aulas que englobam teorias de história, geografia, política, sociologia, antropologia, psicologia e ética são ministradas ao longo de dez anos, abarcando seis diferentes níveis de aprofundamento. A aplicação deste currículo permite estudar eventos específicos sob diferentes perspectivas, possibilitando englobar uma maior diversidade cultural. Esta experiência permite trabalhar com exemplos concretos do passado cultural, social e ambiental; além de contribuir para despertar interesse na prática da arqueologia e eliminar estereótipos e preconceitos existentes sobre a disciplina.⁴²⁸

O arqueólogo Paulo Zanettini, em sua tese de doutorado, aponta para o potencial pedagógico de uma escavação arqueológica ou processo de restauro devido ao apelo visual da cultura material.⁴²⁹ Em algumas de suas escavações Zanettini promove atividades voltadas para o público. Entre 1989 e 1992, no campo da Calçada do Lorena em São Paulo, desenvolveu circuitos de visitação com monitores e folhetos explicativos, devido a ser uma área de intensa circulação de pessoas. Depois de concluídos os trabalhos de escavação, voltaram ao local do campo para apresentar uma exposição mostrando todos os processos da pesquisa arqueológica desenvolvidos naquele campo.⁴³⁰ Enquanto que na atual pesquisa se propôs estudar a morada bandeirante da região metropolitana de São Paulo, neste texto observa que a maior parte das edificações remanescentes dos séculos XVI, XVII e XVIII se encontram a caminho da destruição e do esquecimento. Embora a grande maioria dos edifícios esteja tombada nas diversas esferas, municipal, estadual ou federal, o abandono e a especulação imobiliária conspiram para seu extermínio.⁴³¹ Para que estes patrimônios continuem a existir levantou algumas possíveis ações que possibilitariam a reapropriação destes bens pela comunidade: promover novas pesquisas arqueológicas em conjunto com um consórcio com as escolas públicas que viabilize a inserção da disciplina da arqueologia nos currículos, privilegiando atividades práticas, entre elas o treinamento de monitores que expliquem as escavações e a história do sítio; transformar os sítios, depois de pesquisados, em espaços para a exploração do turismo cultural, promovendo a interação da cultura

⁴²⁸ NICHOLS, Stephen, PRANGNELL, Jonathan and HASLAM, Michael. **Hearts and Minds: Public archaeology and the Queensland school curriculum.** in Australian Archaeology, Number 61. 2005. pp.1 – 8

⁴²⁹ ZANETTINI, Paulo Eduardo. Op.cit. p.27

⁴³⁰ Idem. Ibidem.

⁴³¹ Idem. pp. 350 – 351

material com a imaterial por meio, por exemplo, da gastronomia e festas tradicionais; instalar equipamentos que promovam a reflexão da diversidade étnica e cultural dos diferentes períodos de São Paulo; promover debates sobre a ocupação territorial urbana e as conseqüências para o meio ambiente.⁴³² O autor deixa claro que qualquer função instalada não pode implicar em impactos ou interferências desnecessárias no patrimônio.⁴³³

Como demonstrei com estes exemplos de atuação da arqueologia pública, a interação do pesquisador com a população é necessária, e visto desta forma, deve ser desejada por parte do pesquisador. É o intercâmbio que vai dar sentido a pesquisa e vai permitir a preservação da história e da cultura. “São as pessoas que geram novos significados ao território”.⁴³⁴ É a população que dá sentido ao território, o marco central de formação.⁴³⁵

Desde la Gestión Cultural hemos de apostar por repensar la ciudad, el territorio, como el lugar donde es posible maximizar las posibilidades de relaciones e intercambios, donde el espacio público es un espacio de ciudadanía y participación, y cuya calidad requiere respuestas complejas, que han de venir también, aunque no sólo, del urbanismo y la arquitectura.⁴³⁶

Além disso, vale ressaltar que este tipo de estudo coloca o pesquisador “frente a frente com as fraquezas da memória, com os esquecimentos forçados pelos acasos da preservação”.⁴³⁷ Myrian Santos faz uma interessante reflexão quanto ao ofício do arqueólogo, este trabalha diretamente com as escolhas do que será esquecido ou não. Mais dramático que o trabalho do historiador, na arqueologia o objeto é destruído para ser estudado. Sendo assim, “o arqueólogo acrescenta aos documentos seus próprios silêncios e

⁴³² Idem. pp.352 – 355

⁴³³ Idem. p.356

⁴³⁴ IGLESIA, Roberto Gómez de la. **Cultura Desarrollo y Territorio en la Economía de la Experiencia.** in *Gestão Cultural do Território. Coleção Públicos n°4.* Sentepés. Porto. 2007. p.22

⁴³⁵ Idem. p.23

⁴³⁶ Idem. p.22

⁴³⁷ SANTOS, Myrian. “O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado.” in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** no. 23, outubro de 1993. p. 82.

desatenções.”⁴³⁸ Essa é a outra faceta da responsabilidade social do estudo, pesquisar com extremo rigor para que o mínimo de informação se perca.

Para os arqueólogos, memória e esquecimento são os dois produtos inseparáveis de seu próprio trabalho - aquilo pelo que não se interessou, no momento da escavação, aquilo que não observou, ou que não descreveu, perdeu-se para sempre. A Arqueologia, de certo modo, me fez ver como a memória que produzimos é frágil e seletiva.⁴³⁹

Enfim, a responsabilidade do rigor científico da arqueologia é além da escavação que acarreta numa série de escolhas do que será lembrado e do que será esquecido, sua responsabilidade é de relacionar esse estudo com o território em que se encontra o sítio. Mas o território não pode ser encarado apenas como uma localidade geográfica, o “território é, antes de mais, uma teia de relações humanas.”⁴⁴⁰ Desta forma, a administração territorial depende da gestão das pessoas que, segundo Oosterbeek, só existem no momento em que se tornam conscientes de sua identidade, que por sua vez depende do conhecimento e consumo da cultura.⁴⁴¹ Assim, o plano cultural só pode se tornar eficiente quando os territórios são identificados pela sociedade e o interesse das pessoas envolvidas são considerados.

Gerir o território é gerir pessoas, e cada um de nós só é pessoa se for consciente da sua identidade (...) e o que nos identifica como pessoas, e não como meros animais bípedes, é a cultura. (ou seja, as expressões das relações inter-pessoais, ou seja, das relações econômicas).⁴⁴²

⁴³⁸ Idem.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Oosterbek, Luiz. Ordenamento Cultural de um Território. *in* Gestão Cultural do Território. Coleção Públicos n°4. Sentepés. Porto. 2007. p.30

⁴⁴¹ Idem. p.34

⁴⁴² Idem. *Ibidem*.

Capítulo 6 – A Recuperação do Patrimônio – Fazenda Jambeiro – Diretrizes

O objetivo deste capítulo é elaborar diretrizes para a construção de um Parque Arqueológico no espaço da Fazenda Jambeiro. O objeto de estudo desta dissertação, a Fazenda Jambeiro, foi uma importante propriedade de café no século XIX, passou por diversas crises e partilhamentos até 1979 quando se iniciou a instalação de um loteamento. Com o bairro ainda em formação, em 1989, foram recolhidas assinaturas dos moradores por parte do conselho de patrimônio como elemento que legitimasse o processo de tombamento do remanescente da sede e edifícios anexos da antiga Fazenda Jambeiro. O processo foi levado adiante e em 1992 adquiriu a característica de tombado.

Como indicado nos capítulos anteriores proponho mudar a ótica do bem tombado da Fazenda Jambeiro, passar a tratá-lo como um patrimônio rural em ruínas. Desta forma, proponho transformá-lo em um laboratório de arqueologia pública com fins educacionais. Um local onde seja possível incentivar a educação patrimonial e a construção de identidades. Alterando assim completamente o histórico de degradação e abandono pelo qual este patrimônio vem passando.

Mostrei o desenvolvimento do processo de tombamento no decorrer do capítulo 3 e foi possível constatar que o poder público pouco fez nesses mais de 20 anos desde o início dos estudos para o tombamento da fazenda. A análise conjunta dos jornais e da documentação oficial acumulada pelo processo de tombamento, aliado às entrevistas feitas os atuais moradores e na Escola Estadual Disney Scornaienchi, me levaram a questionar a validade deste tombamento. Por exemplo, alguns dos motivos deste questionamento vão desde o descaso que começa na própria prefeitura, esta permitiu sem nenhuma multa ou repreensão a demolição de diversos edifícios do complexo no ano 2000, além de ser responsável pela destruição da capela em 2010; ou mesmo o total desconhecimento e falta de relação existente entre os moradores e o patrimônio identificado a partir da pesquisa de campo.

A população sabia realmente do que se tratava o local na época em que foram recolhidas, segundo o processo de tombamento, assinaturas de 99% dos moradores do bairro? E atualmente? Pude constatar que existe um grande medo em relação à segurança, devido ao abandono, e poucos enxergam o “casarão” como algo com possibilidade real de

aproveitamento. O desconhecimento generalizado do que era a Jambreiro e a falta de relação de identidade existente entre o patrimônio e os moradores tornou o tombamento vazio de significado. Os moradores do bairro que deveriam ser os primeiros interessados em tomar conta do local, no entanto, por nunca ter existido nenhuma política pública de inclusão cultural, a relação de identidade nunca se criou. A proteção de um patrimônio deste porte e no atual estado de arruinamento exige muito investimento, algo que a prefeitura nunca mostrou vontade política para aplicar.

Ao que parece o tombamento da Fazenda Jambreiro foi apenas uma articulação política que se desenvolveu enquanto era interessante, sendo abandonado no momento que se mostrou um problema mais complexo do que aparentava. No entanto, a partir do instante que existe um patrimônio tombado, e este corre o risco de deixar de existir, deve-se tomar certas providências. Acredito que a existência de qualquer patrimônio é dependente da importância criada com comunidade que o cerca. Qualquer proposta de intervenção, independente do tipo de patrimônio, deve levar em conta a população que vive no seu entorno. Sem essa preocupação, a relação de pertencimento que um bem cultural sugere não pode existir. Visto desta forma, a destruição acaba ocorrendo devido ao abandono físico e social do edifício. É através de um trabalho em conjunto, não só com entrevistas, mas analisando as necessidades do bairro que, neste caso a fazenda, poderá ser reconhecida e reconstruída na memória da população e, por consequência, possibilita que seu resquício material possa ser preservado.

Para isso, uma das medidas para ressuscitar o patrimônio seria dando funcionalidade ao local, com a instalação de algo com utilidade prática, com intuito de despertar nos moradores a necessidade de manutenção do espaço. Porém, a simples instalação de uma atividade não é garantia de preservação. Além disso, se faz necessário uma adequação da função, o qual é desejável que de alguma maneira se relacione com a Fazenda Jambreiro. Um posto de saúde pode ser indispensável para o bairro, mas de que maneira ele se relacionaria com a antiga fazenda? Não seria mais bem aproveitado, tanto o espaço da fazenda quanto o posto de saúde se este fosse construído em outro lugar, deixando o patrimônio livre para um destino que retome de alguma forma sua função original, mesmo que apenas de forma recordatória?

Os passos iniciais para a elaboração da proposta de uso para a Fazenda Jambeiro já foram dados no decorrer desta dissertação. A coleta de dados a partir da pesquisa histórico-documental forneceu subsídios importantes para o entendimento do histórico da propriedade. A pesquisa continuou na elaboração de um questionário aplicado entre os moradores do bairro, em especial entre funcionários e alunos da escola de ensino fundamental e médio do Parque Jambeiro. A confluência dos dados permitiu entender o desenvolvimento pelo qual a antiga Fazenda passou no decorrer dos anos, bem como seu papel atual no dia-a-dia dos moradores do bairro.

Mapear os aspectos construtivos da Fazenda Jambeiro foi, por sua vez, outro passo fundamental para entender a Fazenda como um sítio arqueológico. O avançado estado de degradação dos edifícios do complexo e as recorrentes demolições agravaram a condição do local restando apenas as ruínas da antiga propriedade. Sendo assim, o levantamento arquitetônico da Jambeiro em comparação com outras propriedades similares do estado de São Paulo foi fundamental para a melhor compreensão da lógica de funcionamento da fazenda enquanto ainda era uma propriedade rural.

A caracterização do sítio arqueológico da Fazenda Jambeiro se baseia nas definições da Carta Internacional para gestão do Patrimônio Arqueológico adotada pelo ICOMOS em 1990⁴⁴³ e apresentada anteriormente nessa dissertação no quarto capítulo. Esta classifica o patrimônio arqueológico como a porção material da qual os métodos da arqueologia produzem o conhecimento primário sobre o local compreendendo todo vestígio físico *de atividades humanas*⁴⁴⁴

Dos diversos edifícios que constam na abertura do processo de tombamento: a sede, “cocheiras, estábulo, rancho das carroças e arados, moinho de fubá, portal em pedra e senzala (...) a tulha, a pequena capela e o terreiro de café, jardins com centenárias árvores, lagoa, plantas raras e pomar formando um complexo significativo com 71.807,48 m².”⁴⁴⁵ Atualmente, como mostrei nos capítulos anteriores, restam apenas a sede em ruínas, um dos

⁴⁴³ A Carta Internacional para a gestão do Patrimônio Arqueológico, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, Lausanne, 1990

⁴⁴⁴ CALDARELLI, Solange B. (org) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, Goiânia: UCG/IGPA, 1996. p. 223-225

⁴⁴⁵ Processo de Tombamento n° 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.43

terreiros já bastante alterado e remexido e resquícios do que seriam a senzala, capela e tulha. Além de uma grande parte da área natural que se mantém preservada.

Temos então um grande potencial arqueológico inexplorado. Se a pesquisa que apresentei nesta dissertação se concentra na análise histórico-social e arquitetônica da Fazenda Jambeiro, o mapeamento da ruína do ponto de vista arqueológico se restringiu apenas a análises da paisagem e de propostas de inclusão do patrimônio com a sociedade de seu entorno. É preciso ainda explorar o sítio do ponto de vista técnico-arqueológico promovendo escavações que forneçam mais subsídios para o entendimento da fazenda enquanto ruína.

Desta forma a primeira etapa seria delimitar a área de dispersão máxima das estruturas arquitetônicas e vestígios de edificações. Poços de sondagem que extrapolem os limites artificiais impostos pela construção da quadra podem ainda ser feitos nos terrenos baldios no entorno imediato do complexo principal, bem como na área natural correspondente ao pomar, todo procedimento auxiliado pela aquarela da fazenda, apresentada e analisada nos capítulos anteriores. Concomitante teríamos prospecções sistemáticas por meio de trincheiras e poços teste nas áreas externas e internas das estruturas existentes. Tais sondagens seriam de extrema importância para a reconstituição social do dia-a-dia, no mapeamento dos artefatos descartados pelos moradores da antiga fazenda, e arquitetônica, ao recuperar elementos construtivos dos edifícios.

Deve se priorizar a conservação *in situ* dos artefatos resgatados nas escavações. Apresentando uma curadoria e análise laboratorial minuciosa que envolva todas as etapas necessárias para a preservação e estudo posterior da peça: limpeza, triagem, inventário, descrição, análise e acondicionamento adequado. É recomendável facilitar o acesso e manuseio do material arqueológico de forma que não apenas acadêmicos ou especialistas tenham acesso, mas qualquer pessoa que se interesse possa interagir e aprender com o artefato.

Além disso, é preciso levantar um mapeamento detalhado do atual estado de conservação levantando as diversas manifestações patológicas existentes na sede e nos edifícios remanescentes para assim compreender as reais condições estruturais do sítio. Qualquer intervenção deve ser estudada a exaustão para que não se cause danos ao edifício

de valor cultural, se preocupando com uma maior eficiência e segurança. Para uma análise das patologias mais ampla é fundamental uma equipe técnica multidisciplinar que estude o patrimônio nos mais diferentes campos do conhecimento atentando-se para os interesses cultural, histórico e estético do bem.

Sendo assim, elaboro aqui apenas uma proposta preliminar, conceitual de uso para a Fazenda Jambeiro. Ressalto que, diferente de outras propostas para o local, da qual eu entrei em contato, esta é a que apresenta um estudo mais amplo e que tenta abranger o patrimônio por uma maior diversidade de caminhos. Claro que não coloco esta proposta como algo definitivo, mas como um ponto de partida mais avançado para discutir as possibilidades de usos para o espaço da Fazenda Jambeiro.

A proposta se pauta seguindo alguns critérios essenciais que respeitam o local tanto historicamente como socialmente, bem como a importante área natural preservada que deve ser protegida e pode vir a ser um parque ecológico.

Depois desta breve reflexão traço agora algumas possibilidades que, a meu ver, poderiam ser eficientes para a manutenção física e social da Fazenda Jambeiro. O objetivo deste estudo foi apresentar um estudo histórico relacionado com a atual população e situação territorial, levantando possibilidades e analisando casos semelhantes em outras localidades para provocar um debate acerca de possíveis destinos para este patrimônio. Como pesquisador das relações humanas e depois de conhecer melhor a história e a situação presente da Jambeiro, tomo para mim a responsabilidade de propor possibilidades de uso para o espaço em questão. As diretrizes que proponho se diferenciam das propostas anteriores que apareceram nos jornais e no processo de tombamento por causa da pesquisa mais aprofundada do processo histórico que até este momento nunca havia sido feito. Ressalto que as diretrizes que apresentarei a seguir têm como objetivo principal instigar na sociedade e no poder público a necessidade de atuação no local.

Minha proposta, inspirada em algumas das experiências apresentadas anteriormente, depende do envolvimento dos moradores de maneira mais ativa. Não apenas como entrevistados numa pesquisa unilateral de opinião, mas com a participação em diferentes níveis. No questionário do Capítulo 5 pude perceber que muitos almejam uma resolução para o terreno com a instalação de algum equipamento público como museu, biblioteca ou

posto de saúde, necessidades reais do bairro. Tomando como exemplo o posto de saúde, embora importante, acredito que há outros espaços onde possa ser construído, pois se instalado onde existe a Jambeiro, seu impacto seria muito grande, exigindo talvez a demolição do patrimônio.

Como vimos, o processo de tombamento foi controverso desde seu princípio, o abaixo assinado não representava uma relação legítima de identidade entre os moradores e o patrimônio a ser preservado. Ou mesmo, se encarado como legítimo, este perdeu o sentido no passar dos anos devido ao abandono promovido pelo poder público. Deste modo, os vinte anos que se seguiram significaram para a Fazenda Jambeiro um período de desamparo, esquecimento e destruição. A Fazenda, a partir de seu tombamento, exigia um destino coerente com sua função original, atentando-se ao fato que este novo destino não agravasse ainda mais seu arruinamento, mas sim promovesse sua preservação. Visto desta forma, e retomando indagações apresentadas no início do capítulo, não basta restaurar fisicamente o edifício, assim como a simples instalação de uma atividade não é garantia de salvaguarda, pois, dependendo do uso este pode até ser prejudicial para sua estrutura ou memória.

Assim, acredito que a manutenção da fazenda Jambeiro depende de uma atividade que extrapole os limites de seu terreno. Minha proposta consiste na ação conjunta da criação de um Parque Arqueológico que interaja com as instituições de ensino locais. O parque aproveitaria as edificações remanescentes da forma que se encontram atualmente, seria preciso apenas consolidar as paredes por questão de segurança e manutenção. Montando dentro do parque um roteiro de visitação, com monitores explicando a história da fazenda, da formação do bairro e sua inserção na cidade, com possibilidade do passeio ocorrer sem monitoria com algumas placas explicativas.

Fisicamente as estruturas da sede precisam de uma avaliação de patologias, mas minimamente é possível afirmar a necessidade da consolidação das paredes. Pensando em uma intervenção mínima proponho a criação de passarelas de aço autoportantes de modo a não interferir na estabilidade do edifício, mas que permitam ao visitante percorrer os antigos cômodos da residência. Para melhor entendimento da casa por parte dos visitantes, acredito ser interessante alguns banners contendo fotos ou representações indicando a

função de cada cômodo, bem como textos temáticos que expliquem o local ligando-o ao contexto geral. Inclusive contendo em cada um dos cômodos objetos encontrados durante as escavações. Dentre os temas que podem ser explorados: as técnicas e processos construtivos, no porão da casa; a transformação da área reservada à guarda e ao preparo do alimento nas casas rurais, na cozinha; a sala de estar aberta a visitantes ilustres e os quartos mais reservados aos moradores, entre muitas outras possibilidades de assuntos.

Na parte oposta à sede, onde antigamente existia a tulha, esta poderia ser reconstruída, tendo como objetivo a criação de um edifício que sirva para a recepção do Parque Arqueológico com salas de exposição temáticas: sobre a história da fazenda, de sua criação até os dias atuais; uma sala destinada à cidade de Campinas, discutindo o crescimento, as transformações urbanas e rurais; e uma terceira sala com exposições temporárias, abastecidas por trabalhos com os estudantes das escolas do bairro. Outro espaço importante é a criação de uma sala de aula com recursos multimídia para apresentações e aulas de educação patrimonial, história e arqueologia.

A visibilidade do parque depende da instalação de algumas ferramentas e estruturas de apoio além das salas de exposição e de aula. Primeiramente deve-se elaborar roteiros de visitação dentro do parque com placas de sinalização e totens explicativos que auxiliem o passeio do visitante sem a obrigatoriedade de um guia, embora a presença de monitores especializados que possam acompanhar grupos é indicada. Outra ferramenta interessante e de custo relativamente baixo é a instalação de um sistema de rede sem fio de internet que possua conteúdos exclusivos sobre o Parque, além de uma vasta biblioteca com textos técnicos e literatura com licença aberta. Considerando a carência de uma biblioteca próxima no bairro, pode-se pensar também em um espaço para a construção de uma biblioteca física.

Uma das maiores preocupações desde a abertura do processo de tombamento da Fazenda Jambeiro em 1989 se refere à cobertura vegetal. Por este não ser o foco do meu estudo e fugir das minhas competências, apenas mencionei no capítulo sobre o tombamento as inúmeras vezes que foi anexado o mesmo projeto paisagístico. Elaborado em 1996 como exigência definida pelo GRAPROHAB⁴⁴⁶ para aprovação do loteamento na parte sul da

⁴⁴⁶ Grupo de Análise de Projetos Habitacionais do estado de São Paulo

antiga Fazenda Jambeiro identificado pelo protocolo nº1779/96.⁴⁴⁷ Embora o projeto tenha sido bem específico quanto ao tipo de vegetação, época de plantio e manutenção futura, este nunca foi implantado.

Para a implantação do Parque Arqueológico que proponho nesta dissertação, este programa de plantio e projeto paisagístico poderia enfim ser colocado em funcionamento. Mesmo que necessite de atualizações quanto ao atual estado da área da Jambeiro, minimamente já foram escolhidas as árvores e arbustos nativos que contribuiriam na formação de um parque ecológico. Segundo o estudo existem duas situações diferentes que poderiam ser recuperadas: na área mais próxima à sede foram encontradas espécies ornamentais e exóticas, estas correspondem ao antigo jardim; no resto do terreno ocorrem diversas árvores isoladas nativas e exóticas pertencentes ao antigo pomar e outras provenientes do plantio de moradores do bairro.⁴⁴⁸

A recuperação dessa cobertura vegetal seria importante na construção de um Parque Ecológico que sirva à população como área de lazer. Além de responder, mesmo que tardiamente, às exigências de compensação de área verde existentes desde o início do loteamento. Outro ponto importante, é que a recuperação do pomar e do jardim contribuiria em recobrar a paisagem da própria Fazenda Jambeiro. Visto desta forma, o Parque Arqueológico que trabalha com a compreensão da paisagem necessitaria não apenas da consolidação das estruturas da sede como na recomposição paisagística de seu entorno.

Sua localização e condição são favoráveis para a implantação de um centro de referência capaz de tecer problemáticas sobre o mundo rural Campineiro, explorando a história das fazendas e sua atual distribuição na área urbana. Além de ser de uma das únicas propriedades rurais históricas que pertence à prefeitura, se localizar próximo ao centro da cidade, mas ao mesmo tempo ao lado da saída para uma das principais rodovias que corta Campinas, a Rodovia Anhanguera. Desta forma o parque se tornaria um centro cultural e de lazer não apenas para os moradores do bairro e da cidade, como pode despertar o interesse em pessoas de outras cidades da região.

⁴⁴⁷ Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro. p.260

⁴⁴⁸ Idem.

Para além dos limites do Parque Arqueológico, contando com as experiências apresentadas neste capítulo em outros locais, acredito que as escolas EE Disney Scornaienchi e a EMEI Parque Jambeiro poderiam contribuir com as exposições. Para que esta interação ocorra seria necessário a inclusão de uma nova disciplina curricular que envolva os temas patrimônio e arqueologia. No entanto, tal disciplina não pode ser específica ou exclusiva para o bairro, mas responderia a uma necessidade social de Campinas e deve ser incluída em toda a rede pública de ensino de Campinas. Esta nova disciplina poderia vir a partir da secretaria de educação municipal em parceria com o estado e focaria no debate da importância do patrimônio para a formação da identidade focando na discussão de temas como a possibilidade de estudar o patrimônio por meio da arqueologia. Em especial na região do Parque Jambeiro, a disciplina seria responsável por abastecer e renovar as exposições no parque, além disso, treinaria os alunos para fazer monitoria no local. O objetivo é que com essa iniciativa os moradores, a partir das crianças e adolescentes, interagissem mais com o bairro e a cidade, e desta forma despertar sua relação de pertencimento expresso pelo patrimônio.

Ciente que um projeto deste porte não possa ser implantado exclusivamente pela prefeitura de Campinas sugiro duas possibilidades que podem também ocorrer juntas: parceria Público – Público, entre a prefeitura e a Unicamp, ou parceria Público – Privado, entre a prefeitura e uma ONG ou empresa de Arqueologia.

No primeiro caso, a Unicamp pode fornecer um corpo técnico de excelência de pesquisa e elaboração de projetos para o parque. Enquanto que no segundo caso, uma parceria com ONGs ou empresas de Arqueologia poderia ser feita por meio de concessão do uso do Parque Arqueológico semelhante ao que ocorre entre os museus do estado de São Paulo e a iniciativa privada. A ONG/empresa de Arqueologia ficaria responsável pela gestão e pesquisa do sítio, apresentando planos de atuação mensais à prefeitura que, por sua vez, forneceria material e mão-de-obra na reconstrução da antiga Tulha, o edifício sede do Parque, e consolidação das paredes e instalação das plataformas na sede e outros pontos de interesse da fazenda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DOCUMENTAIS

1. Livros, Teses e Artigos

A REGIÃO Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Coautoria de Wilson Cano, Carlos Antonio Brandão. Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

AMARAL, Aracy Abreu. **A Hispanidade em São Paulo: da casa rural a Capela de Santo Antonio.** São Paulo: Nobel: Ed. da Univ. de São Paulo, 1981.

AMARAL, Leopoldo. **Campinas: recordações.** São Paulo: O Estado, 1927.

AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. **Arquitetura Campestre na Obra de Ramos de Azevedo. A arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas. (MESTRADO).** CEATEC. PUCCAMP. 2009.

ANDERSON, Benedict Richard O'Gorman. **Nação e Consciência Nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade.** São Paulo. Martins Fontes. 2005.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino.** São Paulo. Editora Attica. 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista 1765 - 1855.** Campinas. CMU/UNICAMP. 1997

BADARÓ, Ricardo. **Campinas: o despontar da modernidade.** Campinas. CMU/UNICAMP. 1996.

BANDUCCI, Álvaro Jr. & BARRETTO, Margarita. **Turismo e antropologia no Brasil: estuda preliminar.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BARDAVIO, Antoni, GATELL, Cristina and GONZALEZ-MARCEN Paloma. **Is Archaeology What Matters? Creating a Sense of Local Identity among Teenagers in Catalonia** in *World Archaeology* Vol. 36(2): Archaeological Pedagogies online. Taylor & Francis, Ltd. 2004.

BARRETO, Cristiana. **A Construção de um Passado Pré-Colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil**. Revista USP n°44. São Paulo. Dezembro/Fevereiro 1999 – 2000.

BASTOS, Elide Rugai. Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo in **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas. Editora da Unicamp. 2008

BASTOS, Rossano Lopes e TEIXEIRA, Adriana. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo. 9°SR/IPHAN. 2005.

BASTOS, Rossano Lopes. “Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos” in **Patrimônio: Atualizando o Debate**. IPHAN. 2006.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. EESC/USP. São Carlos. 2007.

BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830 – 1930**. São Carlos. EDUFSCAR. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 2003

BLANCO, José Javier Rivera. **Restauracion Arquitectonica Desde las Origenes Hasta Nuestros Dias: Conceptos, Teoria e Historia** in **Teoria e Historia de la Retauracion, Master de Restauracion y Reahabilitacion del Patrimoni**. Editorial Munill-Lería, Madrid, 1997.

BRITO, Jolumá. **Historia da cidade de Campinas**. Campinas, SP: Saraiva, 1956-1969.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo. Companhia das Letras. 2009.

Cadernos de Sociomuseologia n° 13, u l h t universidade lusófona de humanidades e tecnologias. 1998.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA N° 15. ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999. p.195. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>> Último acesso em 24 e maio de 2011

CALDARELLI, Solange B. (org) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, Goiânia: UCG/IGPA, 1996.

Câmara Municipal de Campinas. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. **Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG Ltd., década de 1850 a 1890**. Dissertação (mestrado). Instituto de Economia – Unicamp. Campinas. 2003.

CAMPINAS de ontem e de hoje. Campinas, SP: Empresas Lix da Cunha, 1988

CASTILHO, Ana Claudia. **Team 10 Arquitetura Como Critica**. São Paulo. Annablume. 2002.

CHAGAS, Mário. **Há uma Gota de Sangue em Cada Museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. *in* Cadernos de Sociomuseologia nº 13, ULHT Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1998.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. da UNESP, 2006.

CONDEPACC. **Patrimônio Cultural: Entenda e preserve**. Prefeitura Municipal de Campinas. 2007.

COSTA, Lúcio. **Arquitetura**. Rio de Janeiro. Jose Olympio. 2002.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Fazendas do Sul de Minas: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX**. Brasília – DF. IPHAN/Monumenta. 2010.

Diário do imperador D. Pedro II: 1840-1891. Co-autoria de Begonha Bediaga. Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN MinC, 1999

DIAS, Susana José Gomes. **Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão** (dissertação de mestrado). UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO. Lisboa. 2008

EMILIANI, Andrea. **Il Museo, Opera Chiusa in Storia Moderna dell'arte in Italia**. (3 volume). Turim: Editora Einaudi. 1992.

ENDERE, Maria Luz. **Arqueologia y legislación em Argentina: como proteger el patrimônio arqueológico**. Olavarria: INCUAPA/UNC, 2000.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do Café: fazendeiros e "colonos" no interior paulista (1917-1937)**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000427876>>. Acesso em: 21 jun 2011.

FERRÃO, André Munhoz Argollo. **Arquitetura do Café**. Campinas. Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2005.

FERREIRA, Aurélio Albuquerque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORENÇANO, Paulo C. A. **Casa do Bandeirante**. Paulistânia, São Paulo, n. 52, p. 6-9, 1955.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da Modernização à Participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80** in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, nº 24, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. **Historia Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREYRE, Gilberto. **BRASIL, Brasil e Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo. Global editora. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 3º ed. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio editora. 1961

GALINIÉ, Henri e ROYO, Manuel. “A Arqueologia à Conquista da Cidade”. In: **Passados Recompostos: Campos e Canteiros da História** BOUTIER, J. & JULIA, D. (org.) Editoras UFRJ e FGV, 1998.

GALLO, Haroldo. **Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação ente a identidade e a autenticidade** in Patrimônio: Atualizando o Debate. IPHAN. 2006.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Guia do Rio de Janeiro. Último acesso 31 de maio de 2011 19:00
<http://www0.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=1410>

GUIMARÃES, Alaor Malta. **Campineiros Ilustres: Dr. Abelardo Pompeo do Amaral**. Diário do Povo, 4 de agosto de 1959

HÖGBERG, Anders. **The Past is the Present – Prehistory and Preservation from a Children’s Point of View** in PUBLIC ARCHAEOLOGY, vol. 6, No. 1. 2007.

HOLANDA, Gastão de. **A Casa da Torre de Garcia d'Ávila**. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2003

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira, 1867-1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IGLESIA, Roberto Gómez de la. **Cultura Desarrollo y Territorio en la Economía de la Experiencia**. in Gestão Cultural do Território. Coleção Públicos nº4. Sentepés. Porto. 2007.

KATINSKY, Júlio Roberto. **Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geografia / USP. 1976

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. São Paulo. Martins Fontes. 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros, Campinas 1850 – 1900**. Campinas, Editora da UNICAMP. 2008.

- LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo. Melhoramentos. 1979.
- LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo. EDUSP.1989.
- LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- LEMOS, Carlos A. C. **Ramos de Azevedo e seu escritório técnico;** São Paulo: Editora PINI, 1998
- LEMOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa:** breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1985
- Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009 / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.
- MARCONDES, Neide e BELLOTTO, Manuel Lelo. **São Paulo do século XIX: a arquitetura rural e sua dimensão cultural-antropológica**. In: Fernando Quile Garcia; Ana Bernal. (Org.). *Arquitectura Vernácula en el Mundo Ibérico*. 1 ed. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2007
- MARTINS, Valter. **Nem Senhores, Nem Escravos: os pequenos agricultores de Campinas 1800 – 1850**. Campinas. CMU/UNICAMP. 1996.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Cidade, práticas museológicas e qualificação cultural.” in: **Anais do 2o Congresso Latino Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística**. Porto Alegre: Unidade Ed. SMC, 1997.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. “Identidade cultural e arqueologia.” in: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 20**. 1984.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. “O patrimônio cultural entre o público e o privado.” in: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: SMC-DPH, 1992b.
- MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e Outros Ensaios**. São Paulo. Editora Hucitec. 1982.

MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. **A Incorporação de Áreas Rurais às Cidades:** um estudo de caso sobre Campinas. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia / UNICAMP. Campinas. 2002.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo. Companhia das Letras. 1994.

MONTEIRO, Pedro Meira. Uma Tragédia Familiar in **Sergio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas. Editora da Unicamp. 2008

MORI, Victor Hugo (org.). **Patrimônio: atualizando o debate.** Co-autoria de Haroldo Gallo, Rossano Lopes Bastos, Carlos Alberto Cerqueira Lemos. São Paulo: IPHAN, 2006

MUSEU DO CAFÉ FRANCISCO SCHMIDT. **Filhos do Café - Ribeirão Preto da terra roxa - tradicional em ser moderna/Curadoria Histórica do Museu do Café.** Ribeirão Preto. Fundação Instituto do Livro. 2010.

NICHOLS, Stephen, PRANGNELL, Jonathan and HASLAM, Michael. **Hearts and Minds: Public archaeology and the Queensland school curriculum.** in Australian Archaeology, Number 61. 2005.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. **Memória, Patrimônio, o Arqueólogo e a Cidade: Arqueologia Urbana e Preservação do Patrimônio Arqueológico.** In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005, Campo Grande. Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia, patrimônio e turismo. Campo Grande: Ed. Oeste, 2005.

OOSTERBEEK, Luiz. **Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território.** Habilis. Erechim. 2007.

OOSTERBEK, Luiz. “Ordenamento Cultural de um Território” in **Gestão Cultural do Território.** Coleção Públicos nº4. Sentepés. Porto. 2007.

PARDI, Maria Lúcia Franco. “A Preservação do Patrimônio Arqueológico e o Turismo” in **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** V.33. 2007.

PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Dissertação de mestrado em gestão e Patrimônio Cultural na PUC/Goiás. 2003.

PEDROSO, Marialice Faria. **Arquitetura das Fazendas de Café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930**. Dissertação (mestrado). IFCH. Unicamp. Campinas. 1998.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Fazenda Jambeiro – Estudo Histórico Acerca do Tombamento – apresentado ao CONDEPACC** in Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro.

PELLICCIOTTA, Mirza. “Subsídios para o Estudo da Evolução Urbana de Campinas” in **Revista do ICH**, nº01. Campinas. 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano** : Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade-UFRGS, 1999.

PEVSNER, Nikolaus (autor). **Los Origenes de la Arquitectura Moderna y del Diseño**. Barcelona: G. Gili, 1976.

PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. **Campinas e seus Rurais**. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. Campinas. 2006.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo. Editora 34. 2000.

POZZER, Guilherme Pinheiro. **A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002)**. Dissertação de Mestrado IFCH/Unicamp. 2007

Processo de Tombamento nº 007/89 - **Fazenda Jambeiro**.

Processo No. 01 0004 713 96 49 – **Casarão da Barragem Santa Lúcia**. Gerência de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – D:020 1/3 , p. 02/4.

Publicado pela Ephemerides do Estado em 14 de janeiro de 1871. O trabalho livre em S. Paulo. AMARAL, Leopoldo (autor). **Campinas: recordações**. São Paulo: O Estado, 1927.

PUPO, Benedito Barbosa. **A Margem da História de Campinas**. Campinas, SP: Palmeiras, 1973

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, Município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1983.

PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Acad. Campinense de Letras, 1969.

PUPPI, Marcelo. **Por uma História não Moderna da Arquitetura Brasileira: questões de historiografia**. Campinas, SP: Pontes: CPHA/IFCH, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1970.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Érika Marion. “Arqueologia e Sociedade no Município Ribeirão Grande, Sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira” in revista **Arqueologia Pública**, nº1. São Paulo. 2006.

ROSE, S. Governing the enterprising self. IN: Heelas, P. and Morris, P. (eds) *The Values of the Enterprise Culture*. **The Moral Debate**. London: Routledge.1992

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972

SAIA, Luis. **Notas Preliminares Sobre a Fazenda Pau D’Alho**. São Paulo. Revista de História nº102. Sem data.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **S. Paulo nos Tempos Coloniaes**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1921.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **São Paulo nos Tempos Coloniais**. São Paulo. Monteiro Lobato. 1921

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. São Paulo: Martins, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo. Livraria Martins. Maio de 1940

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro**: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas, SP: UNICAMP, 2002.

SANTOS, Carlos Murilo Prado. **O Reencantamento das Cidades**: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP. 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Editora Record. Rio de Janeiro. 2001.

SANTOS, Myrian. “O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado.” in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. no. 23, outubro de 1993.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **Arqueologia Regional e Educação: proposta de estudos sobre um "passado excluído" de Araraquara/SP**. 2007. Tese (doutorado) – IFCH/Unicamp. Campinas, SP.

SCHMITZ, Pedro I. Arqueologia in **Avaliação e Perspectiva** nº47. CNPQ. Brasília. 1982.

SCHWARCZ, L.K.M. O Nascimento dos Museus Brasileiros. In Miceli, S. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo. Vertice. 1989.

SEVCENKI, Nicolau. **Orfeu Exótico na Metrópole. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo. Companhia das Letras. 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Exótico na Metrópole. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo. Companhia das Letras. 1992.

SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.14. n.1.p. 81-119. jan.- jun. 2006.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo. Editora Peirópolis: EDUSP. 2003.

SILVA, Paula Francisca Ferreira de. **A Expansão Urbana de Campinas Através de Condomínios e Loteamentos Fechados (1974 – 2005)**. Dissertação de Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos – USP. 2008.

SOLTYS, Fernando Alexandre. **Caleidoscópio, Narrativas e Subjetividade na Arqueologia Pública**. Mestrado UFMG. Belo Horizonte. 2010.

SPÓSITO, Maria Beltrão Encarnação e WHITAKER, Artur Magon (orgs). **Cidade e Campo - relações e contradições entre urbano e rural**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2006.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. **Estudo do Aço como Objeto de Reforço Estrutural em Edificações Antigas** (Dissertação De Mestrado). Belo Horizonte. Escola de Engenharia - UFMG. 1994.

TRIGGER, Bruce G. Arqueologia histórico-cultural. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo. Odysseus 2004.

VEVERKA, John A.. "Interpretive planning for the next millennium - The product of the product outcome based planning and the experience economy". Disponível em http://www.ipg.uni-Créditos freiburg.del_forschungl_ap61_interpreteurope/navigation.htm. Acessado em 14/05/2002.

VIANNA, Francisco de Oliveira **Populações Meridionais do Brasil vol. I**. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1973

VIANNA, Francisco de Oliveira. O idealismo da Constituição in **À Margem da História da República** (org. Vicente L. Cardoso). Brasília. EdUnB, 1981

VITRUVIO. **Livro II. Tratado de Arquitetura**. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo. Martins Fontes. 2007.

ZALUAR, Augusto Emilio. **Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Martins, 1953.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista**. Tese (doutorado). São Paulo. MAE / USP. 2005

2.JORNAIS

Campineiros Ilustres: Dr. Abelardo Pompeo do Amaral. Diário do Povo, 4 de agosto de 1959

Tombamento de casarão da Fazenda Jambeiro. Diário do Povo. 06 jun. 1989.

Antônio Pompeo de Camargo. Correio Popular, 17 de abril de 1973.

Patrimônio Histórico é Dilapidado. Correio Popular 09 de novembro de 1989

Secretaria de Cultura Pede Vigilância na Fazenda Jambeiro. Correio Popular 10 de novembro de 1989.

Fazenda Jambeiro pode ter Antigo Cemitério de Negros. 13 de maio de 1990

Proprietária Aguarda Resposta sobre a Fazenda. Correio Popular, 15 de junho de 1994

Sede da Fazenda Jambeiro Vira Ruína. Correio Popular 14 de março de 2000.

Fazenda do Século XIX será Recuperada. Correio Popular. 25 de março de 2003.

Ruínas Passarão por Investigação Arqueológica. Correio Popular, 03 de Abril de 2003.

Fazenda Jambeiro vai se Tornar Sítio Arqueológico. Correio Popular, 12 de setembro de 2004.

Jambeiro tem planos de revitalização paralisado. Correio popular. 05 de abril de 2006.

Casarão da Fazenda Jambeiro é exemplo de abandono. Correio Popular, 04 de junho de 2007.

Ruínas do descaso e da insegurança. Correio Popular 27 de abril de 2010.

Jambeiro: revitalização prevê parque cultural. Correio Popular, 25 de junho de 2010.

3.1 Documentos e legislações nacionais

BRASIL. **Alvará régio de 28 de junho de 1808.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_35/Alvara.htm>. Último acesso 30 de maio de 2011

BRASIL. **Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural.** 18 de agosto de 2007. Bagé, RS.

BRASIL. **Constituição de 1934**

BRASIL. **Constituição de 1937**

BRASIL. **Constituição de 1967**

BRASIL. **Constituição de 1988**

BRASIL. Constituição de 1998. **Decreto nº 3.551** de 4 de agosto de 2000. Lex: registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

BRASIL. **Lei de Terras 601** de 18/09/1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> último acesso 30 de maio de 2011

CAMPINAS. **Lei n° 5885** de 17 de dezembro de 1987. Criação do CONDEPACC.

Legislação e dispositivos normativos em nível federal referentes ao patrimônio cultural no Brasil. Disponível em: <<http://www.oocities.org/oficinadehistoria/patrimlegisl.htm>>. Último acesso em 30 de maio de 2011.

CAMPINAS. **Livro de Posturas e Editais: 1829 a 1891.** Câmara Municipal de Campinas. Arquivo.

IPHAN. **Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009** / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5. ed. rev. e atualiz. – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

IPHAN. **Portaria 127** – Chancela do Patrimônio. 30 de abril de 2009. Diário Oficial da União n 3. Terça feira, 5 de maio de 2009.

Processo de Tombamento nº 007/89 - Fazenda Jambeiro de 2 de junho de 1989.

Processo de Tombamento nº 01 0004 713 96 49 – Casarão da Barragem Santa Lúcia. Gerência de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – D:020 1/3 , p. 02/4.

Redação do projeto do SPAN de Mario de Andrade de 24 de março de 1936

Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira.

3.2 Documentos e legislações internacionais

Carta de Atenas, 1931 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

Carta de Atenas, 1933 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

Carta de Veneza, 1964 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

Carta de Washington - Carta Internacional para A Salvaguarda das Cidades Históricas Icomos, 1987 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

Carta do Restauero, 1972 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

Conselho da Europa. **Apelo de Granada - A Arquitectura Rural no Ordenamento do Território**, 1976 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

ICOMOS. **Estatutos**, 1978 *in* Caderno de Sociologia nº19. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa. 1999.

ICOMOS. **Recomendações para Análise, Conservação e Restauração Estrutural do Patrimônio Arquitetônico**. 13 DE SETEMBRO 2001. Disponível em: <www.arcoit.com.br/arquivos/rec_brasil.pdf>. Último acesso 30 de março de 2011.

ICOMOS. RECOMMENDATION No. R (89) 6 - OF THE COMMITTEE OF MINISTERS TO MEMBER STATES: ON THE PROTECTION AND

ENHANCEMENT OF THE RURAL ARCHITECTURAL HERITAGE, Estrasburgo,
 13 de Abril 1989 Disponível em:
 <<http://www.arquiteturapopular.com/anuncis/recomanacions.html>> Último acesso 30 de
 março de 2011

4. FONTES PRIMÁRIAS

Inventário do Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas – CMU / UNICAMP

Ano	Ofício	Caixa	Processo	Réu	Autor	Ação
1812	1	11	00280	Antônio Camargo Penteado	Ana Campos Paes	Inventário
1819	1	20	00549	José Rodrigues Ferraz do Amaral	Ana Matilde de Almeida	Inventário
1836	1	73	01802	Cap. Antônio Pompeo de Camargo	Teresa Miquelina do Amaral Pompeo	Inventário
1838	1	534	9753	Antonio Pompeu Camargo (Capitão)	Teresa Miquelina do Amaral Pompeo	Testamentário
1844	1	105	2460	Ana Mathilde de Almeida Pacheco	José Bonifácio do Amaral	Inventário
1852	1	280	6804	Francisca de Paula Ferraz	Luciano Teixeira Nogueira	Inventário
1853	1	135	2947	Anna de Campos Paes		Inventário
1863	3	301	6982	Antônia Amália Pompeo	Antonio Pompeo de Camargo	Inventário
1875	1	218	04492		Antônio Pompeo de Camargo	Divisão de terras
1877	3	154	5005	Antônio Pompeo de Camargo		Executivo Fiscal

1882	1	260	5160	Thereza Michelina do Amaral Pacheco	Visconde de Indaiatuba e Mulher	Inventário
1884	1	550	10163	Antônio Pompeo de Camargo	Maria Luiza Nogueira Camargo	Inventário

Acervo das ruas de Campinas – CMU / UNICAMP

NOME	JCMF	ANPV	JB	ASSUNTO
Herculano Pompeo de Camargo (fazendeiro, major, político)	02363	P087; 02139		Guarda nacional. Fazenda Jambeiro; libertação de escravos.

5. HOME-PAGE

ABC Notícias, Disponível em: <http://www.aderbalmachado.com.br/noticia/noticia.php?id=7097> Acesso 31 de maio de 2011.

ABC Notícias, último acesso 31 de maio de 2011, 19:30. <http://www.aderbalmachado.com.br/noticia/noticia.php?id=7097>

ABREU, Patrícia Campos de. **Caraça: a casa dos padres e o claustro**. Arqutextos – Vitruvius. Ano 1. março de 2001. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/01.010/910>

ABREU, Patrícia Campos de. **Caraça: a casa dos padres e o claustro**. Arqutextos – Vitruvius. Ano 1. março de 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/01.010/910> Acesso 31 de maio de 2011

Associação Universitário do Morro. **Favela é isso aí**. Disponível em: http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=26. Acesso 30 de maio de 2011

Associação Universitário do Morro. **Morro do Papagaio**. Disponível em:
<http://www.morrodopapagaio.org.br/morro_paginas/morro_do_papagaio.html> Acesso
30 de maio de 2011

Blog de lançamento do Residencial Tour Chapelle, Balneário Camboriú. Disponível em:
<<http://blog-do-charles.blogspot.com/2011/02/tour-chapelle-residencial-balneario.html>>
Acesso 31 de maio de 2011

BRASIL. **Censo IBGE 2000 – 2010**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_sao_paulo.pdf>. Acesso dia 14 de maio de 2011.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 15. ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 1999. Disponível em:
<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>> Acesso em
24 de maio de 2011

CAMPINAS. CONDEPACC. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Disponível em:
<<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/index.php>> Acesso 24 de
maio de 2011.

Entrevista de João Piza à Giancarlo De Carlo para a revista Vitruvius, outubro de 2007.
Último acesso em 31 de maio de 2011, 20:00.
<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/decarlo/decarlo.asp>

<http://edlatuanehist.blogspot.com.br/2011/06/relatorio-do-seminario-de-garcia-davila.html>
Último acesso 31 de outubro de 2012.

<http://edlatuanehist.blogspot.com.br/2011/06/relatorio-do-seminario-de-garcia-davila.html>
Último acesso 31 de outubro de 2012.

<http://www.casadatorre.org.br/>

<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/decarlo/decarlo.asp>

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. **Portal da habitação**. Disponível em:
<<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/historico/dgemn.html>> Acesso em 30 de março
de 2011.

IPHAN, 1994; **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em: <www2.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> Acesso dia 24 de maio de 2011.

MELLENDEZ, Adilson e SERAPIÃO, Fernando. **Nestor Goulart dos Reis Filho "Arquitetura não é goiabada; sou contra adotar o sistema de tombamento no varejo"**. PROJETODESIGN, Edição 287, Janeiro de 2004. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/entrevista/nestor-goulart-dos-reis-filho-arquitetura-nao-28-01-2004.html>> Acesso em 24 de maio de 2011

MUSEU CAPITOLINI. Roma - Itália. **Storia Del Museo**. Disponível em: <http://www.museicapitolini.org/museo/storia_del_museo/fondazione_e_prime_acquisizioni> Acesso: 30 de março de 2011.

PIZA, João. **A experiência participativa de Giancarlo de Carlo**. Vitruvius, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/decarlo/decarlo.asp>> Acesso 1 de fevereiro de 2011

RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. **Santa Teresa**. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=1410>> Acesso 31 de maio de 2011

SÃO PAULO (Estado). CONDEPHAAT. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aaacf3010e2308ca0/?vgnnextoid=662b7d2fbae72210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>> Acesso 24 de maio de 2011.

SILVA, Áurea Pereira da. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX)**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.14, n.1, Junho 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Maio 2011.

SODRÉ, José Clark A. **A Casa Bandeirista de Luis Saia no IV Centenário de São Paulo: restauração e preservação da identidade paulista**. 5º Seminário DOCOMOMO Brasil São Carlos. 27 a 30 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/070R.pdf>> Acesso 22 de maio de 2011.

Submersa há 70 anos, cidade histórica do Rio volta à tona. Último Segundo. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/submersa+ha+70+anos+cidade+historica+do+rio+volta+a+tona/n1597016160036.html> Acesso em 25 de junho de 2011

Apêndice

Questionário

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Grau de instrução:
- 4) É morador do bairro?
- 5) Tem o hábito de freqüentar cinema, teatro, shows, palestras?
- 6) Você sabe o que é o casarão?
- 7) Qual a função dele na época em que foi construído?
- 8) O que você acha dele atualmente?
- 9) Ele tem alguma importância para você? E para o bairro?
- 10) O poder público tem alguma ação para o espaço?
- 11) Qual seria, em sua opinião, o melhor uso a ser dado para ele?
- 12) O que a prefeitura tem feito para valorizar e preservar o patrimônio da cidade?